

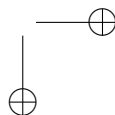
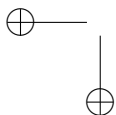
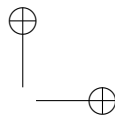
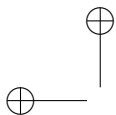
Américo Pereira

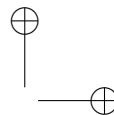
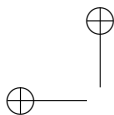
O fascínio do bem. A dimensão agato-ontológica da acção



Lusosofia:Press

Covilhã 2014

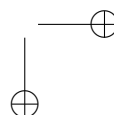
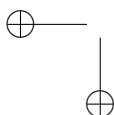


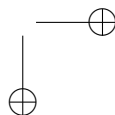
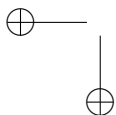
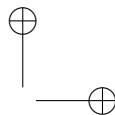
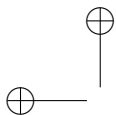


Américo Pereira

O fascínio do bem.
A dimensão agato-ontológica
da acção

LUSOSOFIA.NET







LUSOSofia:press

Covilhã, 2014

FICHA TÉCNICA

Título: *O fascínio do bem. A dimensão agato-ontológica da acção*

Autor: Américo Pereira

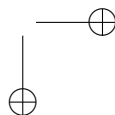
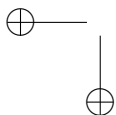
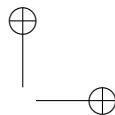
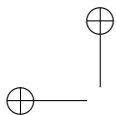
Colecção: Livros LUSOSOFIA

Design da Capa: Madalena Sena

Paginação: Filomena S. Matos

Universidade da Beira Interior

ISBN: 978-898-98874-2-8



Índice

Apresentação	1
Introdução	7
1 Primeiro Capítulo	15
1.1 A situação política e a “Questão Judaica”	15
1.2 A “Solução Final”	25
2 Segundo Capítulo. Schindler	33
2.1 Óscar Schindler, o Engenheiro-gestor, ambicioso e ganancioso .	33
2.2 As Taras de Schindler: Schindler, o Pecador	38
2.3 Schindler e os Nazis	43
2.4 Schindler, Jogador	50
2.5 Schindler, o Bêbedor	53
2.6 Schindler e as Virtudes Cardeais	54
2.7 O papel de Schindler e o exemplo de Schindler	59
2.8 Schindler e a Ética	62
2.9 Schindler e a Política	63
2.10 Schindler “podia ter salvo mais”	65
2.11 A Palavra definitiva de Stern: “Haverá gerações graças ao que fizeste”	67
2.12 “Agradecei a vós próprios”	70
2.13 “Homens em vez de Assassinos”	71
2.14 Schindler deixa-lhes Tecido, Vodcka e Cigarros: o Novo Dinheiro	73
2.15 A Carta de Apresentação aos Aliados	76
2.16 O outro Anel: aquele que salva o Homem	77

2.17 “Quero os meus”	78
2.18 Produzir munições deficientes	80
2.19 “Deveria estar a preparar o Sabbath”	83
2.20 Já não havia Dinheiro	85
2.21 Schindler beija as Mulheres Judias no dia do seu Aniversário	86
2.22 As Dactilógrafas	89
2.23 Dinheiro	92
2.24 As Mulheres	96
2.25 A Sedução	101
2.26 O Vinho	102
2.27 Schindler tenta resgatar a Escrava Helen	103

3 Terceiro Capítulo 109

3.1 Amon Goeth: o Carrasco	109
3.2 A paradigmática escrava: Helen Hirsch	119
3.3 Stern, o Bem Eficiente	139
3.4 A Menina Vestida de Vermelho	146
3.5 Lisiek, a banheira e a inútil inocência	149
3.6 Os guardas judeus	151

4 Quarto Capítulo 155

4.1 O relacionamento de Schindler com a mão-de-obra	155
4.2 Judeus e judeus	156
4.3 Judenrat	156
4.4 Mercado negro	159
4.5 Ghetto	162
4.6 O comércio	164
4.7 Solidão	166
4.8 Festa	169
4.9 O valor da vida e o absoluto da vida	170
4.10 O médico que mata antes dos carrascos	174
4.11 O compromisso com a tirania como acto de tirania	177
4.12 Rumores dos campos de extermínio junto dos judeus	181
4.13 “Appelplatz”	185
4.14 Selecção – Terrível humilhação	186

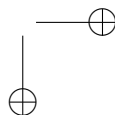
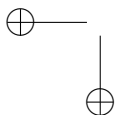
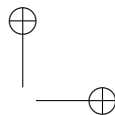
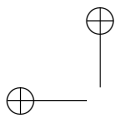
4.15 Seres humanos que fazem de Deus e decidem o destino de terceiras pessoas	188
4.16 O sentido de dignidade das mulheres e a vontade de sobreviver: Do pouco sangue, a vital cor	194
4.17 Em tal situação, não é melhor tentar algo?	195
4.18 Na fossa	196
4.19 As cinzas em Cracóvia: 10.000 cadáveres nas piras	197

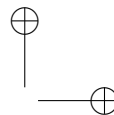
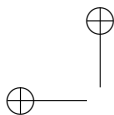
5 Quinto Capítulo **203**

5.1 As lages do cemitério	203
5.2 A indústria da morte	206
5.3 A rendição (Anunciada por Churchill)	209
5.4 Meios e fins	211
5.5 Culpabilidade: De quem é?	213
5.6 A questão do poder	219
5.7 A gratuidade do mal	225
5.8 O “valor” das coisas: o relativo e o absoluto	225
5.9 O bem	230
5.10 O mal	237
5.11 Mentira, santa mentira	240
5.12 Amizade	241
5.13 Pecado/virtude	242
5.14 A tirania	244
5.15 Sempre o pavio	248

Conclusão **251**

Bibliografia **259**





Apresentação

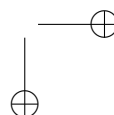
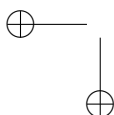
Vivemos num mundo em que a dimensão da realidade que parece ser mais amada é a negativa, em que o mal, o mal mais clamoroso e doloroso, parece ser objecto de uma verdadeira adoração. Os meios de comunicação social não apenas privilegiam a superficial novidade inaudita do «homem que mordeu o cão» como o fazem preferencialmente se a dentada tiver sido especialmente perniciosa, chocantemente perversa.

O mal, a dor, o sofrimento, se tiverem como objecto e sujeito o outro, são algo de fascinante. Mesmo mal, dor e sofrimento próprios, se dentro de limites autocomplacentemente suportáveis pela cobardia própria dos vários hedonismos, parecem ter adeptos práticos e defensores teóricos.

Numa inversão do que foi o percurso lógico de uma humanidade que desde tempos imemoriais e nos tempos da humana memória sempre se bateu contra o ilógico, o irracional, o caótico, o anti-cósmico, porque necessariamente anti-vital e anti-humano, o mundo em que parece viver-se hodiernamente é um mundo em que a máxima «se for mau, é bom» está em pleno triunfo cultural, marcando agendas e acções, pragmatismos e políticas, imaginações e quotidianos.

É esta a verdadeira banalidade do mal, essa que inverteu completamente os quadros de referência ontológicos, isto é, onto-lógicos, da humanidade, e perante a qual a banalidade de um triste e ignóbil Eichmann mais não é do que um exemplo mínimo e tardiamente descoberto, aliás descoberto pela mesma intelectualidade que ajudou a inverter os quadros de referência clássicos.

Hodiernamente, assim nos querem fazer perceber, o mal é realmente banal. É uma transcendental inevitabilidade. É uma necessária decorrência físico-biológica de um mundo desalmado e intranscendente em que apenas a tendencialmente caótica – pois é governada apenas pelo princípio da entro-



pia – norma darwiniana impera. Na realidade humana como nisto que já foi o mundo humano, existe-se segundo um regime mecânico que tem como corolário na espécie aparentemente mais avançada a máxima de Hobbes segundo a qual o «homem é o lobo do homem».

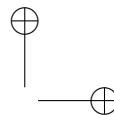
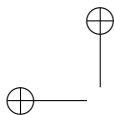
Para quem olhe em seu redor, tal cenário parece ser evidente. E tudo converge para que se seja persuadido de que a realidade é mesmo assim. A sombra que classicamente era constituída pela presença do mal é hoje assumida pela presença do bem, que há que apagar, iluminando-a com a feroz luz da presença do mal, já não luz luciferina, mas novo deus onnipresente e até anunciado como omnicriador. Impera a luz negra do mal.

No próprio vocabulário popular norte-americano substituiu-se o clássico «good» por «bad». Está-se bem inserido no novo modelo cósmico-político se, em vez de se dizer «this is good», se disser «this is bad». E a inversão total do sentido adjectival recebeu mesmo uma formulação de grau máximo, na forma superlativa sintética «the baddest». A aplicação teológica desta forma cultural daria afirmações como «God is the baddest», o que deverá ter como “contrário” algo como «the devil is the gooddest». Esclarecedor.

Mas, se estes exemplos nos fazem sorrir, já pensar que tal inversão, que é mais do axial, pois não se limita a inverter valores, é «arquetípica» – pois inverte a polaridade metafísica dos princípios fundadores sobre os quais o cosmos é, é paradigmaticamente a que permitiu algo como o nazismo –, tal fará sorrir apenas os candidatos a tiranos e oligarcas que dela dependem para poderem tal ser.

E é precisamente neste limiar que a figura de Schindler nos interessa, pois este homem, comum nos defeitos e nas virtualidades que os sustentam ontologicamente, foi educado segundo os princípios clássicos, aderiu aos novos princípios do perverso *Reich* de Hitler e, surpreendentemente, retomou os velhos princípios, regresso fundamental que esteve na origem e foi causa primeira da sua acção soteriológica sobre tantas possíveis vítimas inocentes.

Ora, no seio de um não-mundo em que imperava uma nova ordem que anulava o que é propriamente um mundo, foi o fascínio pelo bem que permitiu a metanóia deste excessivo homem. Mas foi o seu carácter excessivo que permitiu que fosse capaz de ver o bem aí onde mais ninguém o via. Este excesso, propriamente estético, de Schindler – nos antípodas do sentido estético de um dessorado Kierkegaard – é o que o insere imediatamente, como forma extraordinária de degustação do bem presente nas coisas, no que é o sentido



clássico do bem em tudo presente, que tudo sustenta, como se pode ver nos dois grandes pilares desta tradição que são o início do *Génesis* e a *Politeia*, de Platão.

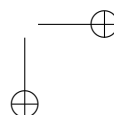
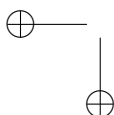
Do ponto de vista de Schindler, como é que as belíssimas e apetitosíssimas mulheres judias, com quem os seus olhos se regalava e pela carne das quais o seu corpo gemia, poderiam, sendo assim tão *humanamente apetecíveis*, não ser humanas?

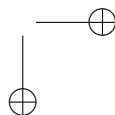
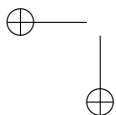
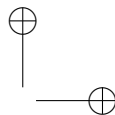
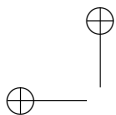
Impossível: tal carne tão apetitosamente humana era mesmo humana: estas mulheres judias são mulheres, são humanas. A carne de Schindler não se enganava. E a carne não é algo de material, mas o mesmo espírito, a mesma vida feitos desejo e desejo de busca de algo de semelhante, como, noutro âmbito, muito bem percebeu Aristóteles.

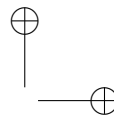
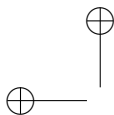
«Isto são mulheres!» poderia ser a exclamação ontológica que rebentou no seio do homem Schindler, impedindo-o de se comportar perante tais seres como os outros nazis. «Os judeus são pessoas»: eis a intuição que não mais abandonou Schindler e que passou a nortear a sua acção. O mais é histórico e frutificou em abundante vida.

No texto que se segue, reflecte-se, com algum pormenor, sobre a acção de Schindler e de pessoas que com ele conviveram durante os anos da sua vida passados sob o terrível dossel da Segunda Guerra Mundial, tempo de grande mal e de muitos seres humanos pelo mal fascinados, mas também tempo de muito bem e de muitos seres humanos pelo bem fascinados e que não hesitaram em dedicar as suas vidas à liturgia humana desse mesmo bem. E, se há um Deus, esta Sodoma e Gomorra em que nos comprazemos em viver, só sobrevive porque há nelas algum justo... um Schindler, um Sousa Mendes...

Américo Pereira





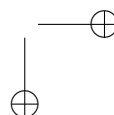
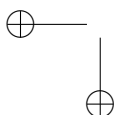


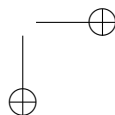
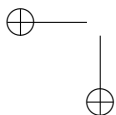
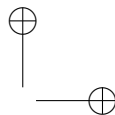
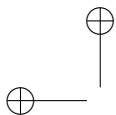
Obra Cinematográfica
de
Steven Spielberg:

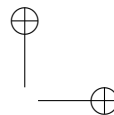
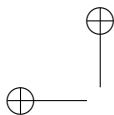
A Lista de Schindler

Schindler's list, realização de Steven Spielberg. Produção de Steven Spielberg, Gerald R. Molen, Branko Lustig. Co-produção de Lew Ryin. Produção executiva de Kathleen Kennedy. Designer de produção Allan Starski. Argumento de Steven Zaillian, baseado na obra homónima, *Schindler's List*, de Thomas Keneally, 1982. Montagem de Michael Kahn. Direcção de fotografia de Janusz Kaminski. Música de John Williams. Interpretação de Liam Neeson, Ben Kingsley, Ralph Fiennes, Caroline Goodall, Jonathan Sagalle, Embeth Davidtz. Uma co-produção Universal Pictures, Amblin Entertainment.

O fascínio do bem. A dimensão agato-ontológica da acção, 5-260







Introdução

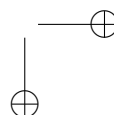
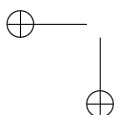
A maldade humana é, pelo menos como possibilidade prática, tão antiga quanto a mesma humanidade. O mesmo se pode e deve dizer acerca da bondade. Mas a bondade não é, senão com triste ironia, causadora de escândalo. Este é normal apanágio da maldade: é que esta é sempre destruidora, ao passo que aquela é sempre construtora, criadora. *E é esta destruição do bem real ou do bem possível* (realmente possível, antes do trabalho da maldade) *que é causa de escândalo*, mormente quando isso que se destrói não é uma mera coisa, mas o maior bem que o ser humano conhece, a sua mesma vida, com toda a possibilidade de bem que carrega. *Aqui, na vida*, como é óbvio, mas impossível de explicar a quem o não conseguir intuir, *só interessa a possibilidade do bem*.

O que torna o nazismo tão particularmente aberrante não é o facto de ter “morto judeus”; outros o fizeram, desde tempos imemoriais. Não é o facto de ter morto muitas mais pessoas não-judias; outros o fizeram, desde sempre. *É o facto de ter instituído como cosmológico, neo-cosmológico, o princípio da denegação da realidade ontológica humana a pessoas consideradas indesejadas*. E não interessa por que eram indesejadas, mas apenas que essa negativa eleição as condenou sistematicamente a não terem *direito a ser, direito de ser*.

A crítica ao nazismo, no que este teve de pior, não é, pois, algo de sectário ou de étnico, de dóxico ou retórico, mas uma análise radical, feita em nome da humanidade toda, humanidade impossível como tal se o nazismo ou seus paradigmaticamente semelhantes sistemas cosmológicos triunfarem.

Colar uma qualquer etiqueta política, mas também e principalmente ontológica, num qualquer ser humano, a fim de o aniquilar, segundo o “mal” nomeado e exposto na etiqueta, e negar que haja uma humanidade essencial, essencialmente presente de modo pessoal – isto é, único e intransmissível –,

O fascínio do bem. A dimensão agato-ontológica da acção, 7-260



em cada ser humano, em cada “filho de homem”, que é o único modo de se ser humano, mas modo bastante, é negar isso que há de humano em cada pessoa, é *negar a mesma essência radical da humanidade* e, com esta essência, a mesma humanidade.¹

Ser humano é ser filho de seres humanos. Que razão, então, invocar para preferir uns e preterir outros? Quem tem o direito de o fazer? Que bestial deus menor ou que besta humana se arroga tal direito?²

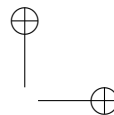
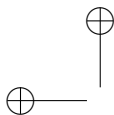
O problema de que se ocupa o filme *não é problema de judeus*, que na judaicidade se esgote, mas *problema de todas as pessoas*, pois qualquer delas pode perfeitamente vir a passar por algo de semelhante: ironicamente, não é teoricamente impensável que, um dia, sejam os descendentes dos oprimidos os opressores dos descendentes dos opressores de antanho... O perigo destas formas bestiais de recosmicização tirânica é transcendental ao universo da humanidade, em tempo e espaço, ontem, hoje e possivelmente amanhã, em toda a parte.

Esta logicíssima consciência dá-nos a acrescida responsabilidade de trabalhar no sentido de *eliminar todas as formas possíveis de opressão*, isto é, de trabalhar por um mundo em que reine o amor e o sentido do bem-comum, neste e apenas neste alicerçável, bem-comum que não é de uma maioria qualquer ou de uma minoria qualquer de seres humanos, mas de toda a humanidade.

A figura quer real quer fílmica de Oskar Schindler tem como maior interesse mostrar realmente, *incarnadamente*, que não é preciso um mundo de

¹Um certo pensamento, deliciado com as prazenteiras tirânicas alegrias do exercício forte, sobre os outros, de uma razão fraca, quer impedir que se possa pensar em essências, mas, neste caso, se se retira a ideia de uma essência humana, transcendental a toda a humanidade, com que é que se fica?: com uma definição operatória, sempre tópica e contingente, da humanidade. Mas foi precisamente isso que o nazismo fez na perfeição, tornando-se paradigmático a esse nível. As formas fracas de pensamento – não confundir com a fragilidade do pensamento, tema muito diferente – são perfeitas para preparar o caminho para os diferentes tiranos, impossíveis, se houver uma real essência humana fora do alcance de suas necessidades de manipulação. Como é que, por exemplo, um tirano pode manipular, sem o aniquilar, um ser humano que responda a uma essência criada por Deus e que apenas ao criador responde? Retire-se esta relação ontológica fundamental, e ter-se-á o ser humano pronto a ser dominado por um tiranete qualquer.

²E para nada interessa que tal besta tenha sido, como Herr Hitler, eleita pelo povo: a eleição seja de quem for seja por quem for não anula a bestialidade das bestas eleitas e das bestas eleitoras.

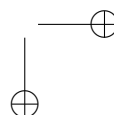
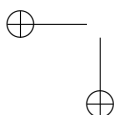


Cristos para que o bem reine: basta que gente imperfeita se deixe dominar pela paixão do bem e transforme essa mesma paixão no *acto contínuo de fazer o bem*, acto de contínuo amor. Não se trata de uma utopia, mas da *mais alta possibilidade da pessoa humana*. O reino do amor só é utópico para as bestas, por definição incapazes de amar.

Como povo, com toda a essencial carga hereditária plena que ser povo implica, ter-se sido vítima de um processo de vilipendiação, de violentação e de tentativa de aniquilação como aquele por que passaram judeus e outros, capacita e, no mesmo acto de capacitação, obriga ética – isto é, no seio da fonte de acção de cada pessoa – e politicamente – isto é, como comunidade inter-relacional de pessoas – a uma extrema responsabilidade no modo como se conduz a relação política com os outros povos e as outras pessoas singulares, a fim de evitar cair nos mesmos males e fazer algo de semelhante às monstruosidades anteriormente perpetradas.

A lição do Schindler histórico mostra como qualquer pessoa pode realizar o bem, mesmo não sendo especialmente virtuosa, mesmo vivendo rodeada por um mundo de bestialidade, em que os poucos que não são bestas tirânicas ou escravos bestializados são geralmente cobardes. Deste modo, desmente-se inapelavelmente o carácter necessitante dos ambientes políticos, transformadores dos seres humanos em meras máquinas determinadas pelos processos políticos gerais, que as transcendem. *Schindler foi o homem que foi capaz de transcender a mecânica desalmada de uma sociedade humanamente amorfa*, no sentido da realização de um bem radical, na forma da preciosa sobrevivência de gente incapaz de sobreviver sem esta oportuna ajuda. Neste continuado acto, Schindler não só gastou uma fortuna, como apostou a própria vida, pois, apesar de todo o seu encanto e de toda a sua capacidade de manipular os homens, estes com quem lidava pertenciam àquele que foi o grupo mais eficazmente homicida da história da humanidade, recuando perante nada, quando o interesse nazi ou o pessoal próprio estivesse em causa.

Se descoberto na sua magnífica traição, Schindler teria pago com a vida. Possivelmente de forma rápida e sumária, a melhor para encobrir os erros dos enganados, que arriscavam ser acusados de cumplicidade. Lembremos que, nas horas imediatas ao atentado de 20 de Julho de 1944 contra Hitler, os cabeças do movimento, incluindo o próprio Stauffenberg, foram sumariamente executados a mando do general comandante do corpo de exército do Interior,



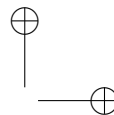
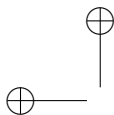
cuja posição antes e durante o golpe fora dúbia, como forma de os silenciar.³ Este mesmo General, Fromm, foi executado uns meses depois, não tendo conseguido convencer os seus senhores da sua inteira fidelidade.⁴ É com e contra este tipo de gente impiedosa que Schindler trabalha.

Com o Schindler romanceado de Spielberg, podemos aprender o sentido do *fascínio humano pela beleza e pela bondade*, que levam o libertino novorrico a trocar todas as vantagens de um colaboracionismo cego com os tiranos por um trabalho clandestino de samaritano. Lição fundamental num hodierno mundo cada vez mais bestializado, em que o sentido do belo e do bem tem vindo a ser atacado precisamente por tudo quanto é candidato a novas formas de exercício tirânico do poder, formas consubstanciadas quer nas falácias incultas de um liberalismo ôco de humanidade, só cal e verniz, quer de um pseudo-culto cosmopolitismo semelhantemente relativizador de tudo o que é essencial na mesma humanidade.

A lição de coragem e de sabedoria do sempre intemperante Schindler per-

³Oiçamos a versão de Hans Bernd Gisevius, conhecedor privilegiado dos acontecimentos quer pela sua relação com o movimento então abortado quer pelo seu estatuto de oficial dos serviços de contra-espionagem alemães, Abwher: “*Fromm*: [...] O tribunal marcial, convocado por mim próprio, já reuniu. O tribunal marcial condenou quatro homens à morte: Coronel do Estado-Maior-General Merz von Quirnheim, General de Infantaria Olbricht, este coronel cujo nome já não menciono e este tenente.” Referia-se a Stauffenberg e a Haeften. Fromm deu a ordem a um tenente que estava por perto: “Leve uns poucos homens e execute esta sentença lá em baixo, no pátio, imediatamente.” [...] No exterior do edifício, quatro salvas soaram. Olbricht, Merz von Quirnheim e Haeften morreram silenciosamente. As últimas palavras de Stauffenberg ressoaram sobre a ordem de disparar. “Viva a eterna Alemanha!” gritou.” Tradução nossa, a partir da versão em língua inglesa, versão abreviada, do original alemão *Bis zum bittern Ende*: GISEVIUS Hans Bernd, *Valkyrie. An insider's account of the plot to kill Hitler*, traduzido do alemão por Richard e Clara Winston, Prefácio de Allen W. Dulles, Introdução de Peter Hoffmann, Cambridge, MA, Da Capo Press, 2009, pp. 209-210.

⁴“O general Fromm, cuja atitude tanto prejudicara os conjurados, apesar de lhes ter dado esperanças de contarem com o seu apoio, não escapou a uma punição severíssima. A pressa com que mandou fuzilar Stauffenberg e os seus companheiros despertou as suspeitas imediatas de Himmler, pois dava toda a sensação de ser uma manobra desesperada para silenciar algumas testemunhas incómodas. Por isso, foi preso por ordem do chefe das SS, antes de amanhecer o dia 21 de Julho. A instrução do processo contra Fromm durou vários meses e só em Fevereiro de 1945 foi condenado à morte, uma sentença que se cumpriu em 19 de Março, na prisão de Brandeburgo. Afirmou sempre ter sido fiel ao Führer, mas apenas conseguiu ser fuzilado em vez de enforcado. As suas últimas palavras foram: *Heil Hitler!*”, HERNÁNDEZ Jesus, *Operación Valkiria*, tradução portuguesa de Henrique Tavares e Castro: *Operação Valquíria*, revisão de Luís Milheiro, Matosinhos, Lisboa, Quidnovi, 2009, p. 209.



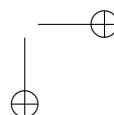
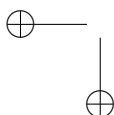
manece como símbolo e prova de que, mesmo para os mais viciosos dos homens, se não estiver neles morto o fascínio pelo bem, é sempre possível a realização de formas de justiça que transcendem os habituais compromissos com o mal, sempre incarnado na carne de bestas depredadoras, fracos que apenas existem às custas da parasitação do alheio bem.

O filme inicia-se com uma cerimónia religiosa judaica. Há duas velas que são acesas e permanecem acesas durante a cerimónia. As pessoas retiram-se, as velas continuam a arder, até ao seu fim próprio, até que se tenha consumido toda a sua energia, até que se tenha consumado toda a sua actualidade possível de velas, isto é, de entidades cuja essência consiste em arder para dar luz. Tudo se passa segundo uma ordem perfeitamente natural: este mundo destas velas, na sua imediatez, na presença imediata, é um mundo digno do nome de mundo. A harmonia que a cena manifesta é o que faz disto, em harmónico funcionamento, um verdadeiro mundo. Aqui, pelo menos aqui, a realidade não é imunda: há ordem, simbolizada na naturalidade do processo de consumo das velas. Estas fazem aquilo para que foram concebidas. Seguem a sua natureza. Melhor, alguém fez com que seguissem a sua natureza de velas.

Mas as velas são finitas. Naturalmente finitas, pelo que, mais cedo ou mais tarde, consomem mesmo a sua energia. Se a liturgia ligada à presença das velas no acto natural de serem velas em substancial funcionamento como velas, é uma liturgia de mundificação, de ordem, simbolizada pela luz e pela visibilidade e recorte que a luz permite, esta liturgia não é humanamente eternizável. As velas apagam-se. Com este falecimento da luz, falece tudo o que a luz implica e permite: a visibilidade das coisas, o seu recorte, a ordem, o mundo propriamente dito, propriamente vivido pelo ser humano, que é um ser de luz, necessitado de luz. Sem luz – simbolicamente e não só –, o ser humano perde o mundo, perde a possibilidade do mundo, que só existe como e na luz.⁵

O desaparecimento da luz é o símbolo profético do que se vai seguir. E o que se vai seguir é o surgimento de um mundo que é um não-mundo, onde reinam as trevas do império de falsos deuses, com suas falsas leis ou, melhor, leis de falsa humanidade, sobre seres humanos reduzidos: é o fumo do pavio. Apagada a luz substancial da vela, o que resta dessa substância – que é o

⁵Lembre-se, aqui, o riquíssimo simbolismo ontológico, ético e político da luz, no “Mito da caverna” do início do “Livro VII”, da *Politeia*, de Platão. O nazismo e o que simboliza pode ser visto como a antítese absoluta da iniciativa platónica de libertação inteligente da humanidade proposta por Platão nesta mesma gigantesca imagem.

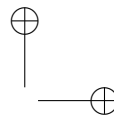
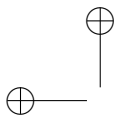


símbolo do mesmo espírito humano – é apenas um fumo sem luz própria, que se dissolve na atmosfera, isto é, *cuja mesma memória se dissipa para sempre*. A figura do pavio fumegante e o destino do fumo é a profecia icónica que se casa com a profecia sonora proferida por Goeth a seus subordinados aquando da arenga que precede o encerramento do gueto de Cracóvia, a matança, em que se anuncia o fim absoluto dos judeus, de quem nem qualquer forma de memória há-de restar: serão como fumo de pavio de vela apagada, disperso na imensidade da atmosfera. Só falta poder apagar a memória ontológica de Deus, para os ainda crentes em algo como Deus. Para os nazis, ateus práticos todos eles, enquanto tais, nada mais poderia dar testemunho, pelos séculos dos séculos, da existência dos judeus.

Mas as velas significam ainda, sobretudo depois de apagadas, isto é, quando já não são, que há que manter “velas acesas”, *lutar contra a aniquilação da memória do mal*, único modo de as pessoas decentes poderem testemunhar da existência de um *mal actual*, transitado ontologicamente, de que nenhum vestígio ontológico permanece, senão na forma memorial, isto é, espiritual, espírito que é isso de que as velas acesas são símbolo, espírito que nunca deve terminar em mero fumo disperso, sob pena de ser a mesma humanidade a perder-se como fumo de um esquecimento, que é esquecimento do que é essencial e fundamental nela, sem o que não faz qualquer sentido continuar a existir humanidade.⁶

Percebe-se melhor o significado antropológico-ontológico da lista mandada fazer por Schindler se contrastarmos esta com a lista de nomes do início do filme. Enquanto a lista de Schindler não só representa, como mera lista,

⁶Para além da óbvia referência à passagem bíblica acerca de Sodoma e Gomorra, há, como paradigma desta necessária memória essencial que faz merecer a existência do ser humano, o drama de Job: se este não tivesse mantido no mais profundo de si – nível que vai ser o único que não é artificialmente removido, para não o aniquilar desde fora – a memória de um bem divino e de si próprio, não teria resistido a tanto sofrimento e provações e tentações, incluindo a final, directamente imposta pelo próprio Deus, e não teria mostrado o bem da humana criação, operada por Deus, deixando, portanto, absolutamente, de ser digno de existir. De notar que Job não é uma qualquer figura histórica ou historicamente redutível, mas *o paradigma do ser humano*, sendo que o que é bom para o modelo é bom para todos os modelados. Job é o crivo universal da bondade ontológica do ser humano, independentemente de culturas ou tempos ou religiões. *Todas as vidas de todos os seres humanos podem ser vistas através do modelo de Job e da sua adequação a este modelo*. No resultado, segundo as terríveis palavras de Cristo, já têm a sua recompensa, como Job teve a sua, a sua precisamente.



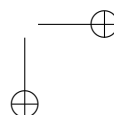
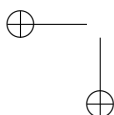
uma virtuosa ordem cósmica, mas é essa mesma ordem, ao distinguir material e formalmente um grupo de pessoas a que dá acesso à vida. É uma lista que prossegue o bem, que permite a sua realização e o realiza fundamentalmente ao permiti-lo; a lista do início do filme elenca os nomes dos eleitos como ontologicamente indesejados e, através deste elenco, aprisiona e escraviza aqueles que nomeia.

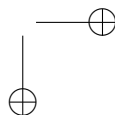
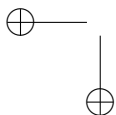
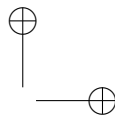
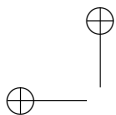
Trata-se não de uma lista de salvação, como a de Schindler, mas de uma lista de morte: é a lista do mal, oposta e contraditória da lista do bem. É a escolha fundamental esta que aqui se nos depara e se deparou a Schindler: que escolho, o bem absoluto da possibilidade da vida, como dom que, assim, ofertado, ou o mal absoluto da morte, como anti-dom que, assim, também ofertado? Aqui, nesta escolha, radica toda, mas mesmo toda, a possibilidade de bem e de mal, que não tem ou pode ter qualquer outra origem senão a mesma actualidade ética e política humana.

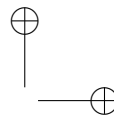
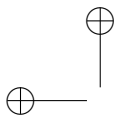
Toda a teorização que visa eliminar esta mesma tragicidade de escolha, de cada escolha actual, mata a mesma humanidade, como possibilidade de bem e de mal próprios seus, por si realizados, e transforma a mesma humanidade num imenso conjunto de escravos, de tudo dependentes, menos de sua mesma, própria, capacidade de eleição de bem e mal. Tais teorias cumprem precisamente a realização da maior ambição de todas as tiranias paradigmáticas pelo nazismo.

A figura de Schindler é o paradigma da possibilidade de liberdade do ser humano, mesmo quando exteriormente condicionado por variáveis aparentemente esmagadoras. A bondade não é para cobardes, sejam estes puramente individuais ou na forma de comunidades, que, sendo cobardes, se auto-aniquilam.

Agradecemos a nossa querida Mulher, Cristina, todo o apoio prestado, nomeadamente na ordenação gráfica do texto.







1 Primeiro Capítulo

1.1 A situação política e a “Questão Judaica”

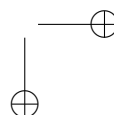
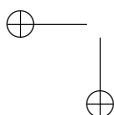
A história ficcional criada por Spielberg neste filme, *A lista de Schindler*,⁷ retoma, numa gigantesca e épica metáfora, acontecimentos reais ocorridos durante o mais devastador e trágico⁸ conflito político-bélico de toda a história da humanidade, a Segunda Guerra Mundial.⁹ É precisamente à história que temos de recorrer a fim perceber o enquadramento geral prático-político da narração constituinte do filme.

⁷O argumento baseia-se na obra biográfica homónima, de autoria de Thomas Keneally, *Schindler's list*, 1982, de que existe tradução portuguesa, de Artur Lopes Cardoso: *A lista de Schindler*, Porto, Público Comunicação Social SA, 2003, 447 pp.

⁸A fim de permitir a possibilidade de formar uma qualquer noção da dimensão da tragédia em causa, fornecemos o número estimado de baixas militares, isto é, sem a consideração das mortes civis, no cenário-teatro de guerra europeu, aquele que enquadra a nossa reflexão. A estes números, haverá, pois, que acrescentar os das estimativas de mortes civis e os das mortes militares e civis nas outras partes de um mundo que esteve todo directa ou indirectamente envolvido (estas estimativas totais oscilam geralmente entre cinquenta a sessenta milhões de mortos). Assim, e segundo as estimativas cautelosas e bem informadas de Norman Davies, ocorreu a seguinte ordem de grandeza em termos de baixas militares nos principais países-actores desta tragédia na Europa: URSS: 11.000.000; Alemanha: 3.500.000; Roménia: 519.000; Jugoslávia: 300.000; Itália: 226.000; Reino Unido: 144.000; EUA: 143.000; Hungria: 136.000; Polónia: 120.000; França: 92.000; Finlândia: 90.000 (DAVIES Norman, *Europe at war. 1939-1945. No simple victory*, London, Macmillan, 2006, p. 24).

⁹Oficialmente, os limites temporais deste conflito situam-se entre 01.09.1939, data do início da invasão da Polónia pela Alemanha nazi, e 02.09.1945, data da assinatura do Acto de Rendição do Império do Japão, a bordo do couraçado USS Missouri, na Baía de Tóquio, acto que assinalou o fim formal da guerra em todas as frentes. A campanha na Europa tinha oficialmente cessado a 08.05.1945, com a formalização do Acto de Rendição por parte da Alemanha nazi.

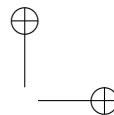
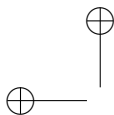
O fascínio do bem. A dimensão agato-ontológica da acção, 15-260



As magnas questões que originaram a chamada “Grande Guerra”, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), de entre as quais há a salientar, à superfície, na fascinante espuma do fenómeno da coisa política, a luta pelo domínio imperial do mundo entre blocos, especialmente entre o capitaneado pela Grã-Bretanha e o capitaneado pela Alemanha, e, mais profundamente, a luta pela imposição de determinada cosmovisão, luta entre um determinismo causal cego e carente de um poder político capaz de forçar uma necessária adaptação humana a tal determinismo, actualizado pelos poderes de tipo oligárquico-tirânico de matriz germânica (de que o sovietismo acabou por ser necessário herdeiro, lembremos que Marx era *alemão*), e uma visão que, embora partindo de uma mesma perspectiva causalista, insistia em acreditar na possibilidade real da liberdade humana como contra-determinismo co-operante com o determinismo natural, corrigindo-o, posição erradamente classificada de “liberal”, actualizada pelas oligarquias de índole tendencialmente democrática ou dita democrática.¹⁰

A Grande Guerra originou uma colossal matança, sobretudo nos campos

¹⁰As questões relacionadas com a industrialização e as questões económicas por ela determinadas a montante e a juzante fazem parte deste enquadramento que, mais do que político, é verdadeiramente ontológico. Desta mesma radicalidade da fundação do problema nasce o poder das questões em jogo e, consequentemente, a dureza dos movimentos decorrentes. *O que estava em jogo nas duas grandes guerras foi a magna questão ontológica de definição e determinação da forma humana da cosmologia a aplicar ao mundo.* Esta questão, perene, ainda hoje não foi resolvida, como é óbvio quer pelo seu teor próprio quer pela observação do que se passa em nosso redor. Assim, *mantém-se viva a razão fundamental que causou ambas as guerras*, pelo que a ameaça de uma outra confrontação conflagrante semelhante àquelas em grandeza e radicalidade se mantém iminente. Em abono da verdade e contrariando a moda materialista-determinista, que quer reduzir todas as razões a algo de ordem material, diga-se que, aquando do início da Segunda Grande Guerra Mundial, a superioridade material esmagadora estava do lado dos que viriam a ser os Aliados anti-nazis, possuindo a Alemanha recursos materiais muito reduzidos quando comparados com os daqueles que iria agredir. A vantagem dos nazis não foi propriamente material, mas de ordem diferente, pois souberam utilizar de forma eficientíssima o pouco material de que dispunham inicialmente contra aqueles a quem agrediram. A grande ironia, trágica, reside no facto de a superioridade alemã em termos de doutrina não ser própria, antes emprestada de teóricos militares de uma das nações agredidas, a Grã-Bretanha, de que eram originários os pais da estratégia usada pelos alemães. Quer a arma blindada quer a doutrina inovadora no seu emprego foram criadas na Grã-Bretanha, cujos governantes não possuíram a inteligência necessária para perceber a necessidade da preparação da nação para o seu emprego, ainda que de forma apenas defensiva ou ofensiva na sequência de um ataque não provocado. Herr Hitler percebeu que esta nova arma e estratégia serviam na perfeição os seus intentos expansionistas e mandou implementá-la, mesmo contra a velha



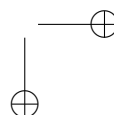
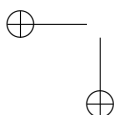
de batalha, estimada em cerca de dez a onze milhões de pessoas, terminando abruptamente por falência anímica, política e consequentemente industrial e militar da Alemanha e seus aliados.¹¹ O pós-guerra que se seguiu não foi capaz de implementar soluções inteligentes capazes de dissolver as questões em jogo no conflito, tendo, até, como no caso do tratamento disciplinar da Alemanha, agravado as razões de polémica.

A humilhação punitiva imposta à Alemanha reduziu este país a um estado de pobreza económica e excitação psico-social-política que serviu de cadinho à plasmação de movimentos extremistas de esquerda e de direita, que lançaram o país num clima de guerra civil. As estruturas de governação da Alemanha foram enfraquecidas e a capacidade de os sucessivos governos alemães lidarem com estes movimentos, controlando-os ou anulando-os, simplesmente não existiu. Havia um generalizado sentimento, talvez mesmo se lhe possa chamar uma intuição, de perda de ordem, não apenas de ordem no sentido político, mas de *ordem no sentido cósmico*.

Ouçamos a esclarecedora palavra do grande Werner Heisenberg, lúcido contemporâneo de todos estes acontecimentos e a pessoa responsável quer pelo programa nazi de fabricação de uma bomba atómica quer pelo seu propósito atraso: “A inquietação persistia, pois, e não carecia, aliás, de relação com a inquietação geral que se tinha, então, apoderado da juventude alemã [estamos no início da década de 1920 e Heisenberg tem de escolher qual o tema científico a que dedicar seus estudos (nota nossa)]. Se um filósofo do nível de Platão acreditou reconhecer uma certa ordem nos fenómenos naturais, tendo nós perdido a noção desta ordem ou tendo-se ela tornado inacessível para nós, deveríamos interrogar-nos a nós próprios acerca do significado do

escola do Estado-Maior alemão. O ocidente pôs os meios da sua aniquilação nas mãos do seu possível carrasco.

¹¹As razões desta falência são motivo de grande controvérsia, geralmente alinhada com interesses não intelectuais. Razões da polémica à parte, o que é inegável é que a Alemanha e seus aliados soçobraram. E tal aconteceu independentemente de haver ou não ainda uma grande reserva de energia sob várias formas, reserva que não foi, de facto, utilizada. No entanto, esta reserva de capacidade foi usada como fundamento pelos críticos da rendição alemã, que argumentaram que, estando a Alemanha ainda na posse de meios significativos de combate, a rendição não foi motivada objectivamente, mas teve de ter sido fruto de uma qualquer traição. É a famosa teoria da conspiração da “facada nas costas”, “facada” que, para muitos, foi obra dos judeus e outros alegados traidores. Como é evidente, Herr Hitler foi um dos grandes seguidores desta teoria.



termo “ordem” em geral. A ordem e a aceitação mental desta ordem estavam ligadas a uma época determinada? Fomos educados num mundo que parecia bem ordenado. Os nossos pais tinham-nos ensinado as virtudes burguesas que formavam a condição da manutenção desta ordem. Que pudesse ser necessário, caso tal não ocorresse, sacrificar a sua vida por esta ordem, tal já os antigos Gregos e Romanos o souberam; tal não era novidade. A morte de um grande número de amigos e de parentes mais não fazia do que confirmar esta verdade. E, no entanto, havia, agora, muita gente que afirmava que a guerra tinha sido um crime, cometido precisamente pela classe dirigente que se tinha, por excelência, sentido responsável pela antiga ordem europeia e que tinha acreditado que era necessário fazer prevalecer esta mesma ordem, exactamente aí onde entrava em conflito com outras aspirações. A antiga estrutura da Europa tinha sido quebrada pela derrota da Alemanha. Também isto nada tinha de excepcional. No fim de contas, sempre que há guerras, há vencidos. O valor da antiga estrutura estava, então, verdadeiramente posto em questão, em termos fundamentais, pela derrota? Não se tratava, antes, de construir agora, sobre as ruínas da ordem antiga, uma ordem nova e mais vigorosa? Ou, então, tinham razão os que sacrificaram as suas vidas nas ruas de Munique, a fim de evitar qualquer retorno a uma ordem de tipo antigo, para a substituir, desta vez, por uma ordem que não incluísse apenas uma única nação, mas toda a humanidade (se bem que a maior parte desta humanidade talvez não concebesse a existência de uma tal ordem)? Estas questões entrecrocavam-se na cabeça dos jovens alemães da época, que também não eram capazes de lhes responder”.¹²

¹²Tradução nossa, a partir da versão francesa de *Der Teil und das Ganze. Gespräche im Umkreis der Atomphysik*, Munique, R. Piper u. Co. Verlag, 1969 (*La partie et le tout. Le monde de la physique atomique*, tradução de Paul Kessler, Paris, Flammarion, [1990]), pp. 21-22. Muito interessante e muito esclarecedor é também o extracto de um diálogo posterior, entre Heisenberg e Niels Bohr, *ibidem*, pp. 84-85: “‘Fico feliz por o ver tão optimista, disse Bohr. Ouve-se falar também, de tempos a tempos, na imprensa, de sombrias correntes anti-semitas na Alemanha, aparentemente encorajadas por certos demagogos. Apercebeu-se de algo a este respeito?’ ‘Sim, em Munique, tais grupos desempenharam, com efeito, um certo papel. Fizeram uma aliança com antigos oficiais, que ainda não digeriram a derrota alemã na grande guerra. Mas, no fundo, não levamos esses grupos muito a sério. É evidente que não se pode fazer uma política razoável à base de puro ressentimento. O que me parece grave, entretanto, é haver também cientistas que fazem coro com tais meios’”. O avanço do movimento histórico tornou óbvio que é possível tais grupos e tais ideias triunfarem, precisamente aproveitando as tremendas forças antropológicas associadas ao ressentimento, dando razão a Nietzsche e

O vazio de poder político institucional normal foi tão grande que se tornou possível a constituição de exércitos privados, com efectivos várias vezes superiores aos do Exército alemão, autorizado internacionalmente a possuir apenas cem mil elementos. Um destes exércitos privados foi a famosa tropa dos camisas castanhas ou S. A. (*Sturm Abteilung*), gigantesco corpo de assalto político, comandado por um monstro de perversão, Ernst Röhm, e destinado a satisfazer os desejos políticos de Herr Hitler. No entanto, para muitos alemães, estes grupos, especialmente o de Herr Hitler, constituíam uma promessa de um *mínimo de ordem*, numa terra onde ordem não havia.

As ideias de Herr Hitler, pelo menos as que tinha o senso político de divulgar, acabaram por colher crédito junto de um número de alemães suficiente para a sua eleição, *em acto formalmente democrático*, como Chanceler, cargo para que foi nomeado por Hindenburg (herói alemão maior da Grande Guerra), em 30 de Janeiro de 1933, às doze horas. Imediatamente começou o efficacíssimo chanceler a edificação do seu edifício real (*Reich*) de mil anos, o *Terceiro Reich* do qual, seria o iniciador, o condutor, o pastor, o guia, o imperador, num termo, o *Führer*. A *Alemanha iria*, mais do que vingar-se dos seus antigos e indignos inimigos, *ser senhora do mundo*, impor-se como modelo não apenas político, mas cosmológico, antropológico, ontológico. Para tal, havia que conquistar sucessivamente não apenas terrenos, mas verdadeiros *espaços-vitais*,¹³ o que implicava necessariamente *eliminar, de algum modo*,

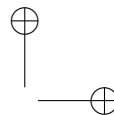
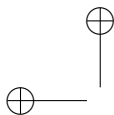
a Scheler. Churchill, sempre na sua forma de marginal ao sistema estabelecido, deu muita importância a estes movimentos, mormente ao capitaneado pelo cabo Hitler.

¹³ O espaço-vital, *Lebensraum*, não corresponde a uma categoria espacial física e geográfica, embora a suponha materialmente, nem sequer a uma realidade de mera geografia humana: é uma *categoria ontológica e cosmológica*. Este espaço-vital é a necessária possibilidade – algo de metafísico, portanto – de existência do novo povo da nova Alemanha, Alemanha que a tudo se sobrepõe, mesmo a Deus – *Deutschland über alles* – e a que nada se pode opor, mesmo a existência de outros povos nesses espaços. Como vitais que são para o novo povo-eleito, há que os conquistar e adaptar às necessidades emergentes, com o seu novo papel. Trata-se de um trabalho de recosmização do espaço físico, transformando-o em algo de preparado para receber os seus novos habitantes e senhores. Trata-se de um trabalho de sacralização de um espaço que era, do ponto de vista dos novos senhores, profano, profanizado sobretudo pela presença nele dos sub-humanos que o ocupavam. Assim, o sacrifício das pessoas residentes nestes espaços foi precisamente um holocausto, não no sentido em que se reduz este a uma actualização de um acto litúrgico tipicamente vetero-testamentário, mas no sentido universal de uma ressacralização através do acto litúrgico do sacrifício dos seus ocupantes. *O holocausto nazi não se destinava apenas aos judeus, mas a todos os seres humanos que ocupassem espaços-vitais por*

as pessoas que lá estivessem, dado que, sendo vital, isto é, sendo imprescindível para a vida – neste caso dos alemães do presente e do futuro –, o espaço não poderia ser partilhado. Quando e enquanto fosse necessária a utilização, por parte dos alemães eleitos, dos seus actuais habitantes, estes seriam reduzidos à condição de escravos, depois, sendo não necessários, seriam simplesmente mortos. Desta solução sanitária fundamental apenas seriam absolutamente isentados os autóctones que fossem declaradamente germanos ou arianos, que seriam assimilados. Todo o esforço económico e político geral de Herr Hitler foi orientado para este objectivo. Até ao fim da guerra, mesmo quando estava prestes a suicidar-se, Herr Hitler ainda acreditava neste seu sonho de um *Reich* alemão de mil anos. Foi preciso que morresse para que o seu sonho morresse com ele.¹⁴

si reclamados. Seria este o destino universal de todos os povos que não correspondessem ao novo paradigma antropológico-ontológico nazi. O nazismo foi o Moloch insaciável da contemporaneidade, divina humana besta incarnada num conjunto de pessoas que se auto-outorgou o direito de fazer de Deus. Mas não é este o fundamento básico de toda a estratégia política moderna?

¹⁴ Parece que esta evidência da necessária conexão entre a sua vida e morte e a vida e morte do sonho do *Reich* apenas foi percebida por todos os que insistiram sempre numa rendição incondicional da Alemanha, rendição que implicasse a anulação de Herr Hitler, pois percebia-se que Hitler vivo implicaria a não morte do sonho trespasseado do império do *Reich* sobre o mundo, o que era obviamente intolerável. Mas este tipo de sonhos não morreu certamente com a morte de Herr Hitler. Com toda a diplomacia que tem de se lhe reconhecer, refere-se Churchill do seguinte modo a esta questão: “A utilização da expressão “rendição incondicional”, embora largamente saudada na altura, tem, desde então, sido descrita por várias autoridades como um dos grandes erros da política de guerra anglo-americana. Temos de sobre tal nos debruçar neste momento. Diz-se que prolongou a luta e tornou a posterior recuperação mais difícil. Não acredito que tal seja verdade. [...] Em vários discursos públicos, deixei bem claro o que o Presidente [Roosevelt] e eu tínhamos em mente. “O termo ‘rendição incondicional’”, disse na Câmara dos Comuns, em 22 de Fevereiro de 1944, “não quer dizer que o povo alemão seja escravizado ou destruído. Quer dizer, no entanto, que os Aliados não estarão a ele vinculados, no momento da rendição, por qualquer pacto ou obrigação... Rendição incondicional quer dizer que os vencedores têm as mãos livres. Não quer dizer que tenham o direito de se comportar de forma bárbara nem que queiram apagar a Alemanha das nações da Europa. Se estamos vinculados, estamos vinculados pelas nossas mesmas consciências à civilização. Não vamos estar vinculados aos alemães em consequência de uma tirada negocial. Este é o significado de ‘rendição incondicional’”. Não se pode contestar que, nos anos finais da guerra, houvesse algum mal-entendido na Alemanha”, CHURCHILL Winston Spencer, *The second world war*, London, Penguin Books, 1989, pp. 648-649. É este o entendimento de “rendição incondicional”, apenas desmentível por Roosevelt, o outro pai desta específica noção. Note-



Se há um elemento constante na história – e a história é sempre a história dos homens –, nem sempre devidamente relevado pela historiografia, a par com o seu contraditório, demasiadamente exaltado pela historiografia, esse elemento é a estupidez ou, se quisermos ser mais simpáticos, a irracionalidade. Ora, talvez não haja tempo mais esclarecedor e emblemático relativamente a este tema do que os anos que antecederam imediatamente a Segunda Guerra Mundial: como lembra Churchill nas suas memórias de guerra da Segunda Guerra Mundial, Herr Hitler limitou-se a fielmente realizar com germânico método o que tinha publicamente proposto na sua obra política teórica, fundadora de uma nova “ideologia”, *Mein Kampf*.

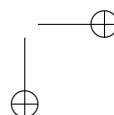
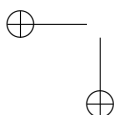
Uma razoavelmente atenta observação dos sucessivos passos empreendidos por Herr Hitler facilmente mostra a razão do velho “Bulldog” inglês. Mas parece que este foi o único homem potencialmente influente que levou a sério aquilo que os bem-pensantes no poder executivo pelo mundo democrático fora consideravam como meras tolices do “cabo alemão”. O supostamente tolo chanceler acabou por marcar a ferro e fogo a agenda mundial durante mais de uma década, em sua vida, e continua, em boa parte, a marcá-la depois, por causa das consequências que a sua acção deixou no porvir a ele subsequente. Terrível e perigosa tolice, esta, nem tanto a de Herr Hitler, mas daqueles que não souberam ver, por detrás da aparente “tolice”, um programa inexorável de *recosmicização nazi do mundo*.

Herr Hitler foi, perante a tolice política dos seus inimigos, que tão bem soube aproveitar, quase tranquilamente, executando o programa de expansão político-cósmica de *Mein Kampf*: unificação da raça ariana, ocupação dos seus necessários territórios vitais, eliminação de direitos humanos, publicação de leis que reclassificavam “antigos seres humanos” em novas categorias de sub-humanidade ou de não-humanidade, por fim, agressão irrevogável ao santo dos santos das democracias, a sua possibilidade de sobrevivência.

A guerra oficial começa (01 de Setembro de 1939). Durante os primeiros meses, após a eliminação relâmpago da Polónia (ignobilmente partilhada com a Rússia soviética), as frentes de batalha a ocidente estabilizam e Herr Hitler tenta e consegue desmotivar os seus defensores.¹⁵ A dez de Maio de 1940,

se o contraste, a todos os níveis, com as linhas de orientação nazis, aliás, com as linhas de orientação de todas as tiranias e seus sucedâneos.

¹⁵Uma interessante interpretação destes actos e tempos é a que é apresentada por Hans Bernd Gisevius, na sua obra *Bis zum bittern Ende*, na tradução em língua inglesa, em versão abrevi-



os corpos militares alemães avançam sobre o ocidente da adormecida Europa, incapaz de resistir, e, em cerca de um mês, esmagam exércitos numericamente superiores e com mais maquinaria, mas doutrinalmente deficientes e sem forças anímicas para a luta. Apenas a Grã-Bretanha de Churchill permanece combatente,¹⁶ após uma periclitante e quase-desesperada retirada estratégica do norte de França, em Dunquerque, deixando para trás quase todo o equipamento militar operacional de que a Grã-Bretanha dispunha. Em meados de Junho de 1940, há entre Herr Hitler e o seu fim de conquista primeira do ocidente apenas trezentos mil soldados devidamente treinados em solo britânico, veteranos, mas quase desarmados, e a tenacidade de um Primeiro Ministro, Churchill, precisamente chegado a este posto no mesmo 10 de Maio, que não

ada, *Valkyrie. An insiders account of the plot to kill Hitler*, “Prefácio” de Allen W. Dulles e “Introdução” de Peter Hoffmann, Cambridge, MA, Da Capo Press, 2009, pp. 38-39: “O inverno de 1939-40 passou à história da guerra com o nome de “falsa guerra”, a *drôle de guerre*, como os franceses lhe chamaram, de forma tão picante. Teriam os que troçavam escolhido esta denominação se tivessem tido o dom de prever o futuro? A maligna ilusão desse inverno consistiu precisamente no facto de nada ter acontecido. Mais uma vez, a revolucionária filosofia do “como se”, essa perene filosofia dos nossos mil anos, fez pagar o seu preço. Uma vez que os terrores não se abateram imediatamente, uma vez que os revolucionários fizeram uma pausa, a fim de respirarem fundo, antes de mergulharem em nova violência, todos os nossos preocupados contemporâneos suspiraram de alívio e decidiram que, agora, o pior tinha acabado e que tudo terminaria bem. No passado recente, não tinham percebido o clamor das armas no seio da paz; agora, eram completamente incapazes de compreender esta inquietante calma antes da tempestade da guerra “real”. O “General Tempo” estava do lado de Hitler, nesta primeira fase da guerra. É verdade que as Potências Ocidentais se estavam a armar; mas não preencheram a brecha de Sedan e continuaram a barricar-se quer psicológica quer fisicamente por detrás da linha Maginot. Recusaram-se a retirar a iniciativa ao ditador, embora a guerra na Finlândia fosse bastante sugestiva ao ponto de os fazer reflectir acerca da importância positiva e negativa das bases norueguesas”. Hans Bernd Gisevius não faz justiça àqueles que, como Churchill, não se conformaram e não acreditaram no canto de sereia da *drôle de guerre*. Desde há muito que Churchill reclamava precisamente a *iniciativa contra* Herr Hitler. Efectivamente, não foi ouvido. Quando Churchill chegou ao poder, simplesmente não dispunha de meios ofensivos e os defensivos eram escassos.

¹⁶As razões fundamentais de que Churchill dispunha levavam-no a compreender qual o papel da resistência, o mais longa possível, ao nazismo, na esperança de que alguém – e só poderia ser algo provindo do Novo Mundo e do mundo colonial, por ironia – intervisse com poder suficiente para derrotar o poder instalado dos novos senhores. *A humanidade deve a Churchill uma dívida para sempre impagável: que teria sido do mundo, se Churchill tivesse acedido aos pedidos de conciliação por parte de Hitler?* Será, sequer, imaginável? Onde estaria toda a milenar tradição de luta pela liberdade do ser humano?

quer abandonar o seu povo e os demais povos à rapacidade de um político pervertido em humano menor deus dos destinos da humanidade.

Durante mais cerca de dois anos, para o ocidente, apenas derrotas importantes se irão seguir, sendo que apenas num 1942 já avançado se irão registar os primeiros sinais de possibilidade de vitória, com El Alamein, em África, e Midwai, no Pacífico, aqui, na guerra contra o aliado nipónico de Herr Hitler. Durante estes dois anos, o triunfo final das democracias foi apenas uma questão de fé, dado que nenhum elemento não pístico foi capaz de emergir. A ocidente, o triunfo dos planos de Herr Hitler esteve por um finíssimo fio.¹⁷

A acção do filme, que aqui nos interessa como pretexto de reflexão, vai situar-se na Polónia, em Cracóvia, isto é, em território anexado pelos nazis já nos primeiros tempos da guerra, logo em 1939. Tais territórios irão estar sob domínio nazi durante toda a guerra, o que faz deles, bem como dos de toda a Polónia inicialmente apropriada por Hitler, os que mais tempo estiveram sob domínio nazi por anexação de guerra. Como gente organizada e altamente civilizada, no sentido material, que era, os alemães nazis começaram logo a reordenar o território ocupado, implementando aí as leis de reclassificação humana, pelo que os judeus foram, como tais, assinalados e marcados, tendo

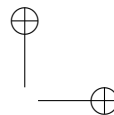
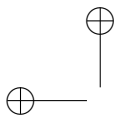
¹⁷Dirão certos cínicos cultores da ciência política que, materialmente, não foi bem assim, mas que foi o facto de Herr Hitler ter enveredado, desde o início do Verão de 1941, por uma política de ataque a leste, com as consequências inesperadas impostas pela extensão do terreno, condições atmosféricas, questões logísticas com ambas relacionadas e, sobretudo, pela inesperada titânica resistência dos povos dominados pelo sistema soviético que impediu que Herr Hitler pudesse dispor de efectivos humanos e materiais suficientes para terminar o trabalho a oeste, findo o namoro a Churchill. Cinicamente, é bem possível que tenham razão. Por outro lado, sem a resistência dos gregos à tentativa de invasão por parte da Itália de Mussolini, que derrotou de forma vergonhosa as tropas do Duce e obrigou a uma intervenção de salvação por parte do amigo Hitler, obrigando à perda de tempo precioso para os nazis, obrigados a adiar por várias semanas o avanço sobre a União Soviética, é provável que o avanço imparável que conseguiram até se deterem a escassas dezenas de quilómetros de Moscovo tivesse sido totalmente bem sucedido, permitindo, assim, a ocupação da capital do império russo, com as imponderáveis, em sua total magnitude, consequências que de tal necessariamente decorreriam. Já aqui se poderia começar a perceber que o grande palco da tragédia em curso se situaria no oriente e não no ocidente da Europa, como, de facto, se veio a verificar. *A paradigmática cobardia da Europa ocidental* permitiu não apenas o sofrimento de seus povos como permitiu o sofrimento de centenas de milhão de pessoas a leste e a morte de várias dezenas de milhão, de entre elas, talvez mais de metade do total de vítimas mortais de todo o conflito (estimativas apontam para cerca de trinta milhões de mortos).

sido, assim que possível, postos a viver em territórios de confinamento próprios, os guetos.

A lógica era inexoravelmente a própria dos princípios elencados pelo *Führer*: pessoas, ou seja, alemães arianos e outros arianos nos sítios próprios para pessoas e os outros tipos de “seres”, como os judeus, que não eram considerados pessoas, em sítios próprios, como se procede normalmente com todas as outras espécies com que os seres humanos se relacionam, por exemplo, cães, cavalos e outro “gado”. Como gado que era, segundo o *novo cosmos* germânico nazi, tudo o que não fosse humano-ariano era transferido para redís ou currais próprios, a fim de que não houvesse mistura com os humanos ou contaminação destes por aqueles.¹⁸ Tudo logicamente feito, segundo princípios fundamentais, tornados legais¹⁹ e, portanto, mandatários para os membros da

¹⁸Uma significativa ilustração destes novos princípios cosmológicos-políticos pode ser dada pela citação que se segue, a partir da experiência do campo de concentração-extermínio de Auschwitz-Birkenau: “Dado que, na teoria racial nazi aqueles que estavam prisioneiros no campo representavam um perigo para o bem-estar físico do Reich, as relações sexuais entre membros das SS e quem estava recluso no campo eram expressamente proibidas. Tais actos constituíam um “crime de raça” para os alemães. De facto, uma das diferenças entre as atrocidades cometidas pelos nazis que levavam a cabo a “Solução Final” e muitos outros crimes do século vinte consiste na pública insistência por parte dos nazis para que as suas tropas se abstenham de violência sexual, não por razões humanitárias, mas por razões ideológicas. [...] Ao passo que nas Ilhas do Canal ou em França era perfeitamente possível aos soldados alemães ter relações com as mulheres locais, os judeus e a população eslava do Leste representavam, para os nazis, povos racicamente perigosos. A propaganda nazi apregoava aos quatro ventos que uma das mais sagradas tarefas de cada soldado do Reich consistia em assegurar a “pureza do sangue alemão”. Mulheres eslavas e judias (especialmente estas últimas) estavam absolutamente fora dos limites. Tinha mesmo sido promulgada uma lei, na Alemanha pré-guerra, explicitamente proibindo o casamento entre judeus e não-judeus. [...] Matar mulheres judias era, assim parece, um sagrado dever ideológico para os SS, mas ter sexo com elas era um crime.”, REES Laurence, *Auschwitz, The nazis and the ‘final solution’*, London, BBC Books, 2005, pp. 235-236.

¹⁹É por demais óbvio que a legalidade indiscutível de muito do que foi feito pelos nazis não pode não deixar de suscitar a questão acerca da *necessária bondade* da legalidade, que, pura e simplesmente, *como necessária*, não existe. *Não é por ser legal que algo é bom ou mau, ética ou politicamente, e muito menos nas consequências ontológicas que de si decorrem.* Destinada ao serviço não de qualquer indiferenciada coisa, a capricho seja de quem for em que qualidade for, mas do bem-comum, a Lei só é humanamente uma boa lei se cumprir o sentido do bem-comum, pelo que *a invocação da legalidade não tem, em si e apenas por si, qualquer valor de bondade.* A mais legal das leis pode ser a mais perversa e bestial das leis. Contra a possível perversão da legalidade, apenas a objecção de consciência, acima de qualquer lei humana e



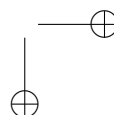
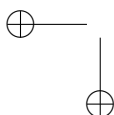
administração pública deles encarregues. Salientamos o facto de toda esta actividade ser formalmente legal, no sentido jurídico comum do termo.

É neste pano de fundo que vemos surgir a narrativa que associa a necessária ficção fílmica à reconstrução histórica do drama e da tragédia da humanidade associada à vida, às escolhas e ao destino hetero, mas fundamentalmente auto-destinado de Herr Schindler. Como o próprio personagem confessa no filme, estão reunidas todas as excepcionais condições, impossíveis em tempo de paz, para que alguém, diga-se de passagem, sem escrúpulos morais e políticos, possa fazer uma imensa fortuna. É com o sonho de fazer uma imensa fortuna que o membro germano-checo do partido nazi, Schindler, vai surgir na cidade polaca de Cracóvia, onde descobriu uma oportunidade de negócio mesmo a seu jeito.

1.2 A “Solução Final”

Desde os tempos da escrita de *Mein Kampf* que Herr Hitler entendia proceder a uma germano-arianização de todos os territórios correspondentes ao seu pretendido *Lebensraum*, espaço vital para o desenvolvimento de uma nova civilização, que queria superior, e em que os seus valores de vida perfeita e de impiedosa atitude para com tudo o que não correspondesse a esse seu ideal fossem traduzidos em quotidiana acção. Esta “purificação” recosmicizante onto-antropológica, segundo o paradigma que solitariamente concebeu em seu espírito e ditou ao seu camarada preferido e confidente da altura, Rudolf Hess, aquando da sua estadia na prisão de Landsberg, após a tentativa de golpe de estado de Munique de 1923, começou logo após a assunção ao poder e do poder como Chanceler, no fim de Janeiro de 1933, na forma de perseguição e de captura, tortura e assassinato de todos os que não correspondessem política ou etnicamente ou mesmo biologicamente ao seu modelo ariano, quer racicamente quer ideologicamente entendido ou, ainda, a rivais políticos perigosos,

radicada na estrutura profunda do ser humano, tem poder. É claro que pode bem ser um poder que obrigue a dar a vida pelo bem que se intui o mais profundamente em seu mesmo ser. Mas é a única defesa contra algo que deveria ser a salvaguarda da possibilidade de uma vida universal em comunidade, mas que, muitas vezes, mais não é do que um instrumento tirânico nas mãos ou de tiranos profissionais ou de não menos profissionais oligarquias, mesmo que com fachadas diferenciadas, algumas mentidas em formas pseudo-defensoras de formas gerais de bem, formas que não incluem, por definição e natureza próprias, o bem-comum.



como no caso da famosa “noite das facas longas”, em que mandou eliminar, supervisionando pessoalmente, todo o aparelho superior das SA (*Sturm Abteilung* – Destacamento de Assalto), visando afastar radicalmente e de modo permanente o perigo para a sua hegemonia que o chefe-supremo destas tropas, que ascendiam a três milhões de homens, Ernst Röhm, representava (neste acto, foram mortas várias centenas de pessoas, algumas “acidentalmente”).²⁰

Tal processo de recosmização nazi do mundo iniciou-se, desde logo, em território alemão posterior ao Tratado de Versailles, mas a intenção foi sempre a de o aprofundar e alargar, levando-o a todos os níveis e a todos os grupos não arianos no ser ou no pensar ou a todos os que fossem definidos como “indesejados” pelos nazis, e a todos os territórios a capturar e integrar no grande *Reich*.

Progressivamente, todos os indesejados, todos os “anormais”, todos os “tarados”, numa palavra, todos os sub-humanos, *Untermenschen*, começaram a ser recenseados, marcados, preparados para a tomada de medidas extremas necessárias para a sua evicção definitiva. Num programa pensado e supervisionado, ao mais alto nível, pelo próprio Hitler, chamado *Eutanásia*,²¹

²⁰Este acto teve ainda uma outra repercussão fundamental, pois, foi através dele e da sua boa conclusão pró-hitleriana, que o seu executor máximo, Herr Heinrich Himmler, se tornou na principal figura securitária do regime, não apenas chefe da polícia de segurança do estado (*Geheime Staats Polizei* – *Gestapo*), mas também de todo um sistema paramilitar paralelo às próprias forças armadas clássicas (*Wehrmacht*), as infames SS (*Schutzstaffeln* – *escolta de protecção*), que possuíam corpos de “exército” próprios, com divisões blindadas, algum do melhor equipamento e treino, para além de uma endoutrinação militar e política diamantina, que convertia os seus elementos em peças mecanicamente fanáticas ao exclusivo serviço de Himmler e de seu senhor, Herr Hitler. Também, por via do controlo destas instituições, detinha todo o poder sobre os campos de concentração e de morte, com os seus anexos fabris, onde os presos que não eram imediatamente mortos, eram utilizados em benefício económico do *Reich*, até à sua total falência energética, quando eram, também eles, eliminados. Himmler, por inépcia de seus captores norte-americanos, conseguiu iludir a justiça aliada, ingerindo uma cápsula de cianeto, instrumento de morte própria que os altos dirigentes nazis transportavam sempre consigo, como forma de não poderem ser tomados como troféu, em todas as possíveis valências deste termo, pelos seus eventuais captores.

²¹“No entanto, a matança com dimensões de genocídio dos *lebensunwertes Leben* (os indignos de existência) na Alemanha nazi começou não com os judeus, mas com a eutanásia, destinada aos mentais e fisicamente incapazes, num total de cerca de 212.000 alemães e 80.000 outros. Os doentes mentais eram também mortos em salas de chuveiro convertidas, que forneceram a inspiração para o que acabou por ocorrer em Auschwitz.”, ROBERTS Andrew, *The storm of war*, London, Penguin, 2009, p. 221 (tradução nossa).

lançaram-se as bases teóricas e os fundamentos pragmáticos do que viria a ser a panóplia de meios de destruição “piedosa” das “vidas inferiores”.²²

²²Como toda a restante realidade, a realidade da maldade também funciona integradamente, universalmente integrada, segundo um esquema monadológico leibniziano, ainda que, neste caso, perverso. Assim, também neste âmbito o infame campo de Auschwitz se integra neste plano, para o desenvolvimento do qual teve, aliás, importância fundamental, pois foi em Auschwitz que foram desenvolvidas as “grandes descobertas científicas e técnicas” que possibilitaram a industrialização de uma matança que, até estas descobertas, mais não fora do que um confuso conjunto de iniciativas individuais de criar meios o mais eficazes possíveis de matar o maior número possível de pessoas, da forma mais económica e higiénica possível, tendo todos falhado. Mas, onde os outros falharam, os industriais e patriotas nazis de Auschwitz iriam triunfar. A propósito desta relação entre o programa “Eutanásia” e Auschwitz, é de todo o interesse a informação transmitida por REES, Laurence, *Auschwitz, The nazis and the ‘final solution’*, London, BBC Books, 2005, pp. 75-76: “No mesmo mês, Julho de 1941, uma série de decisões tomadas a muitas milhas de distância teve como resultado tornar Auschwitz num sítio ainda mais sinistro. Prisioneiros de Auschwitz estavam prestes a ser assassinados, por meio de gaseamento pela primeira vez –, mas não segundo o modo pelo qual o campo haveria de se tornar infame. Estes reclusos iriam ser mortos porque se tornaram vítimas do programa nazi de “eutanásia para adultos”. Esta operação de assassinato teve a sua origem num decreto do Führer, de Outubro de 1939, que autorizava médicos a seleccionar pacientes com doenças mentais crónicas ou fisicamente incapacitados e a matá-los. De início, foram utilizadas injeções de produtos químicos para assassinar os incapacitados, mas, mais tarde, o monóxido de carbono passou a ser o método preferido. As câmaras de gás, desenhadas de modo a que parecessem salas para banhos de chuveiro, foram construídas em centros de matança especiais, a maioria antigos hospitais psiquiátricos. Alguns meses antes de emitir o seu decreto de Outubro, Hitler tinha autorizado a selecção e assassinato de crianças deficientes. Ao fazer tal, seguia a gélida lógica da sua visão ultra-darwiniana do mundo. Estas crianças perderam o direito às suas vidas porque eram fracas e constituíam um encargo para a sociedade alemã. E, como profundo crente na teoria racial, estava preocupado com a possibilidade de estas crianças serem capazes de se reproduzirem quando atingissem a idade adulta. O decreto que estendia o programa de eutanásia aos adultos foi pré-datado com a data de 1 de Setembro, dia do início da guerra – mais um sinal de como o conflito agiu como catalizador da radicalização do pensamento nazi. Os incapacitados eram, para estes nacional-socialistas fanáticos, mais um exemplo de *Ballastexistenzen* (literalmente, “existências-balastro” ou “existências-peso-morto”), agora especialmente onerosas para um país em guerra. O Dr. Pfannmüller, uma das figuras de pior fama do programa de eutanásia para adultos, expressava assim os seus sentimentos: ‘É-me insuportável a ideia de que o melhor, a flor da nossa juventude tenha de perder a sua vida na frente, de modo a que aos elementos associiais mentecaptos e irresponsáveis possa ser dada uma existência segura no asilo’ (Citado a partir de: LIFTON Robert Jay, *The nazi Doctors*, Basic Books, 1986, p. 63). Não surpreende, dada a mentalidade dos agentes, que os critérios de selecção incluíssem não apenas a severidade das doenças mentais ou físicas, mas também os antecedentes religiosos ou étnicos do paciente. Assim, os judeus internados em hospitais psiquiátricos eram enviados para serem gaseados sem selecção, e, no Leste, métodos draconian-

Fizeram-se experiências laboratoriais, filmes de propaganda pseudo-científica acerca da terrível infelicidade de certas pessoas, não bem exactamente pessoas, que não tinham qualquer qualidade de vida e que constituíam um fardo financeiro para o *Reich*, acabando mesmo por se perguntar “caridosamente” se não seria muito melhor acabar com aquele sofrimento e respectivos custos vários, directos e indirectos. Estes filmes destinavam-se a servir de veículos de endoutrinação do povo alemão, especialmente das crianças, preparando-o para a já prevista matança sistemática destes seres humanos, sempre com o intuito do aperfeiçoamento da “raça” ariana. A evidência histórica abunda.²³

Foram também iniciadas as primeiras experiências-piloto com execuções ditas piedosas, experimentando vários tipos de equipamento, a fim de determinar qual o método mais rápido, mais barato e mais indolor e discreto. Um dos primeiros tipos de execução inicialmente usados foi o método de gaseamento por meio de monóxido de carbono dentro de caixas de transporte de camiões, usando a combustão do próprio motor, tendo havido outras piedosas variantes. O método revelou-se pouco eficaz, mas foi usado sempre que não havia outro melhor à disposição. No entanto, provou que o uso de gás tinha a

anos semelhantes eram usados para limpar de pacientes os asilos polacos. Entre Outubro de 1939 e Maio de 1940, cerca de 10.000 doentes mentais foram mortos na Prússia Ocidental e no Warthegau, muitos através do uso de uma nova técnica – uma câmara de gás sobre rodas. As vítimas eram empurradas para o interior de um compartimento hermeticamente selado na parte de trás de uma carrinha transformada e, depois, asfixiados por meio de monóxido de carbono engarrafado. De modo significativo, o espaço vital assim libertado era utilizado para domiciliar os alemães étnicos que estavam a chegar. No início de 1941, a campanha de eutanásia para adultos foi estendida aos campos de concentração, numa acção conhecida como 14f13, e o programa chegou a Auschwitz em 28 de Julho”.

²³De filmes como *Der ewige Jude (O judeu eterno)*, em que os judeus são comparados a ratas, ou *Jud Süß (Doce judeu)*, às Leis de Nuremberga, passando por muita outra produção “artística” e legal, o Terceiro Reich deixou-nos um legado muito significativo de elementos formais produzidos com o sentido de reclassificar certos tipos de humanidade, reclassificação que passava não apenas pela formalização legal, para a qual as leis bastariam, mas pela muito mais profunda reformulação mental, memorial e espiritual da representação dessas pessoas junto dos eleitos arianos. O trabalho foi mais bem sucedido, como seria de esperar, junto das crianças, futuros executores reais do processo físico de recosmicização, com a consequente aniquilação dos indesejados, já então aceites comumente como não humanos. Existem testemunhos recentes destes elementos arianos participantes em actos deste teor que manifestam continuar a acreditar no que lhes foi passado nesta endoutrinação. Seguramente, tiveram nos últimos sessenta anos a oportunidade de espalhar este seu perverso evangelho, procriando, assim, novas gerações de nazis, capazes de iterar os feitos de seus ancestrais heróis.

vantagem de ser limpo e de permitir grandes quantidades de produção, se bem utilizado.

Injecções, fuzilamentos de vários tipos, enforcamentos, de tudo um pouco se experimentou, tudo se revelando ineficaz ou porque era demasiadamente lento, como o enforcamento, reservado principalmente para as execuções destinadas a manifestar publicamente o poder destruidor do regime e a criar exemplos, ou demasiado lento e dispendioso quer financeira e logisticamente quer psicologicamente para os carrascos, como o fuzilamento.

No fim, muito cientificamente, foi decidido usar um método que recorria ao efeito de sublimação de uns cristais de cianeto, anteriormente usado como pesticida, chamado *Zyklon B* (*Zyklon Blausäure*, literalmente: *ciclone ácido-prússico* ou *ciclone de ácido-prússico*).²⁴ Foi este o grande método de

²⁴ Para que se perceba como todo este sistema funcionou, é necessário que nos detenhamos nos *pormenores*, pois toda esta história seria bem diferente se o nazismo mais não fosse do que uma outra teoria perversa, mas eficazmente impotente, o que não aconteceu: foi capaz de se impor devido à *eficácia de elementos obscuros*, cuja colaboração foi determinante para a definição do destino de milhões de seres humanos. Nenhuma história é mais significativa do que a da emergência do *Zyklon B* como meio de eleição para a eliminação rápida e segura dos indesejados. Assim, segundo o relato de Rees: “O momento decisivo de descoberta em Auschwitz parece ter ocorrido quando Hoess estava ausente do campo [Hoess era o comandante de Auschwitz], algures no tempo nos fins de Agosto ou princípios de Setembro. Frittsch, seu lugar-tenente, descortinou um novo uso para um químico destinado a remover as infestações de insectos no campo – ácido-prússico cristalizado, vendido em latas e comercializado sob o nome *Zyklon* (ciclone) *Blausäure* (ácido prússico), popularmente conhecido como *Zyklon B*. [...] Se o *Zyklon B* podia ser empregue para matar piolhos, por que razão não poderia ser utilizado para matar pestes humanas? E como o Bloco 11 ainda era o lugar das execuções no campo e a sua cave podia ser selada, não era este o sítio mais natural para realizar uma experiência? Auschwitz nesta altura não era um campo em que uma tal acção pudesse ser levada a cabo secretamente. Havia apenas alguns metros entre cada bloco e a má-língua era a moeda-corrente do sítio. Deste modo, as experiências de Frittsch foram do conhecimento comum desde o início. “Podia ver que estavam a carregar terra em carrinhos-de-mão para isolar as janelas”, diz Wilhelm Brasse. “E, um dia, vi-os levar os que estavam gravemente doentes do hospital para o Bloco 11”. Não eram apenas os doentes que eram levados para o Bolco 11. De forma previsível, também eram transportados para lá membros de outro grupo-alvo que as autoridades de Auschwitz já tinham anteriormente mostrado que queriam matar: os comissários soviéticos. “Juntaram prisioneiros de guerra soviéticos na cave”, diz August Kowalczyk. “Mas aconteceu que o gás não funcionou assim tão bem e muitos dos prisioneiros ainda estavam vivos no dia seguinte. Então, aumentaram a dose. Mais cristais foram despejados para o interior”. Quando Hoess regressou, Frittsch relatou o modo como tinham decorrido as experiências. Hoess assistiu aos gaseamentos seguintes no Bloco 11: “Protegido por uma máscara de gás, eu próprio

extermínio industrial usado nos gigantescos campos de maciça matança como Auschwitz, Auschwitz-Birkenau e Treblinka e noutros menos “grandiosos”: científica e tecnologicamente aprovado, rápido, eficaz, barato, limpo e nada perigoso, quando bem manuseado, para os SS e pessoal auxiliar.

A chamada “solução final”, tão procurada durante vários anos, foi finalmente formalmente ponderada pela alta burocracia nazi numa famosa magna conferência, nas margens do Wannsee,²⁵ lago próximo de Berlim, em 20 de Janeiro de 1942,²⁶ convocada por Heydrich, homem da confiança pessoal de

assisti à matança. Nas celas apinhadas de gente, a morte surgia instantaneamente, assim que o Zyklon B era atirado para dentro. Um breve, quase abafado grito e estava tudo acabado”. Se bem que a evidência diga que a morte no Bloco 11 podia estar bem longe de ser “instantânea”, é certo que, para os nazis, em Auschwitz, o uso de Zyklon B facilitava o processo de assassinato. Nunca mais teriam os matadores de olhar para os olhos de suas vítimas enquanto as assassinavam. Hoess escreveu que estava “aliviado” com o facto de este novo método de matar ter sido encontrado, pois podia ser “poupado” a um banho de sangue. Estava enganado. O banho de sangue a sério ainda estava para começar.”, REES Laurence, *Auschwitz. The nazis and the “final solution”*, London, BBC Books, 2005, pp. 89-90.

²⁵“O endereço da vivenda onde a reunião ocorreu era *Am Grossen Wannsee 56-58*, local anteriormente usado pela Interpol, organização que coordena a actividade internacional de polícia”, REES Laurence, *Auschwitz, The nazis and the “final solution”*, London, BBC Books, 2005, p.116.

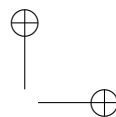
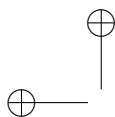
²⁶ Do relato de REES, retiramos algumas partes mais interessantes: “Entretanto, a vinte de Janeiro, quatro dias após o primeiro transporte de judeus desde o gueto de «ód» para Chelmno, realizou-se uma reunião numa vivenda das SS nas margens do Wannsee, um lago nas imediações de Berlim. [...] A reunião foi agendada por Reinhard Heydrich, que convocou os secretários de estado mais relevantes, a fim de tomarem parte numa discussão acerca da questão judaica. Junto de cada convite, estava uma cópia da autorização que Goering tinha dado a Heydrich, a 31 de Julho, de avançar com a “Solução Final” [...] É útil relembrar que os indivíduos que se sentaram à volta da mesa na conferência de Wannsee eram funcionários assalariados de uma das maiores nações da Europa, não terroristas de vão-de-escada, embora os seus crimes viessem a ser maiores do que qualquer outro acto “criminoso” na história do mundo. Igualmente instrutivo, quando, hoje em dia, alguns ainda se referem a uma mal-instruída “sub-classe criminosa”, é saber-se que, das quinze pessoas que estiveram em torno da mesa, oito possuíam grau académico de Doutor. [...] Durante o outono de 1941, uma variedade de iniciativas de assassinato tinha emergido de um número de fontes dentro do estado nazi. Para Himmler e Heydrich, Wannsee era necessária sobretudo para as coordenar e para estabelecer, para além de qualquer dúvida, que as SS seriam quem controlaria a totalidade do processo de deportação. Os assuntos discutidos na conferência de Wannsee são conhecidos principalmente porque uma cópia das minutas, tirada pelo Obersturmführer SS (Tenente-coronel) Adolf Eichmann, o “perito judaico” de Heydrich, sobreviveu à guerra. O registo de Eichmann da reunião é de grande importância histórica, pois é um dos poucos documentos que derrama directamente luz sobre

Himmler e de Hitler, encarregue da supervisão do estudo e aplicação da “solução final”.²⁷ O destino de todos os indesejados pela fúria nazi estava traçado. Em breves palavras, todas as pessoas e todos os povos considerados não-arianos sob o domínio nazi – e seriam todos os que fosse possível sê-lo – deveriam ser primeiro reduzidos à escravatura de morte, como força de trabalho sem quaisquer direitos e, quando desgastados, simplesmente mortos, até que o mundo ficasse livre de tais entidades. Por essa altura, supunha-se, a tecnologia seria capaz de servir melhor a raça dos senhores do que qualquer escravo humano, não sendo já estes últimos necessários.²⁸ *No limite, o*

o processo de pensamento por detrás da “Solução Final”. [...] Significativamente, não houve grande dissensão, na reunião, acerca do princípio geral de matança dos judeus. Em vez disso, a grande área de debate centrou-se em torno da definição legal exacta de “Judeu” e, assim, de quem exactamente seria e de quem não seria sujeito a deportação”, REES Laurence, *Auschwitz. The nazis and the “final solution”*, pp. 115-119.

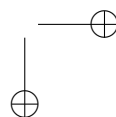
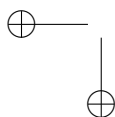
²⁷HITLER, HIMMLER, HEYDRICH, EICHMANN E AS SS: As “grandes ideias teóricas” são de Herr Hitler, o funcionário do *Reich* encarregue é Herr Himmler, comandante supremo das SS (no fundo, verdadeiro lugar-tenente de Hitler, Hitler que era realmente chefe de tudo, tendo mesmo assumido a chefia das forças armadas na sequência do que considerou ser a incompetência dos homens do estado-maior), o executante responsável pela estratégia de campo, até ao seu assassinato em 1942, é Heydrich, um dos amanuenses principais de serviço é Eichmann. A execução pragmática ficou a cargo das SS. Todos estes quadros do regime nazi tinham real poder de vida ou de morte sobre qualquer pessoa marcada como indesejada. Foram elevados à categoria de divinos tiranos. Não surpreende, pois, que um mero alferes como Goeth detenha o poder que lhe vemos depositado nas mãos ou que um qualquer sargento ou mero praça se porte como autêntico imperador, qual napoleãozinho de bolso.

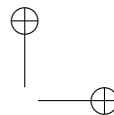
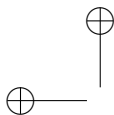
²⁸Lembre-se que, por exemplo, os famosos foguetões V1 e V2 (V, de *Vergeltungswaffe*, literalmente, “arma da vingança”, de *Vergeltung*: paga, desforra, vingança, e *Waffe*, arma) primeiros mísseis balísticos da história, foram produzidos em fábricas onde era utilizada maciçamente mão-de-obra escrava, em que os maus tratos eram comuns e as doenças e a morte dados quotidianos. Lembre-se, também, que homens como Werner von Braun aqui trabalharam e pontificaram, do lado dos senhores opressores, sabendo perfeitamente que dispunham de mão-de-obra escrava destinada à morte. Parte destes cientistas eticamente e politicamente perversos (que mancharam definitivamente a honra da ciência, honra que já não era propriamente virgem de manchas de vileza ética e política) foi utilizada por Soviéticos e Norte Americanos e outros nas respectivas indústrias de defesa e espacial, tendo, por exemplo, von Braun sido o “pai” da conquista americana da Lua. Apenas na ingénua *Bíblia*, Sodoma e Gomorra não triunfam. Todavia, e por contraste, tais traições ao sentido ontológico do bem acrescentam mais umas folhas de louro à coroa de Schindler e às de todos os que, como ele, souberam distinguir os lados e não apodrecer no lodo da indiferença ou da colaboração. Tais entidades ainda hoje permanecem raras e preciosas, sendo o comum constituído por pessoas que gostam



mundo teria apenas arianos puros. Era este o grande plano e era para servir este grande plano que a “solução final” serviria.

de se situar à sombra do poder instituído, independentemente da sua essência e substância ética e política. Também os von Braun não morreram.





2 Segundo Capítulo. Schindler

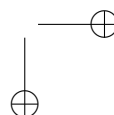
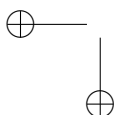
2.1 Óscar Schindler, o Engenheiro-gestor, ambicioso e ganancioso

Podemos ver na biografia de Schindler, escrita por Thomas Keneally, que Óscar Schindler era, desde pequeno, um homem especial, mas não propriamente por ser um modelo de virtudes de santidade: filho de um pequeno industrial, formou-se em engenharia, mas preferia outras actividades, psicologicamente mais motivadoras, como, por exemplo, corridas de automóveis, em que era bom, e corridas atrás de pessoas do sexo feminino, especialmente se fossem esteticamente interessantes, em que era ainda melhor.

De facto, em tempos normais, nunca Schindler foi grande coisa em termos de negócios. Óscar Schindler não era certamente um homem normal feito para tempos normais. Assim o comprovam seus actos antes e depois da guerra, que nada de incomum ou de especial possuem, sobretudo, nada de especialmente virtuoso ou bondoso. Schindler era mesmo um homem à espera de tempos convulsos e em que especiais parâmetros de definição contextual da acção exigissem homens especialmente capazes de se lhes conformar, de os confrontar e de os superar.

Não é, pois, um modelo de “santas” virtudes burguesas que descobrimos no homem Schindler. Mas talvez seja exactamente esta excentricidade relativamente ao que se considera muitas vezes como o padrão normal de conduta que permite a sua nova excentricidade relativamente ao comportamento comum de grande parte de um povo que, genericamente e salvo raras excepções, sempre alinhou com os actos de barbárie e de pura maldade dos homens e mulheres a mando de Herr Hitler. Não é facilmente concebível que um tí-

O fascínio do bem. A dimensão agato-ontológica da acção, 33-260

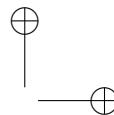
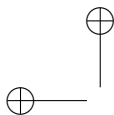


pico cidadão daquele *Reich* fosse capaz dos actos que marcaram a vida do Schindler de durante a guerra e, com a sua, a de milhares de outras pessoas.

O domínio da grandeza ética e política, como, aliás, é fácil de perceber no contacto com as maiores obras da literatura de todos os tipos e tempos, não é adequado a padrões de normalidade, normalidade que nunca é natural, padrões que, consequentemente, são culturais e, portanto, falíveis, tanto quanto os seus produtores, os homens. Como essas mesmas obras permitem ver, são as grandes excepções a padrões situados que marcam definitivamente, na história do pensamento e da acção, cumes paradigmáticos de acção, acção verdadeiramente digna de homens. Tais, no mundo da ficção, paradigmaticamente mais real do que qualquer realidade, um Gilgamesh e um Enkidu, um Job, um Ulisses, um Édipo, uma Penélope, uma Antígona, mas também um Raskolnikov e, sobretudo, uma Sónia Marmeladova, por exemplo. Tal um real Sócrates ou um real Agostinho ou um real Claus Schenk Graf von Stauffenberg.²⁹ Schindler é um pouco de todos estes entes, sem, no entanto, ter conseguido ser verdadeiramente um Schindler, um Schindler para além do herói. Em Schindler, o herói faz e resume a pessoa, não havendo pessoa para além do herói: morre o herói, morre a pessoa, resta uma sua titubeante sombra.

A vela presente logo no início do filme, cujo papel litúrgico e simbólico

²⁹Estes alemães, pessoas como Schindler e Stauffenberg, são a redenção incarnada da própria Alemanha e a sua possibilidade actual histórica de perenidade perante os outros povos e o todo da humanidade: o reino de mil anos que a estupidez de Herr Hitler queria instalar, mediante um reinado de impiedosíssima crueldade, foi, afinal de contas, ganho, trans-substanciado, por estas pessoas, as únicas capazes de mostrar ao mundo que havia, ainda, na Alemanha, os tais poucos que poderiam ter evitado a simbólica e paradigmática destruição de Sodoma e Gomorra. Grande parte do ardor quasi-religioso de Stauffenberg provinha da necessidade interior, espiritual, de provar ao mundo que nem toda a Alemanha partilhava da maldade de seu ditador. Maldade que era possível erradicar apenas através da morte do tirano. Na verdade, apenas pessoas como Schindler e Stauffenberg têm autoridade moral e política, dada pelo que fizeram, para dizer algo acerca da culpa ou inocência dos alemães. Dos restantes, o que não for absoluto silêncio, é necessariamente mentira, *mentira de quem colaborou*, por acção ou omissão de acção, com o mais radical dos males, pervertendo-se para sempre, para sempre sendo objecto da marca do mal com que colaboraram: como acreditar em quem assim foi? Sobre a vida de Stauffenberg, recomendamos as seguintes obras: BAIGENT Michael, LEIGH Richard, *Secret Germany. Stauffenberg and the mystical crusade against Hitler*, London, 2006; STEFFAHN Harald, *Stauffenberg*, Hamburg, 2004; GRABER G., *Stauffenberg*, New York, 1973; HOFFMANN P., *Claus Schenk Graf von Stauffenberg und seine Brüder*, Stuttgart, 1992.

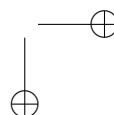
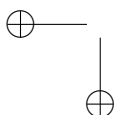


geral é fortíssimo, é também imagem e símbolo de Schindler: haste erecta de um fogo que marca uma diferença absoluta entre o absoluto das trevas e o absoluto de não haver trevas, a vela é uma presença indesmentível, mas não possui matéria ou energia suficientes para poder estar sempre, perene e infinitamente acesa, e isto é símbolo daquele que é finito, que não é, em sua mesma definição, (acredite-se ou não em Deus), Deus: aquele que apenas se acende e apaga quando tal faz sentido, aquele que tem um exclusivo significativo papel litúrgico, de serviço, de serviço que mais ninguém pode prestar, e que, antes e depois, está extinto.

Não é, pois, apenas símbolo de luz, de inteligência, de discernimento, de bem, de esperança, a vela, quando acesa; é também símbolo de vida individual e pessoal de um único, que é isso tudo, se acendido, se aceso, e nada é, nada, nem mesmo pavio que fumaça, quando não aceso. É símbolo de condição e da condição humana, no que esta tem de mais profundo, mais rico, mas também mais frágil. Em Schindler, incarna a frágil carne de uma vela de bondade que o é apenas quando acesa. E é sempre assim. *Potencialmente, todo o homem, todo o ser humano é esta vela.* Houve uma destas velas possível também para Herr Hitler, mas começou a arder virada para baixo.

A vela assinala a comum matriz humana e de destino de todos os homens, sobretudo daqueles que Schindler irá salvar, e assinala o próprio Schindler: *um tudo de frágil luz entre dois absolutos nada de luz.* Ora, a luz é tudo e as trevas nada. É este o âmbito, paradoxalmente não maniqueu – os maniqueus são os outros, esses que será necessário combater em nome da única luz –, em que Schindler vai perceber, algures, que *há que optar entre o absoluto do bem da chama acesa e da sua luz e do seu bem e o absoluto das trevas*, exactamente porque o maniqueísmo ético não é possível,³⁰ isto é, porque a escolha tem de

³⁰ Nunca há, para um mesmo acto realizado, um bem e um mal, mas apenas o absoluto do bem que foi nele e por ele posto. Nunca um qualquer acto põe nada, pelo que o mal ético nunca é total, absoluto, o que só sucederia se houvesse qualquer acto ético que pusesse o nada absoluto. O domínio do ético é sempre o domínio do bem realizado e da ausência real do bem realizável, mas não realizado: e é este o mal, o mal nosso de cada dia, o mal de que o meu acto é o único causador. Eticamente, todo o bem possível e todo o mal possível passarão pelo meu acto ou nunca passarão, absolutamente. O meu acto, pela sua necessidade etiológica relativamente ao bem e mal éticos, divide absolutamente a esfera de possibilidade de bem e mal, pelo que estes nunca podem coexistir num e para um mesmo acto, realmente, são realmente contraditórios, sempre e necessariamente. Logo, *qualquer forma de maniqueísmo ético é simplesmente impossível.* No entanto, a única forma de verdadeiro maniqueísmo é a ontológica,

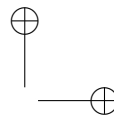
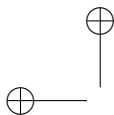


ser feita e, quando é feita, um dos dois possíveis pólos maniqueus morre para sempre, para o sempre possível de cada possível acto. Para todos os actos possíveis: tremenda responsabilidade; responsabilidade muito mais do que ética, verdadeiramente ontológica (como se ensaiará mostrar).

Schindler não é apenas o consagrado salvador de homens, ele é também, e talvez sobretudo, *o homem que matou o mal que exactamente podia matar*: e é por ter morto esse mal que foi possível o bem que operou. Dito de um modo formalmente mais correcto: foi a sua radical escolha pelo bem, sem vacilar, sem desculpas, que permitiu que, com ele, tanto quanto possível, o mal não triunfasse. Compreende-se, pois, o escândalo que esta figura produz: *a existência de um Schindler e da sua memória é e será sempre uma acusação radical contra os que, podendo radicalmente fazer o bem, o não fazem*.³¹ Como sempre, no mundo em que o mal e a mediocridade de que humanamente se alimenta impera, *a presença do bem é sempre pedra de escândalo*, pedra que tem de ser enterrada o mais depressa e profundamente possível, pois *há que não deixar transparecer que o bem é possível* e que o homem não está condenado a uma vil, cinzenta e medíocre vida, segundo o regime dos *compromissos com o mal*. Para que o mal triunfe, é, pois, necessário que homens como Schindler não existam, não possam mesmo existir. Os tiranos bem sa-

em que se põem como absoluta e infinitamente co-presentes dois princípios contrários, mas não contraditórios, de ser, um a que se chama de bem ou outro a que se chama de mal, sem que haja uma qualquer possibilidade de justificar estas denominações: isso a que se chama bem poder-se-ia chamar mal e vice-versa. Ou existe uma intuição acerca da única bondade ontológica do acto relativamente ao nada, figura racional do “mal”, por exacta ausência de acto, ou não é possível possuir-se entendimento acerca do que seja o bem em seu sentido ontológico. Todas as formas de maniqueísmo ontológico mais não têm sido do que maneiras expedientes para justificar a cobardia de uma humanidade que se recusa a aceitar como sua a responsabilidade pelo mal que faz, preferindo remeter esta mesma responsabilidade para fontes alienantes.

³¹ Como é óbvio, tal aplica-se também à memória do Português Beirão Aristides de Sousa Mendes, perante a qual nos inclinamos, na certeza de que não há habilidosa fútil e cobarde diplomacia que se possa sobrepor ao absoluto de bem de um acto de salvação de um qualquer inocente, bastando apenas um, para que o mal não triunfe, lição de Sodoma e Gomorra. Não há desculpa para o mal. Quanto aos malvados, como crente, que Deus os acolha em sua infinita misericórdia. Mas, para quem não tem Deus em seu horizonte, não resta outra possibilidade para que o bem possa triunfar senão eliminar a possibilidade do mal incarnada na pessoa de quem o pode praticar, situação obviamente trágica, incompatível com todas as pseudo-soluções bem intencionadas, mas perigosamente propiciadoras da perenidade do mesmo mal.

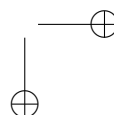
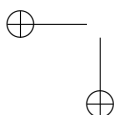


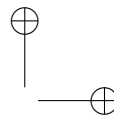
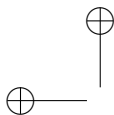
bem que, enquanto existirem homens como Schindler, não lhes será possível um pleno e total triunfo.

Mas o que há de mais espantoso na figura de Schindler é a sua mesma improbabilidade: quer de um ponto de vista não crente quer de um ponto de vista crente, seria muito difícil *deduzir* o surgimento da sua acção, verdadeira e humanamente soteriológica, onto-soteriológica (de vários modos),³² a partir da sua acção a ela prévia. Para ateus, agnósticos e afins, tudo se reduzindo a meras materialidades e suas exclusivas consequências, tudo se encadeando necessariamente a partir de absolutamente materiais momentos iniciais, absolutamente marcantes, dificilmente seria possível esperar a, assim, anti-natural mudança da acção de Schindler: baseando-nos na sua acção anterior, esperaríamos um Schindler puramente hedonista, egoísta e interesseiro, incapaz de sentir, de inteligir em si próprio qualquer real e efectiva e eficaz compaixão.

Do ponto de vista crente comum e legalista, esperar-se-ia que tais actos de real e autêntica santidade proviessem de alguém já com provas de santidade dadas e notariadas, não de um hedonista, egoísta e interesseiro. Mas, como dizia o povo, “escreve Deus direito por linhas tortas”; e a fonte de grande bem acaba por ser não um santarrão canonicamente correcto, mas um comportamentalmente péssimo católico, escandalosamente ímpio, mas, afinal, *capaz de perceber o bem guardado em cada ser*, esse absoluto de bem presente e patente em cada ente humano, e de ter compaixão pelo outro homem, pelo

³² A sua acção permitiu não apenas salvar, física e espiritualmente, muitos judeus, como permitiu salvar espiritualmente o próprio Schindler, elevado por meio dela a alturas de que ele próprio não desconfiaria antes de ter encetado o processo, mas salvou também, em conjunto com todos os que, de qualquer forma, mais cedo ou mais tarde, resistiram ao nazismo, a honra de uma humanidade, de outro modo condenada a afogar-se na lama de sua hipocrisia e cobardia. O clamor de um Churchill, perante a Casa de seu povo e soberano, marca, com um sinete de extrema nobreza, quase divina – capaz de suscitar a admiração de um Nietzsche, enojado com a prosaica mentalidade de escravos dos supostos senhores nazis –, quando diz “We shall never surrender”, a atitude fundamental de uma humanidade que se recusou ceder perante um tirano, ainda que poderoso e terrível em seus impiedosos actos. Por tal, a humanidade, enquanto não se deixar afundar num pântano onto-antropológico total, tem para com estas pessoas uma eterna dívida de gratidão (este discurso de Churchill foi pronunciado a 4 de Junho de 1940, no auge do fulminante ataque nazi ao Ocidente, a acção de Sousa Mendes data de 17, 18 e 19 do mesmo mês, altura da retirada estratégica de De Gaulle para Londres e do extremar desse auge do ataque impiedoso de Herr Hitler sobre o ocidente, ocidente que se pôs, com excepção da Grã-Bretanha de Churchill, de joelhos perante o novo deusinho político).





ser humano, pela pessoa, pelo seu verdadeiro semelhante, cumprindo o *canon* novo do irrestrito amor.

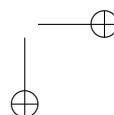
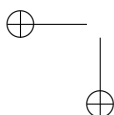
Será mesmo preciso um ímpio hedonista para *saborear o gosto das gotas do sangue que o crucificado esparrinha de seu corpo*, quando agoniza às mãos de um mal que não soube e não quis ver a luz do bem? *Será que a falsa delicadeza de uma língua dessorada é incapaz do travo de vida do sangue do cordeiro?* Não sabemos, mas sabemos que a libidinosa língua de Schindler o foi, que Schindler, o grande pecador, até no pecado foi capaz de produzir bem, isto é, em termos cristãos, de servir de instrumento da misericórdia de Deus. Quantos mais poderiam ter sido salvos, se tivessem existido mais braços assim, mesmo preteritamente pecadores?³³

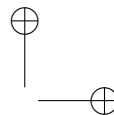
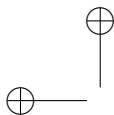
2.2 As Taras de Schindler: Schindler, o Pecador

Schindler é um pecador. Assim sendo, e sem qualquer néscia apologia do pecado, há que pensar um pouco sobre a condição real de pecador de Schindler, bem como sobre as reais consequências que provocou, para o mal, mas, sobretudo, para o bem, por mais paradoxal que tal possa parecer.

Se se abdicar de uma perspectiva ética e política fraca, em que todos os actos se equivalem em termos de valor ético e político, melhor, de grandeza ética e política, grandeza medida apenas pela quantidade de bem introduzida no mundo, perspectiva fraca que necessariamente não tem em conta o sentido do bem-comum, servindo apenas para a justificação pseudo-racional dos caprichos dos vários tiranos, mais ou menos óbvios, tiranos de tipologia vária, que podemos encontrar mesmo ao nosso lado ou talvez em nós próprios, tiranos que apenas conseguem viver parasitando o bem alheio, incapazes que são

³³Que tremendamente divina ironia esta: tantos “divinos devotos”, oficiais, colaboradores em crimes contra a humanidade, que logo encontram quem os justifique (：“há que compreender que...”), incumprindo o mandamento por que juraram, e este perverso que vê o que é bom, em genesíaca, pura visão, salvando, mesmo a propósito de seus vícios. Objectivamente, para aquém ou além de quaisquer justificações ou desculpas, mais ou menos racionais, fica, para as eternidades à dimensão de quem as possui, terem uns sido objecto de mal por parte de supostos profissionais do bem e os outros objecto de bem por parte de um “amador” do “mal”. De facto, ontologicamente, bem e mal, segundo o ser, estão para aquém ou para além de bem e mal, no sentido político do termo. A ética deveria fazer a ponte, sempre no sentido do bem. Mas, por alguma razão, Gomorra e Sodoma bíblicas já não são.



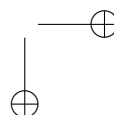
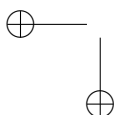


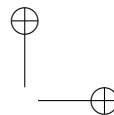
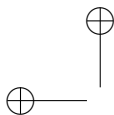
de verdadeira capacidade criadora, que passa sempre pelo uso das virtudes no preciso sentido do bem, do seu e do de todos, isto é, exactamente do bem-comum, *é evidente que Schindler é tudo menos um homem virtuoso*, quando aporta a Cracóvia, com a intenção bem vincada de fazer dinheiro às custas de uma para si cairótica situação de não normalidade, perfeitamente compatível com o seu mesmo carácter ética e politicamente anormal, perspectivado no sentido do bem-comum.

É, pois, um homem perverso que se vai lançar nesta autêntica epopeia dos tempos modernos, primeiro como puro hedonista em busca do maior prazer e riquezas e correspondente poder possíveis; depois, inaudita epopeia outra, de uso quase sobre-humano do poder acumulado em favor de um bem descoberto ou redescoberto, de uma forma de tal modo poderosa que se tornou num verdadeiro imperativo categórico omnitranscorrente, transcendental à sua mesma existência. Sem o carácter extraordinário dos tempos em que viveu durante a Segunda Guerra Mundial, Schindler provavelmente não teria passado de um medíocre fornicador e de um não menos medíocre empresário. A sua situação no meio da guerra, desta guerra tão negativamente especial, em que propriamente se chegou a extremos éticos e políticos tangenciais a uma definição ontológica do maniqueísmo, permitiu fazer ressaltar potencialidades de bem que outra situação, não extrema, nunca poderia ter conseguido.

Nitidamente, Schindler era um homem de extremos, talhado para o heroísmo, incapaz de uma vida política normal, que apenas suscitava nele tendências de lento suicídio, como se este homem não fosse capaz de tolerar a falta de radicalidade de um tempo humano sem relevo humano, sem grandeza, sem perigo, sem risco, sem possibilidade de fazer ressaltar o que em si havia de melhor. Eis uma lição para os sistemas que insistem em minorizar a grandeza latente dos homens, grandeza que, se mal enquadrada, pode facilmente originar tempos de grande mal, como forma de tipo freud-nietzscheano de escape de fundamentais frustrações ético-ontológicas motivadas pela repressão mortificante das reais potências de grandeza ético-ontológica dos homens.³⁴

³⁴ Como é possível sequer imaginar uma sociedade – na falta de uma comunidade política – em que as transcendentais ou potencialmente transcendentais qualidades activas ontológicas próprias do ser humano, qualidades cantadas com temor e espanto em tanta epopeia em tempos de imemorial memória, são aniquiladas em favor de um emburguesamento amesquinizador, em que o ser humano já não é verdadeiramente pessoa em constante auto-transcendência, mas apenas mais um *instrumento anónimo*, reduzido a uma condição meramente funcionante, em





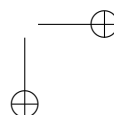
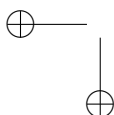
Uma cidade que não saiba rastrear as vocações de seus entes políticos, pondo-as em preciso e precioso bom uso no sentido do bem-comum – no fim de contas, o desiderato platónico – é uma cidade que se está a condenar a uma morte implosiva: *se essa cidade for de dimensão planetária, é a mesma humanidade que assim se condena*. Salvar a humanidade em cada homem é mesmo salvar a humanidade toda, sob todos os pontos de vista. E esta é, talvez, entre muitas outras, a mensagem maior deste filme.

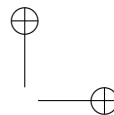
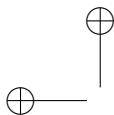
Mas em Schindler a capacidade de acto da sua ontologia própria era, de facto, excepcional, de tal modo que, com uma santa ironia, algumas das suas taras propiciaram a possibilidade de salvação a muitas pessoas, aspecto que iremos abordar pormenorizadamente mais adiante. Aqui, lembraremos apenas que o facto de ser um inveterado mulherengo permitiu salvar a vida a muitas raparigas. Mesmo que tal se tivesse devido apenas a um mero capricho hedonista, a sua eficácia salvadora já seria justificação bastante: quando o fim é mesmo bom, ontologicamente bom, é perfeitamente válida a sentença de Maquiavel segundo a qual os fins justificam os meios, uma vez que um bom fim só se pode atingir se o meio não for intrinsecamente mau³⁵ e a vida de um ser humano inocente de qualquer mal relativo ao motivo pelo qual vai ser morto – tal era o caso destas raparigas – vale infinitamente mais do que a mania sexual não violenta de Schindler. Vale mesmo muito mais do que uma qualquer abstracta pureza sexual destas raparigas: mesmo que tivessem sido todas promíscuas amantes de Schindler, tal não é comparável com a possibilidade do seu absurdo sacrifício vital.

Mas o especial caso da relação com Helen Hirsch é revelador da atitude de Schindler para com as mulheres: ele gostava mesmo do género, mas sem violência. Esta eventual tara salvou muitas de uma morte prematura e horrível: parafraseando sem receio a fala de Deus, no fim de cada dia de genesíaca e

que a sua mesma ontologia actual e possível é artificialmente reduzida àquela mesma instrumental funcionalidade? Eis o triste e substancialmente e essencialmente alienado de si próprio “homem moderno”, homem que mais não é do que, nas palavras do Poeta, “cadáver adiado que procria” (PESSOA Fernando, *Mensagem*, poema “D. Sebastião. Rei de Portugal”, Lisboa, Ática, 1979, p. 42). A acção em tempo de guerra de Schindler rebenta com este esquema desumano, subvertendo o cinzentismo político reinante, criando o bem mesmo através de instrumentos normalmente relacionados com o mal. Mas bem e mal nunca são instrumentais, em qualquer sentido desta expressão.

³⁵ Isto é, se for apenas um mero meio. Será intrinsecamente bom ou mau, se compreender algo de finalidade em seu mesmo acto medial.





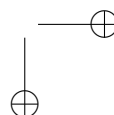
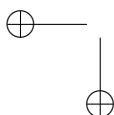
genética Criação, podemos dizer que “isso é bom”, infinitamente bom. Há um bem que nada pode substituir, se perdido, que não se perde relativamente, que se perde absolutamente. A distância ontológica entre o que se salvou e o que se perderia é infinita: apenas um acto de absoluta criação poderia preencher o vazio ontológico que resultaria.³⁶

Para o crente, é uma estranha manifestação da infinita bondade de Deus, que se serve dos dons dos homens, por vezes com *paradoxal eficácia*, sem violência, deixando a possibilidade e actualidade desta ao livre arbítrio dos homens. Ora, mesmo pecador, Schindler usou de seu livre arbítrio de uma forma notavelmente grácil, verdadeira *kharis*, verdadeira caridade em acto.

A partir de certo momento, o pecador Schindler descobriu *o divino sabor da criação*: evitar que morresse esta gente era uma forma de recriação, de verdadeira criação da possibilidade da sobrevivência: e isso é bom, divinamente bom.

Há um literal entusiasmo humano ao descobrir-se *o divino sabor do bem*, com nada comparável, talvez mesmo viciante ou apenas eruptivo impulso agápico de uma transformação de um arrebatador eros humano em um divino eros, que já não se satisfaz com a experimentação do superficialmente diferente da posse das mulheres, antes sente o sabor de um sangue fundamental, que tanto melhor é quanto menos derramado for, porque o sangue do homem é feito para nascer e morrer nos seus vasos, porque o homem é viva carne, não mera matéria morta: corpo, não cadáver. Corpo em acto de espírito, não “cadáver adiado” ou em consumação. A grande diferença entre a erótica de Schindler e a dos nazis é que o de Schindler é um eros de carne, de corpo, logo, de vida; o dos nazis um eros de cadáver, de decomposição, de morte. Não admira, pois, que, num filme todo ele cinzento, a única cor seja o vermelho do casaco da menina, símbolo deste sangue e desta carne, desmentidos de uma mera materialidade inumana, ferida aberta na vontade nazi de tudo equalizar num mundo sem relevo e sem cor, num universo simbolizado pelo

³⁶Se isto fosse universalmente entendido, não haveria mal. Quando dizemos entendido, não empregamos o termo “entender” num sentido psicológico superficial, mas no sentido de posse plena do sentido de isso que, assim, se “compreende”, transformando-se a própria pessoa nisso que, assim, compreende. A questão do bem e do mal é mesmo uma questão literalmente ontológica: Sócrates e Platão tinham razão, para além da acusação de intelectualismo: se alguém intuir mesmo o que o bem é, realiza o bem que há a ser e que dele depende. Sem qualquer “moralização”. Um bem ontológico, para “além de “bem” e “mal”.



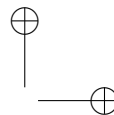
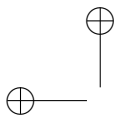
Feldgrau das fardas dos soldados da infantaria de terra alemã ou pelo negro das fardas dos SS.³⁷

Assim sendo, parece que a aparente tara sexual de Schindler era um furioso desejo de vida, de que ele apenas pudera experimentar as camadas mais superficiais, porque a vida em tempo de paz parece garantida,³⁸ mas, em tempo de guerra, manifesta-se como absolutamente frágil, preciosa, progressivamente rara, *metamorfoseando-se o mero desejo de carne a gozar num desejo que é já amor pela carne e pela vida que carrega*, vida que há que preservar a todo o custo. Schindler é esta carne ávida de carne que, porque sabe o gosto da carne, da humana carne, que é vida e espírito, vai poder perceber o “valor ontológico” de cada um destes seres, pedaços de carne material não humana para os nazis, mas carne de humanidade para ele, ele que lhe conhece o humano gosto.

Ora, aqui precisamente se encontra a subtil ironia desta vida torturada em desejo: *não fora ele o homem do desejo e do sabor variegado da carne, não fora ele o homem que sabia o gosto humano das mulheres, nunca teria*

³⁷ Havia um outro grupo das forças armadas do *Reich* que usava protocolarmente farda negra: os tripulantes dos tanques, pois o negro oculta as possíveis *nódoas* provocadas pelo trabalho junto destas máquinas. Simbolicamente muito significativo. Assim como simbólico é o uso do cinzento, cor da indefinição, da mistura indefinidora ética e política, do maniqueísmo desculpabilizador, pois, não é verdade que, segundo este pardo símbolo, está tudo misturado, numa cósmica cinzentude, em que bem e mal se harmonizam precisamente em não ser *bem ou mal*, mas em serem *bem e mal*? Cinzentos sejamos. Quando se defendem sistemas de cinzentismo ético e político, está-se a defender um pântano antropológico, apenas bom para aqueles que necessitam deste ambiente de *impossível recorte ontológico* para se assenhorear do mundo, quais Trasímacos, acabados de sair teoricamente derrotados da *Politeia* de Platão, pensando na melhor forma de se vingar... No seu profundo conhecimento das fraquezas da besta tirânica, Platão e Nietzsche são muito próximos.

³⁸ A aparente regularidade natural dos factos da vida, associada aos sistemas culturais que ajudam a garantir a segurança política das pessoas, superficialmente ajuda a criar a crença numa garantia de vida, pelo menos dentro dos limites culturalmente aceites em determinado momento histórico. Por exemplo, em tempo de paz, dificilmente alguém põe a hipótese, ao deitar-se, de que possa ser morto pelo rebentamento de uma bomba, algo de perfeitamente comum em tempo de guerra. Mas nada mais certo de que pode, a qualquer instante, morrer. Só que esta consciência não é comum, talvez pela angústia que necessariamente gera. A infeliz guerra imediatamente instaura um regime de consciência de precariedade da vida, que leva a que esta seja vivida e apreciada pelo que é, na sua grandeza, tornada clara, agora, pela eminente iminência da possibilidade da sua perda. Como norma, nestes tempos de guerra, poucos são os que se queixam de tédio.



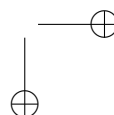
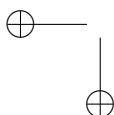
*percebido o quão preciosa essa mesma carne viva era, não a teria salvo.*³⁹ O olhar penetrante de puro espírito de Cristo perante a Madalena, que *vê nela a pessoa para lá da prostituta*, que sabe, agora que também é carne, o valor infinito da carne que é, reduplica-se no cego erótico Schindler, que percebe o mesmo valor infinito de cada humano pedaço de carne. Quem não possua esta visão absolutamente penetrante de Cristo ou este gosto frenético pela humana carne não pode perceber o infinito valor de cada ser humano, ser humano que, para os que não possuem a visão de um Deus, só lhes é acessível por meio da presença fenoménica da carne. Ora, o passado de Schindler deu-lhe uma experiência que supriu a falta daquela visão crística. Há, pois, um santo uso do eros, assim o homem seja capaz de o fazer. Schindler foi, durante um necessário tempo, esse homem, um desses homens.

2.3 Schindler e os Nazis

Schindler era nazi. Usava com aparente ou manifesto orgulho o broche de ouro de membro do “Partido nacional socialista do trabalho alemão”.⁴⁰ Inicialmente, quem para ele olhasse não conseguiria distingui-lo dos restantes *Herren* nazis, que tudo submetiam e que viviam como se pairassem sobre a mesquinha realidade de seus servos. Tal atitude é fielmente retratada na cena em que Schindler fica na posse de uma bela e rica casa, acabada de ser retirada a uma família judaica. Gula semelhante à dos seus pares de partido habitava Schindler: a facilidade com que se aproximou dos outros nazis, de quem dependia o seu sucesso industrial e comercial, deveu-se ao facto de ser

³⁹ Sempre desconfiámos dos discursos secos daqueles que parecem ter medo de ter corpo, isto é, verdadeiramente *carne com espírito* ou *espírito com carne*, que parecem ansiar pelo estado de cadáver, cadaverizando tudo em seu universal redor: mesmo o seu deus não é mais do que um cadáver que mecanicamente produz leis de morte. Também sempre nos surpreendeu que não se concluíssem coerentemente. Não será esta a verdadeira grande inautenticidade?

⁴⁰ NSDAP: “National Sozialist Deutsch Arbeit Partei”, “Partido do Trabalho Alemão Nacional Socialista”. Há quem traduza “Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães” (National Socialist German Workers’ Party): JUNGE Traudl, *Until the final hour. Hitler’s last secretary*, edição de Melissa Müller, London, Weidenfeld and Nicolson, 2003, 261 pp., p. 25 O título/nome do partido é revelador de um conjunto de influências e linhas programáticas, que Hitler nunca desmentiu, por exemplo, mudando ou adaptando-o, o que teria feito com toda a facilidade. Lembremos que foi o próprio Herr Hitler, artista plástico falhado, quem produziu o símbolo e a bandeira que tornaram célebre o movimento e o partido que o consubstanciou.



por eles reconhecido como um deles, como alguém que partilhava das suas ambições, dos seus modos comportamentais, quiçá dos seus métodos crueis e impiedosos.

Simpático, alegre, bom gastador e dono de um bom gosto para todas as amenidades da vida, este camarada nazi era a pessoa ideal com quem estar, o homem que parecia encarnar o ideal de sobre-homem nazi, indiferente ao destino de todos os que não fossem seus pares, mas amigo destes últimos, lealíssimo e generosíssimo camarada de seus camaradas, que não hesitaram em retribuir e premiar tão alta perfeição nacional-socialista, de um perfeito camarada.

Mas, no todo da economia desta história, não fora esta ligação umbilical ao sistema nazi, não fora a sua “nazi-perfeição”, a sua lealdade comprovada, a sua sobre-humana generosidade, não teria sido possível manobrar, uma vez morto em si o nazi e nascido o homem de humana caridade, no sentido da salvação dos “seus judeus”. Mais uma vez, o aparente mal instrumental é transformado em real e efectivo bem: as disposições que, até certo ponto, serviram para alinhar com a opressão e os opressores e para fazer de Schindler um opressor alinhado, servem, agora que é outro homem, para mediar o trabalho de uma inteligência, servida por uma santamente maquiavélica esperteza, capaz de tudo fazer para conseguir levar a bom porto o projecto do encontro e da criação de um outro e verdadeiro *Lebensraum*,⁴¹ esse espaço capaz de

⁴¹Literalmente “espaço *de* ou *da* vida”, espaço vital, noção fundamental do nazismo, com a qual Herr Hitler designava o espaço físico, mas não apenas físico, também cultural, nazi-civilizacional, cósmico e ontológico necessário ao povo de seu novo *Reich* de mil anos. Este espaço não coincidia com o espaço físico pertencente à Alemanha, mas era todo o espaço necessário para o desenvolvimento de seu projecto de nazificação e arianização do mundo. No limite, seguindo esta estrita lógica, se tudo corresse bem para as intenções do ditador nazi, seria todo o espaço do globo terrestre. As implicações imediatas e mediatas são óbvias, pelo menos para quem possua a capacidade para tal compreender e não quiser, de forma cobarde, ignorar voluntariamente o que se patenteia numa tal “conceptualização”. De entre estes últimos, os grandes responsáveis pela guerra na Europa, pela matança que provocou, precisamente por causa da inacção em que preferiram instalar-se, foram os governantes das chamadas “grandes democracias” europeias, nomeadamente da França e da Grã-Bretanha. De entre os primeiros, há que salientar Churchill, não apenas pela sua posição teórica, mas também e sobretudo, pelo papel prático de denunciante quer das patentes intenções de Herr Hitler, que os outros teimavam em não querer ver, através de uma actividade de pesquisa e pronunciamentos oficiais e não oficiais, de que se destacam os seus muitos discursos parlamentares, claríssimos acerca dos perigos quer da acção do ditador nazi quer da inacção dos que, até um certo ponto da história,

vida para aquelas pessoas que, *sem este espaço, não teriam qualquer possibilidade de vida*. Foi Schindler e não Hitler quem verdadeiramente soube criar um *Lebensraum*. Foram todos os Schindler que assim deram espaço e tempo à e para a vida.

O espaço vital com que Herr Hitler sonhava nada mais era do que um campo de existência para uma nova forma humana ou trans-humana composta por algo pouco mais do que réplicas de um novo protocolo onto-antropológico, precisamente o nazi, em que estas novas existências “humanas” serviriam algo de fundamental e que as transcenderia. Esse algo era o *Reich* de Hitler, *única realidade verdadeira e real, único absoluto* quer no sentido político quer no sentido ontológico e, assim, também no sentido religioso.

Mas o que este absoluto era dependia não de uma qualquer descoberta natural da humana inteligência, mas da tese de Herr Hitler: real, divino, sagrado era, obviamente, neste clima intelectual, o que o ditador dissesse que era. *Hitler substituiu-se a Deus*.⁴² A este absoluto ontológico tudo deveria

poderiam ter feito algo de concreto para o travar definitivamente. Destes discursos há registo em CHURCHILL Winston Spencer, *Blood, sweat and tears*, prefácio e notas por Randolph S. Churchill, Safety Harbour, Simon Publications, de que salientamos as peças “Eire Bill”, “The air defenses of Britain”, “Maneuvers in germany”, “The Munich Agreement”, “The defense of freedom and peace” e “Hitler speaks”, de entre um conjunto revelador de uma visão muito nítida acerca do perigo que representava o Chanceler Alemão bem como a falta de preparação das nações civilizadas, assumindo, assim, que a Alemanha nazi deixara de ser uma nação civilizada.

⁴²Verdadeiramente, foi isto o que aconteceu e o caso da Alemanha nazi é um caso sobretudo teológico, no sentido mais primitivamente antropológico pensável: Herr Hitler transformou-se não apenas no tradicional “ditador” de um estado, mas no “Deus” de um povo. Apenas tal evidência pode explicar cabalmente quer o próprio modo como a evolução do exercício concentracionista do poder foi evoluindo ao longo do desenvolvimento da guerra, com o extremar teo-épico-trágico dos actos cometidos, quer já a megalomania do próprio texto programático *Mein Kampf*. De nada interessa saber se psicologicamente Herr Hitler pensava que era Deus: não se trata de questões de superficial “alma”, mas da realidade de uma prática que só se pode explicar cabalmente na sua dimensão política se, na dimensão ética, tivermos alguém que age como se fora Deus. De facto, foi o que aconteceu. O mesmo desejo de que a Alemanha – supostamente tão querida e amada quando fazia as vontades ao tirano – morresse quando ele próprio morresse implica que haja um sentido de íntima e ontológica consonância entre o bem do objecto governado e o bem de quem o governa, mas o governa como se fosse coisa própria sua, no sentido de uma posse total, *posse que só pode ser reclamada por um qualquer Deus criador*. Tal é o caso de Herr Hitler. Este pensava-se o criador da Alemanha, não no sentido histórico, mas no sentido ontológico do criador do ser de uma Nova Alemanha que, assim, a Herr Hitler tudo devia e, tendo falhado, a Herr Hitler tudo devia devolver ou sacrificar, como

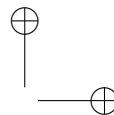
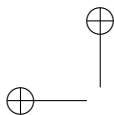
ser sacrificado, sobretudo a vida, se tal fosse necessário: apenas esta obrigação explica a matança deliberada de tanto soldado germânico, sobretudo na última fase da guerra, quando já tudo parecia perdido.

Mas um tal espaço vital para a sua Alemanha nova teria de começar por ser um espaço de morte para aqueles que aí residiam – e para quem esse espaço era um espaço vital –, pois apenas libertando-o deles ficaria capaz de aceitar os seus novos habitantes. Toda a vida segundo o protocolo paradigmático nazi parece ter de ser erguida sobre a morte. Está aqui necessariamente subjacente uma política em que a estrutura funcional básica não é económica, no sentido platónico do termo – que podemos encontrar na *República* –, mas ainda biológica, no sentido mais primitivo, em que o único modo de os seres “mais nobres” (isto é, considerados, por alguma forma “divina” como tais), incapazes de produzir para si próprios os seus alimentos a partir da simples matéria – como as plantas, seres “inferiores” – têm de necessariamente usar materiais biológicos já elaborados. Tal é o que sucede, por exemplo, com os mamíferos, ainda considerados “inferiores”, mas sobretudo com os predadores, invariavelmente considerados “superiores”.

O que Herr Hitler fez foi criar uma nova espécie de mamíferos predadores: os nazis, quais míticos, mas reais leões ou hienas, que podiam dispor de tudo o que fosse necessário para a sua existência, simplesmente predando as espécies “inferiores”.

Assim sendo, os habitantes dos locais a ocupar como *Lebensraum* nada mais eram do que “erva” ou “vacas comedoras de erva” relativamente aos senhores nazis, que poderiam dispor deles como bem entendessem, o que realmente fizeram, com uma absoluta coerência: os polacos, por exemplo, eram ervas ou vacas, os judeus ratazanas, os ucranianos criados da vacaria. Numa terrível metáfora assassina do que de mais precioso há na humanidade, podemos refazer toda a história do regime nazi e da sua acção a partir destas péssimas aproximações, sem receio de grande desvio hermenêutico. As ervas e as vacas serviam para produzir; as ratazanas apenas para serem mortas e os criados para trabalhar como capatazes. Os nazis arianos seriam os donos da quinta. Anedótica, mas não inveridicamente, este seria o retrato perfeito do verdadeiro *Lebensraum*, antes da total purificação de não-arianos.

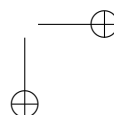
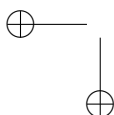
holocausto final de um povo falhado a seu “Deus” por si traído. Todas as outras explicações sabem a pouco: Herr Hitler teve muitos defeitos, mas, infelizmente, não foi medíocre.



O espaço criado por Schindler, após a sua conversão, é muito diferente, radical e fundamentalmente diferente: é um verdadeiro espaço-vital. Um espaço de *poder-ser* para a vida humana. Mas também um tempo de poder-ser para a mesma vida. Por isso, pode o escravo principal, Stern, num outro contexto, mas no seio de um mesmo grande sentido soteriológico permitido pela acção de Schindler, dizer que em redor da lista, entendida precisamente como este topos ontológico de poder-ser da vida, de absoluto poder-ser da vida, há um vazio.⁴³ Neste espaço, foi possível encontrar uma possibilidade de vida, não apenas para uns tantos privilegiados por um protocolo político perverso, mas para todos os que, sendo possível ser escolhidos para o efeito, o foram, mesmo com algum risco – lembremo-nos do operário sem um dos braços, executado pelos SS –, isto é, aqueles que poderiam desempenhar funções nas suas fábricas sem levantar qualquer suspeita acerca da seriedade nazi do processo.

É claro que a escolha foi sempre um momento e um acto de possibilitação de vida para uns e de não possibilitação de vida para outros, o que implicava que alguém tivesse de ser deixado para trás, para morrer. Mas, num momento histórico em que o mal fundamental não foi por nós provocado e em que dispomos não de capacidades infinitas, mas de capacidades manifestamente

⁴³Não é demais, nunca é ou será demais sublinhar a importância ontológica do trabalho de Schindler e de todos os que, como ele, permitiram não apenas, numa apreciação muito ligeira, a sobrevivência de cidadãos ou de coisas humanas, ainda reduções próximas do fulcro da radical maldade anti-humana nazi, mas de *pessoas*. De facto, o que a acção destes agentes salvadores permitiu foi precisamente um *kairos* ontológico possibilitador de vida, radicalmente de ser. Ora, a ontologia é primariamente possibilidade, como bem percebeu Platão: sem esta, absolutamente nada. Assim, o *poder ser* de tudo é o que há de fundamental em tudo, ainda que todo o possível – sempre infinito – venha a não ser coisa alguma mais do que simples possibilidade. Mas, sem ele, nada, absolutamente. Assim, o que estes obreiros do bem permitiram foi mesmo o absoluto do poder-ser instantâneo para aqueles seres que, assim, protegeram. O bem que permitiram está no mais fundo do absoluto do acto, é de estofo divino. Por tal, é tão apetecido por tiranos e derivados. Por isso, porque a radicalidade ontológica da possibilidade da pessoa não é confundível com qualquer sua possível redução, é tão perigoso o querer substituí-la por qualquer outra coisa, cidadania, tribalização, redução a ratazanas, etc., tudo redutor, tudo anti-humanamente contraditório da grandeza ontológica possível do acto humano pessoal, a nada redutível, seja de que modo for. Todas as doutrinas ou sucedâneos que se comprazem com estas reduções são anti-humanas, por mais legais que sejam; são ontologicamente ilegítimas e a ontologia é a única forma de legitimidade objectiva, pelo respeito que se deve ao que é, nunca substituível, sem atentado, pelo que se quer que seja. É neste intervalo entre o que as coisas são em si mesmas e o que se quer que sejam que nasce a possibilidade da tirania e os tiranos, que somos todos nós, quando desrespeitamos o ser do que é, como é.



finitas, como não salvar o que era possível salvar, não se deixando bloquear neste processo de escolha e salvação do possível, pela incapacidade manifesta de salvar tudo?

A angústia de Schindler por não ter salvo mais pessoas é manifesta no fim do filme, mas, de facto, o que conta, num tal tempo e em tais circunstâncias, é a diferença que se faz pelo bem que se introduz no todo da realidade, não pelo bem que não se consegue humanamente introduzir. O ser humano que faz o bem que pode e deve nunca pode ser acusado de não fazer mais e não deve sobretudo ser responsabilizado pelo mal que outros fizeram.

O papel executivo principal na questão das escolhas ficou reservado – o filme é muito prolixo quanto a este aspecto – sobretudo a Stern, que o cumpriu de modo exemplar, conseguindo incluir no esforço salvífico o máximo número possível de pessoas. Mesmo que os critérios de escolha não tenham sido os mais objectivos (quando é que são absolutamente objectivos, senão quando feitos sem humanidade?), a sua acção, como foi, no que foi, objectivamente salvou ou ajudou a salvar aquelas mais de mil pessoas, o que a transforma num pedaço de acção infinitamente mais valiosa do que se não tivesse, de todo, existido. O fundamental consistia no realizar do bem absoluto da salvação do maior número de vidas possível.

Em termos éticos e políticos gerais, esta evidência, ao mesmo tempo histórica, ética e política, obriga-nos a relativizar todas as relações não essenciais e todos os fins não essenciais também, pois, quando há um bem absoluto a prosseguir, tudo o mais se lhe relativiza imediatamente e todos os bens relativos imediatamente também passam a depender daquele bem absoluto. Apenas um mal absolutamente ao mesmo nível deste bem (o que é uma impossibilidade quer teórica quer prática: seria o nada absoluto, incompatível com o mínimo de ser, qualquer) poderia contrariar esta evidência.

Ser-se nazi, desde que não se pratique o mal irresgatável que não tem retorno (a questão do perdão é de outra ordem), e fazer-se o bem são duas realidades incomparáveis. O facto de Schindler ser nazi é irrelevante no que diz respeito à qualidade agatológica do resultado final: o bem feito por este nazi,⁴⁴

⁴⁴Por ter feito bem, não deixou de ser nazi: formalmente continuou sendo-o. Materialmente, teria de haver um infinito abismo entre forma e matéria para que esta última não fosse afectada por aquela, pelo que também materialmente o era. Mas Schindler, como qualquer outro ser humano, não é *matéria e forma*, mas *um acto*, um complexo, integrado e unitário em sua diferença, acto humano. Este acto era nazi por pertença continuada ao Partido, mas algo de muito

não podendo anular o facto real e histórico de que é um nazi, relega este facto para o mundo das realidades irrelevantes. O mesmo já não se pode dizer de um Goeth ou de seu chefe Himmler, por exemplo, em que a acção cumpriu, em essência e substância realíssimas de seu carácter nazi, a sua completa adesão à essência teórica e prática de tal ideologia.

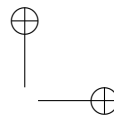
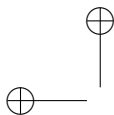
Estes últimos usaram a sua qualidade de nazis para produzir a maior quantidade de mal que estava ao seu alcance: o mal brotava deles de tal modo que o título de “mal nazi” é bastante irrelevante: *o mal aqui não é o nazismo, mas a acção destes homens*, que, se não fossem nazis, provavelmente usariam um outro qualquer pretexto para dar expressão a uma radical vontade de mal que os habitava e que deles dificilmente seria indiscernível. *É o nazismo que é produto real destes homens e não eles que são produto mágico do nazismo. O nazismo teve paternidade humana*, não caiu do céu ou surgiu do abismo das trevas ou outra qualquer semelhante tola irracionalidade, foi feito por homens, estes homens, todos os homens que com ele colaboraram, mais ou menos, mesmo o próprio Schindler, enquanto com ele colaborou ou dele se serviu.

Isto alerta para o facto de o mal não dever ser visto adjectivamente, mas na sua mesma *substantividade operativa*: o mal não é nazi ou soviético ou inquisitorial ou outra “coisa qualquer”, mas *do homem*. Não é, pois, o nazi homem que é mau, mas o *homem nazi* que é mau, é o mau uso da sua possibilidade ontológica que produz o mal, não qualquer determinação exterior, sempre passível de ser anulada.⁴⁵ Se esta influência fosse necessitante, nunca teria havido qualquer conversão no seio de um qualquer Schindler. Ora, Schindler, precisamente, foi *capaz de ver o mal* implicado na acção destes homens, ele incluído, e foi isso que o levou a mudar radicalmente de acção e de finalidade.

É o carácter substantivo da ontologia humana como possibilidade radical de bem ou de mal que está na origem de todo o bem e de todo o mal de etiologia humana e apenas este pode receber sem equivocidade o nome de mal. O homem vive sempre – porque para tal foi dotado, é um dado inelutável, sob pena de destruição da mesma sua humanidade – entre um Schindler de antes da conversão e um Schindler de depois da conversão, competindo ao

diferente no fundamental de sua acção, sobretudo no que às finalidades dizia respeito. Um certo gosto pseudo-linguístico muito superficial compraz-se em acreditar que certos adjectivos são mesmo substanciais, como, por exemplo, quando se fala numa Índia *democrática*...

⁴⁵Em última instância, pelo sacrifício último da própria vida.

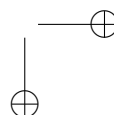
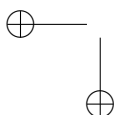


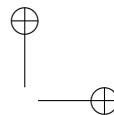
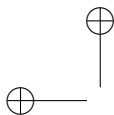
homem escolher *que Schindler* quer ser. E de nada vale dizer que prefere não ser Schindler algum: tal é produto de uma qualquer ilusão ou de angelismo ou de bestialidade, incompatíveis com a real natureza ontológica do homem. Entre os inexistentes anjos humanos e as superabundantes bestas humanas, isto é, no intervalo do que não é uns ou outros, compete ao homem escolher o que quer ser.

2.4 Schindler, Jogador

Jugar pode ser uma actividade lúdica ou quase-lúdica de grande importância para a criação e desenvolvimento de aptidões e saberes efectivos constituintes do que há de mais precioso no ser humano, enquanto entidade propriamente ética e política e criadora de novidade ontologicamente positiva nestes dois sempre interdependentes domínios de sua ontologia e da ontologia geral. Mas tal só se verifica precisamente quando a actividade lúdica serve para promover o bem e sempre e apenas o bem-comum. Quando o jogo serve não para esta promoção, mas para introduzir mal no universo, o jogo perverte a sua grande e nobre vocação, transformando-se em mero instrumento de tirania, pois cada vez que um ser humano pratica um acto de mal, ao impedir o bem correspondente – anulado – está a ser um tirano, dado que impede o bem maior possível de um qualquer terceiro. Neste caso, o jogo é perverso e deve ser eliminado, como deve ser eliminada toda a fonte de mal.

O mal do jogo não reside em constituir, por vezes, um vício: se fosse sempre virtuosa a sua acção, não haveria problema, pois não faz qualquer sentido falar num vício do bem. As acções são ou não viciosas, não em função de qualquer iteração, psicológica ou não, mas em função do mal que produzem, isto é, do bem que impedem. É o mal do acto repetido que faz dessa continuada acção viciosa. Miticamente, seria profundamente néscio considerar o relato da criação bíblica como um vício de fazer bem, apenas porque houve uma reiteração criadora de uma “semana”... e se fosse de mil milhões de semanas?... O que faz do acto de criação lá narrado algo de verdadeiramente divino e “bom” é a positividade absoluta do acto aí posto. É esse o bem, em seu sentido mais forte, que é necessariamente ontológico. É preciso não se ter tido qualquer experiência de bem para desmentir esta evidência. Como não há





ser humano a quem isso possa ter acontecido ou possa acontecer, tal evidência é indesmentível.

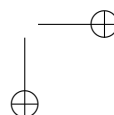
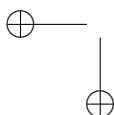
O bem é o absoluto de acto que está presente em qualquer coisa, isso que cria o ente, qualquer seja. É isso que distingue absolutamente o ser do nada. O absoluto do ser, presente em qualquer ser, e o absoluto do nada, absolutamente ausente seja do que for. A sua composição é impossível.

Se o jogo for à semelhança do acto criador narrado no mito genesíaco, o jogo é uma actividade semelhantemente “divina”, divina mesmo, sempre que cria. Desde este ponto de vista, o jogo é sempre criador e toda a acção criadora do ser humano pode ser lida como jogo. Foi o que Nietzsche bem percebeu e plasmou no seu símbolo do *Kind*, da criança, mais do que “jogador”, “brincador”, isto é, criador, sem regras que preexistam ao acto de criação, função eminentemente divina.

Ora, se bem que o ambiente frequentado por Schindler fosse ética e politicamente um ambiente de vício, em que o jogo era apenas mais uma das actividades viciosamente realizadas – podemos ver todo o nazismo como um imenso vício, no sentido acima exposto –, e, se bem que o próprio Schindler participasse deste carácter vicioso, sobretudo no início da sua actividade empresarial e mundana em Cracóvia, foi capaz de usar quer o jogo quer o ambiente vicioso em benefício já não do seu hedonista exclusivo bem, mas do bem dos outros e do bem-comum, pois o bem que fez ajudou não apenas os escravos seus dependentes, mas ajudou-o a si próprio e acabou por servir para o trabalho no sentido do bem de muita mais gente.

Assim, mais uma vez, nesta história, instrumentos éticos e políticos habitualmente conotados negativamente são utilizados com fins de altíssima bondade. Podem certos moralistas de gabinete pensar que é um atentado à pureza da moral de papírica forma usar algo como o jogo para salvar uma pessoa. Mas que têm tais anjos morais a dizer a Helen Hirsch acerca do seu destino de humana salvação ganho num jogo de cartas por Schindler? *Teria sido preferível não a salvar?* Tentar um outro qualquer meio? Qual, precisamente? Quem poderia saber, melhor do que Schindler, qual o meio mais eficaz de levar Amon a abdicar do vício que tinha pela posse de Helen Hirsch? Comprá-la como aos outros escravos não era solução, porque Amon não a venderia, dado que a considerava sua, de forma diferente e não resgatável por dinheiro, apenas pela morte.

A prudência de Schindler foi notável, ao perceber que apenas usando um



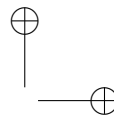
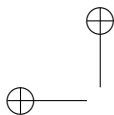
dinamismo mais poderoso do que qualquer outro poderia levar Amon a sequer pôr a hipótese de poder abrir, de algum modo, mão da preciosa escrava: esse meio, em homem tão vicioso e vaidoso, era precisamente o jogo. Foi usando o jogo e os vícios de Amon, num belíssimo exemplo de jogo político com o mal possível visando um possível bem, jogo que produziu uma forma de justiça poética, que Schindler operou um precisosíssimo bem, de outro modo impossível. É profundamente gratificante poder assistir ao depoimento⁴⁶ da própria Helen Hirsch, ao fim de várias dezenas de anos, angustiada, mas agradecida, testemunho que só é possível porque *Schindler a ganhou num jogo de cartas*.

Fazer o bem é sempre bom. De facto, os meios recebem mesmo a sua valoração ética e política a partir da bondade realmente alcançada, não de qualquer outra razão. A conformidade a leis, que não a lei que manda que cada acto realize o maior bem possível a cada ser finito operante, na incapacidade de se operar infinitamente bem, não tem qualquer valor ético ou político, pois não há realmente qualquer outra lei universal. Todas as outras leis são de origem puramente humana e enfermam da incapacidade humana de pensar com infinita actual inteligência. Mas tal incapacidade também não constitui desculpa para que não se realize maior bem possível em cada acto. Se o maior bem possível exige que se jogue a sorte de alguém, às cartas, como única possibilidade de salvar alguém, então, é isso mesmo que deve ser feito.

A salvação obtida, se obtida, é tão boa como se tivesse sido Deus a criar a vida que se salvou. *E salvar uma vida é criá-la na novidade da sua, assim, continuada possibilidade*. É por isso que salvar um ser humano é salvar a humanidade toda, porque em cada ser humano está dada a humanidade toda como possibilidade de vida e de realização. E, se se falha salvar isto, é toda a humanidade que morre, porque já não vale a pena que haja humanidade: para quê, se falha o acto mais importante que se lhe pede, o acto mais importante de que é capaz? Ao jogar Helen Hirsch às cartas para a salvar, Schindler, ainda que não o soubesse, procurava salvar toda a humanidade em Helen Hirsch, ao salvá-la, salvou toda a humanidade. Foi um destes Schindler que faltou a Sodoma e Gomorra, com o brilhante resultado que o mito narra. Nas palavras terríveis do *Novo Testamento*: já têm, todos, a sua recompensa.

A vitória neste jogo consistiu, para Schindler, na própria Helen Hirsch, não como coisa-escrava, prémio de um acto a ela alheio, mas como possibi-

⁴⁶Depoimento anexo ao filme.



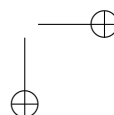
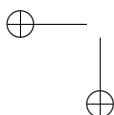
lidade de si própria: o que Schindler ganhou foi a possibilidade da vida de Helen Hirsch. Com o jogo – dando razão a Nietzsche, mas também ao *Génesis* – e com a sua vitória, Schindler criou uma nova possibilidade para Helen. Criou Helen na forma da sua possibilidade. É um acto divino. Acto, aliás, comum, pois, cada vez que cada ser humano faz o bem, cria uma nova possibilidade de acto no acto novo que criou, no que de positivamente ontológico pôs contra e na vez do nada.

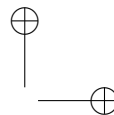
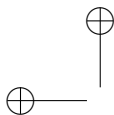
Mas a jogada da salvação de Helen Hirsch não se esgota na sua singularidade, antes constitui o paradigma da vida convertida de Schindler, dedicada a um perigosíssimo jogo com os tiranos, com a finalidade de salvar os seus escravos. Tal explica a razão pela qual a vida anterior e posterior à guerra de Schindler é tão cinzenta: Schindler é essencialmente um jogador e precisa de uma atmosfera de jogo, isto é, de possibilidade de criação para poder estar ao seu melhor nível. Sem poder viver como que em jogo, Schindler estiola. Como um grande incomparável vencedor olímpico, pode o herói retirar-se, até da vida, pois é seu o direito a gozar eternamente da divina ambrósia de quem venceu o mal da possibilidade da aniquilação do inocente. Já não é património dos homens, mas dos deuses, como o Édipo Colonense, de Sófocles.

2.5 Schindler, o Bêbedo

Com as épicas quantidades de álcool que habitualmente consumia, e apesar do seu tamanho agigantado, Schindler pareceria dever andar sempre ébrio. Mas não. Tornou-se famoso quer pela sua capacidade de olímpico bebedor quer pela sua capacidade de não revelar qualquer alteração fundamental de comportamento quando bebia. Certo é que Schindler mantinha sempre uma grande lucidez e capacidade de discernimento. Schindler era fundamentalmente um racional, racional que não temia os efeitos perversos dos báquicos líquidos. Capacidade marcada e inegavelmente biológica e fisiológica, mas também capacidade ética. Mesmo no desenho da sua estratégia inicial e sua inicial implementação, já usando sessões de consumo excessivo de bebidas espirituosas, Schindler sempre se revelou racional, escolhendo os actos supostamente acertados para a boa conclusão dos fins visados.

A eventual bebedeira, o eventual risco de se deixar transportar pelos vapores alcoólicos nunca foram problema para Schindler, que sempre foi capaz





de manter a mesma racionalidade, manobrando sempre em seu favor e, após a conversão, em favor da sua estratégia de salvação dos seus judeus. Assim, a capacidade de discernimento em todas as situações, a sua matricial racionalidade mantiveram-no sempre senhor de todas as situações, mesmo as mais complicadas, situações em que o filme é pródigo e que corresponderam a situações reais.

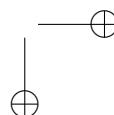
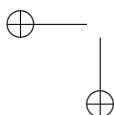
Mas, passadas as diferentes bebedeiras, sobretudo a “bebedeira” ética e política da salvação das pessoas, a capacidade de discernimento própria de Schindler mergulhou-o na mesma situação medíocre em que vivera antes da guerra.

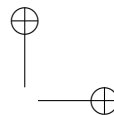
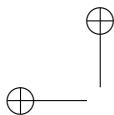
Mas esta é a situação de qualquer pessoa com os dotes de Schindler e para quem não é possível vislumbrar, precisamente porque conseguem ver muito longe e muito nitidamente, qualquer actividade que valha realmente a pena, não se podendo contentar com a mediania burguesa comum, própria de quem não tem precisamente a sua capacidade de discernimento. Num mundo medíocre, sem grandes tarefas a desempenhar, que é que vale a pena? E, ou se descobre a grandeza e a nobreza das tarefas quotidianas não burguesamente pervertidas, isto é, a que se retirou o sentido ontológico, ou se morre, por meio de um suicídio mais ou menos rápido. Assim com Schindler.

Schindler ajudou a salvar o mundo de um mal maior e teve de assistir ao triunfo da mediocridade, precisamente da mesma mediocridade, agora travestida, que levou à situação em que teve de ser um herói. Felizmente, não teve de assistir à restante progressiva perversão do mundo que ajudou a purificar, de que nós somos tristes testemunhas, muitas rendidas ou mesmo vendidas à perversão. Talvez sempre tivesse sabido que, por interpostas pessoas, o nazismo e suas semelhanças sempre iriam triunfar, talvez tenha sido esta constatação que o tenha minado interiormente, como mina todos os seres humanos que não aceitam participar de movimentos tirânicos, por mais bem disfarçados que se apresentem.

2.6 Schindler e as Virtudes Cardeais

Num mundo em que já quase não se fala de virtude e de virtudes, retoricamente substituídas por categorias pseudo-científicas, mas realmente mágicas, que vão deste o determinismo genético a um psicologismo, vacilante entre





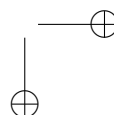
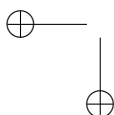
reduzir-se a uma forma de mero materialismo assente no determinismo genético ou de mero convencionalismo político ao serviço da primeira oligarquia ou tirania que passar o melhor cheque no fim do mês, o exemplo de Schindler é ainda e sempre fundamental, a fim de mostrar a capacidade de grandeza ética e política da humanidade, irreduzível a qualquer outra forma ou dimensão. Voltamos a chamar a atenção para o facto de o nazismo assentar essencialmente sobre formas de reducionismo semelhantes aos da contemporânea tecno-ciência.⁴⁷

Manifestamente, Schindler é intemperante. Sobre esta vertente de Schindler muito já se disse e ainda se vai dizer neste estudo, pelo que, aqui, não nos vamos alongar muito, apenas salientar o carácter de grande e vital vivacidade do seu modo próprio de ser. Tal fundamental vivacidade é a base de todo um esforço de obtenção egoísta de riqueza, mas também de realização do programa de salvação de seus escravos. Um homem mais temperante provavelmente não teria, nestas mesmas condições, conseguido fazer o que Schindler fez.

Esta vida sensitiva e sensual é o substrato biológico e vital fundamental, que constitui o terreno, a *khora*, o *pagus* necessário para a lavoura do espírito, e que, única, permite que o espírito trabalhe, quando espírito há. Uma vida dessorada – como a de muitos alemães, amansados por séculos de servil civilidade anónima como quase-escravos de um todo-poderoso estado – não é base alguma viável para um espírito também ele verdadeiramente vivo. Em Schindler, recapitula-se, de forma não literária ou especulativa, a história do encontro do paganismo europeu com o espírito cristão: pode ser tardio o fruto obtido, pode ser mesmo muito raro, mas, quando há fruto, que beleza, que sabor, que chão bendito aquele que alimentou tal árvore.

A habitual falta de tempero de Schindler tem como fruto uma lista de mais

⁴⁷Não admira, pois, que os oligarcas americanos e soviéticos, mas não só, tivessem recorrido a ex-“cientistas” nazis, como, por exemplo, aconteceu no caso dos americanos, que usaram sem qualquer reserva moral Werner von Braun, pai dos mísseis modernos, que utilizou, enquanto preparava os primeiros foguetes militares, mão-de-obra escrava, nomeadamente judaica. Na base de uma das chamadas maiores conquistas da humanidade, a ida à Lua, está o trabalho de uma equipa chefiada por um criminoso de guerra, convenientemente passado ao lado dos mecanismos de desnazificação. Será que é mesmo assim tão bom ir à Lua, mesmo que seja pelas mãos de um homem com as mãos manchadas de sangue inocente? Cada um que julgue e que, depois, olhe bem para as suas mãos, pois, o sangue tem a simbólica mania de passar de mão em mão, via contagiosa perversidade do pensamento.

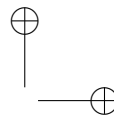
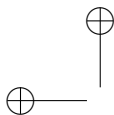


de mil pessoas: não uma ou duas bem comportadas dúzias, mas todas o que o dinheiro disponível pôde comprar, esgotando o dinheiro. Este momento da exaustão do dinheiro tão cupidamente ganho é extraordinário pelo que significa do poder de bem do fim bom, mesmo instrumentalizando meios menos dignos, sobretudo se for *um bem desejado intemperadamente*, momento em que o grande tempero é desejar o infinito. Ora, parece que é algo de semelhante que Schindler deseja, sempre insatisfeito com o que obtém, mesmo que seja salvar mais de mil; mas e mais um, e mais um: o limite, se existisse, seria o infinito. Mas, então, tal desejo coincide com o desejo de salvação de todos, confunde-se com o mesmo desejo salvífico de Deus. Não há, pois, qualquer tempero possível para o desejo de bem, que é sempre sábio.

O grande desamor que Platão tem pela intemperança diz respeito ao perigo que abre para o mal: se, por anedota, o ser humano apenas desejasse o bem, não seria preciso qualquer temperança. A intemperança geral de Schindler permitiu a intemperança no sentido do bem, o que obteve resultados humanamente preciosos. Bendita intemperança esta.

O intemperante Schindler é temperadamente corajoso, isto é, é corajoso. Joga, aqui, um jogo muito difícil, pois os tempos não são de alarde de coragem fora do esquema totalitário e sobre-regrado do nazismo, em que mesmo as manifestações de coragem estão parametrizadas e só são aceitáveis manifestações de coragem tipicamente nazis: a coragem de um Cristo na cruz é algo de indecente para um nazi, que nunca se deixaria matar assim mansamente, numa clara demonstração de “cobardia judaica”. Por outro lado, qualquer manifestação de comum coragem por parte de uma ratazana judaica ou outra mais não seria do que uma ilusão, pois, formalmente, as ratazanas não podem ter algo como a coragem, reservada aos verdadeiros seres humanos, isto é, aos nazis.

Schindler, como membro do partido nazi, deveria mostrar apenas exhibições de coragem nazi: obedecer cegamente a qualquer ordem do tirano ou de qualquer de seus lugares-tenentes, por mais dura que essa ordem fosse: por exemplo, exterminar as ratazanas judaicas ou ciganas. Não seria considerada coragem contrabandear judeus para um campo de concentração privado, a fim de os salvar. Ora, foi este tipo de acções que Schindler precisamente concebeu e realizou, correndo riscos tremendos. O seu jogo de coragem era, aliás, duplo, funcionando, frente aos nazis, com o tipo de coragem deles característica, exigindo o que lhe parecia ser necessário para a sua ajuda no esforço de



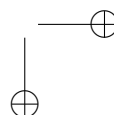
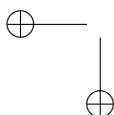
guerra nazi, mas, por outro lado, e com uma coragem clássica, usando muitos desses meios precisamente contra aquele esforço de guerra, terminando, já em Brinnlitz, produzindo propositadamente munições de artilharia defeituosas.

Num mundo como o presente ocidental, *em que foi feito um grande esforço para diminuir a capacidade de coragem das pessoas, a fim de ser possível mais facilmente controlá-las do ponto de vista do poder político*, seguindo, assim, uma terrível lição nazi, não é muito fácil, por falta de experiência, perceber a grandeza deste esforço continuado de dupla coragem, durante meses e anos, sempre na iminência de se ser descoberto, desmascarado e punido, punição que dificilmente seria outra que não a mesma morte, mais ou menos breve. Mas foi necessária uma coragem verdadeiramente sobre-humana, pois quase tudo estava contra o movimento salvífico encetado por Schindler. Quase todo o contexto ético e político o combatia.

De tal modo o mal imposto pelos nazis a estas pobres pessoas estava arreigado nos colaboradores de tal acto – e foram grandes partes de povos numerosos – que, mesmo depois da guerra e até à sua morte, Schindler se viu insultado por parte de muitos alemães, provavelmente ainda não saciados pelos milhões de litros de sangue inocente vertido durante a guerra por causa de sua estupidez e maldade. Tal prova que a desnazificação foi mal feita, com as consequências futuras mais do que óbvias e de que se estão agora a colher os frutos.

Apesar de seu fundo tendencialmente excessivo, Schindler sempre foi racionalmente orientado, pelo que, nele, a prudência sempre imperou. Não fora esta sabedoria prática na condução de tão intrincados e potencialmente perversos negócios, teria certamente fracassado. Apenas um sentido racional, capaz de integrar numa mesma única visão vastíssima milhentos pormenores de um imenso jogo conduzido a vários níveis, poderia permitir que os mundos paralelos criados, a fim de esconder a grande finalidade salvífica, não se confundissem babelicamente, remetendo todo o esforço para o Hades do insucesso, levando ao sacrifício de todas aquelas pessoas.

Esta mesma prudência, esta sabedoria prática de um homem que, ordinariamente, no tempo comum da podre paz dos homens, era pouco sábio, serviu de elemento regrador quer da necessária intemperança alardeada quer da necessária coragem para persistir em tal empreendimento, no seio de um mundo, este bem real, em que o mínimo desafio à autoridade tirânica era pago com a morte. Prudentemente, Schindler foi temperando a coragem e corajosamente



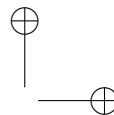
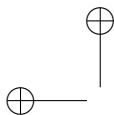
usando a intemperança: o resultado foi o avanço, lento, mas seguro, na senda que levaria à possibilidade de salvação da gente que elegera para sua protegida.

A acção de Schindler fornece, assim, para além da secura inexperiente de toda a manualística ética, o paradigma do que é o acerto ético e político de uma acção possível no sentido do bem que, por via da mesma prudência – sabedoria – governa os actos, tendo em conta a realidade que os envolve e condiciona, no sentido de um bem, bem que não se negoceia, ainda que possa haver a necessidade de se negociar tudo o resto. Mas o sentido de tudo o mais depende sempre deste bem que não negoceia.

É este o papel da prudência, acto mesmo do ser humano que é prudente, isto é, que usa a sua inteligência própria para o serviço de um bem objectivo. Nada pode substituir esta actualidade de um acto bom, bom porque prudente. Nenhuma regra, nenhum mapa ou protocolo, nenhuma mágica deontologia, própria, aliás, porque, quando não mágica, mecânica, não para pessoas, mas para máquinas. Schindler não é uma máquina: isso era o que Herr Hitler queria que os seus dominados fossem. Schindler foi um homem, uma pessoa, um sujeito ético livre. Mas livre não porque fez o que quis, independentemente do sentido último de sua acção, como as bestas, mas porque fez o que era o melhor possível, incarnadamente, isto é, segundo as condições reais a que um ser incarnado tem de obedecer. Obedecer, mas não submeter-se.

Durante os anos de sua luta pela salvação de sua gente, de seus judeus, Schindler não foi certamente um santo, mas foi certamente o que de mais próximo se pode pensar, como incarnado, do rei-sábio platónico: foi aquele que, no seio da maior injustiça, pelo sábio uso de suas virtudes, mesmo quando prudentemente delas abusou, foi capaz de realizar a justiça. Esta justiça realizada por Schindler não é confundível com a caricatura institucional que de justiça se faz, quando se fala de justiça no sentido do aparelho judicial ou de seus produtos.

A justiça de Schindler é a justiça do trabalho sábio das virtudes, no sentido do bem e de um bem-comum que nada pode substituir. Da “justiça”, no sentido institucional, faz parte integrante toda a legislação nazi, pelo que tal sentido não coincide com o sentido de justiça como triunfo do bem, triunfo pelo qual anseiam os seres humanos desde que existem. Apenas pessoas como Schindler podem trazer a justiça aos seres humanos. Nunca mercenários como os que fizeram e apoiaram e aplicaram coisas indignas como as “leis” de Nu-



remberga. Mas o mundo não é governado por gente como Schindler, antes por gente sempre capaz de fazer ou apoiar ou ignorar “leis” como as de Nuremberga.

Schindler é, de facto, um justo.

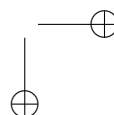
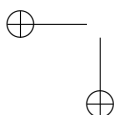
2.7 O papel de Schindler e o exemplo de Schindler

Constitui um triste lugar-comum na história da inteligência dizer-se que ninguém é insubstituível, afirmação que contraria, em absoluto, a grandeza ontológica própria de isso que constitui o próprio de cada pessoa: se ninguém, é insubstituível, então há, pelo menos, dois exemplares iguais de cada pessoa. Mas, então, o que é que distingue uma pessoa da outra? Nada. Assim sendo, na realidade só há um exemplar de cada pessoa, bem como de qualquer outra entidade, pela mesma razão, devidamente adaptada à grandeza ontológica em causa.

O que tal afirmação é, à parte qualquer suspeita de desonestidade intelectual ou de pura necedade, resume-se a uma tirada retórica insubstante: de facto e de direito – ontologicamente falando – *ninguém é substituível*, pois a sua substituição equivaleria à sua aniquilação. Ora, no que é, no que foi, no que pode vir a ser, ninguém é ou pode alguma vez ser substituído. Apenas podemos trocar a presença de alguém *numa qualquer função* pela presença de um outro alguém, o que é muito diferente de substituir uma pessoa por uma outra pessoa.

Mas o que a pessoa faz não é totalmente distinguível do que a pessoa é: se a pessoa não coincide totalmente com o que faz, com a sua acção, é esta que fundamentalmente a caracteriza precisamente como pessoa, de tal modo que, se se retirar à pessoa esta dimensão, nada mais resta do que uma mera possibilidade, sem actualização alguma, sem outra qualquer actualidade que não a de sua simples possibilidade. Tal é universal ao conjunto de todos os seres humanos, sem excepção possível. Não é, assim, exclusivo de quaisquer figuras especiais, mas aplica-se a todas as pessoas.

É também vulgar pensar-se que só são “figuras históricas” as que constam de uma qualquer memória monumental ou historiográfica, confundindo-se, deste modo, a realidade ontológica da imensidade integrada de actos que constituem e constituíram a realidade histórica, de que apenas uma ínfima



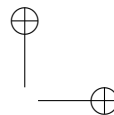
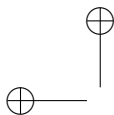
parte é acessível quer à monumentalidade quer à historiografia, com quaisquer formas de memória sobrevivente. Ora, a insubstituibilidade da pessoa não se refere apenas aos celebrados “protagonistas” da historiografia, mas a todos, sem exceção, seres humanos, que produziram o grande acto integrado da história humana, única que conhecemos propriamente.

Assim, não apenas dos césores, napoleões, hitleres e estalines vive a realidade histórica concreta, mas também, sem possíveis soluções de continuidade ontológica, dos schindleres e sternes. *Cada acto conta para o todo da realidade histórica humana*, em seu sentido mais lato possível. Para poder acompanhar toda esta imensidade de actos e de relações, nada menos do que uma inteligência divina seria necessária: é o sentido da providência que surge. Mas a falta de capacidade da humana inteligência não é justificação para a redução da história a uma reduzidíssima mancha de luz no meio de um insondável oceano de trevas de desconhecimento do acontecido: ela é essa mancha de luz e esse oceano de trevas ao mesmo tempo e num mesmo acto, independentemente do conhecimento maior ou menor que dela o ser humano possua.

Assim, desde o ser humano que tenha vivido o menor tempo possível, mas que, de algum modo, interagiu – impossível admitir o contrário –, até ao que mais tempo viveu, todos viveram e agiram como seres humanos que eram, por si próprios, sendo, para sempre, insubstituíveis nisso que viveram e agiram. Nem Deus pode fazer com que seja de outro modo. Tal é a importância ética e política da presença humana na realidade. Importância sempre ontológica, por mais que tal não se queira ver. Haverá, para tal, suficientes razões.

Schindler não é, pois, apenas insubstituível no que fez e que está aqui em causa, é, sobretudo, por o ter feito, um modelo, perfeito na sua insubstituível pessoalidade –, isto é, não para ser “imitado”, mas para ser seguido, pessoalmente seguido, quer dizer, pode-se ser muito diferente de Schindler e, ainda assim, seguir as suas passadas de salvador do que há que salvar –, de serviço quer ao bem-comum quer à humanidade como um todo, permitindo manifestar claramente não só que, *mesmo nos tempos mais difíceis, há sempre uma reserva de bondade possível nos seres humanos*, mas que não é preciso ser-se santo já antes de se ser santo, sendo que grandes e pequenos gestos de santidade podem provir de qualquer pessoa, pois qualquer pessoa guarda na sua matriz ontológica mais profunda a capacidade de realizar o bem.⁴⁸

⁴⁸ É esta a grande razão humana para que não haja pena de morte: a realidade comprovada de



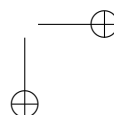
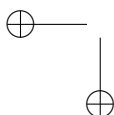
Nunca como hoje e nos dias que se seguirão a este hoje, foi o paradigma desta bondade tão necessário e a sua mostração tão potencialmente benéfica em termos pedagógicos, pois estamos precisamente numa fase da vida da humanidade em que movimentos de desumanização imperam, jogando com os níveis mais básicos e baixos da humanidade, tentando reduzir esta a uma bestialidade meramente psicológica, quais animais de Pavlov, sem alma e sem critério, apenas funcionários de um sistema mecânico e aviltante ao serviço de tiranias e oligarquias, muitas vezes disfarçadas de grupos filantrópicos.

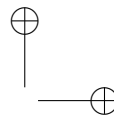
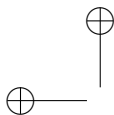
A coragem e a inteligência deste homem devasso, a manifestação, através da sua figura, da possibilidade de conversão para o bem, a partir de condições de profundo vício humano, é fundamental como modo de indicar que *há sempre a possibilidade de recuperação da bondade e da acção no sentido do bem-comum*, bem único possível para a humanidade e sem o qual a humanidade é incapaz de sobreviver, pelo menos como humanidade real, não apenas como uma falsa humanidade de bestas interiormente pavlovianamente formadas e com aparência exterior humana.

Schindler está para um mundo laico, mas ainda não completamente desumanizado, como Santo Agostinho está para um mundo ainda interiormente informado pela religião: a demonstração incarnada de que a conquista, ainda que dolorosa e angustiada, da estrada para o bem é possível. Realmente possível, não apenas ficção literária ou retórica, mais ou menos bem engendrada, mas irreal.

O exemplo de Schindler é ética e politicamente fundamental e paradigmático. Para os que se comprazem no mal e na sua mais aberrante e eficaz manifestação que foi o nazismo, Schindler é alguém a quem se deve votar um infinito ódio, pois foi o traidor de um movimento que intentava eliminar do universo algo que o conspurca, isto é, tudo o que não corresponde ao paradigma antropológico nazi. O seu exemplo é a má semente que manifesta ao comum dos seres humanos a possibilidade de, mesmo em circunstâncias terrivelmente adversas – em contra-corrente com o que certas ciências humanas afirmam –, é possível lutar contra forças perversas e malignas, mesmo que tal tenha de ser feito à custa de perdas materiais ou pessoais. Schindler é o símbolo e a incarnação da possibilidade de sempre se lutar pelo bem, por um

ser sempre possível a qualquer pessoa encontrar em si uma fonte de bem, encontro impossível se se aniquilar humanamente essa mesma pessoa.





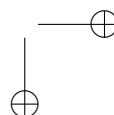
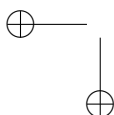
bem objectivo que diz respeito ao sentido inteligente de uma possibilidade de cada vez mais riqueza ontológica presente no mundo, riqueza que dificilmente pode advir ao matar pessoas inocentes.

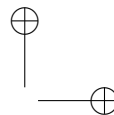
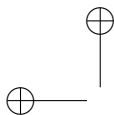
Para quem vive da exploração do que há de mais baixo nos seres humanos, a existência de tais exemplos de humanidade não reduzida a bestas verticalmente erectas é o maior obstáculo à sua ambição de se tornarem em senhores de um mundo em que todos os outros mais não são do que seus escravos, em graus maiores ou menores de degradação. Mas é esta uma grande razão para que, pela positiva, Schindler seja um exemplo, pois ele é o homem que demonstra que não é propriamente necessário nascer-se santo ou construir-se metodicamente santo para fazer coisas de grande santidade. Este tipo de santidade e heroicidade, obtida em actos de grande coragem e sabedoria contra males activíssimos e perigosíssimos pode estar ao alcance de qualquer pessoa. Assim, qualquer pessoa sabe que pode, se assim o quiser mesmo, isto é, se aceitar o *bem-comum como princípio orientador de sua acção*, realizar actos de grande bondade e que, deste modo, *ninguém está condenado a ser mau*.

Ora, o tirano sabe que só pode existir enquanto tal, se imperar sobre escravos, isto é, sobre seres humanos que perderam já toda a esperança de liberdade, quer dizer, de acção eticamente própria, que lhes permita, por exemplo, desobedecer a uma ordem que sejam ainda capazes de perceber como perversa. Tal é sempre o fim do tirano e todas as tiranias que caíram às mãos dos seres humanos caíram porque alguém um dia viu que o tirano era uma besta que necessitava de ser aniquilada, pois outro destino não pode haver para os tiranos, que, vivos, são sempre tiranos, onde quer que estejam. Lembre-se que esta condição é imposta pelos próprios tiranos, sendo tiranos, pelo que não passa de uma forma de justiça poética o seu fim de tiranos.

2.8 Schindler e a Ética

Num entendimento manualístico da ética, Schindler seria o personagem menos indicado para dar como paradigma de uma figura dita “ética”. É claro que tal atitude ignora que o âmbito da ética é necessariamente todo o que diz respeito ao acto interior do homem, fonte de toda a sua possível transcendência política. Assim sendo, qualquer pessoa pode ser escolhida como





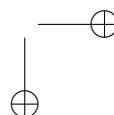
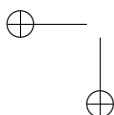
paradigma ético; resta é saber: *paradigma ético de quê?* Todas as figuras principais deste filme são paradigmas éticos. Schindler é um paradigma ético. Mas de quê precisamente?

Precisamente da grandeza ética potencial da pessoa. A sua acção prova que os actos de bem não conhecem qualquer possibilidade de desmentido de sua possibilidade ontológica, ontológico-ética. Nunca se deve dizer de alguém, de um qualquer alguém: “deste “indivíduo” é impossível esperar qualquer acto de bem”; assim como também não é racionalmente aceitável dizer de um qualquer alguém: “deste “indivíduo” não é possível esperar algo de mal”. É aquilo que teoricamente qualquer aprendiz de ética tem a obrigação de saber, isto é, que ao homem corresponde ontológica e eticamente uma possibilidade de realização de actos que ou introduzem no real um bem em acto correspondente à sua mesma possibilidade – fazendo o bem – ou, então, uma possibilidade de introdução de um acto que não realiza essa mesma sua possibilidade de bem – fazendo o mal.

Não tem aqui qualquer pertinência a questão acerca da voluntariedade ou da consciência, pois a ausência – e não há ausências parciais ou relativas, a ausência, no que é e do que é, é sempre total e absoluta – de qualquer destas implica necessariamente que não se disponha da tal possibilidade de realização do bem. Em termos humanamente paradigmáticos, só há um Schindler qualquer, se houver, se estiver presente, se estiver em acto – expressões sinónimas – a sua unidade de sentido própria, a sua pessoa: sem o que, não há Schindler algum, não há pessoa alguma, não há sujeito ético algum, não faz qualquer sentido falar-se de ética.

2.9 Schindler e a Política

Se bem que alicerçada na dimensão ética da pessoa de Schindler, é a sua acção política que é fundamental para a sobrevivência dos “seus judeus”. Não é facilmente questionável que tenha havido muitas pessoas que, apenas no seio de sua interioridade ética, tenham condenado a maldade da acção dos nazis, mas, se tivesse havido muito mais transcensão política dessa condenação para o âmbito do foro político, certamente muitos mais males teriam sido evitados, muito mais pessoas teriam sido salvas. Independentemente das causas que



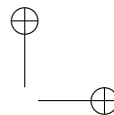
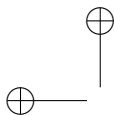
motivaram tal real ausência de uma acção mais generalizada, o facto de não ter havido uma tal acção permanece.

Assim como, num outro enquadramento, para um Stauffenberg, a evidência da necessidade do afastamento do tirano do poder, por qualquer meio, se tornou incontornável, mobilizando-o para uma acção radical e impiedosamente eficaz, mesmo que a custo de sua vida, para Schindler, a necessidade de salvação daquela pobre, inocente gente revelou-se algo de incontornável, chegando a um ponto de quase obsessão, sem, no entanto, cair na irracionalidade.

Salvar alguém, se bem que seja um acto que se desencadeia na interioridade ou a partir da interioridade ética da pessoa, é sempre e por essência um acto político ou não é, de modo, algum, um acto de salvação de uma outra pessoa, mas apenas uma quimera interior, num ambiente ético ficcional, fantasmático. A política nunca é fantasmática, ela é precisamente o *reino da objectividade transcendente*, a menos que se viva num regime mental, agora sim, fantasmático, gnoseológica, ética e ontologicamente entendido.

A política obriga sempre o ser humano a transcender a sua pura interioridade ética, no sentido da relação com outras eventuais entidades manifestamente semelhantes, ainda que minimamente – relevam daqui todos os mecanismos perversos de projecção, aquando da falta de real semelhança. Salvar a vida de alguém, independentemente de qualquer caracterização adjectival desse alguém, é sempre um acto no sentido de um bem transcendente ao salvador, isto é, é sempre um acto que visa não um bem egoísta e exclusivista, mas o bem *na relação*, isto é, de algum modo, um bem-comum qualquer. Tal acto de salvação, exactamente porque implica poder estar a salvar alguém que me vai eventualmente poder matar, isto é, ser a minha perdição, eu que fui a sua salvação, representa o acto mais desinteressado que pode haver, se não entrarmos em mecanismos psicológicos restritivistas das possibilidades da acção, mecanismos normalmente assentes nas incapacidades intelectuais de quem os propõe.

Deste modo, podemos perceber a importância e a grandeza política do trabalho salvífico de Schindler: *o seu acto literalmente criou possibilidade ontológica para os que salvou*. Tal não é exclusivo da acção de Schindler, mas é paradigmática realidade presente em todos os actos de bem executados por qualquer pessoa. O poder político modelar do acto de Schindler advém-lhe das suas contextuais circunstâncias, da sua dimensão, do empenho pessoal



posto. Nenhuma destas características é exclusiva, nenhuma mais ou menos fundamental do que as outras, dado que todas elas concorreram para o bom sucesso da tarefa.

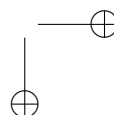
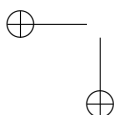
Mas esta dimensão política não pode ser confinada a uma dimensão meramente histórica no sentido materialista do termo, pois o que Schindler e todos os que assim procedem verdadeiramente criam não é apenas a possibilidade material de matérias animadas sobreviverem mais uns tempos, sempre tão curtos, mas a possibilidade de *unidades ontológicas de humano sentido* poderem continuar a ser, a existir, a existir na forma de um sentido em que todo o universo, e suas questões e respostas, se continua a revelar, de modo pessoalmente diferente para cada ser humano.

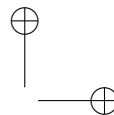
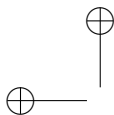
Cada um destes seres humanos é todo um mundo e, nesse seu incomunicável interior mundo, encontram-se, pelo menos em potência, todos os outros seres humanos, com seus respectivos mundos, numa rede possível de partilha de sinais de sentido, que constitui propriamente a humanidade, não enquanto coisa histórica, mas enquanto *realidade espiritual* comum e, aqui sim, politicamente comunicável. Percebe-se, também aqui, melhor um outro sentido da expressão “quem salva um ser humano salva toda a humanidade”.

Salvar cada homem é, pois, um divino transcendental imperativo categórico, sem o qual não pode, de facto, existir humanidade, histórica ou outra. Schindler contribuiu de forma excelente para a concretização deste mandato, absolutamente imperativo. E, por mais que se queira reduzir a salvação ao merecimento do ser humano, Sodoma e Gomorra dependem sempre, em última análise, da vontade de salvação de quem as pode salvar. Ora, Schindler é o seu habitante que as pode salvar e as salva. Há, pois, uma demiurgia inegável no trabalho soteriológico de Schindler, inexplicável sem o *fascínio pelo bem*, bem inteligido em todos aqueles seres, bem sem o qual não há salvação possível, seja ela religiosa ou laicamente entendida. Bem que não havia, definitivamente, nesta nova “Sodoma e Gomorra”, mas que havia em Schindler, seu habitante.

2.10 Schindler “podia ter salvo mais”

Esta expressão: “podia ter salvo mais” pode parecer, de um ponto de vista psicológico e superficial, apenas mais uma expressão do “carácter” excessivo





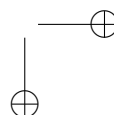
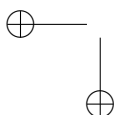
e vicioso de Schindler. Poder-se-ia pensar que, viciado que era em vinho, mulheres, dinheiro, poder, luxo, prazer, etc., e em fazer o que queria, Schindler quisesse ter salvo mais pessoas apenas como forma de satisfação de mais uma de suas viciosas dependências psicológicas: mais um copo de vinho, mais uma pessoa. Mas não é isto que se passa.

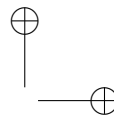
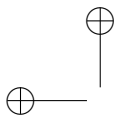
Não esqueçamos que Schindler soube prescindir de um dos objectos maiores de seu vício, talvez o mais importante, o dinheiro, em favor da compra daquelas pessoas, com a finalidade de as salvar. Já vimos que o carácter excessivo de Schindler ajudou ao esforço quasi sobre-humano de salvar tanta gente, por meios tão estranhos e trabalhosos. Mas é muito diferente, quer do ponto de vista objectivo quer do ponto de vista subjectivo, empenhar-se em ganhar dinheiro ou empenhar-se em salvar pessoas.

Objectivamente, o dinheiro é, na realidade, sempre um meio, nunca um fim, mesmo que como fim apareça a uma psicologia pervertida. A pessoa pode ser um mero meio, para quem ponha a pessoa ao mesmo nível ou a um nível inferior ao do dinheiro, noutra forma de psicologia perversa. Mas, para quem, como Schindler, pôs o dinheiro ao serviço do bem das pessoas, estas nunca poderiam ser já um meio, mas seriam sempre um fim, mesmo que se diga que seriam apenas um meio para encontrar auto-redenção ou algo de semelhante. De facto, tanto quanto é possível afirmar-se objectivamente algo a partir da acção de Schindler, dado que de seu interior ninguém possui dado directo algum, esta acção foi objectivamente dedicada à salvação daquelas pessoas. Gastou nisso toda a sua fortuna.

Mas, tendo salvo as pessoas que salvou, como necessariamente teve de perceber o bem que estava em causa nas pessoas e no seu salvamento, falho o que, como os seus camaradas industriais, teria ficado quieto – dado objectivo muito difícil de desmentir, honestamente, pelo menos –, percebeu que muitas mais poderia ter salvo, caso tivesse sido mais prudente na administração do dinheiro que foi ganhando. É claro que foi a utilização de muito do dinheiro que gastou que permitiu criar as condições necessárias para que pudesse agir como agiu e proceder à compra altamente irregular que fez. Foi a sua prodigalidade de “bom camarada nazi” que proporcionou uma tão grande simpatia por parte de seus camaradas nazis. Sem estes gastos, provavelmente não teria conseguido salvar aquelas pessoas.

Mas nem todo o dinheiro tinha sido bem gasto, mesmo depois da sua conversão à tarefa de salvar os escravos. Cada marco gasto impensadamente





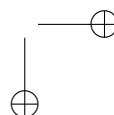
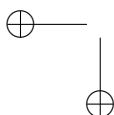
ajudou a não poder comprar mais uma e outra e outra pessoa. A grandeza ontológica de cada pessoa salva e a grandeza ontológica de cada pessoa não salva fazem perceber a Schindler o erro de não ter poupado mais dinheiro. E a alegria pelo bem feito não eliminou, como nunca elimina, a angústia pelo mal feito, cumprindo a terrível palavra de Cristo: “já têm a sua recompensa”.

Mas este momento de angústia de Schindler abre perspectivas para algo de mais vasto e de transcendental à existência política e, no seio do político, à dimensão económica humana: é que a materialidade, seja ela qual for, só faz sentido quando serve o bem da pessoa e, com ele, nela, o bem de todas as pessoas, pelos menos das que querem viver segundo o bem (as outras auto-excluem-se, acto a que têm direito, não tendo, no entanto, o direito de actuar no sentido do mal seja de quem for: o jovem Hitler inscreve-se neste grupo de auto-excluídos). No mundo dos seres humanos, que é o único mundo que conhecemos – a menos que tenhamos qualquer dom especial, trans-humano, sempre humanamente improvável: veja-se o destino humano do próprio Cristo –, nada faz humanamente sentido, se não for posto ao serviço da mesma humanidade, não num sentido teórico, abstracto, mas no sentido mais concreto possível, o do bem-comum.

2.11 A Palavra definitiva de Stern: “Haverá gerações graças ao que fizeste”

A obra de Schindler não se esgota, como é óbvio, nas pessoas que directamente salvou, mas espraia-se em todas aquelas que *vão poder existir* por ter salvo a possibilidade de existência de mais possíveis pessoas, na realidade das pessoas que salvou. As “gerações” a que Stern se refere não são uma mera realidade política ou “social”, muito menos apenas algo redutível a uma realidade biológica. Schindler não se limitou a salvar “cidadãos”, “coisas sociais” ou “coisas derivadas de genes”, etc. Salvou mesmo pessoas. A semente a que possibilitou a sobrevivência não tem redução possível aceitável. De nada interessa o destino posterior dessas futuras gerações: tal escapa a um mero ser humano como Schindler, ou qualquer um de nós, pode mesmo delas sair um outro qualquer “Hitler”.

Não é uma mera série causalista que está em causa. Se o fosse, a solução óbvia para não ter havido Herr Hitler seria nunca ter havido a linha causal



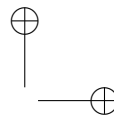
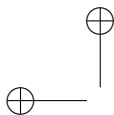
que o antecedeu e permitiu, o que, provavelmente significa que era melhor que nunca tivesse existido qualquer ser humano, dada a óbvia imbricação de todas as linhagens humanas conhecidas.

O que está em causa é algo de fundamentalmente ontológico e ontológico do ponto de vista do único ser que conhecemos capaz de onto-logia, precisamente o ser humano. Schindler não só salvou coisas humanas ou mesmo seres humanos, *possibilitou ontologia*, no sentido em que permitiu a continuidade daqueles seres, continuidade que se dá sempre na forma de um qualquer absoluto de novidade, novidade que, enquanto tal, enquanto se opõe ao absoluto do nada, que é a única alternativa possível, é boa, no sentido absoluto em que o Deus da narração genesíaca viu que o que tinha criado era bom.

O que Schindler criou e o que cria todo aquele que faz o bem – e é por isto que fazer o bem é um imperativo categórico – foi uma possibilidade. Não uma possibilidade no sentido, racionalmente incompreensível, aliás – de algo “quase inexistente”, quase sem entidade,⁴⁹ mas no sentido do que encerra em si toda a realidade possível de isso que possibilita. As “gerações futuras” estão todas no gesto salvador de Schindler, não num entendimento mágico ou meramente metafórico da afirmação, mas num sentido rigorosamente ontológico: *sem o seu complexíssimo acto salvador, não teria havido a possibilidade ontológica de haver aquelas gerações*. E “aquelas gerações” foram possibilitadas apenas pelo acto de Schindler. Mais nada o poderia ter possibilitado.

Tal alerta-nos para a necessidade de uma muito maior atenção prestada à importância e alcance ontológico de cada uma de nossas acções, pois, por cada uma, passa uma parte inamissível do “destino” de todo o universo, especialmente daquele que mais próximo de nós é. As gerações futuras das “gerações futuras” são o fruto longínquo, mas necessariamente decorrente da acção de Schindler: não da minha, não de uma outra pessoa qualquer; da acção dele. Toda a acção se repercute, assim, quer no futuro, entendido num sentido histórico – por infundada projecção – quer num sentido eterno, em que cada acto constitui, por oposição ao nada, uma marca eterna porque contribui – não ape-

⁴⁹Se assim fosse, de onde é que a realização do possível retiraria a sua realidade? Desse estulto “quase nada”? Magia... É por a possibilidade ser iminentemente todo-poderosa relativamente ao que possibilita que o plano ontológico das ideias em Platão é o que é, para quem percebe o que é. E é também por isso que esse plano está tão próximo (é, de alguma forma “interior”, pela “participação”) do hipertranscendente Bem, o Deus platónico.



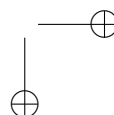
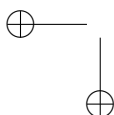
nas “contribuiu”, mas “contribui” para que “não seja o nada” – para que haja ser.

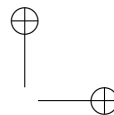
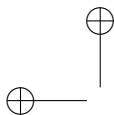
É este o sentido absoluto do bem. É, pois, este o sentido que permite a Stern dizer que a lista de Schindler é um bem absoluto. Não se trata de mais um juízo de valor, sempre relativizante do ser da coisa ao avaliador-julgador, mas a intuição de que *cada ser constante da lista é um bem ontológico absoluto no que é*, que nada pode substituir e que tem uma dignidade ontológica própria só sua, contra a qual ninguém tem qualquer direito de atentar. É exactamente a mesma intuição – e, por isso, é divina – que o Deus do *Génese* tem quando contempla a sua criação e *vê*, intui que é boa. Não se trata de um juízo, mas de isso que subjaz, melhor, constitui a possibilidade de qualquer juízo: *a intuição pura do que é, como é, na inteireza e pureza de todo o seu ser*. Tal intuição é paradigmática, pois não é um ente limitado que a tem, mas o próprio Deus.

É este divino ver das coisas que permite a Stern dizer o que diz da lista e a Schindler perceber o que cada um daqueles escravos é, não coisa, mas pessoa. A menina de vermelho não é uma coisa vermelha, mas uma pessoa. A sua mostração em cor num fundo cinzento, significa, independentemente da cor, o absoluto da sua diferença, isso que faz que nada a possa substituir. O que ela é, é, no que é, na diferença ontológica que a ergue como o que é, algo de único: *se se mata, mata-se para sempre a possibilidade de plenitude que consigo carrega e não há céu algum que possa substituir essa possibilidade de realização e essa realização impossibilitada. Se o criador divino intui como bom o que criou, que direito tem o ser humano de negar essa mesma ontológica bondade?* E não é preciso ser-se “religioso”, basta não se ser ontologicamente estúpido ou ética ou politicamente perverso.

Neste contexto, percebe-se melhor a razão pela qual Platão não admite senão sábios (não se trata de alguém apelidado de ou nomeado “sábio”, mas alguém que seja mesmo sábio, isto é, alguém que saiba discernir o sentido ontológico presente em qualquer realidade, de qualquer nível) no governo da *polis*. O *kybernetes*, o piloto do navio político nunca pode ser uma besta, como aquelas que condenaram legalmente Sócrates, mas deve ser sempre o ser humano que sabe onde está o bem real e o bem mais real de todos, que é o bem possível.

A besta política tirânica, historicamente paradigmaticizada em Herr Hitler, é precisamente aquela que desconhece o bem e age de acordo com os caprichos





de sua limitadíssima inteligência. Como a comunidade humana não pode ser governada por deuses, apenas por seres humanos, o critério da sabedoria tem de ser real e realista, pelo que *há apenas um critério de acerto da governação: o absoluto serviço do bem-comum*. Este é o único senhor que pode ser servido quer pelo governante quer pelo governado. Não se trata do bem de alguns ou da maioria, mas do *bem de todos*, causa difícilíssima de servir, aliás, nunca verdadeiramente bem servida. Mas é esta a realidade a atingir, mesmo que seja para sempre uma realidade de tipo assintótico.

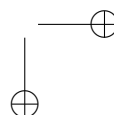
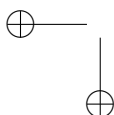
Foi este senhor bem-comum que guiou as acções do Schindler convertido ao bem e de Stern, agente incansável e inteligentíssimo desse bem.

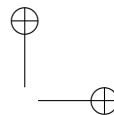
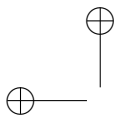
2.12 “Agradecei a vós próprios”

Quando Schindler recebe o agradecimento por parte das pessoas a quem salvou, a sua resposta remete para a acção daqueles que lhe agradecem. De facto, sem o labor de Schindler, capaz de iniciar, chefiar e manter um processo de estratégica protecção e posterior aquisição destes seres, não teria sido possível a salvação destes últimos. Schindler sabia-o perfeitamente, tão perfeitamente quanto aqueles que lhe agradeciam. Mas Schindler também sabia que, sob aquelas condições excepcionais, em que cada gesto, cada passo, cada atitude contavam no balanço entre a vida e a morte, e em que o menor incidente poderia levar à morte de uma pessoa, a sobrevivência individual de cada um de seus protegidos se deveu também ao modo como cada um foi capaz de encontrar o equilíbrio no movimento diário, mesmo instantâneo, no que constituiu uma verdadeira obra de arte pessoal de auto-construção, segundo a prudência. Tem, assim, plena razão quando lhes diz que devem agradecer a si próprios.

Tal consciência por parte de Schindler faz ressaltar algo que talvez não esteja devidamente estudado e perspectivado no que diz respeito quer a este grupo de prisioneiros quer a todos aqueles que, quer por iniciativa exclusivamente própria quer por iniciativa de outros, mas com o seu empenho pessoal próprio, lutaram pela vida, pela sua e pela de outros, sem se remeterem ao inútil e antropológicamente obsceno papel da vítima que se deixa matar por nada ou, pior ainda, por mera cobardia.

De um modo profundamente dramático, a sobrevivência activa destas pes-





soas, que não colaboraram com os carrascos e, ainda assim, conseguiram permanecer vivos, serve como prova e homenagem às virtudes-matriz fundamentais, pois, sem estas, sem temperança, sem coragem e sem prudência – aqui, desligadas de uma possível harmónica integração tópica na forma da justiça, impossível em tais lugares – não lhes teria sido possível sobreviver.⁵⁰

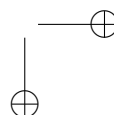
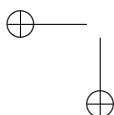
2.13 “Homens em vez de Assassinos”

Aos militares que serviam como guardas da fábrica, e a quem tinha proibido o acesso ao interior das instalações fabris em Brinnlitz, militares que sabia terem como ordem final eliminar os presos que restavam, perdida a guerra, Schindler pôs perante a escolha fundamental entre retomarem a sua condição de homens, precisamente ao não optarem pela segunda hipótese: tornarem-se assassinos. Numa superficial ironia, mas sem qualquer ironia de um ponto de vista mais fundamental, Schindler torna-se no possibilitador da remissão humana também dos carrascos.

Mas, ao pôr esta possibilidade, Schindler cumpre a sua mesma radical nova vocação de homem convertido ao sentido humano presente em cada exemplar de humanidade, independentemente do que nele fosse accidental: um nazi, mesmo um carrasco, pode redimir-se, se a sua acção for no sentido do bem.⁵¹ A eficácia deste acto não reside na exterioridade de um perdão, sempre

⁵⁰A “sua” justiça foi obtida, não como resultado imediato do funcionamento harmónico das três virtudes, mas como resultado final, já posterior ao conflito bélico, precisamente como sobrevivência ao conflito. A grande virtude não é, assim, a justiça, que pode nem sequer existir, mas a prudência, governante transcendental da temperança e da coragem, virtudes “de campo”, sem as quais o ser humano mais não é do que uma desumana besta. A aposta na erradicação das virtudes cardeais é sempre a aposta na bestialização dos seres humanos. Estas virtudes são as virtudes transcendentalmente humanas, a sua substituição por quaisquer outras, nunca transcendentalmente humanas, mas apenas “regionais”, impostas por um qualquer ser humano, significa sempre a redução do ser humano à função do interesse de um qualquer outro ser humano, esse que pôs o novo quadro de virtudes, esse que, assim reduzindo o ser humano a função sua, é sempre o tirano.

⁵¹Apesar de profundamente incómoda, a questão tem de ser enunciada: será que os que não se redimiram por meio de um qualquer gesto de bondade mereceram sobreviver a uma tal prova, como a que esta guerra foi? Será que algo como um acontecimento tão pesado em consequências como a Segunda Guerra pode ter como desfecho uma entrega dos carrascos à contingência casual de uma recombinação política puramente mecânica, sem que as consequências políticas dos actos sejam pesadas, pessoa a pessoa? *Como justificar, então, o sofrimento e a*



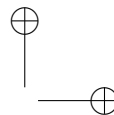
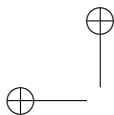
improvável, porque precisamente humano, mas na realidade interior, ética e ontológica, da escolha pelo bem feita pelos possíveis carrascos, ex-carrascos profissionais, que, assim, por meio desta mesma escolha, se redimiram e puderam construir para si próprios e para aqueles com que puderam relacionar-se um verdadeiro novo mundo. Se assim o tiverem querido. Mas não é isto que está aqui em causa, antes a possibilidade dada por Schindler e essa foi real, independentemente do que puderam com ela fazer os homens em causa.

No fim de contas, e no seu nível mais profundo, precisamente ontológico, toda a questão em torno da “Lista” e em torno daquilo de que é contraditória – o nazismo – é uma questão de possibilidades, de possibilidade: a possibilidade da criação de um povo especial, de eleitos; a possibilidade da obtenção de um espaço vital para esse povo, espaço necessário para a possibilidade desse povo; a possibilidade de transformar progressivamente todos os outros povos em escravos do povo eleito; a possibilidade de eliminar todos os outros povos, à medida que o povo eleito já deles não necessitasse; a possibilidade de esses povos viverem; a possibilidade de estes povos ameaçados reagirem e obterem a única saída possível: uma vitória definitiva contra quem, assim, os queria escravizar e eliminar. Toda a história em torno da “Lista” se transforma, assim, numa pequena, ainda que significativa ilha, num mar de confrontação de possibilidades.

Ora, *a possibilidade é a raiz metafísica de toda a ontologia possível*. Não admira, pois, a profundidade e a densidade dramáticas e trágicas dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial: o conflito foi mesmo um *conflito de origem e teleologia metafísica*, estando em causa, não concepções ideológicas do mundo, como diz a vulgata, mas *possibilidades de o mundo ser*. Foi a mesma radical matriz ontológica do mundo que esteve em causa no conflito de 1939-1945.

A aparente vitória da concepção não escravagista permitiu algum tempo de esperança para uma humanidade que não se quer ver reduzida a um formi-

morte dos inocentes? Ora, precisamente, esta justificação ficou por fazer, *provocando uma perene e humanamente irresgatável depreciação ontológica da vida humana e, sobretudo, da vida humana inocente*, como se pode ver por toda a parte no mundo coevo nosso. Confundir o necessário perdão divino com a impotência da justiça humana é preparar o caminho para o triunfo de todos os males, pois já não há mal, apenas acções destrutivas inconsequentes. Mas, e é o mais grave de tudo, já não há que perdoar. Então, *é o mesmo perdão e a sua possibilidade que desaparece, por desnecessário*. Mas o mal permanece e fica imperdoável: é a situação em que nos encontramos contemporaneamente.

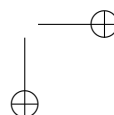
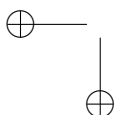


gueiro de cidadãos-função. Mas a evolução subsequente tem sido no sentido da transformação, agora subtil, por meios económicos e comunicacionais – muito do agrado de um Goebbels, se fosse vivo –, progressiva, da humanidade num agregado passivo de consumidores acéfalos e anémicos, prontos a serem dirigidos pelos eleitos do momento. *O triunfo das forças da liberdade foi ilusório. Apenas as fronteiras do campo de concentração se alargaram*, campo que se se vai tornando único e universal com a globalização: o arame farpado, agora, está em órbita e é de substância electromagnética.

2.14 Schindler deixa-lhes Tecido, Vodcka e Cigarros: o Novo Dinheiro

Na base ontológica da necessidade humana de uma economia, quer como ciência quer sobretudo como realidade material básica pessoal e política, está a mesma necessidade, manifestada na carência.⁵² Todo o trabalho de Schindler no sentido de salvar os “seus judeus” pode ser perspectivado como consequência da intuição da necessidade de suprir a carência de vida que os ameaçava. Algo que Schindler cumpre com a eficácia, em si não habitual, de um verdadeiro executivo corporativo. Segundo esta mesma lógica, num mundo de um pós-guerra, que só pode ser chamado de “pós-guerra” por quem desconheça a sua realidade, em que os mais simples sistemas de apoio económico e político à existência humana individual e colectiva desapareceram, pois, a já escassa ordem que existia no mundo em guerra e que o fazia, ainda que mal, subsistir cessou totalmente e este pós-guerra foi um tempo de desesperante “salve-se quem puder”.

⁵²De tal modo é importante esta ontológica característica da mesma realidade humana, que toda a filosofia pode ser vista como um seu desenvolvimento propriamente espiritual: desde as não anedóticas intuições da relação entre carência e plenificação de Tales de Mileto, passando pela maturadíssima intuição platónica acerca da relação entre carência e virtude no ser humano individual e no grupo humano, relação propriamente fundadora da possibilidade e da realidade da *polis*, culminando em todo o sistema físico e metafísico de Aristóteles, é a intuição da economia como relação ontológica fundamental entre carência e possibilidade de a anular, plenificando tendencialmente em acto isso de que a carência é manifestação negativa, que subjaz a toda a filosofia e a todo o esforço propriamente humano, que se confunde com o mesmo espírito em acto. A economia só é, pois, materialista para aqueles em que o espírito não abunda.

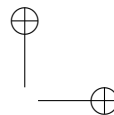
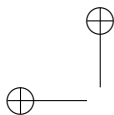


Schindler bem o sabia e procurou deixar àquelas pessoas, agora livres, mas totalmente despossadas de meios de sobrevivência, capacidade económica para encetar comércio com outros, na forma da troca dos bens que lhes deixou em herança por outros bens. Os bens que propositadamente lhes deixou são precisamente do tipo de bens que se consegue sempre trocar numa tal ocasião ou porque são absolutamente necessários, como o pano, ou porque são um luxo, como as bebidas alcoólicas, para cujo consumo há sempre quem esteja disponível a ceder bens em troca. *A materialidade física dos bens é a única base realmente real em termos económicos* e a questão do valor – sempre inapelavelmente subjectiva – depende absolutamente da existência destes mesmos bens físicos.

O que, em um tal momento, menos vale é o dinheiro, mesmo o dinheiro forte dos vencedores, pois, em tal tempo, as pessoas percebem, como nunca, o papel meramente simbólico-real do dinheiro, que, numa expressão crua, mas ontologicamente indesmentível, “não se come”. Só é economicamente real “o que se pode comer”.⁵³ Deste modo, Schindler deixa verdadeiros bens àquelas pessoas, isto é, unidades de possibilidade de aquisição de verdadeiros bens fundamentais para a continuidade da sua existência. Ora, é precisamente o sentido ontológico do bem isso que está presente nesta relação entre a disponibilidade de algo necessário para a vida e a mesma vida como único bem absoluto do ser humano. Terá nascido aqui todo o sentido do bem, não como materialidade, mas como o que de absoluto (isto é, em acto, realmente, na aceção mais forte possivelmente concebível) há nisso que permite que se seja. Estamos muito longe das infantis concepções utilitaristas ou hedonistas do que seja o bem. Mas, note-se, que foi precisamente desde uma posição extrema de utilitarismo e de hedonismo que o nosso convertido herói partiu, qual besta semelhante a todas as outras bestas – nazis ou não – que também funcionavam segundo a lógica utilitarista-hedonista.⁵⁴

⁵³A qualquer economista que não aceite esta evidência propomos a seguinte experiência: durante trinta dias apenas comer e beber notas e moedas da unidade monetária mais forte do momento. Se não morrer, o que é altamente improvável, finalmente perceberá o que se quer mesmo dizer com a expressão “o dinheiro é fiduciário”. Será um autêntico mártir da fé. Aqui, preferimos o santo uso da razão, capaz de evitar tão absurdos martírios.

⁵⁴Perguntamo-nos se a ruína do Ocidente, que, durante cerca de dois mil anos, procurou transcender a redução utilitarista e hedonista – sabiamente paradigmaticizada nas duas formas inferiores da *philia* como Aristóteles a descreveu – não reside precisamente na sua defecção desta procura e na sua cedência ao facilitismo bestial das éticas – e consequentes políticas –

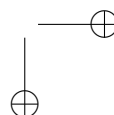
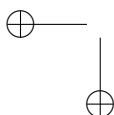


A besta hedonista reformada, Schindler, legou aos que salvou não apenas a realidade material e espiritual de estarem vivos no fim da guerra, o que, por si só, já é um inestimável bem e um bem raro para aquela classe de pessoas, mas deixou-lhes, ainda, em herança, uma forma económico-política de poderem reiniciar, num mundo radicalmente diferente daquele normal de onde partiram e daquele dos campos de concentração e extermínio, económica e politicamente, a vida. De besta hedonista comum, Schindler elevou-se a incommum providencial pai.

Por mais que se possa querer diminuir a figura de Schindler de antes e de depois da guerra, este atinge, neste momento de sua vida, alturas paradigmáticas em termos de realização ética e política humanas, alturas que superam a comum santidade e lhe conferem mesmo um ar quasi-divino. Para o crente, é a mão de Deus que, na mão de Schindler, assim trabalha, mão de Deus que, desde Job, não trabalha sem a mão do homem, pois, se o fizesse, seria apenas mais um senhor dominando o escravo. Relação Deus-homem que tão mal compreendida é, sobretudo na modernidade, sobretudo por parte de pessoas que pouco uso das mãos no sentido do bem fizeram. O Deus de pós-Job não é um Deus de ou para impotentes: é a mesma acção dos divinamente potentes, dos que realizam o bem.⁵⁵

utilitaristas e hedonistas. A perda da dimensão pura e propriamente espiritual, verdadeiramente agatónica, da forma excelente da amizade, que Aristóteles sabia, como maior discípulo de Platão que foi, ser o único cimento duradouro possível para a comunidade humana, *implica a morte a prazo da sociedade em que ocorre*, incapaz de se elevar da sociabilidade, forma exterior e sempre material de relação, à comunidade, forma em que a aposta espiritual no bem do outro e de todos impera. O nazismo é a forma extrema desta redução da relação humana a formas meramente utilitaristas e hedonistas, transformando os eleitos nos sujeitos da utilidade e do prazer e o restante, isto é, todo o restante cosmos não eleito, pessoas e restante, a meras funções dessa utilização para o bel-prazer dos senhores. Ora, não só esta forma de ser ética e política não desapareceu com o desaparecimento formal do império nazi como tem vindo a ganhar força e terreno depois da Segunda Grande Guerra. Com a chamada globalização, em que o pior do Ocidente, precisamente esta tendência para a escravização utilitarista e hedonista do outro, se junta a uma exacta mesma tendência e tradição oriental, *o futuro da humanidade como comunidade de seres espirituais livres encontra-se numa situação de perigo ímpar na sua história geral*, pois nunca como nos tempos presentes a ameaça à liberdade ética e política foi tão forte e global. Ou se renovam as forças em luta contra a redução escravagista de pessoas não-eleitas a função de bel-prazer de outras eleitas ou assistiremos a um irónico e obscuro triunfo de isso que de pior motivou o nazismo e tudo o que paradigmizou.

⁵⁵Como em quase tudo o que diga respeito à estrutural dimensão onto-antropológica do ser humano, Agostinho de Hipona foi laboratório desta mesma experiência: a sua vida pode



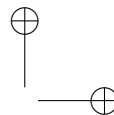
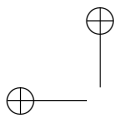
2.15 A Carta de Apresentação aos Aliados

No termo da guerra e, com ela, do pesadelo a que tinham estado submetidos e ao qual apenas puderam escapar devido à iniciativa e acção de Schindler, os seus ex-escravos, os “seus Judeus”, os “judeus de Schindler” não poderiam fazer muito por ele e por sua mulher, a quem tanto deviam. Mas havia algo que estava ao seu alcance, para além da manifestação de uma imorredoura gratidão, simbolizada no anel que forjaram com ouro dado por vários deles: poderiam tentar fazer pelos Schindler, perante os vencedores aliados, o que Schindler tinha feito por eles, isto é, fornecer-lhes um meio de possível salvação, num mundo agora perigoso para todos os alemães, especialmente para aqueles que tinham, de algum modo, colaborado com o tirano e seu regime, em particular os membros do partido nazi.

Ora, Schindler era membro do partido nazi, tendo, aliás, muito beneficiado com isso, embora esta mesma pertença o tenha ajudado na sua conspiração para salvação de seus judeus. Mas, *sem o testemunho destes*, o que os soldados e polícias aliados iriam saber seria apenas a sua pertença ao partido de Hitler, tirando daí as devidas conclusões. Apenas o testemunho esmagador de tantas pessoas acerca da sua obra salvífica poderia ajudar Schindler e sua mulher a terem um tratamento que não os marcasse como nazis e eventuais criminosos de guerra. Tal documento serviria como forma de salvo-conduto inicial perante os aliados, que teriam de, pelo menos, dar o benefício da dúvida aos interessados e investigar no sentido de apurar se tal documento correspondia à verdade.

Armados com tão precioso documento, puderam os Schindler entregar-se às autoridades aliadas e seguir, depois de devidamente investigados, as suas vidas. Tratou-se, por parte dos judeus salvos, de poder pagar possibilidade de vida com possibilidade de vida, saldando, assim, no fundamental, a dívida vital que tinham para com o seu antigo patrão-dono. Ao fornecerem aos Schindler esta carta abonatória por todos assinada, *devolviam a si próprios a*

ser vista como uma evolução dolorosa desde a pura impotência de retor perdido num caos de flatulentas perguntas e respostas até à potência do encontro com a ordem do amor, substantivo verbo, que é tanto mais espírito quanto mais acção e acto ponho no bem que faço: e é ver o bispo desfazer-se na cura do rebanho, na senda da sua salvação. Homem tão potente quanto o amor que realiza, tão divino quanto o bem que faz. A libido aqui não lavra as palavras do retor, lavra o mundo, rasgando o mal e fecundando essa mesma terra rasgada com o sémen do amor.



liberdade, pois libertavam-se de qualquer ressentimento, de qualquer possibilidade de ajuste de contas negativo.

Assim como Schindler teve a oportunidade de experimentar a alegria, acompanhada por uma grande angústia, pelo facto de ter salvo muitas pessoas, não tendo conseguido salvar outras, assim os judeus livres puderam experimentar a grandeza de retribuir o serviço. Temos, aqui, a humanidade no ápice das suas possibilidades de bem em termos éticos e políticos, um vislumbre da sempre remota, enquanto definitiva, “cidade de Deus”, em que o amor recíproco impera como única forma de lei e de acto.

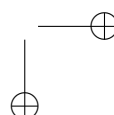
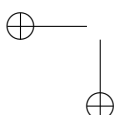
2.16 O outro Anel: aquele que salva o Homem

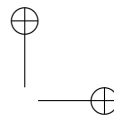
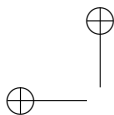
No anel com que os antigos escravos premeiam simbolicamente seu antigo senhor e salvador, está marcada, em fisicamente incorruptível ouro, a frase emblemática de todo o filme, em que se resume todo o fundamental princípio da presença da mesma humanidade em cada pessoa humana. Qualquer eliminação de um ser humano representa a eliminação de toda a humanidade, no sentido da eliminação de uma infinita virtual possibilidade de humano desenvolvimento. Não basta dizer que em cada ser humano está dada a humanidade como um todo, de que cada parte individual, consubstanciada em cada pessoa, é um representante.

Não se trata apenas de uma questão simbólica, em todas as suas riquíssimas variáveis possíveis, mas da eliminação de toda a humanidade possível que cada ser humano consigo transporta, como entidade espiritual relacional que é: *quando se elimina um qualquer ser humano, elimina-se, com a sua mesma possibilidade, a possibilidade de relação com todos os outros elementos da humanidade e não apenas com os que lhe são co-presentes de forma histórica, mas com todos aqueles com que se pode relacionar na memória presente do passado e na eventualidade do futuro*, memória e eventualidade eliminadas consigo.

Percebe-se melhor o alcance desta eliminação e da universal presença humana que elimina, se se alargar a eliminação a todos os indivíduos pessoais num mesmo acto: toda a humanidade de sempre – incluindo a do (agora já não) futuro – desaparece, sem qualquer rastro humanamente detectável.

Ora, foi isto que precisamente Herr Hitler e os seus sequazes perceberam,





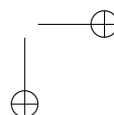
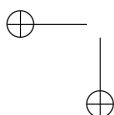
quando se propuseram não apenas funcionarizar escravagistamente os povos ditos inferiores, mas simplesmente eliminá-los, e que tão bem está expresso nas palavras de Amon, quando diz aos seus subordinados que, dos judeus, não restará qualquer memória possível, quando os nazis tiverem concluído o seu trabalho de solução final (e definitiva, por extirpação total da “semente”).

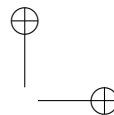
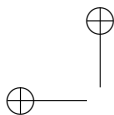
2.17 “Quero os meus”

Num clima intelectual modelado a partir apenas de reduções quantitativas da realidade, como o que se encontra, por exemplo, numa ciência estatística pura, sem relação com isso que estuda, ainda que seja simplesmente a entidade numérica – que deve ser respeitada como tal –, uma qualquer grandeza numérica é apenas isso mesmo, aliás, sempre a mesma, dado que, ontologicamente, só há uma grandeza de cada, embora o seu modo de obtenção ou descrição possa ser infinitamente variável. Assim, se se salvar 100 pessoas, em termos meramente numéricos, tanto dá que sejam concretamente estas 100 ou outras 100 quaisquer: 100 é 100.

Mas 100 só é 100 em termos puramente numerológicos. Só há um número 100. As utilizações desse mesmo número são infinitas. O número não muda, nada sofre. Mas esta realidade puramente metafísica do número esgota-se na essência do número. Não vai mais além. A cada aplicação concreta, diferente, portanto, a realidade em causa de isso que são 100 muda: cem garrafas são sempre “estas 100 garrafas”. Este conjunto de 100 garrafas é este conjunto de 100 garrafas. Nisto que é é eterno. Não há outro, que não ele mesmo, que possa ser “este” conjunto de 100 garrafas. “Este conjunto”, no que é não é substituível por qualquer outro, mesmo por qualquer outro que tenha também 100 garrafas: não são “estas” 100 garrafas, são “outras” 100 garrafas. Mesmo que 99 das garrafas sejam as mesmas, há uma que não é, logo, não são as “mesmas” 100 garrafas. Também não são as mesmas 99 garrafas com uma diferente: 100 garrafas são 100 garrafas, não são 99 garrafas mais uma garrafa. Não confundir com a equação puramente matemática: $99+1=100$ (aqui, não há garrafas, não há mesmo coisa alguma, para além das entidades metafísicas que são os números). Mas os números como entidades metafísicas não podem ser confundidos com as suas aplicações precisamente físicas.

Ora, as garrafas, neste exemplo, simbolizam todas as realidades físicas

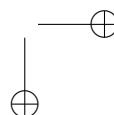
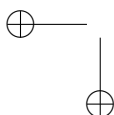




que se podem contar com o recurso à matemática, mas que não são matematicamente redutíveis. Assim sendo, por maioria de razão – negar tal, é situar-se exactamente no mesmo plano antropológico dos nazis –, com quantidades de pessoas. Eis a razão fundamental pela qual Schindler não aceita *um grupo qualquer de pessoas* para trabalhar na sua nova fábrica de Brinnlitz: não se trata de emoções ou de afectos – que os há sempre, também os havia entre Amon e Helen Hirsch ou entre Herr Hitler e Eva Braun, por exemplo –, mas do *saber racional* que diz que *nenhum ser humano é redutível a qualquer outra entidade*, muito menos a uma mera entidade numérica.

Não são *n* judeus o que Schindler quer: quer os “seus judeus”, não no sentido em que se tenha convertido num novo senhor de escravos – embora lhe interesse que seja isto mesmo que transpareça junto dos seus camaradas nazis –, mas no sentido de quem, como o pastor do mito cristão com as suas ovelhas, sabe quem cada uma daquelas pessoas é, ama cada uma daquelas pessoas e quer que cada uma delas sobreviva ou, pelo menos, tenha uma real possibilidade de sobrevivência, possibilidade que resolveu, desde há muito, administrar.

Como é óbvio, o facto de escolher estas pessoas e não outras implica que sejam estas e não outras a ter a possibilidade de se salvar. Então, isto não faz de Schindler um discriminador? Faz, certamente. Mas faz dele um discriminador que, *não podendo salvar todo o universo dos prisioneiros em perigo, opta por salvar o maior número daqueles que estão ao seu alcance*, mesmo que esse alcance seja o da sua memória – cena da manufactura da lista – ou o da sua inteligência. Mas, nisto, revela-se humano, na limitação essencial e necessária da humanidade, que não é onnipotente ou omnisciente, mas *é potente o suficiente* para poder fazer todo o bem que está ao seu alcance. Ora, tal foi precisamente o que Schindler fez. Chegou mesmo a tentar convencer outros a que fizessem o mesmo, sem resultados positivos. *Schindler não é Deus, é um mero homem. Portou-se como um homem*. Aqui, nisto, como um homem de bem. Fez pelo ser humano o que Deus nunca faria, pois isto compete ser feito pelos homens.

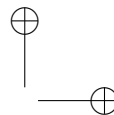
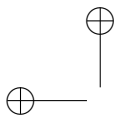


2.18 Produzir munições deficientes

Na fábrica que Schindler monta em Brinnlitz, para a qual construiu um campo de concentração próprio e para a qual requisitou e comprou os seus “trabalhadores especializados”, Schindler vai produzir material de guerra – munições de artilharia – para os nazis, de que se assegura acerca da completa ineficiência, encontrando, assim, um novo modo de contribuir para a derrota daqueles que foi capaz de passar a perceber como agentes maléficos. A colaboração interessada e interesseira para com os nazis deixou de ter um limite apenas comercial, no sentido, primeiro, dos seus interesses egoístas e, depois, dos interesses de seus escravos, mas ganhou uma essência moral: mesmo sendo em troca da salvação de seus judeus, a fabricação de material de guerra em boas condições iria contribuir quer para a perpetuação do regime que, agora, abominava, quer, para que tal fosse possível, por um lado, por outro, como consequência dessa perpetuação, para a morte de muitas pessoas, precisamente as que lutavam contra tal regime. Assim, era imperioso que nem uma daquelas munições pudesse ser usada. Assim aconteceu. Para poder disfarçar esta artimanha, Schindler comprou algumas munições de boa qualidade, revendendo-as depois. Mas recusou-se a produzir mais instrumentos que auxiliassem os tiranos a sobreviver.

Neste momento de sua existência, perante a opção ética e política de ajudar aqueles que eram nominalmente seus compatriotas, mas se encontravam ao serviço de algo que detestava, ou ajudar aqueles que eram vítimas reais e possíveis desses mesmos seus compatriotas, Schindler optou pela segunda hipótese. Mas tal opção não constitui qualquer traição, a vários níveis. Primeiro, após a descoberta da comum humanidade entre si, os seus camaradas perversos e aqueles a quem tiranizavam, Schindler passou a ser solidário não de uma qualquer parte da humanidade, mas da humanidade como um todo, com especial empenho para aquela humanidade que injustamente sofria actos da mais vil desumanidade. Por outro lado, de essa mesma humanidade, faziam parte alemães que eram muito diferentes das bestas nazis, se bem que alguns de entre eles não tivessem a coragem de Schindler, não merecendo, no entanto, ser tomados em conjunto, num juízo moral e político sobre a acção das pessoas na guerra, antes devendo haver entre eles diferenciações.

A luta contra o nazismo era também uma luta contra o que desgraçava o bem da Alemanha e dos alemães decentes, uma luta em favor do que ainda



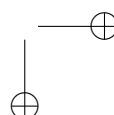
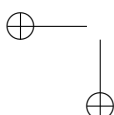
havia de bem e de bom na Alemanha. Era o mesmo motivo fundamental que movimentava o grande e variado grupo de conspiradores militares e políticos que chegaram às vias de facto do atentado de vinte de Julho de 1944, personificado pela augusta figura de Claus Schenk von Stauffenberg.

Estes actos contra o regime, as figuras e os meios operacionais nazis não tinham como finalidade atentar contra a Alemanha, mas contra aqueles que tinham pervertido e prostituído a Alemanha, lançando-a num movimento, por muitos visto como imparável, de morte e destruição não apenas de seus reais ou supostos inimigos, mas de si própria. Tal movimento tinha de ser travado o mais depressa possível, a fim de ser possível, ainda, ao que restasse da Alemanha poder ambicionar um futuro, absolutamente falando.

O acto dos conspiradores de Berlim foi um acto grandioso neste sentido, o acto de Schindler, ao recusar-se produzir munições capazes foi um pequeno acto de resistência apontado no mesmo sentido: impedir males maiores. O acto de Stauffenberg, ao falhar, permitiu um encarniçamento da guerra em todas as frentes europeias, produzindo uma quantidade até então não vista de mortes, ferimentos e destruição, mesmo ao nível dos campos de concentração e de extermínio; o acto de Schindler, apesar da sua pequenez, foi muito eficaz, pois não foi mesmo possível qualquer acto de guerra com as munições por ele fabricadas em Brinnliz.

Actos como os de Stauffenberg e seus pares são sempre, devido à sua mesma grandeza, muito difíceis e, assim, raros (basta lembrar que boa parte dos poucos atentados contra Herr Hitler provieram deste mesmo grupo alargado de homens), mas actos como os de Schindler na sua recusa em fabricar projecteis viáveis são muito mais simples e fáceis, muito mais ao alcance de quem queira resistir ao mal de poderes tirânicos, que tentam tudo centralizar e dominar, mas aos quais falta sempre uma capacidade verdadeiramente totalitária, no sentido de um controlo de tipo onisciente-divino da vida das pessoas. Tal contolo, em sua maior aproximação humana possível, só é viável se as pessoas suas vítimas com ele colaborarem. Seria o que teria acontecido se Schindler não se tivesse convertido de tiranóide nazi a homem de bem, salvador de seus trabalhadores.

Assim, e como provam todos os movimentos que se recusaram a colaborar com os projectos dos tiranos – e a Segunda Guerra Mundial está repleta de tais movimentos –, *é sempre possível resistir de um modo ou outro contra a tirania*, seja qual a forma em que esta se apresente. Schindler é também exemplo

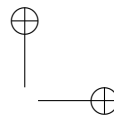
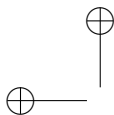


de uso inteligente das capacidades produtivas contra a tirania. Tal, na sua não grandiosidade, faz pensar que muitas mais pessoas poderiam ter, ao modo de Schindler, lutado contra a tirania, o que, tendo acontecido com alguma expressão, não constituiu propriamente a matriz comum da acção do povo alemão durante o período da tirania nazi. Muitas razões ou pseudo-razões podem ser aduzidas para justificar tal comportamento das pessoas. Mas nada pode justificar a sua insensibilidade para com a manifesta maldade do regime, patenteada logo desde as famigeradas “leis” de Nuremberga, materializadas de forma não equívoca na infame *Noite de Cristal* (*Kristallnacht*), de nove de Novembro de 1938.⁵⁶

Assim como Schindler, nos primeiros tempos em Cracóvia, resolveu trocar toda a humana decência pela possibilidade de fazer dinheiro, assim a maioria do povo alemão resolveu trocar esta mesma decência humana por todo um conjunto de vantagens trazidas pela ditadura nazi. Preferiram o homem que promoveu as “leis” de Nuremberga e permitiu a Noite de Cristal, porque lhes dava benefícios a vários níveis – do económico ao simbólico –, a alguém que funcionasse segundo os ditames da humana decência, aliás, algo em que culturalmente, os alemães eram retoricamente tão ricos. Riqueza aparentemente insubstante.

Trava-se esta indecência impenitente não por meios retóricos, a que voluntariamente permanece surda, mas liquidando a sua cabeça de hidra ou sabotando a sua produção de material militar, por exemplo. O que não se pode é ficar inerte perante tamanha maldade, sem se tornar conivente com ela. E quem foi conivente com ela sempre, para sempre ficará com essa mesma recompensa ontológica de ter sido conivente. Talvez esta situação de impossibi-

⁵⁶“As reacções dos alemães comuns à Noite de Cristal variaram. Muitos ficaram chocados, enojados ou aturdidos por causa da violência e destruição. Frequentemente, criticou-se a extensão dos danos materiais. Por vezes, as pessoas ficaram envergonhadas com o facto de uma nação culta poder descer a este ponto. Por vezes, expressões de humana simpatia, se bem que emudecidas, puderam ser ouvidas. Mas a maioria das pessoas, no entanto, parece ter aprovado a ideia de a Alemanha se ver livre dos judeus. Os judeus estavam sem amigos. [...] Não há qualquer registo fiável acerca de quantos judeus foram assassinados como resultado da Noite de Cristal ou acerca da extensão da propriedade destruída. Uma pesquisa recente feita pelo Professor Meier Schwartz (biólogo de Tel Aviv, cujo pai foi assassinado pelos nazis) sugere que mais de mil sinagogas foram destruídas e que pelo menos quatrocentos judeus foram assassinados.”, REES, Laurence, *The nazis. A warning from history*, com “Prefácio” de Ian Kershaw, London, BBC Books, 1997, pp. 76-7



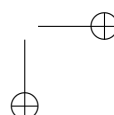
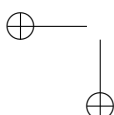
lidade de se ver livre da peçonha nazi, mesmo por parte daqueles que, posteriormente e quando já nada havia a fazer, se converteram a um outro bem que não o nazi, explique a tão má atitude da Alemanha pós-guerra relativamente a Schindler: este é a prova viva de que era possível nem todos serem meros vis colaboradores de um vil regime. Tal memória viva deveria ser muito dolorosa e, assim, deveria ser eliminada, como se eliminaram os judeus e outros indesejados.

2.19 “Deveria estar a preparar o Sabbath”

Quando Schindler se aproxima do Rabi Levartov e lhe pergunta se não deveria estar a preparar o *Sabbath*, não está a ser “piedoso” ou condescendente, não se tinha convertido ao judaísmo, não o estava a lisonjear nem sequer estava a ser provocador, estava puramente a ser coerente consigo próprio: no momento de celebrar o *Sabbath*, celebra-se o *Sabbath*, isto é, há um momento próprio para tudo, tudo tem o seu *kairos* próprio.

O momento próprio de cada coisa não é algo de accidental relativamente a essa coisa, é o seu mesmo acto na relação com o restante do acto ambiente. Tempo e espaço, ao contrário da crença comum, não estão aí, vazios, na realidade ou na transcendentalidade lógica, à espera de que algo lá vá aparecer. É o aparecimento de algo que, na sua relação com tudo o mais que aparece, num mesmo infinito concomitante acto, cria espaço e tempo: espaço como forma da diferença na possibilidade da simultaneidade, tempo como forma da possibilidade da sequencialidade de simultaneidades infinitas, instantâneas, em si mesmas sem tempo.

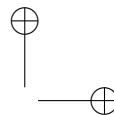
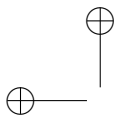
Quer isto dizer que há uma prioridade do acto sobre espaço e tempo. Quer isto dizer que é o acto que põe espaço e tempo e não o contrário. Estranhamente e numa delirante sequência de Nietzsche, o próprio Herr Hitler tinha percebido isto, sendo esta intuição da precedência ontológica do acto sobre espaço e tempo que permite a estrutura fundamental da nova cosmologia nazi, proposta em *Mein Kampf*: é o acto de realização do poder nazi, consubstanciado na pessoa de Herr Hitler, que cria o espaço e o tempo necessários para a vida do novo povo eleito. Nunca ter percebido isto, a tempo de actuar no sentido da sua contraditacção real, foi a grande falha do mundo ocidental da década de trinta, excepção feita a Churchill.



Ora, foi precisamente também o que aconteceu com a esmagadora maioria dos judeus e não judeus encerrada nos campos de concentração e de extermínio, passivamente à espera que um tempo que não existia lhes trouxesse uma salvação que nunca viria. O milagre cria o seu tempo próprio, não se dá num tempo alheio e não há milagres sem acto qualquer. E não há milagres, desde Job e Sodoma e Gomorra, sem que o homem se adeque à sua possibilidade. O acto divino de criação do tempo – por meio de um acto, precisamente – é paradigmático do que se espera do ser humano: que crie o seu tempo com seus actos.

A expectativa inactiva levou a uma morte inevitável e sem humana honra, pois foi totalmente infértil, sendo mesmo blasfema do ponto de vista do martírio, pois nem testemunho houve, na maioria dos casos, perversamente afastados da publicidade por quem queria eliminar a mesma possibilidade do testemunho. Uma atitude totalmente inactiva por parte do universo dos prisioneiros teria dado o triunfo total aos nazis que, assim, teriam concretizado as suas finalidades, sem tempo ou lugar, porque, manifestamente, sem acto: onde está o testemunho de algo que não deixou marcas visíveis em qualquer sítio? Percebe-se, então, melhor a razão pela qual as Treblinkas tiveram de ser arrasadas e os muitos campos de enterramento como o de Plazow tiveram de ser cosmeticizados. Note-se que, monumentalmente, de Treblinka quase nada sobreviveu, tornando-se o conhecimento do massacre de centenas de milhar de pessoas aí ocorrido apenas algo do âmbito da fé, pois não há testemunhos materiais cabais.

Faltou a todas estas vítimas, que se deixaram eliminar passivamente, o sentido cairótico do *Sabbath no tempo do Sabbath*, isto é, de fazer o que tem de ser feito, porque tem de ser feito, porque é a única oportunidade de ser feito. Perdida esta, então, perdida está para sempre. Mas esta é a mesma estrutura metafísica do universo: *da possibilidade, à realidade ontológica, uma única vez para cada possível entidade*. É o absoluto da possibilidade e da possibilidade de realização ontológica que aqui está em causa, que faz com que *haja apenas uma oportunidade para acertar no melhor bem possível*, que, quando perdida, é irresgatável. É o absoluto do presente (descoberta agostiniana, pelo menos, do ponto de vista teórico) que está aqui em causa. A única realidade do presente. A irrealidade absoluta própria de passado e futuro. *Uma vida que não assuma a sua centração ontológica no presente não é propriamente vida, perdendo todas as oportunidades*.



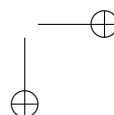
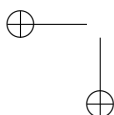
Viver centrado na irrealidade do passado ou na irrealidade do futuro é não viver realmente. O que mais impressiona quando se analisam declarações de sobreviventes destes campos é perceber que maioritariamente se vivia alienado no passado ou no futuro, perdendo, assim, todas as possibilidades de vida que o presente poderia oferecer. É falso dizer-se que a vida nestes campos obrigava as pessoas a viver no imediato do presente, pelo contrário, *alienava-as do presente*, obrigando-as a preocupar-se com o futuro, que não podiam prospectivar senão como profundamente ameaçador, ou com o passado, que servia, para muitos, como uma projecção proléptica de uma realidade analéptica, morta, mas saudosa, porque melhor. Mas esta “melhoria” era irreal, alienando ainda mais as pessoas da sua real possibilidade, presente apenas no mesmo presente.

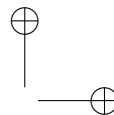
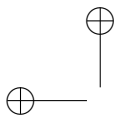
2.20 Já não havia Dinheiro

O momento da constatação de que já não havia mais dinheiro é o momento que simboliza e assinala o esgotamento da possibilidade de uma tarefa, mas de uma tarefa que, precisamente, foi cumprida até ao esgotamento das suas possibilidades, sem qualquer defecção, sem qualquer dúvida, sem qualquer escrúpulo próprio de homem fraco, este sempre à procura de uma desculpa para poder abandonar a dificuldade de um caminho jamais percorrido.

É, também, símbolo do que deve ser o modo próprio de acção da pessoa: ser-se indefectível quando se labora no sentido do bem. Se houver algo que nos faça parar, que seja o esmagamento inevitável do esgotamento dos recursos; tudo o mais é, ainda, cobardia: o bem só não conta connosco quando estamos esmagados. Esmagados, mas não vencidos, pois não perdemos o jogo, o jogo desapareceu. *Só somos vencidos, quando desistimos*. No jogo da luta pelo bem, não se marcam pontos parcelares, *apostamos tudo e tudo é o que nós somos e só perdemos quando a nós próprios abandonamos, de nós próprios desertamos*. A prova, fácil de perceber, obtém-se pela negativa: se todos os seres humanos desistirem de fazer o bem, este simplesmente será aniquilado. Tal evidência, para quem não acredite em magias, é inegável.

Mas o ser humano possui grandezas espirituais que escapam, ainda, ao simbolismo possível dado pela imagem do esgotamento do dinheiro: é que, mesmo esgotadas todas as riquezas físicas – de que o dinheiro é especial sím-



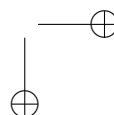
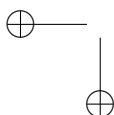


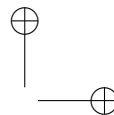
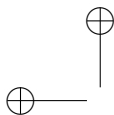
bolo (é o que o dinheiro é essencialmente) –, ao ser humano sobra sempre, enquanto ser humano há, grandezas espirituais, que só terminam quando termina o mesmo ser humano. É sempre o exemplo paradigmático de Job que está em causa. Se bem que não seja possível a existência mundana do espírito humano sem essa física de que o dinheiro é símbolo – é por isso que não há espírito do ou no cadáver –, não é o esgotamento dos recursos físicos não imediatamente necessários para a sobrevivência da pessoa que imediatamente determina a falência ética e política desta, mas a sua decisão ética de desistir. Esta decisão é independente das condições materiais, pois pode ocorrer mesmo quando estas são ótimas.

2.21 Schindler beija as Mulheres Judias no dia do seu Aniversário

Assim como todo o drama e tragédia provocados pelo nazismo nasceram e evoluíram a partir de uma questão ontológica de reclassificação cosmológica e antropológica, toda a história narrada neste filme nasce e evolui a partir do mesmo ambiente neo-cósmico e neo-antropológico. Assim, *o mundo em que a história do filme se desenrola não é o mundo como era entendido até à recosmização hitleriana, mas o mundo da recosmização hitleriana*, em que as qualidades entitárias próprias das coisas são destinadas pela palavra recriadora do Chefe supremo, Herr Hitler. Por exemplo, o espaço geográfico a leste da Alemanha já não é isso que era antes da ocupação recosmicizadora nazi, mas a realidade ontológica nova de um *Lebensraum*, espaço-vital definido não cientificamente, mas segundo o novo mito cosmogónico nazi: o espaço de domínio dos novos senhores arianos, senhores de tudo o que esse espaço encerrar, mesmo daquelas entidades que anteriormente eram consideradas humanas, como os eslavos, os judeus e outros.

Já de há muito havia leis que preparavam e implementavam esta nova realidade mítico-política nazi: por exemplo, as famigeradas *Leis de Nuremberga*, que interditavam o relacionamento propriamente humano com os judeus. É precisamente estas leis e este mito cosmogónico que Schindler desrespeita quando o decide beijar uma moça judia que, em nome de seus agradecidos escravos, lhe oferece um bolo de aniversário, em dia de seu aniversário, cau-



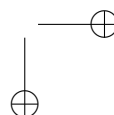
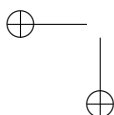


sando imediata surpresa e escândalo e mediata medida de punição legal, nomeadamente com o seu encarceramento e inquérito por parte da *Gestapo*.

Não é, portanto, sem importância esta atitude de Schindler bem como a reacção por parte da *Gestapo*: tratava-se não de um delito menor, provocado pela consabida mania de Schindler por mulheres bonitas, como tenta pleitar em seu favor o amigo Amon, junto do responsável pela polícia, mas de uma ofensa verdadeiramente capital, do ponto de vista simbólico fundamental, aos valores éticos, políticos e ontológicos sobre que o novo *Reich* hitleriano dos mil anos assenta. Tal tipo de ofensa não pode deixar de ser punido, pois, se o não for, é a mesma base filosófica do nazismo que se encontrará em causa, em seu mesmo núcleo doutrinal fundamental.

É claro que, do ponto de vista da antiga visão das coisas, beijar uma miúda judia, nas palavras do companheiro de cela de Schindler, “não faz cair a pila” seja a quem for. Mas o mundo em que estes homens se movem não é o mundo antigo, em que funcionavam as regras antigas, a todos os níveis, sempre dependentes de uma metafísica e de uma física duramente trabalhadas ao longo de milénios, no sentido de uma cada vez maior universalização de um sentido espiritual para a realidade, em que uma racionalidade lógica humana se tentou moldar sobre estruturas universais, consideradas propriamente divinas, tradição que conjugou precisamente o melhor que havia na tradição judaica com o melhor que havia na tradição helénica, depurando, com custos e sacrifícios humanos imensos, tudo o que atentasse contra aquele mesmo sentido lógico universal. O próprio sentido de uma mesma humanidade nasceu deste *logos* universal que foi percebido como sendo partilhado por todos os que eram propriamente humanos, independentemente de quaisquer características acidentais, como cor ou lugar de nascimento, etc., como o que surge dito aristotelicamente como o animal possuidor de *logos*.

O nazismo é paradigmaticamente a negação desta tradição e só se consegue impor como sua alternativa se a destruir completamente, pelo que não pode, de modo algum, consentir que tal tradição subsista em qualquer forma. Prova disto mesmo é o facto de Herr Hitler ter criado uma nova Igreja, que, com o tempo, substituiria todas as outras Igrejas existentes no universo do novo *Lebensraum*. Uma Igreja própria para aprofundar e ritualizar liturgicamente a nova metafísica e as novas divindades nazis. A perseguição às Igrejas que não aderiram à nova Igreja e às pessoas individuais que também o não fizeram tem aqui a sua explicação, não se tratando, pois, de um fenómeno so-

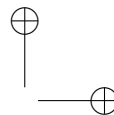
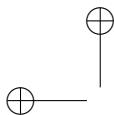


ciológico ou político, em seu sentido fraco, mas de um fenómeno político, no sentido forte de lugar total dos actos de relacionamento entre todas as pessoas que compõem o universo. Mas a fundação deste acto político é ontológica, pois este acto político nasceu da necessidade de *recriar o ser político do velho universo*, adaptando-o ao novo universo nazi.

Este enquadramento permite ler o gesto de Schindler e o gesto de quem o mandou inquirir e deter com muito mais profundidade, pois, deixamos de ver apenas um capricho a que se responde com outro capricho, como uma mãe caprichosa em seus mandatos que caprichosamente repreende seu caprichoso e desobediente filho, para passarmos a ver um acto de fundamental desobediência ao mandato nazi, à sua nova forma de perspectivar o ser das coisas, do mundo e das pessoas. Schindler sabia muito bem o que significava, naquele tempo e naquele lugar, beijar uma moça judia e, mesmo assim, fê-lo, na companhia de quem tinha a obrigação de guardar a ortodoxia da doutrina nazi e seu cumprimento fidelíssimo por parte dos eleitos.

Sabia que, ao beijar a miúda, estava a reconhecer publicamente, perante o oficialato nazi, uma inegável humanidade àquela “coisa”, pois não se beija uma ratazana ou um verme: beija-se um ente querido, especialmente se for um ente com forma humana. Mesmo quando se beija, por exemplo, um animal de estimação, está-se precisamente a reconhecer nisso que se beija uma dignidade quasi-humana, o que, por sua vez, pode chocar quem pense que apenas se deve ter certos actos, como um beijo, para com entidades realmente humanas. *Este beijo é, pois, uma declaração de humanidade da beijada*, um desafio de Schindler ao poder e ao mito nazi. O poder respondeu do modo que não poderia deixar de ser o seu. Schindler acabou por ser um afortunado, ao não sofrer um castigo muito maior.

Para além do mito nazi, Amon pode bem ter razão quando diz que foi a excessiva atracção de Schindler pela beleza do sexo feminino que o levou a beijar a moça, mas não como produto de uma mágica influência patológica da bela mocinha judia sobre o ariano Schindler, antes como produto de uma extraordinária sensibilidade à beleza, beleza que é, mesmo na sua dimensão erradamente considerada física, sempre um reflexo sensível – isto é, de que a parte sensível da humana inteligência é capaz – da bondade de cada ser, bondade não entendida no sentido ético ou político, mas no sentido ontológico do termo: no fundo, Schindler sempre possuiu a capacidade sensível para descobrir o ser das coisas nas coisas, tendo sido isso que o levou a perceber o



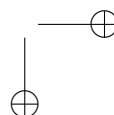
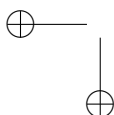
que havia de bem naqueles seres escravizados e mortos, bem que havia que, a todo o custo, salvar.

É esta capacidade de detecção inteligente da bondade ontológica das coisas que falta a boa parte, senão mesmo à maior parte da humanidade e que leva necessariamente a todo o tipo de agressão desnecessária, impossível se cada pessoa possuísse o sentido do bem – isto é, do acto próprio de ser – presente em cada entidade, a começar pela sua própria. *É esta a fundamental estupidez da pessoa*, onde todo o mal nasce, cujo único remédio – como Platão bem viu – reside numa pedagogia no sentido da descoberta inteligente, literalmente lógica, do bem presente em cada acto e em todos os actos. Schindler foi disso capaz, apenas com a mestria de uma realidade que mostrava, sem margem para dúvidas para uma inteligência não pervertida, a radical diferença real e actual entre bem e mal. Schindler foi capaz de perceber essa diferença e de escolher trabalhar segundo o bem. Está aqui todo o seu mérito e o beijo de Schindler à moça judia é concomitantemente um beijo de Schindler a toda a humanidade e um beijo de Schindler a si próprio, ao melhor de si mesmo. Mas é também um divino beijo do bem ao bem.

2.22 As Dactilógrafas

O momento da escolha da dactilógrafa é um momento fundamental para que se possa perceber a individualidade própria da pessoa Schindler. Sabe-se o que a relação de Schindler com as mulheres significa e o que tal representa para a pessoa Schindler. Importa, agora, salientar o lado excessivo deste homem, lado excessivo sempre perigoso – os antigos e Nietzsche bem o sabiam –, lado excessivo dificilmente integrável de modo pacífico num mundo em aparente política paz, mas lado excessivo fundamental para que seja possível explicar a acção de Schindler.

Contra os males trazidos pelo excesso nazi, as velhas formas médias de acção, reacção ou mesmo inacção foram tornadas inoperacionais, irrelevantes mesmo: um Ghandi, que tanto sucesso teve contra os burgueses bem comportados do Império Britânico – genericamente os mesmos que não quiseram ouvir os avisos do rebelde Churchill –, contra os nazis teria sido imediatamente eliminado, pois estes últimos não estavam interessados num debate acerca de concepções cósmicas, políticas ou éticas, mas possuíam o absoluto possível



do bem de qualquer concepção acerca destas matérias. O seu fim não era ver quem tinha razão, mas aplicar inexoravelmente o seu modelo: tudo o que se opusesse seria, como foi, liminarmente eliminado. Todas as abordagens santinhas e boazinhas do problema nazi, começando pela tonta posição do bem intencionado Chamberlain, foram esmagadas. O mais que se conseguiu produzir foi um imenso conjunto de mártires, cujo testemunho só interessa porque o nazismo não triunfou, caso contrário, já não haveria qualquer memória desses mártires.

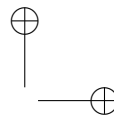
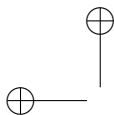
Apenas alguém de excessivo, como Schindler ou, noutro âmbito, Stauffenberg, poderia ter algum sucesso contra o nazismo. Daqui e apenas daqui decorre a grandeza assassina e destruidora da guerra na Europa, especialmente quando se tratou mesmo de aniquilar o nazismo – necessidade que Roosevelt bem percebeu, não admitindo qualquer outra forma de rendição que não a incondicional – na última fase da guerra, precisamente aquela que produziu maior número de mortes, de feridos, de violações, de destruição de bens materiais, etc.⁵⁷

Em primeiro lugar, a sua manifesta excessividade em tudo o que fazia, permitiu-lhe ganhar um especial estatuto de quase super-homem local junto de seus camaradas de partido e junto das restantes pessoas: tamanho excessivo modo de ser, apetite excessivo por tudo, vontade excessiva, mas também generosidade excessiva, germânica ou mesmo nazi-bondade excessiva, tudo concorria para que se visse nele uma perfeita incarnação, na pessoa de um alemão periférico, de um verdadeiro ariano, confirmando as teses do partido e de seu divino fundador, Herr Hitler.

Esta excessividade aristo-germânica permitiu-lhe ganhar a admiração e a colaboração de muita gente, subornável quer pelo seu dinheiro quer pela sua atitude, atitude modelo a seguir em tempo de guerra e depressão: ao pé de Schindler, ninguém estava triste.

Mesmo que a conversão que se dá no seio ético de Schindler tivesse ocorrido sem que ele fosse a pessoa excessiva que era, como é que, sem esta excessividade, um outro Schindler se dedicaria à tarefa manifestamente excessiva a que se dedicou? Um pobre, essencialmente cinzento, burguês tê-lo-ia feito?

⁵⁷ Se, para alguns, é difícil encontrar pontos de contacto entre os aliados ocidentais e orientais do Eixo, aqui está uma boa oportunidade de estudo, precisamente este carácter excessivo, também claramente patente no Império do Mikado, sobretudo nos costumes de sua oligarquia militar.



Não parece muito crível que sim. Aliás, Schindler propôs aos seus colegas industriais que fizessem algo de semelhante, coisa que declinaram.

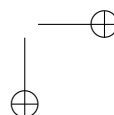
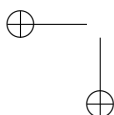
O excesso manifesto na escolha das dactilógrafas é, então, não algo de menor ou anedótico, mas algo de fundamental na constituição ética e política da pessoa Schindler. Se se pode ganhar muito dinheiro, para quê ganhar pouco? Se se pode ter uma dúzia de dactilógrafas – para mais quase de graça – que sentido faz ter apenas uma? Se se pode ter muito da vida, que sentido faz ter pouco?

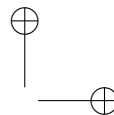
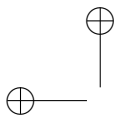
A olhos meramente moralistas, tal excessividade pode parecer “errada”, “pecaminosa” mesmo, mas há que perceber – foi o que os nazis não perceberam em Nietzsche – que este excesso visa alguma forma de bem (intuição noético-agatónica clássica, platónica). Percebido isto, o fulcro da questão centra-se em torno de um outro ponto: de que tipo de bem falamos?

Que é um qualquer bem, todos concordarão. Mas que bem visava Schindler no momento do recrutamento das moças candidatas a dactilógrafas? Sem dúvida, neste momento, ainda o seu bem próprio, egoísta, como fim. Mas, se não descortinasse nelas qualquer bem objectivo, não se teria dado ao trabalho de as recrutar como recrutou. Assim, levado pela excessividade de seu eros egoísta próprio, mas alicerçado numa qualquer intuição da bondade objectiva presente naquelas raparigas, Schindler escolhe ficar com elas para si, mas, ao fazê-lo, e é este o ponto objectivamente fulcral, salva-as, a prazo, de uma morte certa e de formas de degradação incomensuravelmente muito mais profundas e causadoras de muito maior sofrimento do que aquelas por que passaram efectivamente sob a sua custódia. A excessividade erótica de Schindler teve como consequência um prémio de mais vida, absolutamente, de vida; vida de que não há propriamente alternativa, não na nossa dimensão, não fora de tontas magias.

Mas, como já se viu, o contacto com o bem presente no ser destas raparigas permitiu a Schindler perceber que elas não eram “piolhosas ratazanas”, antes apetecíveis seres humanos, de grande beleza, beleza propriamente humana, cativante, santificante mesmo. O ar beatífico que o actor Liam Neeson faz durante esta cena, ao contemplar as moças, é um autêntico brevíssimo “tratado estético-teológico” acerca da bondade do ser...

Como, então, sacrificar estas maravilhas humanas no altar do Moloch nazi? Para quem era como Schindler, tal seria impensável. Contra tal possibilidade vai reagir com toda a excessiva energia que estes tempos especi-





alíssimos nele souberam convocar. E isso vai salvar muita gente. Bendito excesso. Bendito, sobretudo, em tempos de cinzentíssima bestialidade.

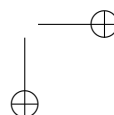
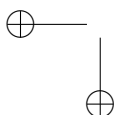
2.23 Dinheiro

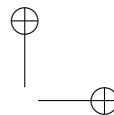
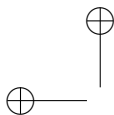
Símbolo fundamental na vida política e económica, o dinheiro tem como função principal servir, porque é precisamente símbolo, de mediador universal para todas as relações de troca. Qualquer entidade conhecida pelo ser humano pode servir de dinheiro, desde que seja investida com a dignidade onto-simbólica necessária. Assim, o dinheiro serve de padrão de troca universal – para o universo que o aceita – e pode servir também de agente entesourador do poder simbólico que transporta, servindo para entesourar riqueza. Mesmo quando assume a forma de um qualquer bem considerado em si mesmo precioso, por exemplo, o ouro, o dinheiro deve o seu poder ao seu simbolismo, único capaz de estabelecer a relação necessária entre o bem que representa e simboliza e esse mesmo bem.

Assim, o *dinheiro é*, na sua essência mais radical, *algo de espiritual*. Pode simbolizar a mais rude das matérias, mas, enquanto puro símbolo dessa realidade, é espiritual. O materialismo ligado ao dinheiro não depende da essência deste, que é espiritual, mas da estupidez daqueles que com ele se relacionam e não percebem a sua dimensão espiritual, sendo, como são, apenas capazes de perceber o simbolizado, não o símbolo.

Schindler começa por pertencer a este estulto grupo de pessoas: o seu fito inicial consiste apenas em ganhar dinheiro, isto é, em acumular riqueza monetária durante o propício período da guerra, época em que a sua habilidade para explorar tempos difíceis, associada à sua capacidade para jogar jogos arriscados, oferecia espaço de manobra à sua rapacidade de homem incapaz de ganhar a vida de modo normal e decente em tempos de não-guerra. Este homem de negócios, incapaz em tempos comuns, propunha-se, no início da guerra, explorar o tempo de guerra e o que este implica em seu único benefício, nem que, para tal, tivesse de escravizar outros seres humanos, aliás, prática geral, desde sempre comum, ao longo da história da humanidade, assim propriamente “desumana”, de um ponto de vista não bestial.

Assim sendo, para o Schindler do início do filme, o dinheiro era um fim mais do que um meio; a ser meio, seria o meio de conseguir o poder econó-

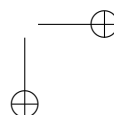
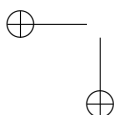




mico de que carecia e com que sonhava em seu único benefício. Schindler partiu para o negócio com o fito de subalternizar as pessoas à sua vontade de poder. Diga-se de passagem que, nisto, não andava muito longe do que é o comum em muita gente que aos negócios se dedica, não por amor ao bem-comum, mas por simples ganância, desumano desejo de obter poder – o dinheiro, a este nível, nada mais é do que símbolo incarnadíssimo desse poder.

Ao longo desta história, devido quer à sua habilidade para o *marketing*, com tudo o que pode implicar de falta de princípios éticos e políticos, quer ao excelente trabalho de gestão básica da coisa económica de seu escravo Stern, Schindler conseguiu acumular quantidades impressionantes de dinheiro, mensuráveis em “arcas”, satisfazendo o seu eros de riqueza e poder. Mas, na posse do tão almejado dinheiro e poder relativo, Schindler não encontrou a satisfação esperada. A sua inteligência era mais larga e profunda do que alguma vez tinha suspeitado em sua vida de animal hedonista. O puro prazer imediato da abundância material, do chamado reconhecimento social por parte de seus pares, perversos como ele, mesmo a satisfação erótica e carnal facilmente obtível nestes tempos de servidão e dependência económica e suas decorrências éticas e políticas, não lhe bastaram. Ao longo da acção, percebendo de modo já não meramente bestial-hedonista o que se passava em seu redor, Schindler começou a realmente ver o que acontecia àquelas pessoas tiranizadas, sem que tivessem qualquer merecimento para assim o serem.

Sem querermos entrar em quaisquer sempre improváveis influências ocultas ou pseudo-espirituais (os sempre auto-complacentes “espíritos-santos”, especialmente nossos, que comprovam a nossa bondade), podemos arriscar que talvez tenha sido a extraordinária sensibilidade estética de Schindler que tenha aberto a brecha por onde se infiltrou a semente de bondade que vai permitir a sua conversão: afinal de contas, *que mal incarnavam, por exemplo, aquelas belíssimas mulheres judias para que fossem condenadas a uma breve vida de extrema escravidão e a uma morte ignominiosa?* Como lidar com a evidente irracionalidade de acusar algo de tão bom, de tão delicioso – precisamente do ponto de vista erótico, sentido lato – de mal? Que mal? Que motivo para aquela condenação? Arriscamos afirmar que a semente que leva Schindler a ver a humanidade nos judeus, simbolizada pela criança de vermelho, lhe provém da sua sensibílissima inteligência sensível, mesmo que através de uma dinâmica geralmente considerada inferior, a erótica: *em Schindler, o eros ganha foros de talvez involuntária santidade, fazendo de um comum motivo de*



pecado, motivo de salvação para muita gente. Uma grande lição na economia universal das coisas, em que o dinheiro não é o “vil metal”, mas a moeda do amor.

É nesta fundamental moeda do amor que o dinheiro mal ganho por Schindler se vai tornar. As arcas cheias de dinheiro, ganho com o trabalho escravo dos judeus, vão servir para comprar a vida desses mesmos e de outros judeus. Assiste-se, aqui, a uma espantosa inversão do que habitualmente se pensa acerca de procedimentos correctos quer do ponto de vista ético quer político: habitualmente pensa-se e diz-se que a vida humana nunca deve ser vendida ou comprada, o que, de certo ponto de vista, precisamente de um ponto de vista não afeito a situações radicais em que os hábitos irreflectidos não são postos em causa, está correcto, mas claudica quando se instala um novo universo político e ético em que as velhas regras, que funcionaram razoavelmente bem enquanto este novo mundo não tinha emergido, de nada valem.

Apenas *princípios ontológicos fundamentais*, sobre os quais se possam basear princípios éticos e políticos fundamentais, podem suprir o vazio normativo que a falência do velho mundo e suas regras veio criar. *Apenas o trabalho de uma inteligência aberta ao novo e ao absoluto ontológico que o novo é pode fornecer acesso a tais princípios ontológicos.* O princípio ontológico fundamental aqui em causa é o da *bondade objectiva do ser*, princípio, aliás, enunciado no próprio mito da criação judaico-cristão e pela mesma boca do Criador. Ser capaz de olhar para as coisas e perceber que o que nelas há de ser é bom e que o mal é precisamente o que nelas não há de ser. A capacidade que Schindler adquiriu ao longo deste tempo de guerra foi precisamente a inteligência do bem presente em cada um de seus escravos, bem próprio e inalienável, bem objectivamente transcendente a qualquer mito político que intente mostrar o contrário: *a menina de vermelho é, enquanto ser que é, boa*; não há mito nazi que o possa desmentir, ilusão política forjada que o possa negar, ciência humana cega que o infirme.

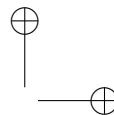
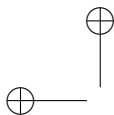
A diferença que marca e que o realizador simboliza na única cor presente em toda a obra é símbolo da diferença na sua extrema radicalidade ontológica *de presença de algo de novo e de irreduzível seja ao que for*: o mesmo acto próprio de isso que é. A menina de vermelho é um absoluto em seu ser e, a esse absoluto, nada o desmente e esse absoluto vale todo o dinheiro do mundo e todo o mundo do dinheiro, pois, *sem o absoluto dessa menina, nada no mundo vale coisa alguma. Na menina de vermelho e seu destino joga-se o*

merecimento e o destino do mundo. Ora, a menina foi assassinada, sem coisa alguma que o justificasse. Que merece tal mundo?

Por cada menina assim assassinada, com tudo o que representa de real morto sem qualquer razão válida, aceitável, *morre a razão de ser do mundo.* O mundo que tais coisas faz, à semelhança das velhas Sodoma e Gomorra, *deixa de merecer existir,* a menos de um acto de redenção, de humana redenção, que mostre universalmente que *ainda há quem mereça existir como humano no mundo, que deveria ser um mundo de humanidade.* Esse acto é o acto de Schindler e de todos aqueles que como Schindler procederam. A esses devemos ainda merecer a humanidade existir. Sem eles, não haveria merecimento algum para a existência da humanidade e esta ou já não deveria mesmo existir ou ter-se-ia já transformado no que parece ser o moderno sonho de muita gente, uma “humanidade” de bestas, indiscerníveis das feras.⁵⁸ Schindler foi o símbolo, porque foi o acto, da vitória sobre a besta que em cada um de nós espreita e ameaça a paz e o bem-comum.

Assim, o dinheiro mal ganho de Schindler acaba por cumprir excelentemente aquele que é o papel próprio do dinheiro, um papel de intermediário espiritual entre o ser humano enquanto entidade de sentido e a materialidade das coisas: *com a matéria do dinheiro, Schindler comprou a forma da possi-*

⁵⁸Não são necessárias catástrofes anti-épicas para que a humanidade desapareça, nem sequer é necessário que desapareçam fisicamente os seres que constituem o que ainda vai sendo a humanidade: *basta que esta se transforme de tal modo que deixe de ser humanidade,* passe a ser um amontoado de bestas com forma humana, mas apenas forma física humana, como a das estátuas representativas de seres humanos. A humanidade não é definível fisicamente, como insiste uma certa corrente de escolas materialistas, apostadas na redução do humano ao material. A humanidade é composta por um *logos* que ergue esta coisa material, que habita no mundo físico, como coisa espiritual, específica e individualmente espiritual. Se este *logos* desaparecer, desaparece a humanidade. Foi este o perigo representado pelo nazismo, de que é paradigma e no que tem muitos seguidores, alguns disfarçados de cientistas, dignos seguidores de von Braun... Irónico que, num filme como *Inteligência artificial*, a humanidade tenha sobrevivido sem seres humanos e apenas na forma de memória monumental depositada em seres artificiais, criados pela mesma desaparecida humanidade, seres que manifestam uma saudade ontológica pelos seus criadores. Neste caso, da humanidade apenas sobreviveu o *logos*, mas numa forma que fisicamente já não é humana. Tal metáfora alerta-nos para os perigos ontológicos de um experimentalismo sobre a humanidade que não respeita o que é, quer se goste ou não, a natureza humana, natureza não fixista, mas, ainda assim, real, na parametrização ontológica dos limites ontológicos do que é possivelmente humano. Como em 1939-45, as grandes guerras do futuro irão girar em torno da defesa do que é humano e que muito candidato a tirano vai tentar condicionar, senão mesmo aniquilar.



bilidade de vida de seus antigos escravos. O dinheiro-matéria-símbolo serviu de elemento de coesão política que permitiu mais vida, vida em absoluto.

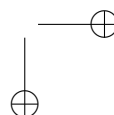
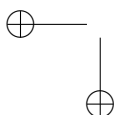
2.24 As Mulheres

As mulheres tiveram um papel importantíssimo na vida de Schindler. Desde a paciente esposa, às múltiplas amantes, a alguém como Helen Hirsch, as mulheres simbolizam o que há de pior – mas que abre para uma dimensão inesperada de grandeza humana – em Schindler e o que nele há de melhor, excepcional, nas circunstâncias especiais em que o drama geral e as tragédias particulares se desenrolam.

Se bem que tradicionalmente conotadas com a parte mais baixa do desejo humano, as mulheres, como Schindler inicialmente as via, acabam por ser precisamente o meio através do qual vai poder transcender a dinâmica materialista em que se lançou no início da guerra, permitindo-lhe perceber o bem absolutamente presente em cada ser humano, só por ser o que é, neste caso, mulher, isto é, elemento feminino da espécie, independentemente de ser alemã, polaca ou judia. Como se pode ver na parte deste estudo dedicada ao dinheiro, é pelo contacto íntimo com o ser presente na mulher, nas mulheres – a menina de vermelho é, também ela, mulher –, mais precisamente, que Schindler ganha uma abertura de inteligência que o capacita para uma nova forma de ver as coisas, para uma autenticamente nova ontologia humana e cósmica. Esta relação de Schindler com as mulheres merece, assim, uma detalhada atenção.

Como se pode ver na magistral interpretação de Ralph Fiennes de um Amon Goeth em diálogo com Helen Hirsch, o bom súbdito nazi fora endoutrinado, desde tenra idade, desde o início do governo de Herr Hitler, relativamente ao estatuto não apenas social ou político dos judeus (e outros não-desejados), mas relativamente ao seu *estatuto ontológico*, estatuto que tinha sido reduzido ao nível de ratazana ou de insecto. Para um bom nazi, alguém como Helen Hirsch era nada mais do que uma ratazana com aspecto, falso aspecto, aspecto humano propositamente falso, a fim de enganar os bons arianos.

A humanidade, obviamente patente na forma material pública-política dos judeus, mais não era do que um embuste para enganar os humanos verdadei-

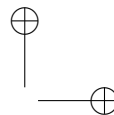
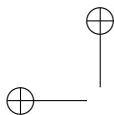


ros, isto é, os arianos. Helen Hirsch não é humana: é um bicho com forma externa humana, forma politicamente apta a iludir os seres humanos, a fim de os poder manipular e dominar. Só assim se compreende que, após o monólogo com Helen Hirsch, Amon se decida a bater-lhe, pois “percebe” que “ela o estava a enganar, a enfeitiçar por meio da sua belíssima forma pseudo-humana”.

É o destino que os nazis, desde *Mein Kampf*, têm reservado para estes não-humanos. As ratazanas indesejadas e nocivas são obviamente para destruir. Como não, se é o que se faz normalmente contra qualquer praga que ameace a boa vida dos seres humanos, a que nada deve opor-se, muito menos seres tão abjectos? Será, então, de surpreender que o meio privilegiado que foi encontrado para lidar com o problema da infestação pelos indesejados, o grande avanço na tão almejada “solução final”, tenha sido precisamente um utilíssimo veneno anti-pragas, à base de cianeto chamado *Zyklon B*? Pelo contrário, no seio desta perfeita pérfida lógica, nada mais óbvio do que usar um erradicador de pestes para eliminar a peste dos judeus e outros indesejados animais não humanos. Há que salientar a lógica e a coerência assassinas e há que salientar a falta de inteligência de quem, ao ler o óbvio *Mein Kampf*, não tenha sido capaz de ver precisamente o óbvio que já lá estava e os necessários desenvolvimentos também lógicos logicamente decorrentes. Churchill bem o compreendeu, como se pode ver pelo resumo da doutrina hitleriana que apresenta nas suas memórias, compreensão esta que lhe permitiu estar sempre como que “dentro da cabeça” do tirano nazi, percebendo-lhe a estratégia, os seus passos sequencialmente lógicos e, assim, uma certa capacidade de antecipar geralmente o progresso da acção.⁵⁹

⁵⁹CURCHILL Winston S., *The Second World War*, vol. II, Boston, Houghton Mifflin Company, s. d., pp. 50-51. Propositadamente, apresentamos o original inglês, que, seguidamente, traduzimos: “The main thesis of *Mein Kampf* is simple. Man is a fighting animal; therefore the nation, being a community of fighters, is a fighting unit. Any living organism which ceases to fight for its existence is doomed to extinction. A country or race which ceases to fight is equally doomed. The fighting capacity of a race depends on its purity. Hence the need for ridding it of foreign defilements. The Jewish race, owing to its universality, is of necessity pacifist and internationalist. Pacifism is the deadliest sin, for it means the surrender of the race in the fight for existence. The first duty of every country is therefore to nationalise the masses. Intelligence in the case of the individual is not of first importance; will and determination are the prime qualities. The individual who is born to command is more valuable than the countless thousands of subordinate natures. Only brute force can ensure the survival of the race; hence the necessity for military forms. The race must fight; a race that rests must rust and perish. Had the German race been united in good time it would have been already master of

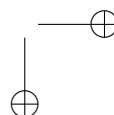
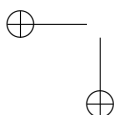
the globe. The new Reich must gather within its fold all the scattered German elements in Europe. A race which has suffered defeat can be rescued by restoring its self-confidence. Above all things the Army must be taught to believe in its own invincibility. To restore the German nation the people must be convinced that the recovery of freedom by force of arms is possible. The aristocratic principle is fundamentally sound. Intellectualism is undesirable. The ultimate aim of education is to produce a German who can be converted with the minimum training into a soldier. The greatest upheavals in history would have been unthinkable had it not been for the driving force of fanatical and hysterical passions. Nothing could have been effected by the bourgeois virtues of peace and order. The world is now moving towards such an upheaval, and the new German State must see to it that the race is ready for the last and greatest decisions on this earth. Foreign policy may be unscrupulous. It is not the task of diplomacy to allow a nation to founder heroically, but rather to see that it can prosper and survive. England and Italy are the only two possible allies for Germany. No country will enter into an alliance with a cowardly pacifist State run by democrats and Marxists. So long as Germany does not fend for herself, nobody will fend for her. Her lost provinces cannot be regained by solemn appeals to Heaven or by pious hopes in the League of Nations, but only by force of arms. Germany must not repeat the mistake of fighting all her enemies at once. She must single out the most dangerous and attack him with all her forces. The world will only cease to be anti-German when Germany recovers equality of rights and resumes her place in the sun. There must be no sentimentality about Germany's foreign policy. To attack France for purely sentimental reasons would be foolish. What Germany needs is increase of territory in Europe. Germany's pre-war colonial policy was a mistake and should be abandoned. Germany must look for expansion to Russia, and especially to the Baltic States. No alliance with Russia can be tolerated. To wage war together with Russia against the West would be criminal, for the aim of the Soviets is the triumph of international Judaism. Such were the "granite pillars" of his policy". A tese principal de *Mein Kampf* é simples. O homem é um animal de combate; deste modo, a nação, sendo uma comunidade de combatentes, é uma unidade de combate. Qualquer organismo vivo que deixe de lutar pela sua existência está condenado à extinção. Um país ou raça que deixe de lutar está igualmente condenado. A capacidade de combate de uma raça depende da sua pureza. Daqui, a necessidade de a libertar de conspirações estrangeiras. A raça Judaica, devido à sua universalidade, é necessariamente pacifista e internacionalista. O pacifismo é o mais mortal dos pecados, pois significa a rendição da raça no combate pela existência. O primeiro dever de qualquer país consiste, portanto, em nacionalizar as massas. A inteligência, no que ao indivíduo diz respeito, não é de importância primacial; a vontade e a determinação constituem as qualidades primeiras. O indivíduo que nasceu para comandar é mais valioso do que os incontáveis milhares de naturezas subordinadas. Apenas a força bruta pode assegurar a sobrevivência da raça; daqui, a necessidade de modelos militares. A raça deve combater; uma raça que repousa deve enferrujar e perecer. Se a raça Alemã se tivesse unido em tempo oportuno, já seria senhora do globo. O novo Reich deve reunir no seu seio todos os elementos germânicos dispersos pela Europa. Uma raça que sofreu a derrota pode apenas ser salva através da restauração da sua auto-confiança. Acima de todas as coisas, o Exército deve ser ensinado a acreditar na sua própria invencibilidade. A fim de restaurar a nação Alemã, o povo deve ser convencido de que a recuperação da liberdade por meio da força das armas é possível. O



As mulheres marcam, na vida de Schindler, a presença de algo que necessariamente transcende qualquer sentido meramente material e muito menos materialista de entidades puramente físicas, cujo destino se resume a serem usadas e abusadas para prazer de seu usador ou abusador. Tal é o destino que os nazis reservam não apenas a tais miserabilizadas criaturas, mas a todos os que consideram precisamente como meras coisas, isto é, meros objectos materiais, alguns com enganadora figura humana: voltamos à doutrina nazi das ratazanas e à cena em que Amon a emprega relativamente a Helen Hirsch.

Para Schindler, a mulher incarnava isso que o fazia verdadeiramente mover e que, afinal, não era o dinheiro ou o poder que o dinheiro compra, mas uma outra forma de poder, um poder mais radical, o poder do fascínio do ser, em toda a sua grandiosa variedade e diferença: precisamente o que o nazismo, com a sua política de massificação unitarista queria eliminar – a matança dos judeus e de outros mais não é do que o paroxismo desta mania igualitarista,

princípio aristocrático é fundamentalmente são. O intelectualismo é indesejável. O fim último da educação consiste em produzir um Alemão que possa ser convertido, através de um mínimo de treino, num soldado. As maiores convulsões da história teriam sido impensáveis não fora a força impulsionadora das paixões fanáticas e histéricas. Nada poderia ter sido efectuado por meio das virtudes burguesas de paz e ordem. O mundo move-se, agora, no sentido de uma tal convulsão, e o novo Estado Alemão deve assegurar-se de que a raça está pronta para as últimas e maiores decisões sobre esta terra. A política dos negócios estrangeiros pode ser conduzida sem escrúpulos. Não é tarefa da diplomacia permitir a uma nação afundar-se heroicamente, mas, outrossim, assegurar-se de que possa prosperar e sobreviver. A Inglaterra e a Itália são as duas únicas possíveis aliadas para a Alemanha. Nenhum país entrará numa aliança com um Estado cobardemente pacifista, dirigido por democratas e Marxistas. Se a Alemanha não esgrimir por si própria, ninguém esgrimirá por ela. As suas províncias perdidas não podem ser recuperadas por meio de solenes apelos ao Céu ou piedosas esperanças na Liga das Nações, mas apenas pela força das armas. A Alemanha não deve repetir o erro de combater todos os seus inimigos ao mesmo tempo. Deve identificar o mais perigoso e atacá-lo com todas as suas forças. O mundo só deixará de ser anti-Alemão quando a Alemanha recuperar a sua igualdade de direitos e reassumir o seu lugar ao sol. Não deve haver qualquer sentimentalismo no que diz respeito à política de negócios estrangeiros da Alemanha. Atacar a França por razões puramente sentimentais seria tolice. Do que a Alemanha necessita é de um aumento de território na Europa. A política colonial da Alemanha antes da Grande Guerra foi um erro e deve ser abandonada. A Alemanha deve procurar expandir-se para a Rússia, e especialmente para os Estados Bálticos. Nenhuma aliança com a Rússia pode ser tolerada. Travar guerra com a Rússia contra o Ocidente seria criminoso, pois a finalidade dos Soviéticos é o triunfo do judaísmo internacional. Tais eram os “pilares de granito” da sua política.” Pilares bem claros. O que é que os responsáveis ocidentais não perceberam?!



mono-ontológica, verdadeira negação do acto infinito de infinita riqueza ontológica do ser.

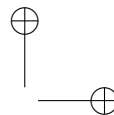
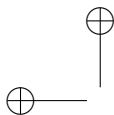
A mulher, preferentemente na sua beleza – a cena da escolha das secretárias é bastante esclarecedora a este respeito, mesmo com a indicação da irracional perversidade da condenação daquela que não era bela –, representa para Schindler o ser que lhe falta, a plenitude por que anseia: e, então, assim, não há mulher ou mulheres belas que lhe bastem, pois o seu desejo de mais ser e de mais beleza é insaciável. Esta posição, obviamente não “ortodoxa”, de certos pontos de vista, é uma posição em que a ética e a política são submergidas por uma *estética ontológica* muito próxima do *sentido do absoluto do bem do que é, no que é*.

Em aparente paradoxo, Schindler, ao situar-se no instável plano desta estética primacial, fora dos habituais modelos éticos e políticos, está precisamente no lugar ontológico em que deve estar, a fim de poder fazer o que vai fazer, pois nenhuma outra consideração lhe vai interessar senão a intuição que a sua inteligência sensível ou a sua sensibilidade inteligente lhe vai ditar acerca não já do valor das mulheres – sempre demasiado subjectivo –, mas do seu ser: como é que algo tão deliciosamente bom em si mesmo como uma mulher bela pode ser não humano e digno de tais abusos? Impossível: tem de haver plena humanidade em tais criaturas.

Não, pois, é a sua intuição – infalível nestas coisas de mulheres – que está errada, mas as insensíveis e insensatas teorias do partido. Por tal, pode beijar a escrava judia que lhe oferece, em nome dos trabalhadores-escravos, o bolo pelo dia de anos, sem que lhe “caia a pila”, nas palavras de um dúbio camarada de cela, aquando da sua detenção, precisamente por a ter beijado. Por isso, pode tratar Helen Hirsch com todo o amor e carinho, que só se dedica a algo de muito amado, *porque muito amável* e amável porque, precisa e exactamente, muito humano, no melhor sentido possível do termo.

Nas mulheres, em seu mesmo exagero estético-erótico, Schindler aprendeu a amar a humanidade que nelas há e, assim, analogamente, toda a humanidade presente nos humanos. Assim se compreende melhor a cena final, em que se lamenta por não ter trocado mais um pouco de ouro por mais um ser humano.

A inversão dos valores, aqui, se bem que iniciada em clima de perversidades várias, acaba por ser veículo de salvagens e redensões várias, e acto de santidade, acto de que foram incapazes os habituais farisaicos santarrões,



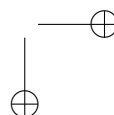
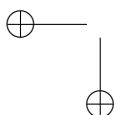
amarrados a sistemas formais de que necessitam, pois não dispõem de grandeza interior para poderem enfrentar sem outra ajuda, que não a do bem que com eles veio ao mundo, situações anormais, como a que se viveu durante a segunda guerra mundial. De uma forma incompreensível pelos meros olhos materiais de voluntários cegos, escreve-se a divina justiça, direita, pelos mais tortuosos sulcos da história.

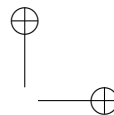
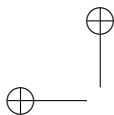
2.25 A Sedução

Tendo em conta tudo o que já foi dito acerca de Schindler, é evidente que a sedução desempenha na sua vida e modo de ser um papel muito importante. Quer na estratégia relativa às mulheres quer relativamente aos judeus, aos traficantes do mercado-negro, aos próprios nazis, a sedução é uma arte e uma ciência de que Schindler se serve de modo admirável. Talvez a única pessoa com quem esta estratégia não tenha dado os melhores frutos tenha sido a própria mulher, vítima da estratégia de Schindler para com as outras mulheres. No entanto, fiel a algo que transcende a mera relação psicológica com um marido infiel, a sua dedicação, nos tempos finais, ao serviço dos escravos é reveladora de uma humana fibra moral e política muito rara: não é fácil tal dedicação quando alguns de seus objectos são objectos de possível sedução para o marido. Mas grandes momentos implicam grandes revelações de bem e de mal por parte de quem aceita vivê-las.

A partir da supramencionada posição estético-ontológica, a sedução, como praticada por Schindler e também como aceite por Schindler – veja-se a cena do aperfeiçoamento da aparência da moça que quer rogar pelos pais – estabelece-se uma nova forma de fazer política, não por meio da habitual, pelo menos aparente, racionalidade burocrática, em que os nazis eram, na sequência da tradição alemã, exímios, mas do serviço aos apetites carnis e outros de quem detém o poder de fazer coisas convenientes. É esta via anormal e potencialmente perversa, em tempos de chamada normalidade, que vai abrir a via que conduzirá à possibilidade da compra dos escravos, com a sua consequente salvação.

De facto, os meios são eticamente inqualificáveis: não há meios “bons” ou “maus” em termos éticos. Há apenas meios úteis, eticamente qualificáveis segundo o bem obtido. Bom ou mau é o sujeito ético e apenas ele. Mesmo a





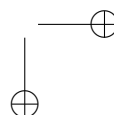
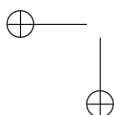
acção só recebe a qualificação de “boa” ou de “má” analogicamente, por analogia com o praticante, no e do exacto acto de que promana. Esta qualificação ética depende, pois, exclusivamente do acto do ser humano que usou os meios e atingiu tal fim. Pensar de modo diferente é cair no mesmo erro que os nazis, ao desqualificar eticamente o único sujeito ético possível: a pessoa humana.

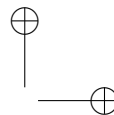
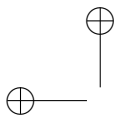
O mal político dos judeus e outros que com eles partilharam de seu destino consistiu precisamente em terem sido ética e politicamente degradados: não eram mais do que instrumentos, não eram sujeitos éticos. Ora, qualquer que seja o modo ou o motivo desta redução – mesmo quando passa por aparentes boas intenções – ela é sempre atentatória da dignidade ontológica da pessoa humana, que, enquanto pessoa humana, é sempre sujeito ético e nunca coisa.

Tendo em conta o resultado obtido, a sedução foi, sempre que possibilitou a salvação de alguém, excelente meio quer do ponto de vista ético quer do ponto de vista político. Tal conclusão é obviamente incompatível com posições éticas e políticas formalisticamente insípidas e sempre prontas a justificar as maiores atrocidades, em nome de um qualquer deus demasiado humano, feito de preceitos convenientes, na falta de virtude de quem os faz. Schindler teve muitos defeitos, como o da intemperança, mas não o da cobardia, mas não o da imprudência, mas não o da injustiça, alcançando mesmo justiça, sendo intemperante, num milagre ético e político que anula as pretensões de universal validade de normais formais, também demasiado humanas. Há no ser humano uma possibilidade de transcensão da mera rasteira humanidade que pode assumir as mais diferentes e, assim, criadoras formas, fazendo lembrar que o espírito sopra como e onde quer e na forma que quer.

2.26 O Vinho

Schindler era reconhecidamente um grande bebedor, sendo capaz de manter o discernimento mesmo após um homérico consumo de álcool. Tal permitia-lhe partilhar da mesa daqueles a quem queria seduzir para os seus projectos quer para os iniciais de aquisição de dinheiro quer para os finais de salvação das pessoas. A partilha da suposta bebedeira com os aparentes – inicialmente eram mesmo – camaradas nazis permitia-lhe funcionar num mesmo regime cosmológico de consciências alteradas, irmanamente alteradas, na partilha de um mesmo fundo mítico apaziguador de sofrimentos ou propiciador de artifi-





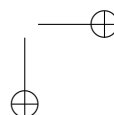
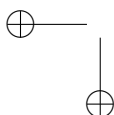
ciais coragens, de outro modo impossíveis de atingir. Mas Schindler mantinha um nível de discernimento muito superior ao de seus convivas, podendo, deste modo, mais facilmente dominá-los, arte em que se tornou exímio. Mesmo o momento alto do filme em que tenta fazer compreender a poderosa grandeza do acto de perdão a Amon desenrola-se com ambos aparentemente perdidos de bêbedos, o que era verdade de Goeth, mas não de Schindler.

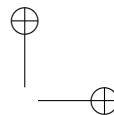
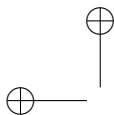
Ironicamente, é perdido de bêbedo que Amon parece ser capaz de vislumbrar essa verdade do bem do perdão que desconhecia; verdade que abandonou em momento de sobriedade. Numa triste ironia, talvez nunca fosse tão verdade como nesta cena a ideia de que “no vinho está a verdade”, dito certíssimo para aqueles que não possuem vígil inteligência suficiente para inteligir o bem patente na realidade. O vinho desempenha o papel de propiciador, por meio da alteração da normal perversa inteligência dos nazis, da acção sedutora de Schindler, com resultados de grande bondade quando o fim deste último passa a ser fazer bem, absolutamente, isto é, a partir do momento em que *o lucro visado é o próprio bem feito e nada mais*, em que a recompensa do acto é o bem humano realizado. Mais uma vez, o meio recebe apenas de seu bem realizado sua qualificação ética e política. Santo vinho, portanto, aquele que ajudou a salvar tal gente e que, por isto mesmo, enquanto tal operou, serviu para, tópica e efemeramente, remir o próprio Schindler. Obtido o bem, diz a história extra-filme que regressa a Schindler o “mau vinho”, o vinho da sua dissolução.

2.27 Schindler tenta resgatar a Escrava Helen

Uma das cenas mais marcantes do filme dá-se quando, próximo do fim do reinado de Herr Hitler na Alemanha e de Amon no campo de Plazow, Schindler tenta salvar Helen por todos os meios, tendo acabado por não ter sido capaz de a comprar, como acontecera com os outros judeus da lista, antes tendo de a jogar em jogo de azar. Com a sua habilidade e manha, acaba por conseguir ganhá-la ao jogo, libertando-a, assim, do tirano, que a queria matar, de modo a que mais ninguém pudesse ficar com ela ou que ela não tivesse de sofrer um tipo de morte semelhante à dos outros judeus, não resgatados por um Schindler qualquer.

Num tempo de isso a que erradamente se costuma chamar “paz”, apenas



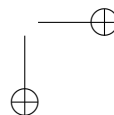
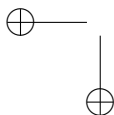


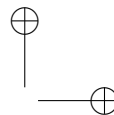
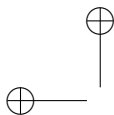
porque não tem activa uma guerra no sentido manualístico do termo, tal acção de salvamento seria certamente considerada eticamente incorrecta: jogar uma pessoa num jogo de azar seria considerado como atentatório à dignidade da pessoa humana ou algo formalista assim no género. Não nos vamos pronunciar directamente acerca deste eventual juízo. O que é fundamental perceber aqui consiste em duas ideias.

A primeira diz respeito a algo de carácter tipicamente cosmológico, no sentido antrópico do termo, sentido que é o único de que somos capazes como seres humanos que somos: o mundo instaurado pela guerra, qualquer que seja esta, é um mundo diverso do mundo a que se está habituado em tempo de paz, mesmo quando esta paz se encontra misturada com variadíssimos actos de guerra, cenário que é o historicamente comum. A segunda diz respeito ao nível em que a vida ética e política dos seres humanos deve ser apreciada, nível que é necessariamente ontológico, não apenas ético ou político, mas fundamentalmente diz respeito ao ser, ao acto próprio de cada pessoa e de todas as pessoas em causa.

Assim, o tipo de realidade imposto pela guerra, não por uma guerra qualquer, mas por esta guerra, com as suas mesmas especificidades, de que fez parte o massacre de milhões de pessoas inocentes de tudo o mais senão de serem consideradas indesejadas por um povo de pessoas que se julgou com poderes para decidir da vida ou morte de outros seres por meras razões de tipo psicológico e caprichoso, impôs também toda uma nova maneira de actuar, umas vezes no sentido do serviço deste mesmo mundo então implantado, servindo o seu mal, outras no sentido de servir um bem que contrariava necessariamente o mal imposto.

Mentir para salvar pessoas – judeus ou outras é irrelevante –, comprar pessoas a bestas tirânicas para as salvar, mesmo fazendo com que tais bestas beneficiassem materialmente com isso, jogar pessoas em jogos de azar para as salvar, tudo isto passou a ser, pela virtude perversa mesma do mundo imposto por esta guerra, algo de bom, de muito bom. Se for para salvar alguém que deva ser salvo, a mentira é divinamente óptima, pois faz a obra de Deus, ao salvar a vida de um inocente. O mesmo se pode dizer para todos os outros





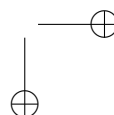
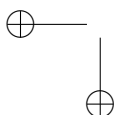
meios aparentemente não “éticos”,⁶⁰ mas que, de facto e de novo, transcendente direito, o foram.

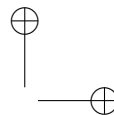
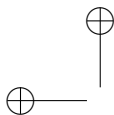
Como já se percebeu, os meios, sejam eles quais forem, recebem sempre a sua qualificação ética e política dos fins a que servem. Não há maus meios, apenas bons meios e bons ou maus fins. Fins e meios recebem a sua qualificação não através de qualquer consideração ética ou política, mas da ontologia, único critério objectivo universal para se poder ajuizar acerca da bondade do acto: se o bem aumentou, fins e meios foram bons; se o bem diminuiu, o meio não deixou de ser o que foi e no que foi bom, mas foi-o servindo um mau fim.

Esta última afirmação pode parecer escandalosa, pelo que necessita de elucidação. Sobretudo precisa de que, no que aos actos diz respeito, se não confundam os meros meios com os fins em realização, que não são meios. Assim: pretendo assassinar uma criança judia ou cigana – este é o fim. Não há outro. De nada serve dizer que se trata de um meio, pois o que se quer, através deste acto e de actos como este, é produzir uma sociedade de... de qualquer coisa, não interessa o quê, pois não interessa o que se quer fazer, não anulando a maldade do acto a bondade do suposto fim.

Ora, matar, em si, no acto que é e no acto que cumpre por meio do acto que é, nunca é um meio, é sempre um fim, pois corresponde a um acto que é algo de absoluto: a morte. A morte nunca é relativa, pois o que introduz no mundo é algo que significa precisamente o absoluto da impossibilidade de qualquer relação. Esta impossibilidade é um absoluto. A morte, por ser esta impossibilidade, é um absoluto.

⁶⁰Neste sentido formalista e fraco, a ética é sempre entendida e praticada como algo de protocolar, sendo, assim, reduzida a algo de meramente deontológico ou jurídico. A ética assim reduzida corresponde a uma forma de aniquilação da ontologia própria do ser humano, ontologia em que a ética assume um papel fundamental, ontológico, como o domínio da interioridade própria pessoal, de onde promana toda a acção exterior – política – do ser humano. É neste foro ético que o ser humano é criador quer de si próprio quer do mundo, por meio da novidade que, através da sua acção, põe no mundo. É neste foro que toda a possível autonomia se pode dar, é nele que se joga a liberdade, é nele que a humanidade, qual Job, se prova como boa ou má e merecedora de ser ou não. Deontologias e direitos mais não são do que formas sempre heterónomas de possíveis teleologias práticas. O único *topos* não redutor para a possibilidade da autonomia humana é o mesmo interior ético próprio de cada pessoa, em que esta tem de descobrir isso que é “mais interior do que ela mesma”, esse princípio ontológico próprio seu, em que pode fundar todo o seu ser e toda a sua liberdade, todo o seu irreduzível acto. O mais é sempre do domínio da tirania, porque exterior.





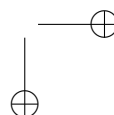
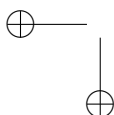
Não interessa que a intenção do matador não fosse esta, que fosse apenas a utilização da morte como meio, qualquer: *as intenções são objectivamente inválidas* e não condicionam a realidade objectiva dos actos a que se encontram ligadas. O que interessa em termos de actualidade não é a intenção, que poderia bem ser uma outra qualquer, mas a ontologia do que o acto foi, do que o acto é. E o acto de matar, realizado, representa, melhor, é a introdução de um absoluto no mundo. Este absoluto é um fim, quer se queira quer não. A morte, assim, nunca é um mero meio, ainda que possa psicologicamente servir como tal, objectivamente serve sempre e constitui sempre um fim. Assim, matar, independentemente das intenções, é sempre um fim e um fim em si mesmo. A estupidez de que quem o executa na ignorância disto mesmo não é mais do que precisamente uma desculpa de alguém estúpido. Duplo prejuízo.

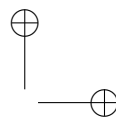
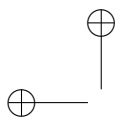
Tudo o que faço para matar a criança é o meio de a matar. Assim, a faca, por exemplo, o gesto, etc., são os meios para obter tal morte. Mas a faca não é má: ontologicamente não podem existir facas más, pois as facas não são sujeitos morais possíveis, o que é, aliás, óbvio. Mas o gesto também não é mau, precisamente pela mesma razão. Esta conclusão pode ser universalizada para todos os entes, físicos ou não, que se encontram, neste tipo de situação, sob o mesmo paradigma mediacional: nada disto é mau.

Então, o que é que é mau? Objectivamente, o fim a alcançar, se alcançado. Subjectivamente, é mau primeiramente quem inventou tal fim, pois é ele que vai estar no início real de tudo e, secundamente, quem executa tal fim. O meio humano agente é mau, se executar tal fim, pois é sujeito moral, coisa que a faca e o gesto, etc. não são nem podem ser.

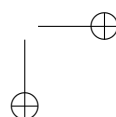
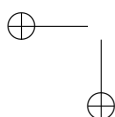
No entanto, dizer que o fim alcançado é mau é esclarecedor, mas não passa de uma interessante prosopopeia, perigosa porque serve de camuflagem ao que é verdadeiramente mau em toda esta cena: o ser humano ou seres humanos que a promovem e executam

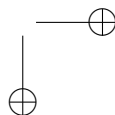
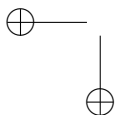
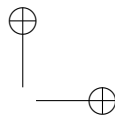
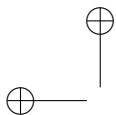
É ao acto de cada ser humano e a cada ser humano como agente desses actos, independentemente de quaisquer factores colaterais, que bem e mal se devem. Nesta história e em todos os muitos milhões de histórias da Segunda Grande Guerra, o bem e o mal feitos não se devem a quaisquer outros que não aos sujeitos éticos envolvidos. Não há situações más, armas más, apenas seres humanos maus. Ou bons. Acto a acto. Acto a acto, sobretudo numa circunstância em que a padronização protocolar dentológica comum, substituta da verdadeira autonomia ética, não existe, movendo-se toda a humana realidade

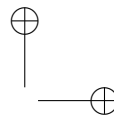
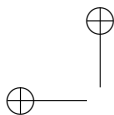




a uma velocidade, por vezes, alucinante, não dispondo o mesmo ser humano senão da garantia que a intuição de princípios ontológicos fundamentais lhe pode dar. Apesar de tudo, Schindler foi um ser humano em que esta intuição se deu, com os frutos de humana grandeza de bondade que a história guardou.







3 Terceiro Capítulo

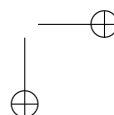
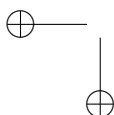
Os Outros

3.1 Amon Goeth: o Carrasco

Amon Goeth é claramente o símbolo incarnado destas pessoas transformadas em potenciais carrascos: parece faltar-lhe a capacidade de inteligência do bem em sua pureza irrelativa a qualquer interesse ou condicionamento que não seja o da mesma riqueza ontológica possível de cada coisa: a cena da discussão acerca do poder de perdoar é disso reveladora, tendo o actor Ralph Fiennes retratado perfeitamente o ar de profunda estupidez e decorrente confusão estampadas no rosto do personagem. Como era de esperar, após tal demonstração, Amon Goeth não foi capaz de responder positivamente à provocação de Schindler, no sentido do exercício absoluto⁶¹ do poder, por via do perdão, acabando por matar o escravo ao seu serviço.

A cena da morte deste rapaz, Lisiek, é o ponto máximo da demonstração da profunda estupidez ontológica de Amon Goeth. Ora, este mais não é do que, mas é sobretudo, o personagem-tipo ético e político paradigma do exemplar cidadão do reino de Herr Hitler: *Amon Goeth personifica ao mais alto nível o tipo de acção impiedosa e desumana proposto por Hitler como modelo do seu homem novo*. Mas o mais grave em todo este movimento ético e político do nazismo não foi criar novos homens capazes de assumir, à maneira

⁶¹ Trata-se do “exercício absoluto” do poder, isto é, sem limitações. Se assim for, mesmo sem limitações, à maneira de Deus, então, será mesmo um exercício absoluto de um poder, assim, absoluto: seria um acto de amor, algo que Amon nunca poderia compreender. Vale o esforço ingénuo de Schindler.



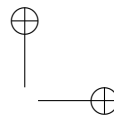
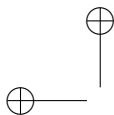
de um Raskolnikov, toda a responsabilidade por seus actos, quaisquer fossem, mas ter criado todo um conjunto de animais políticos tendencialmente irracionais, sem noção de responsabilidade para além daquela que a doutrina nazilhes inculcou em escolas especialmente preparadas para tal: a maldade nazi, irreduzível em termos reais, foi travestida de um sentido de bondade mecânica e determinista, determinada positivamente pela nova ordem política estabelecida,⁶² a qual definia o que era bem e mal, o que era bom de fazer e o que não o era, o que era humano e não o era.⁶³

Deste modo, as acções realizadas para preparar tal novo animal político de uma nova factícia humanidade foram iniciadas pouco depois do início do domínio real de Herr Hitler sobre a Alemanha, com programas altamente sofisticados e fundados em discursos aparentemente de tipo científico e, em certos casos, como no dos “anormais” e outros doentes e indesejados, com aparências misericordiosas, tal o chamado “Programa Eutanásia”.

As pessoas, especialmente as crianças, pelas razões óbvias, foram sendo lenta, mas eficazmente endoutrinadas no sentido de transformar a sua inteligibilidade ontológica de certas áreas do ser, de modo a adequar a sua inteligência aos fins do nazismo. Anos deste trabalho parecem ter morto a capacidade universal de inteligência presente nas pessoas, limitando-lhes efectivamente a capacidade de inteligibilidade, levando-as a realmente ver apenas o que o movimento nazi queria que vissem. Este trabalho sobre a inteligência das pessoas explica muito do que parece ser absurdo no comportamento deste povo, aparentemente tão culto e civilizado.

⁶²Esta nova ordem, como todas as “novas ordens”, estabelece os seus protocolos ontológicos, éticos, políticos, jurídicos, etc., todos vulgarmente desrespeitadores da ontologia própria das coisas, nunca cabalmente protocolarizável. Mas é esta mesma protocolarização que qualquer candidato a tirano quer, porque é o único meio possível de dominação de isso de que necessita para poder ser tirano. Todos os protocolos que assim funcionem são essencialmente tirânicos, por muito bem disfarçados que estejam.

⁶³A este mesmo tipo de movimento assistimos hodiernamente e de um modo generalizado, quando se ensaia, a todo o custo, eliminar o sentido ético profundo, sempre necessariamente agatológico e agatrópico, objectivo, e se quer basear toda a possível normatividade ética e política em meros sistemas deontológicos, jurídicos, em que o eixo fundador não pode não ser senão a exclusiva inteligência finita e a vontade (talvez infinita) *de seus produtores*, não uma inteligência humana transcendental, dificilmente capazes de produzir sistemas em que impere o sentido do bem-comum, dadas as limitações de uma humana inteligência expurgada do sentido objectivo do bem, bem que não passa pela idolatria onfalocêntrica de um subjectivismo imanentista radical.



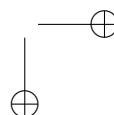
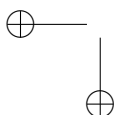
Tudo no comportamento de Amon Goeth releva desta preparação especial, aliás especialmente aguda para os jovens SS, como era o seu caso: o tratamento dado aos judeus mais não é do que o corolário da estupidação promovida pela pedagogia perversa do movimento nazi, que criou a definição deste tipo de seres como não humanos, porque sub-humanos, chegando a compará-los com ratazanas, o que, aliás, o próprio Amon Goeth faz, interrogativamente, em uma das cenas com a escrava Helen Hirsch.

Não se trata, pois, de um homem que assume estar a matar outros *homens como ele*, o que sempre deixa marcas na inteligência e na chamada consciência moral de quem o faz. Não, Amon Goeth limitava-se a exterminar algo comparável a ratazanas inúteis e prejudiciais: que poderia estar mal nisso? Mandar fuzilar um dos seus homens seria assumir uma gravíssima responsabilidade, sobretudo sendo ele de tão baixa patente (classe dos tenentes, mais baixa do oficialato inferior) e poderia mesmo trazer-lhe graves responsabilidades disciplinares junto das SS, mas matar uma mera ratazana pseudo-humana não teria qualquer mal: quem se importa com que se mate uma ratazana? Felizmente para Helen Hirsch, Amon olhava realmente para ela como não se pode olhar para uma ratazana.

O absurdo destas teses, que foram reais e originaram e originam matanças inomináveis, deveria ser suficiente para que a sua exposição pública produzisse tamanha repulsa no comum das pessoas que garantisse a sua improbabilidade futura. No entanto, não é isto que se verifica; pelo contrário, o seu triunfo nos campos da *Realpolitik* é manifesto e a protecção de que os seus agentes gozam deve fazer-nos pensar acerca da humana bondade de quem age no sentido da protecção de tais princípios e de tais agentes e do mal que continuam a permitir. Em nome de precisamente o quê se permite a continuidade deste mal?⁶⁴

Mas a verdade é que estas teses triunfaram e foram capazes de produzir

⁶⁴Para Platão, a opção era clara: ou se quer viver na *polis*, segundo o bem-comum e para o bem-comum, isto é, para que cada um possa desabrochar ontologicamente segundo o melhor de sua possibilidade, tanto quanto possível, permitindo o mesmo aos outros, em harmónica concomitância, ou se tem de sair. Ora, Platão tinha razão; de facto e de direito, não há outra solução possível: a tirania do mal não é compossível com o reino do bem-comum; então, porquê e para quê proteger os tiranos, a quem interessa tal? Como é óbvio, apenas aos tiranos reais e aos candidatos a tiranos futuros (e são todos os que protegem, de um modo ou de outro, os tiranos reais).

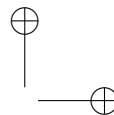
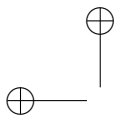


milhões de entidades nazis prontas para o cometimento das maiores atrocidades em seu nome. Temos, pois, que esta forma de perversidade ética e política necessita de *destituir as pessoas da capacidade de inteligência necessária para distinguir o bem ontológico próprio de cada entidade* e nela presente: ao condicionar-se a inteligência das pessoas, obtém-se um funcionamento condicional da mesma inteligência, parametrizado pelos modelos redutores impostos pelos condicionadores, por meio de uma pedagogia especialmente desenhada para o efeito.⁶⁵

O efeito perverso é duplo: objectivamente, obtém-se a desumanização do objecto, antes e naturalmente humano, retirando-lhe as características essenciais que o definem como propriamente humano; subjectivamente, atenua-se, quase ao ponto da eliminação efectiva, a humanidade própria do sujeito, fazendo com que o seu comportamento, dependente da sua inteligência ontológica, se transforme, também ele, em algo de desumano, por causa da mesma desumanidade com que trata aqueles que são seus semelhantes, mas cuja semelhança activamente nega.

No entanto, seria cair na mesma forma humanamente criminosa de pensamento afirmar sem mais, isto é, sem que tal se possa provar por meio de uma impossível inspecção ética, exclusivamente interior ao reduto inacessível da incomunicável ontologia individual de cada homem que faz a sua mesma personalidade, que tais entidades semelhantes a um Amon Goeth não são hu-

⁶⁵ Esta estratégia, perversíssima, está florescente no mundo contemporâneo, com uma utilização – que alhures não surpreenderia, mas surpreende no ocidente (o oriente sempre viveu assim) – omni-presente, a todos os níveis da vida política geral, condicionando as pessoas no sentido do seguimento acéfalo das mensagens que as oligarquias difundem. Desde as telenovelas, passando pela publicidade, pelos programas de entretenimento (em que a pornografia, mesmo a infantil, impera impunemente), especialmente os dedicados aos mais jovens, chegando à produção dita artística – seleccionando as mensagens e os mensageiros a quem dar subsídios ou conceder mecenato –, pela instrução pública, as pessoas estão continuamente a ser condicionadas no sentido de tomar como real a ontologia veiculada pelos meios de propaganda de que as oligarquias se servem e de que necessitam, a fim de que possam manter-se no poder, apesar do que é a sua, de outro modo manifesta, mediocridade e imbecilidade. A grande descoberta da nova forma de condicionamento da percepção ontológica das pessoas reside em ter-se passado a usar de *métodos “amigos” da vítima*, não usando de formas de violência física, mesmo quando a mensagem a transmitir é no sentido da necessidade dessa mesma violência: serve-se a pancadaria nas salas de cinema acompanhada com milho frito adocicado. Vive-se num mundo em que propagandistas como Lenin e Goebbels se podem rever e deleitar, lá do inferno em que estão.

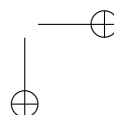
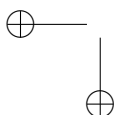


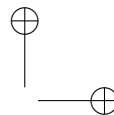
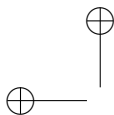
manas: para todos os efeitos, pelo menos potenciamente, no sentido pleno da potencialidade, ontologicamente entendida como algo que guarda em si tudo o que um ser pode vir a ser, *estes indivíduos são humanos*, real e não virtualmente: realmente, ainda que apenas potencialmente, mas humanos.

Sendo humanos, são responsabilizáveis, tanto quanto o seu nível ontológico de acção própria posta nos actos realizados o permita. Assim, quando Amon Goeth premia o gatilho da espingarda ou da pistola ou mandava matar, etc., era ele quem o fazia, com um grau de inteligência do que estava a fazer que não o isenta do fundamental imediato e mediato da responsabilidade por aqueles actos. A estupidez pode servir de atenuante, mas não isenta de responsabilidade, dado que faz parte da comum humanidade que, toda ela, é sempre estúpida quando não cumpre na plenitude da sua mesma possibilidade a inteligência de que é capaz: a sua irresponsabilização por causa da estupidez implicaria, portanto a irresponsabilização de toda a humanidade. Tal não é o caso, e a responsabilidade é directamente proporcional à inteligência usada. Amon Goeth era suficientemente inteligente para ser suficientemente responsável: quando matava, sabia bem o que estava a fazer e, se matava “ratazanas judaicas”, matava “ratazanas judaicas”, que eram seres humanos a quem chamava “ratazanas judaicas”. Podia sempre não as matar, era livre de escolher não as matar, “ratazanas” ou não. Escolheu matar. É responsável pela escolha que fez.

Um caso em que tal é manifesto e em que a responsabilidade ligada à inteligência da acção é também manifesta é o caso da ordem para fuzilar a engenheira que estava a colaborar na construção dos abarracamentos para os escravos no novo campo de Plazow: Amon Goeth manda matar esta engenheira porque a sua competência e a razão que mostrava manifestavam a incompetência dos seus homens e a sua colectiva e pessoal não-razão, pondo em causa o absoluto do poder de que necessitava para poder reinar sobre os seus escravos. Por isto a manda matar, para que não ponha em causa tal poder e para que sirva de exemplo a quem quer que pense manifestar um poder superior ao seu, isto porque as “ratazanas” não podem demonstrar poder superior ao poder dos SS. Este acto complexo de Amon Goeth revela inteligência suficiente para perversamente calcular, em brevíssimo tempo, os riscos de ameaça ao seu poder. E a perversidade não é factor de atenuação, antes de agravamento. Neste caso, a responsabilidade por este acto é total.

Mas não podemos passar em claro a declaração final da própria enge-





nheira: “Será preciso mais do que isso”, reveladora de uma outra forma de inteligência ontológica, que vai para além do facto imediato da luta pelo poder e do mediato da antecipação de salvaguarda futura do poder, e entrevê, no meio de tanta injustiça e absurda maldade, uma forma de estupidez assassina de seus próprios sujeitos, cuja inteligência é incapaz de permitir ver o fundamental, cegueira que, mais cedo ou mais tarde, cumprindo os próprios termos darwinianos da selecção nazi, vai eliminar tão mal adaptados seres, incapazes de ver o essencial das coisas. *Isso que seria preciso de “mais” é a própria inteligência do bem*, cuja ausência é a feliz condenação de seus carrascos e de todos os carrascos de todos os tempos.

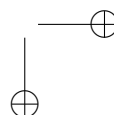
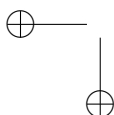
Em situações extremas, e porque o mal é sempre fruto de uma qualquer forma de estupidez, é sempre o mal, isto é, o fruto da falta de inteligência bastante, que acaba por ser o autor de sua própria morte. Nem pode deixar de ser assim, dado que o mal é sempre um qualquer não-bem, uma ausência de bem possível, logo, pela ausência provocada, um real anti-bem, cujo limite máximo coincide precisamente com o limite mínimo do bem, isto é, tende necessariamente para o nada, nada ontológico.

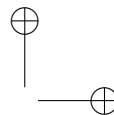
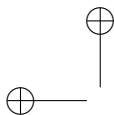
Assim sendo, a dinâmica e a cinética do mal, deixadas a si próprias, acabam sempre por produzir uma qualquer forma de justiça poética, no modo do suicídio ou de um movimento para tal tendente. A desgraça do nazismo passou, em muito, não apenas pelo denodado esforço de seus inimigos, mas também pelos efeitos, para si perversos, de tomadas de decisão ao mais alto nível, fruto da mesma sua inteligência deficiente de sempre, que aceleraram a queda do regime, do país, do império, do povo.⁶⁶

3.1.1 Goeth: Matar por capricho, a pura maldade

Não há acto em que a maldade humana se revele com maior força do que aquele em que se mata alguém por puro capricho, imediatamente funcionalizando uma vida humana ao mero interesse tirânico de um outro ser humano. *A morte por capricho nega tudo o que é fundamental na existência do outro*

⁶⁶A chamada a si, por parte de Herr Hitler, do comando supremo directo das forças armadas, as lutas intestinas pelo acesso ao poder real entre os seus tenentes, mesmo pela futura possível herança do poder supremo ao nível do *Reich*, consubstanciaram-se numa miríade de consequências negativas para o mesmo *Reich*, acelerando a sua desorganização e desintegração.





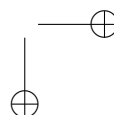
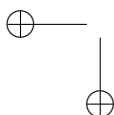
apenas por um acto de pura vontade de alguém. É precisamente o contrário e o contraditório também do acto de criação divina, em que, por um puro acto de vontade, que, ao erguer o ser do nada de si mesmo, se confunde com o mesmo paradigma do acto de amor, pois, *nesse acto de pura vontade, é dado todo o bem possível* a esse acto nascente, precisamente o bem que é o absoluto da diferença entre o nada absoluto de si mesmo e o acto que é a mesma negação desse absoluto nada. O posterior acto comum de amor limita-se a querer o bem de algo que já é um bem, o bem mesmo que foi criado desde o nada absoluto de si mesmo. O que o acto de amor comum consegue, do ponto de vista ontológico, é acrescentar bem possível e real ao bem que já aí estava.

Nisso que acrescenta, o acto de amor é criador, pois o que põe no ser, como amor ao que é, não existia antes de ser posto por tal acto. Ao amar, o ser humano continua a obra criadora de Deus – ou “da natureza”, para os não-crentes em Deus, em qualquer das suas muito humanizadas formas – e diviniza-se também por meio desta mesma criação: é um com Deus na criação, não só como receptor passivo de acto, mas como acto co-operador.

Mas o que foi dito anteriormente aplica-se apenas àquela parte da humanidade que escolhe não ser impotente ontologicamente, isto é, que escolhe amar. Mas o amor não é obrigatório, no sentido de necessário e compulsivo. Não, é opcional, segredo de toda a liberdade, como muito bem viu, de modo definitivo, santo Agostinho.⁶⁷ Não se aplica àqueles que querem fazer de Deus, mas não querem amar: esses são sempre os tiranos, os que, incapazes de amar e querendo ser humanamente grandiosos, invertem o processo, querendo ser grandes não criando, mas “des”-criando, destruindo. Assim, os deuses da destruição, feitos à imagem da vontade de destruição dos homens incapazes de criar.

Aqui, as críticas de Xenófanes a uma certa forma de religião fazem todo o sentido, pois as imagens dos deuses destruidores são de perfeita dimensão humana, sendo os homens perfeitamente delas capazes. Mas o mesmo já não se pode dizer da crítica – daquela derivada – de um Feuerbach, acerca da projecção para os céus do melhor do homem, na forma alienante da criação dos “bons deuses”, a partir da melhor parte da humanidade: *é que os deuses*

⁶⁷A “cidade de Deus” é precisamente o reino possível do triunfo do amor. A análise de Agostinho interessa fundamentalmente na objectividade da actividade do amor, não na subjectividade de caminhos e efeitos. Objectivamente, a procura da cidade de Deus é *uma cosmogonia do amor*, que pode ser encontrada, teoricamente, lendo a obra *A cidade de Deus*.



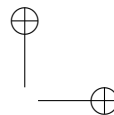
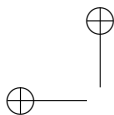
destruidores são naturais e conaturais à essência bestial material dos seres humanos, mas a que natureza ir buscar a pureza espiritual do acto de amor humano, sem contrapartida na natureza não humana?

Não se trata, obviamente, dos cuidados naturais programados genealogicamente nas espécies que os prestam, mas do *acto espiritual de querer o bem pelo bem*, acto que não existe senão na espécie humana e apenas como possibilidade teórica em alguns dos seus indivíduos, dado que não é universal de facto.

A maioria dos actos a que se assistiu nos campos de concentração e similares durante o nazismo – e sempre que alguém montou algo de semelhante a esses campos – diz respeito a algo que se pode enquadrar na mera natureza bestial da humanidade. Daqui, o ficar-se de tal modo chocado quando se vê a humanidade rebaixada a uma prestação ética e política já quase não humana, parecendo, aliás, dar razão aos que diziam que aqueles seres eram não-humanos. *Mas sobreviveu em algumas pessoas a capacidade realmente humana de se sobrelevarem a tais procedimentos, não abdicando da sua condição verdadeiramente humana, chegando a preferir morrer a ter de se rebaixar a tais indignidades.*

É claro que, para muitos dos que sobreviveram, foram tais indignidades que lhes permitiram sobreviver, pensam eles. A realidade é bem diferente, pois, dignos ou indignos humanamente falando, estavam todos destinados a morrer, assim que deixassem de ser necessários.

O que os salvou foi a coincidência de ainda não terem morrido quando os campos foram libertados, a este e a oeste, pelas tropas aliadas vencedoras. Mais uns tempos, todos teriam morrido: os que mantiveram a sua dignidade humana teriam morrido com ela, os outros sem ela. Estes últimos teriam dado aos nazis um triunfo completo, pois teriam dado razão às suas teorias acerca da bestialidade desses que queriam exterminar. Os primeiros, *tendo-se recusado a transformar-se em bestas*, teriam impedido a vitória total dos nazis, pois teriam arruinado as suas teorias e os nazis tê-lo-iam sabido. Ora, *basta que uma pessoa se recuse a transformar-se em besta para que toda a humanidade seja salva de ser considerada necessariamente bestial.* A estes, de sempre, prestamos a nossa sentida humana homenagem.

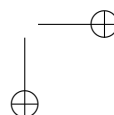
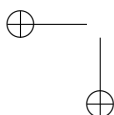


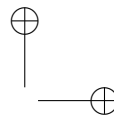
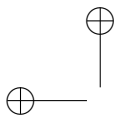
3.1.2 “Why are you beating me?”

Esta questão é das mais relevantes presentes nesta obra cinematográfica: nada, do ponto de vista racional, pode justificar a forma como o tirano Goeth trata Helen. Esta não lhe fez mal algum. Pelo contrário, a partir da sua condição de escrava, condenada a viver permanentemente sob o jugo opressor do monstro e sob o jugo ainda mais angustiante do facto de estar completamente dependente do arbítrio irracional de uma besta assassina, que funcionava apenas sob o domínio de caprichos e de um doentio interesse pelo seu bem próprio, Helen tratava o seu tirano da melhor forma possível, com tanto desvelo que poderia mesmo parecer amor.

Mas que pode um qualquer tirano fazer, *privado como é da inteligência mínima necessária para poder perceber onde jaz o bem possível a realizar*, quando confrontado com a razão das suas vítimas, senão aumentar a potência dos actos de maldade com que as trata? Como as subjugar de outro modo, se outro modo não tem, se de outro modo não é capaz? Quando eu era criança, encontrei, escrito na face interna da capa de rosto dos dossiers que a própria escola nos vendeu a seguinte frase: “a violência é o argumento dos incompetentes”. Sábia frase: é precisamente porque são fundamentalmente estúpidos que os tiranos são o que são, tiranos. Sendo como são, não possuem a inteligência necessária para proceder à sua mesma auto-transcensão desde a sua condição. Assim sendo, são necessariamente incompetentes no que de fundamental se lhes depara: são incapazes do bem, porque são demasiado estúpidos para saberem o que o bem possa ser (é o que se mostra na cena da grandeza do perdão, em que a cara de estúpido de Goeth tudo diz). Esta incompetência para o bem tem como necessário correlato, a fim de que o tirano possa sobreviver, o também necessário uso da violência. Assim se explica por que nunca houve, há ou pode haver qualquer tirano que não seja violento.

“Bato-te porque é o único modo de que disponho para afirmar a minha suposta superioridade sobre ti. Sem esta possibilidade dada pela violência nunca poderia afirmar qualquer superioridade sobre ti, pois não possuo qualquer outra. Bato-te porque em tudo o mais sou inferior a ti e não quero que isso possa transparecer. Bato-te porque quero que me vejas como um teu superior, quando, na realidade, sou teu inferior e percebo isso mesmo. Bato-te porque posso e porque tu não consegues responder do mesmo modo, porque não me podes bater como eu te bato, porque as minhas pancadas são dolorosas





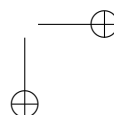
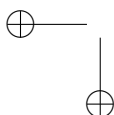
e ferem e as tuas, se as desses, seriam impotentes, porque tu és impotente na forma da violência, embora potente na forma da grandeza humana que transcende a violência. Tu, de quem se diz que és uma ratazana ou pior”. Tais poderiam ter sido as palavras da resposta de Goeth a Helen.

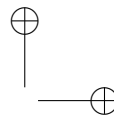
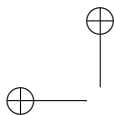
Num outro momento de diálogo ou, se se preferir e a bem da verdade, de quase só monólogo de Amon com Helen, este tinha já tocado o ponto doutrinário da natureza de ratazana destes indesejados, segundo a cartilha ideológica nazi. É também um momento fundamental neste filme. Fundamental, pois é o único em que realmente Goeth parece estar prestes a transcender a boçal estupidez ideológica em que vivia, no sentido da libertação questionante acerca da realidade semântica do que lhe tinha sido dito por via de endoutrinação e daquilo que, por si, experimentava. Diziam-lhe que os semelhantes a Helen eram tais quais ratazanas, infra-humanos, coisas dignas de lixeira. Mas o que os seus sentidos e a sua pobre inteligência lhe mostravam era um ser de grande perfeição e beleza, a vários níveis. Como poderia este ser corresponder à denominação bestial de ratazana? Como? Que lhe mentia: a doutrina do partido ou os seus sentidos?

Notavelmente, mais uma vez, o actor encarregue de incarnar a besta nazi reflecte em sua interpretação o ar de indecisa estupidez do monstro. Quando parece que pode estar numa fase de superação da programação ideológica que o governa, o possível homem esfuma-se e a besta surge com toda a sua violência, violência que é, mais uma vez, a resposta da estupidez à possibilidade de auto-superação pela inteligência. Ganha a perversa doutrina à já não conversa experiência, e a pobre rapariga é espancada. Fica-se sem saber ao certo se é espancada porque é uma mera ratazana ou se o é porque o monstro não quer ver nela mais do que isso, sabendo que, no momento em que visse nela mais do que uma ratazana, *perderia sobre ela a única vantagem que tem, precisamente a da violência*. Dupla violência de quem bate, mas sobretudo de quem, antes de bater e para poder bater, reduz o estatuto ontológico de isso em que depois bate. Tremenda é a perversidade da estupidez dos homens.

3.1.3 “Because you asked why”

Esta frase enquadra-se perfeitamente no universo de perverso sentido que temos vindo a tentar perceber, pois, por um lado, significa que a resposta a qualquer tentativa de perceber a razão das coisas consiste em actos de violên-



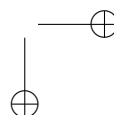
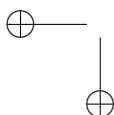


cia, que precisamente reforçam a força e o poder brutos e crus da violência; por outro, pelo facto de Helen ser espancada, mesmo sem fazer qualquer pergunta, que *a violência constitui o elemento transcendental da cidade nazi*, na antítese perfeita de uma cidade de Deus agostiniana, em que esse transcendental necessário e único é o amor.

3.2 A paradigmática escrava: Helen Hirsch

No filme, Helen Hirsch tem um papel fundamental como entidade medial entre o mundo dos sub-humanos e o mundo dos verdadeiros homens, segundo o hitlerismo. Ela é o grande paradoxo ético e político da vida de Amon Goeth: por um lado, a doutrina nazi clássica acerca do carácter sub-humano ou mesmo não-humano destes seres e, portanto, da mesma Helen. Por outro lado, por via do necessário convívio próximo, quase íntimo – ou ele assim o pensava – ou talvez mesmo promíscuo, a óbvia intuição de que Helen era de tal modo parecida com isso que é a definição comum do humano, mesmo na versão nazi, que não só pode ser, como provavelmente é mesmo humana. A cena, ímpar na história do cinema – entre Amon Goeth e Helen Hirsch, em que o senhor do Campo disserta acerca destes temas, e em que o actor, Ralph Fiennes, espelha magistralmente a confusão que habita a mente do tirano, é prova exacta deste carácter paradoxal entre a definição doutrinária de tipo ideológico e a descoberta da realidade própria da entidade da escrava. Tal paradoxo interiorizado pela não muito ágil ou profunda inteligência de Goeth provoca-lhe confusão, mas também medo, que o faz sentir-se confuso e, portanto, já não senhor absoluto dos destinos do Campo.

A conclusão da cena é a única lógica possível, segundo tais premissas, mostrando o tirano as consequências de sua mesma tirania, então periclitante, usando de extrema violência sobre o objecto causador de tanto desconforto mental e político. *A violência do tirano é sempre manifestação da sua impotência política*, pois alguém realmente potente usa a precisa potência da sua suficiente força, nunca recorre ao excesso da força que, por excessivo, demonstra necessária *incapacidade de inteligente adaptação de meios a fins*, logo, estupidez, logo, fraqueza, impotência aí onde o jogo da potência tem de necessariamente ser perfeito, a fim de que o poder real de quem joga seja demonstrado precisamente pelo necessário acerto. O tirano é quem nunca

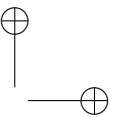
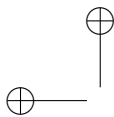


consegue tal, por isso é tirano e não um sábio governante. Sobre o tirano, de fundamental, Platão não quis dizer outra coisa na sua *Politeia*.

O tirano é, assim, sempre essencial e substancialmente um impotente e é por isto mesmo que tem necessidade de ser tirano. Possuísse ele o real poder de realizar em cada acto possível isso que tem de ser realizado para que esse possível acto seja realmente o melhor real que a sua possibilidade permitia e nunca recorreria à violência. Mas esta característica não é exclusiva de qualquer classe especial de seres humanos, especialmente criada para ser tirânica: os tiranos não nascem tiranos, nascem seres humanos como os outros: e a tirania provém de escolhas que se vão fazendo, por vezes, em coisas bem insignificantes, mas eternamente criadoras de um património de maldade, que não é anulável, e que vai constituindo a sua mesma essência e substância reais, fruto de seus mesmos actos. Ora, estes possíveis tiranos são qualquer ser humano, sou eu e és tu.

A tirania actualiza-se em cada um de nós quando, em cada acto, eliminamos a possibilidade de bem para um ser humano, mesmo que esse ser humano sejamos nós próprios. O facto de, neste caso, a tirania implicar uma forma de justiça poética não elimina o facto de sermos os nossos próprios tiranos, impedindo que o nosso ser possível floresça no máximo de bondade que lhe era possível, máximo de bondade que é objectivo e em nada diz respeito ao que eu caprichosamente queira. É por isso que a questão da felicidade é tão frágil, pois a felicidade pode ser subjectivizada e cair numa mera fantasia ou ilusão de um contentamento onfocêntrico de estúpida vaidade de voluntários cegos. A grande questão antropológica é a questão política da construção do bem-comum, de que o meu bem próprio faz parte: a minha “felicidade” é o bem de todos e o bem de todos inclui a minha “felicidade”. É o modelo da cidade de Deus, em que o bem não é subjectivizável, mas objectivado no modelo da busca de uma perfeição humana universal tendencialmente semelhante à do próprio Deus. Um mundo em que se perca este ideal é um mundo que fica nas mãos do primeiro Herr Hitler ou Herr Goeth que apareça. E não há transcendentalidades ou transcendências mágicas ou postiças que o salvem.

Mas a escrava é muito mais do que esta pedra de escândalo para o seu senhor: ela é a possibilidade da sua redenção. Assim como a criança de vermelho possibilita a Schindler a intuição da diferença própria de cada pessoa e a descoberta do sentido da grandeza ontológica insubstituível de cada pessoa, assim Helen pode ser, exactamente pela sua mesma diferença perante a



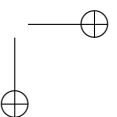
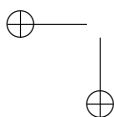
inteligência de Goeth, isso que pode permitir a este – assim este o queira – descobrir a mesma riqueza ontológica presente em cada pessoa, o que implicaria imediatamente uma conversão radical da sua vida. Tal oportunidade perde-se definitivamente, pois o tirano não atinge a inteligência necessária para que possa perceber, em toda a sua grandeza humana, o ser próprio de Helen, inteligência que teria necessariamente feito com que a assumisse como ser humano, como mulher, não como ratazana, logo, como verdadeiramente humana, e não apenas como entidade qualquer, apenas boa para escrava.

Pior, num assomo de falsa humanidade, mas que não passa de um último ataque de egoísmo, Goeth quer subtrair Helen ao comum destino dos judeus, mas apenas para que seja ele próprio a matá-la, num supremo acto de posse, a posse pela destruição, assegurando que mais ninguém a pode possuir, uma vez que ele também a não pode possuir. Acaba, devido à superior inteligência de Schindler, capaz de desenvolver as mais sofisticadas, subtis e santamente perversas estratégias, por a jogar às cartas, perdendo a sua posse numa jogada infeliz.

O relacionamento de Schindler com Helen é muito diferente, diverso mesmo: vê nela, na sua fragilidade, na sua beleza, na sua impotência, na sua constante submissão quer à morte quer ao poder tirânico e de morte de Amon, a mesma essência do ser humano, ser humano que, à maneira do Job sofredor, já nada mais tem, já nada mais é do que uma *dor incarnada*, um grito – nela mudo – de súplica por paz e por vida, por possibilidade de vida e de vida em paz. *É esta segunda menina que, já morta a outra, não pode morrer*. Esta, que nem vermelha já é, esta, em que a vida brota cinzenta, num e de um diário milagre de sobrevivência, vai consumir recursos quer financeiros quer de insuspeitada fraternal ternura a Schindler.

O mulherengo consumidor de mulheres, o insaciável perseguidor e possuidor do sexo das mulheres encontra nesta jovem não mais um motivo de carnal paixão, mas um motivo de espiritual enlevo; talvez pela primeira vez, Schindler descobre, por meio de Helen, o que é amar alguém, isto é, não um mero gosto passional e de desejo de posse para saciedade da carência manifestada pela paixão, mas a vontade de trabalhar gratuitamente pelo bem próprio de alguém, independentemente de qualquer recompensa que não a de ter feito o mesmo bem realizado.

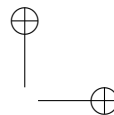
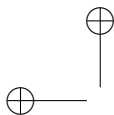
A contribuição de Helen para a salvação de seus irmãos escravos é, assim, verdadeiramente inestimável, pois a conversão interior de Schindler muito a



ela se deve. *É com ela que o contacto directo, próximo, proximamente físico e espiritual, com o absoluto do bem presente no ser humano outro se concretiza*: se a menina de vermelho é a consciência teórica, longínqua e inacessível, do bem na sua mesma diferença ontológica encarnada em uma pessoa, Helen é isto mesmo, mas num contacto directo, verdadeiramente íntimo, entre dois espíritos que anseiam por uma paz que não têm, mas que sabem que é possível, assim sejam removidos os obstáculos que se lhe antepõem. Helen é a inspiradora da acção próxima de Schindler.

O dom que Schindler se prepara para ofertar a Helen e a todos os seus irmãos de cativeiro a quem puder valer é inicialmente simbolizado pelo chocolate entregue a Helen: se as demais ofertas de Schindler eram ofertas de poder, destinadas a, por exemplo, comprar os favores dos oficiais corruptos do regime nazi em seu favor, o chocolate oferecido a Helen é um dom puramente gratuito, dado apenas para que ela o disfrute, dele viva, com ele se delicie, o chocolate é o único bem de graça que Helen possui naquele momento, o único laço com o bem e o belo e a liberdade política, mas também com a promessa de uma outra liberdade, essa que é representada pelo excesso não meramente material do sabor luxuoso do pedaço de chocolate. *O chocolate é a promessa do fim da escravidão, a lembrança de que há mais na vida e no mundo do que escravidão e sofrimento, de que há doçura e sabor*. É este o momento em que divinamente Schindler vê que isso que faz gratuitamente é bom em si mesmo e sem comércio necessário, em que Helen redescobre que há algo de absolutamente bom, mesmo no seio do esmagador mal ambiente. É o momento genesíaco em que se vê que o bem é o acto absolutamente bom que se opõe quer ao nada quer a uma qualquer perversão menozante do bem.⁶⁸

⁶⁸ Na Segunda Grande Guerra Mundial, o chocolate desempenhou um papel de extrema importância quer como óbvio privilegiado bem material de suporte biológico quer como meio simbólico de atracção da população para o campo dos soldados, nomeadamente dos soldados Aliados, equipados com provisões monumentais de chocolate, especialmente concebido para enfrentar condições de combate sempre em bom estado. Assim, não só podia servir eficazmente como alimento sempre à mão para o soldado longe de suas bases de apoio logístico, como podia servir perfeitamente para ser oferecido como bem de luxo, simbólico das “doce” intenções dos Aliados. A cinematografia especializada está repleta de cenas associadas à simbólica ética e política do chocolate. Assim, lembramos filmes como *A ponte longe demais*, de Richard Attenborough, onde, perto do fim, o General Alemão que venceu a Primeira Divisão de Tropas Aerotransportadas britânica, em Arnhem, oferece, como símbolo de reconhecimento do valor militar e humano daqueles a quem acabara de derrotar, uma barra de chocolate de prove-

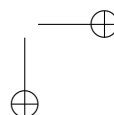
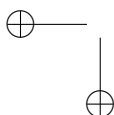


Quando Schindler quer beijar Helen e esta recua, habituada à perversidade dos beijos violentos, Schindler diz “não é um beijo desses” e deposita nela um beijo em que toda a humanidade redescoberta em seu ser no ser daquela moça é transportada. Nasce, neste momento, essa réstia de esperança na terrena salvação de Helen, só ameaçada pela eventual morte ou indisponibilidade de Schindler. Este foi fiel à esperança que soube suscitar. Já fora do filme, e na vida real, é muito interessante ver a atitude de Helen Hirsch perante a memória de Schindler: quando dele fala, em documento gravado, há um olhar de amor que brota de seu rosto angustiado pelas terríveis recordações daquele período. O amor gratuito de Schindler ainda vive no espírito da rapariga, agora senhora idosa, que soube amar e salvar, contra toda a lógica e contra poderes habituados a conquistar e a não se deixarem vencer ou convencer.

Numa abordagem externalista e, portanto, sempre superficial, a figura de Helen Hirsch pode sugerir como ambígua: por um lado, parece não ser mais do que uma jovem cobarde, sem estofos de heroína, talvez mesmo com estofos próprios só para escrava, acabando por, ironicamente, dar razão aos seus carascos. Esta Helen seria o protótipo da mulher comum, submissa, medrosa, alienada. Por outro lado, como explicar a sua extraordinária sobrevivência nas mãos de um inveterado assassino, que desprezava profundamente tudo o que aquela primeira possível Helen representava e que, assim, teria nela e dela todas as razões para a matar sem grande delonga? Encontrar outra escrava era questão de alguns minutos.

Nas condições políticas em que Helen se encontrava, ninguém que não fosse extremamente resistente e resiliente poderia sobreviver, muito menos na directa dependência próxima de um tal tirano. Helen foi necessariamente uma mulher forte, sem ser uma mulher espectacular. Como no caso da engenheira que resolveu teoricamente o problema da caserna mal erigida, a espectacular-

niência Aliada, ao Tenente-Coronel John Frost, ferido, comandante do batalhão que, sozinho, enfrentou durante vários dias uma divisão blindada SS.; o filme *O império do sol nascente*, de Steven Spielberg, também já perto do fim, quando contentores com comida são lançados de aviões de abastecimento e rebentam ao cair no solo, libertando, entre outros bens, barras de chocolate *Hershey's*, ao som de um aleluia de grande vigor e alegria; na série *Bando de irmãos*, no episódio sobre a libertação da Holanda, a oferta de uma destas barras a um menino holandês, que nunca tinha visto sequer um pedaço de chocolate desde que nascera. O chocolate está, pois, ligado ao sentido profundo daquilo para que a guerra, uma vez começada, deve tender, isto é, para a paz, para a doce paz. Aqui, o sabor do chocolate é o sabor de Deus e a sua presença a presença da Providência.



ridade, com Goeth, implicava imediatamente ser entendida como desafio ao seu poder total e uma sentença de morte também imediata, para eliminação do incauto e exemplo para quaisquer outros possíveis candidatos.

Helen sabia que a sua resistência não podia passar por exhibições de força, mas antes pelo *uso forte e inteligente das suas fracas forças*, habilmente disfarçadas de fraqueza, da sua nobreza interior, habilmente disfarçada de atitude escrava: *de que servia afrontar um poder realmente relativamente onnipotente?*⁶⁹ Para apenas morrer com um ruído mais alto? Para reduzir todo o possível sentido da revolta a uma vibração do ar, logo morta uns metros mais à frente?

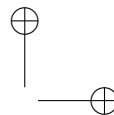
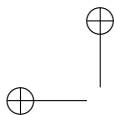
Não, *contra os tiranos, a maior vitória consiste sempre em lhes sobreviver*, seja de que modo for, menos por meio de assentimento real, interior, íntimo, à sua tirania; e isto Helen não fez: continuamente vencida e violentada, Helen conseguiu sobreviver a Goeth. Foi este quem morreu, enforcado em corda e vergonha; ela quem viveu muitas dezenas de anos, livre do monstro. *Objectivamente, a forte foi Helen, porque foi ela quem sobreviveu.*⁷⁰ E contra esta evidência não há argumentação possível. Apenas se se tivesse vilipendiado na relação com Amon poderia ser vista como perdedora. Tal não aconteceu na história do filme e acreditamos que também não aconteceu na realidade extra-filme.

Helen representa toda a humana fragilidade vitoriosa, a vitória da frágil bondade sobre a maldade e do bem sobre o mal, para além de qualquer maniqueísmo ou de qualquer redução por diluição da distinção entre bem e mal. Na relação entre Helen Hirsch e Amon Goeth está dado o paradigma onto-antropológico, ético, e político da humana inter-acção entre bem e mal respectivamente. Há mesmo, assumidamente, um contraste a preto e branco entre bem e mal, entre o agente do bem e o agente do mal. Não há cinzento no âmago desta relação: Helen nada tem de mal em si, Helen é inocente; Amon nada tem de bem em si,⁷¹ Amon é culpado por todo o mal que faz. A cena em

⁶⁹Lembremos que o paradigmático caso de Job é puramente teórico e Job sabia – não é uma questão de fé, mas de um saber intuitivo, que coincide com o que há de melhor no mais fundo de cada ser humano – que Deus era bom.

⁷⁰Ironia darwiniana, contra o darwinianismo nazi.

⁷¹No que diz respeito àquilo que dele depende e de que é ética e politicamente responsável: não contam, obviamente, os dados que dele não dependem, como, por exemplo, ser alto ou baixo, etc. Mas também não são aceitáveis reduções do género: “massacra porque nasceu



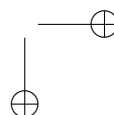
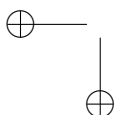
que Schindler lhe tenta explicar a nobreza e poder do bem, consubstanciados no perdão, serve precisamente para retirar qualquer possibilidade de estulta inocência a Amon: este pratica o mal porque opta por praticar o mal, mesmo depois de lhe ter sido evidenciado o lugar óptimo do bem. Ao sentido da radicalidade do mal, como a possibilidade universal de o homem poder agir no sentido de um bem menor, Amon e todos os que paradigmaticamente acrescentam o absoluto da escolha efectiva dessa possibilidade radical, marcando, para sempre, o universo com o bem que impediram ou destruíram: eterno mal.

No seu modelo – relembremos que incarnado: esta pessoa, aqui romanceada, existiu mesmo, numa existência que não deve ter diferido muito daquela que é romanceada no filme –, Helen Hirsch representa todos aqueles que sofrem *apenas porque são* e porque, sendo, são algo que não é querido por parte daqueles que detêm o poder de os fazer sofrer. Mais nada. A degradação ontológica desta humanidade, da que é degradada e da que degrada e, assim, também a si própria se degrada, é modelarmente profunda, pois desce até ao que de mais básico e necessário há como próprio da mesma humanidade enquanto tal, isso que lhe permite que ontologicamente seja.

Os indesejados, como Helen Hirsch, são ontologicamente tão humanos como quaisquer outros, como qualquer Goeth ou Schindler, por exemplo, mas é precisamente isso que com estes últimos partilham ontologicamente que lhes é negado, isto é, é-lhes negada a própria humanidade. Mas esta negação nada tem em comum com a negação de uma qualquer forma de cidadania, sempre superficial, mas com a negação de isso que faz o seu ser próprio de pessoas, e não de cães ou ratazanas, por exemplo. Do ponto de vista dos nazis e, também, do ponto de vista que os nazis incutiram nas suas vítimas, estas mereciam ser vítimas apenas porque existiam e não deveriam existir, estando a ocupar um lugar ontológico de forma abusiva. Por este abuso, deveriam morrer e, enquanto não morriam, deveriam ser feitas sofrer, como forma de expiação pelo crime de existirem. Então, paradigmaticamente, a única “culpa” de Helen Hirsch consistia em ser.

Ora, a degradação humana dos carrascos consistiu precisamente em negar

pequeno de estatura e isso condicionou-o no sentido de odiar todas as outras pessoas, especialmente as mais altas” ou qualquer tolice do género, infelizmente muito em voga em certos ambientes ditos científicos, mas que se limitam a abusar do poder polissémico e analógico da linguagem, para a dobrar aos seus desígnios de justificação de tudo o que é humanamente injustificável na tirania.

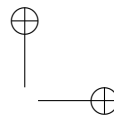
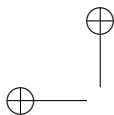


a seus semelhantes o direito a ser. Quem é qualquer ser humano para que possa negar o direito a outro ser humano à mesma humanidade, objectivamente tão patente num quanto no outro? De que poder se acha investido para assim pensar? De facto, mais uma vez, se percebe o alcance ontológico do problema fundamental geral do nazismo, o de constituir uma forma de poder tendencialmente divino, substituindo progressivamente Deus pelos camaradas do partido, capitaneados pelo novo deusinho do mundo, Herr Hitler.

Hitler não é um louco megalómano, mas um real assassino de Deus. Assassino de delito comum, que mais não faz do que matar o dono da casa para nela se instalar. O grande *Lebensraum* de Herr Hitler não era o orbe terrestre, mas o “espaço metafísico” divino.

Mas este movimento nazi acabou por tornar tudo muito mais nítido, do ponto de vista ético e político, pois, ao condenar as pessoas de que não gostava pela sua mesma existência, punha estas numa tal posição de precariedade, já não apenas ética ou política, mas ontológica, situação extrema que permite às pessoas assim tratadas, ameaçadas na sua mesma pura existência, o uso de todos os recursos a fim de salvar o único recurso absoluto que lhes resta: a vida, o ser que é o seu, o ser que é o seu na forma de uma entidade viva na história.⁷² Todos os actos que estas vítimas eleitas para serem vítimas usaram para sobreviver, contra a vontade dos nazis, independentemente da sua valia ética e política tópica, são da responsabilidade ética e política últimas dos mesmos nazis, assim responsáveis por todos os crimes cometidos durante

⁷²Atentemos nas palavras de Primo Levi: “Parece-nos, no entanto, digno de atenção este facto: verifica-se que existem entre os homens duas classes particularmente bem distintas: os que se salvam e os que sucumbem. [...] Mas no *Lager* tudo acontece de outra forma: aqui a luta para sobreviver é sem remissão, porque cada um está desesperada e ferozmente só. Se um Null Achtzehn qualquer vacilar, não encontrará quem lhe estenda uma mão; mas sim alguém que o deitará abaixo, pois ninguém está interessado em que um “muçulmano” (Nota do Autor: Com esta palavra “Muselmann”, ignoro porquê, os velhos do campo designavam os fracos, os ineptos, os votados à selecção) a mais se arraste todos os dias para o trabalho; e se alguém, com um milagre de paciência selvagem e de astúcia, encontrar uma nova combinação para escapar ao trabalho mais duro, uma nova artimanha que lhe proporcione alguns gramas de pão, procurará manter secreta a forma como o conseguiu, e por isso será estimado e respeitado, e tirará um lucro exclusivo e pessoal; tornar-se-á mais forte, os outros terão medo dele e, por isso mesmo, será um candidato à sobrevivência. (Nota nossa: um “Null Achtzehn” obedece à caracterização genérica de que se trata na nota do Autor, aqui citada; no fundo, é apenas um mero número, poderia ser um “Null Null”, um “nada nada”).”, LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, tradução portuguesa de Simonetta Cabrita Neto, Lisboa, Editorial Teorema, 2001, p. 90.



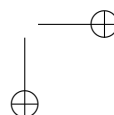
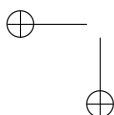
o processo de eliminação e tortura destas pessoas, mesmo pelos que estas pessoas cometeram apenas com o, assim, justíssimo, nestas circunstâncias, intuito de sobreviver.

A prova é fácil e obtível por meios paradigmáticos: que responsabilidade tem Helen Hirsch pelo que lhe aconteceu, desde que foi eleita para ser sacrificada, apenas por ser alguém de quem a besta nazi não gostava? Foi Helen Hirsch quem se elegeu para tal? Foi ela quem escolheu uma tal situação? Que fez, mais do que ter nascido, no seu caso, judia? Que mal fizeram, para merecer tais penas, todos os que, por serem do desagrado dos nazis, assim foram tratados? *Quem iniciou o processo de crime*, na sua complexíssima extensão e compreensão? As vítimas?! Se estas tivessem sido deixadas em paz, que crimes destes teriam ocorrido? Quantos campos de concentração e de morte, quantos pelotões de fuzilamento, etc., montaram Helen Hirsch e os seus companheiros de infortúnio? As respostas são de tal modo óbvias que não necessitam de assento formal.

Assim sendo, toda a responsabilidade e toda a culpa recai sobre quem iniciou o processo. Tudo o que Helen Hirsch, a real, não a do filme, fez para se manter viva só teve de o fazer porque alguém, que não ela, a pôs naquela situação. *O responsável é quem a pôs na situação*, não ela. Ela limitou-se a agir segundo o melhor possível para si dentro das circunstâncias que lhe foram impostas: peça-se responsabilidade de tudo a quem impôs as circunstâncias.

Esta situação paradigmática, fundamental para a definição do ser humano e do que é ou não é responsabilidade sua, já é do conhecimento da humanidade desde há muito e encontra-se exarada naquele que consideramos ser o livro mais profundo e marcante acerca da condição humana integral: o *Livro de Job*. Já aqui, nos alvares de uma humanidade literata, está marcado a fogo o sentido daquilo que é da *responsabilidade exclusiva imanente de cada pessoa* e daquilo que é responsabilidade de algo a que essa mesma pessoa transcende, Deus, no caso de Job.

Marcam-se definitivamente as relações entre o sujeito ético humano, Job, e o que o transcende: outros homens e Deus. Cada qual tem o seu papel próprio, irreduzível. Cada qual responde por si e apenas por si. É erro grosseiro pensar-se que o *Livro de Job* é um julgamento do homem: do homem, é, sem dúvida, mas é também de Deus. *Homem e Deus são crivados na peneira do absoluto do bem e do mal e ambos se qualificam.* Mas, nesta peneira, os outros homens

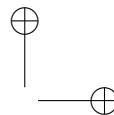
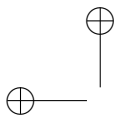


são retidos, não passam para o prato dos limpos, ficam com a escória, presos pela rede discernente.

Não é muito difícil estabelecer um paralelo muito próximo entre Job e Helen Hirsch. Ambos são inocentes, ambos têm de se justificar perante uma violência que totalmente os ultrapassa, ambos são responsáveis apenas pelos actos que praticam e por mais nada. Job não é responsável pelo sofrimento que Deus permite que tenha; o responsável é Deus e, como tal, tem de se resgatar, recompensando Job, que passou no teste. Ora, Helen Hirsch em nada tem culpa do que lhe é imposto pelos nazis: a culpa total é deles. Tudo o que possa ter feito nesta situação foi por eles provocado, pois foram eles e não ela quem criou a situação. Assim como Deus se responsabiliza pela bondade de Job – ou pela sua maldade, se o Satã tivesse razão –, assim os nazis são responsáveis por todos os actos que desencadearam, ao fazer o que fizeram, podendo muito bem não ter feito isso que fizeram. Não há responsabilidades partilhadas.⁷³ Não há cinzento, há branco e preto e há escolha única entre ambos. Goeth escolheu, Schindler escolheu.

Mesmo sendo graficamente apresentada sempre como cinzenta, num filme quase todo cinzento, Helen (desempenhada por uma actriz – Embeth Davidtz – de grande e serena beleza e que é, a real, na realidade, uma mulher de grande e serena beleza) é a mesma antítese do cinzentismo ético e político que permitiu a ascensão de Herr Hitler ao poder e, com ele, de todos os também cinzentos Goeths. Ao cinzentismo dos poderes políticos que, imersos em considerações filosóficas pardas, não foram capazes de perceber a lógica maniqueia de Hitler, e ao cinzentismo dos colaboracionistas vários, bem como ao cinzentismo dos que nunca discernem, em proveito próprio, a luz das sombras, Helen opõe *o recorte da figura* que, no mínimo da força e da forma política

⁷³Uma das realidades jurídicas mais absurdas que por aí há consiste na partilha de responsabilidades entre um agressor e um agredido, desde que este riposte. Ora, é óbvio que, nunca havendo qualquer agressão, nunca haveria a possibilidade de resposta ou de não resposta, pelo que toda a responsabilidade pelo que se segue ao acto de agressão compete a quem o comete. Quem rompe um qualquer equilíbrio político de paz desencadeia um processo impossível de prever em todo o seu detalhe e é responsável por tudo o que se segue, independentemente do seu teor ou de quem faz o quê. Que tamanha estupidez é esta que não permite que as pessoas estejam quietas, quando pensam em fazer algo que interfira com o bem das outras? E que estranhas razões serão as daqueles que as defendem? *Porquê, por quê e para quê defender o mal e quem o consubstancia na acção?* Comunhão de fins, associada a frustração pessoal por não ser émulo?



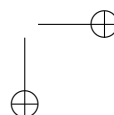
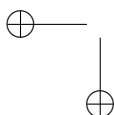
humana, se ergue, a partir de um mínimo-máximo de força ética, espiritual, contra o mesmo cinzentismo ambiente e diz sim ao que lhe permite viver e não ao que não lhe permite viver. E o que nela vive é o bem. E é isso que, fundamentalmente, interessa.

Helen é a reserva da vida que merece viver: como Job, tem de ser capaz de se afirmar fragilmente contra todas as violências do mundo, contra forças tão desmesuradas que parecem “divinas”, não podendo responder ao mesmo nível, respondendo apenas mantendo-se. *Mantendo-se*. Na economia do filme, morta a criança de vermelho, se morresse também Helen, valeria a pena a humanidade continuar?

A resposta de Schindler permite, assim, não apenas a sobrevivência daqueles mil e tal judeus, mas também e sobretudo e não apenas simbolicamente, *a sobrevivência do direito da humanidade a existir*, pois uma humanidade que sacrifique tal criança e tal jovem perde todo o direito a existir como humanidade, podendo muito bem recair numa bestialidade de feras irracionais, governadas por uma qualquer super-besta. Como com Job, este em literatura apenas, os casos semelhantes ao de Schindler e Helen são autênticas provas, provações definitivas, à humanidade, no sentido de se saber se esta merece ou não continuar a existir como humanidade. Uma resposta concretamente negativa de todos os possíveis Schindlers poderá levar – e com toda a justiça – a que a humanidade se destrua. Como é óbvio, potencialmente, todos nós somos possíveis Schindlers.

Mas Helen Hirsch não é apenas uma personagem singular numa singular história: Helen Hirsch é também um paradigma de um certo tipo de humanidade, precisamente de uma humanidade pura e inocente, humanamente não condenável por algo que tenha feito, mas a quem a acção de terceiros impõe, contra todo o humano sentido de razoabilidade de e na acção política entendida como possível reino da manifestação de um bem-comum e pessoal, um estatuto ontológico menor, com todas as consequências políticas e pessoais imediata e necessariamente decorrentes.

Se o paradigma do drama de Job encerra o processo de um confronto ontológico entre o ser de Deus e o ser do homem, numa agonia relativa ao absoluto do bem próprio de cada um, terminando a narração com a dupla vitória de um Job, que impõe a bondade de seu ser, e de Deus, que impõe a bondade do ser manifesto da sua criatura, precisamente através da agonia vitoriosa pela qual o faz passar, o paradigma de Helen Hirsch implica não



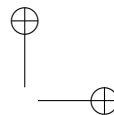
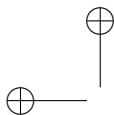
um confronto entre o homem e Deus, mas um confronto entre homens, não a medição do absoluto próprio de Deus e do homem, mas a medição do absoluto de cada homem, na relação com os outros homens e apenas com os outros homens.

Entre Amon Goeth e Helen dá-se o confronto do poder do homem que vive para impor o seu poder a todo o custo, não hesitando em destruir para o conseguir, e a aparente impotência de um outro ser humano, incapaz de responder ao mesmo nível, incapaz de violência e cujo desejo parece ser apenas sobreviver, mas que manifesta uma, para Amon Goeth, incompreensível força interior, capaz de suportar todo o mal, menos o mal da destruição. Amon Goeth acusa Helen de o enfeitiçar, tal o poder que a sua serenidade, resistência e resiliência acabam por ter sobre ele. O monstro humano excelente em todas as formas de violência sente-se violentado pela paz interior de sua escrava, não tendo inteligência suficiente para compreender a grandeza da dignidade de quem suporta tal sofrimento com tamanha capacidade de aguentar sempre mais.

Nestas duas figuras espelha-se o paradigma da relação entre o senhor prepotente e miserável e o escravo paciente e nobre. Muito longe da imagem dialéctica de Hegel acerca deste mesmo par teórico, em que assistimos a uma relação perversa de simbiose por mútuo parasitismo hetero e auto-complacente, a relação que aqui encontramos não põe escravo e senhor a um mesmo nível ontológico, mas faz do escravo o modelo de grandeza ontológica e do senhor modelo de menoridade ontológica, pois o primeiro resiste sempre à relação e não precisa do senhor para coisa alguma, dado que não depende ontologicamente dele: apenas politicamente; ora, o senhor, este senhor não é senhor de coisa alguma sem esta escrava. Liberta esta, fica esta livre do senhor, ficando este dependente da sua ausência, tão dependente desta como tinha sido da sua presença.

A grande lição que a personagem Helen Hirsch nos dá, entre outras, é a de uma extrema liberdade ética, conquistada no seio de um atroz sofrimento também ético: *enquanto não houver submissão ontológica do tiranizado ao tirano nunca este será senhor, nunca aquele será escravo.*

A escravatura não é uma conquista do senhor, é um dom do possível escravo, que se dá à escravidão. Ora Helen nunca se deu à escravidão. O chocolate que Schindler lhe oferece é precisamente o símbolo desse ontológico excessivo gosto, que é o essencial e substantivo ser de cada entidade humana



– que dela faz pessoa –, que, nunca sendo alienado, faz com que o homem permaneça para sempre livre ontologicamente, ainda que politicamente esmagado por quaisquer grilhões.

Para a pouca inteligência de Amon Goeth, talvez fosse a utilidade doméstica e psicológica da presença activa da escrava que lhe permitisse mantê-la viva, levando literalmente a sério a frase enganadora afixada em ferro sobre a porta de alguns campos de concentração, “*Arbeit macht frei*”,⁷⁴ mas, no caso de Helen, não foi o “trabalho” que a libertou, mas a sua atitude interior, que a manteve incorrupta em si e aos olhos do homem que tentava por todos os meios ser seu senhor.

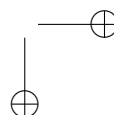
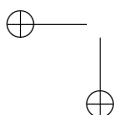
Como muito bem diz Schindler a certa altura, Goeth matava todos os outros a capricho porque os outros nada lhe diziam, porque eram insignificantes, na sua comum obediência degradante de escravos. Mas Helen era inconquistável: poderia matá-la com toda a facilidade e sem sofrer quaisquer outras consequências que não perder a única entidade que era mais forte do que ele e que ele teria de conquistar a bem – no seu entendimento de “a bem” – ou a quem teria de eliminar, perdida a esperança de “conversão”. Que excelente teria sido para Amon Goeth ter sido amado por Helen como seu senhor...

Contra todos os pontos de vista superficiais, a figura mais poderosa desta obra não é Amon Goeth ou Schindler, mas Helen Hirsch. É ela, isto é, é a existência de uma tal excelente criatura que força aqueles dois homens violentos a bater-se simbolicamente – por meio de um jogo de cartas – pela sua posse e destino a conceder-lhe.

3.2.1 Diálogo de Schindler com Helen, na cave

Um dos pontos mais altos e fundamentais deste filme reside no diálogo de Schindler com Helen Hirsch, na cave da moradia de Goeth. Como nos diálogos de Amon com a sua escrava, temos um cenário de total isolamento relativamente ao restante mundo: *é como se nada mais existisse*, como se não se passasse qualquer drama e tragédia alguma fora daquela cave escura, *como se a humanidade estivesse toda concentrada e resumida nestas pessoas frente a frente*, novo Adão e nova Eva, mas sem outro *eros* que não o do espírito em

⁷⁴Literalmente, “o trabalho faz livre”, o trabalho liberta.



busca do absoluto da vida, sem outra marca de dinâmica de poder que não a da necessidade de poder-ser.

E, de facto e de direito, é mesmo a humanidade que se encontra frente a frente consigo própria, sendo este diálogo um possível pórtico para a salvação ou a perdição da mesma humanidade: tudo irá depender do modo como Schindler se comportar – irá ser mais um tirano ou transformar-se-á em coisa amante de seu semelhante? O primeiro ditará a morte da humanidade, a segunda a sua salvação.

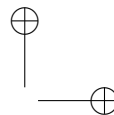
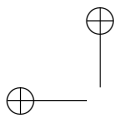
De facto, embora os diálogos sejam fortemente pessoais e estejamos perante a dramatização ficcional de acontecimentos similares ocorridos na realidade num tempo já distante, de que pelo menos um dos reais intervenientes era ainda vivo (Helen Hirsch) aquando da feitura do filme, obrigando a liberdade poética do realizador a ser devidamente prudente, estamos perante figuras que são também, e em certo sentido fundamentalmente, paradigmáticas.

No diálogo entre Schindler e Helen Hirsch, encontramos-nos perante o paradigma do homem convertido ao bem, face a face com uma das vítimas modelares do mal, mal contra o qual a sua conversão ao bem o conduziu a lutar. *Paradigmaticamente, da atitude de Schindler para com Helen Hirsch depende todo o sentido da sua acção, o sentido da própria guerra e o sentido da humanidade.* Que vai Schindler fazer? Irá comporta-se como mais um dos tiranos, agravando o mal e o sofrimento de Helen ou irá comportar-se como uma pessoa, mais do que “de bem”, boa?

O acto tirânico de Schindler marcaria paradigmaticamente a essência e a substância suas próprias, mas também, paradigmaticamente, de toda a humanidade com real poder para fazer a diferença, no sentido do bem: se falhasse, paradigma que é, com ele, falharia toda a humanidade. É, de novo, o sentido de que tem de haver alguém, qualquer “alemão” justo, para que o bem possa triunfar, para que possa haver razão de sobrevivência quer da “Alemanha” quer da humanidade, de que a Alemanha quis ser modelo.

Este resquício de bem, esta finalidade última de bem e de bem realizável e a realizar e realizado é o que mantém acesa a chama do espírito, que faz da luta de tanta gente uma luta não desesperada, mas de e com esperança, como se pode ver nos testemunhos de tantos veteranos de guerra aliados, para quem o único lenitivo contra a angústia da guerra foi precisamente o sentido do bem procurado e feito.

Num mundo néscio, em que o sentido agatológico da ontologia e da ética



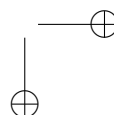
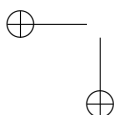
e da política é não apenas ignorado, mas combatido, que se pode esperar, no que diz respeito ao combate ao mal-nosso-de-cada-dia?

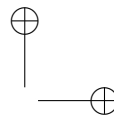
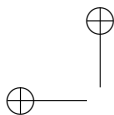
3.2.2 Chocolate (Deus?)

O chocolate representa na Segunda Grande Guerra Mundial um papel notabilíssimo, como que de alfaia litúrgica e simbólica do absoluto do bem, num mundo aparentemente dominado pelo mal. Desde o seu valor económico, ao nível do mercado negro, em função quer da sua capacidade alimentar, dado que é especialmente rico em hidratos de carbono, sais minerais e outros elementos particulamente necessários em tempos de grandes carências alimentares, quer enquanto marca política de prestígio e poder materializada na sua rara posse – o que Schindler sabe explorar subtilmente – quer ainda como meio de aproximação entre as pessoas, pois a oferta de algo de tão precioso, bom e doce, por parte de alguém servia de manifestação quase segura de boas intenções ou, pelo menos, de intenções não assassinas, pois o chocolate não se desperdiçava, assim, de maneira tão obtusa, este doce material assumiu foros de marca rara concreta do sentido de um bem “mais doce”, de um bem possivelmente gratuito, de um bem que consola e que permite a esperança no ser: a mesma vida.

No gesto da oferta de Schindler de chocolate a Helen, está um pouco de tudo isto: ela sabe que ele é um “homem importante”, um “Herr” nazi; o chocolate manifesta concretamente junto da rapariguinha essa mesma importância política. Ele sabe que o chocolate a pode ajudar a alimentar-se e a sobreviver; sabe-o e diz-lho. Aqui, estamos já ao nível de um acto de amor, isto é, do acto político sublime por excelência. Ambos sabem que o gesto de oferecer um chocolate é, sobretudo neste ambiente e lugar, um *gesto de paz e de aliança*. A aceitação da barra de chocolate por Helen é a manifestação da sua adesão à figura tutelar de Schindler como, talvez, última esperança possível de sobrevivência e de libertação.

Helen não acredita claramente nesta possibilidade, tem razões para isso e di-lo a Schindler. Este, tendo estabelecido a aliança com a moça, começa a dar-lhe razões de esperança: com o doce e o alimento da barra de chocolate segue também a doçura da esperança, e nós mal podemos imaginar a transformação que a alma desta miserável criatura começou a empreender porque este homem lhe deu esperança. Seria, no entanto, verdade o que lhe era pro-





metido? Não seria este homem mais um dos monstros nazis semelhantes ao seu dono e senhor? A conversa encarrega-se de começar a desvanecer as dúvidas lógicas que Helen não podia deixar de formular. O beijo com que dela se despede, um beijo que “não é desses”, sela, com a doçura extrema do carinho humano de uma pessoa por outra pessoa, a promessa.

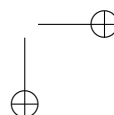
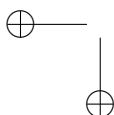
Helen não teve de se arrepender de ter confiado em Schindler: este vai ter especial empenho em a salvar, recorrendo a todos os meios, santificando os meios através do fim a obter. Em toda e com toda a sua perversidade anterior, Schindler foi capaz de, neste caso, superar tudo o que dissesse respeito ao brutal eros que o dominava, não pensando senão no bem da criatura a salvar, pelo bem dessa criatura, porque sabia, como Deus sabia, que essa criatura era boa. *É este saber ontológico fundamental que constitui o divino sabor a chocolate do absoluto do bem.* Na doçura extrema de Helen, Schindler terá encontrado a extrema doçura de Deus. Mas encontrou certamente o sentido de que o grande chocolate, o mais doce e perfumado, não é o que se come, mas o que se dá a comer.

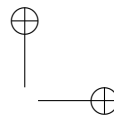
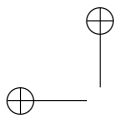
3.2.3 Posição de Schindler, que faz e marca a diferença

Para Helen Hirsch, nada importava, pois não havia qualquer lei ou algo de semelhante a que se pudesse ligar, a fim de encontrar um qualquer motivo de humana esperança. Apenas uma esperança sobre-humana lhe poderia valer, mas dessa esperança não se fala nesta cena da cave, entre Schindler e Helen. E não se fala porque tal retrata fielmente a situação de desesperança e desespero total em que Helen se encontrava e, com ela, muitas das pessoas suas semelhantes em semelhantes circunstâncias.

Se se pode falar de um sítio do qual Deus se tenha retirado, esta casa e esta cave são bem disso um símbolo máximo: *ali, nada havia que pudesse lembrar Helen Hirsch de algo que não fosse a presença imediata e constante e eternizável do mal, da opressão, do pavor, do sofrimento, necessária provação de uma morte anunciada.*

Deus fora substituído por uma besta que tudo dominava, exercendo um poder absolutamente caprichoso, transformando a vida dos prisioneiros num caos, em que nada estava garantido, em que não havia quaisquer regras. Tudo dependia, para os prisioneiros, em última instância, do arbítrio, aparentemente irracionalmente onipotente – para eles, pelo menos –, do Comandante do





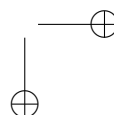
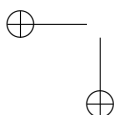
campo. Isto mesmo diz Helen a Schindler: não há procedimento, hábito algum a que seja possível ater-se; o que é bom hoje pode já não o ser amanhã. Talvez pior do que não saber se há um amanhã é não saber de modo algum o que esse amanhã possa ser, que mais sofrimento possa conter.⁷⁵

Não se confunda esta situação com a de alguém que pode viver sem qualquer amarra política porque se libertou autonomamente de todas e, por isso, pode viver como se não houvesse regras, dado que vive segundo as “regras” do ser, não segundo as regras políticas dos homens. Um escravo sem lei não é, por isso, um ser humano livre, é um ser humano duplamente prisioneiro, pois não só não possui autonomia para se libertar, como, não possuindo essa autonomia, não possui a outra única realidade que o pode sustentar: regras políticas.⁷⁶ Tal escravo encontra-se num inferno caótico em que cada possível instante de sua existência é não um momento de liberdade, mas um momento de absoluta escravidão relativamente ao poder de quem se substituiu à lei e lhe retirou a liberdade. É o caso de Helen Hirsch, o caso de todos os escravos que perderam o sentido da esperança e, com ele, de uma possível libertação e liberdade.

Para Helen Hirsch, no fundo da cave da humana existência, a possibilidade da esperança e a esperança mesma foi trazida pelas mãos de Schindler. Há um paralelo óbvio com a chamada “alegoria da caverna” da *Politeia* de Platão e a situação do prisioneiro que tem de ser inicialmente libertado por um terceiro. Só que a situação de Helen é muito mais degradante, pois os escravos do símile da caverna da *Politeia* de Platão não se encontram neste último nível absolutamente degradante, mas no nível em que ainda possuem uma “lei”, em que, aliás, são peritos. É por isso que Platão fala de uma semelhança entre eles e nós, semelhança ainda humana; não há qualquer semelhança humana

⁷⁵Esta descrição parece ter tonalidades nietzscheanas, mas a imprevisibilidade, para Nietzsche, diz respeito a uma infinitamente rica possibilidade de criar em infinita liberdade, omnimodamente entendida, pelo que não há para ela qualquer limitação possível, como se cada acto do ser humano, feito absoluta, inocente criança, fosse um verdadeiro acto divino. Não diz respeito a uma acção mesquinamente destruidora. O que a besta nazi nunca entendeu é que, para Nietzsche, a mesquinhez seria sempre desprezível.

⁷⁶Uma vida que seguisse totalmente a mesma realidade ontológica, na sua radicalidade matricial do melhor possível, dispensaria qualquer outra forma de normatividade que não fosse a própria do princípio do melhor possível, ontologicamente. Parece que apenas pensadores como Sócrates, Platão, Agostinho, Anselmo, Tomás de Aquino e Leibniz entenderam tal.



entre nós e os escravos paradigmáticos por Helen Hirsch, no estado em que o monstro a pusera.

A persistência de tais condições de escravização, comumente consentidas, num mundo pós-Segunda Grande Guerra Mundial, depois de tanto sofrimento para que o modelo paradigmático de escravização, consubstanciado no movimento nazi, fosse extirpado, significa o *real triunfo dos nazis*, triunfo que não foi, ainda, devidamente confrontado.

3.2.4 A radicalidade do mal, o ódio ontológico e a indiferença política

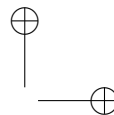
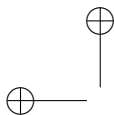
É profundo engano pensar-se que o ódio é um sentimento e que pertence à esfera do psicológico: *o ódio é sempre um acto e pertence à esfera da ontologia, onto-praxiologia, o ódio é o acto que visa a destruição do ser de algo*. Na sua potência realizadora, o ódio é o acto que efectivamente destrói isso que intenta destruir; o ódio só é confundível com um mero sentimento quando, impotente, é incapaz de realizar o seu intento destrutivo, contentando-se com a auto-complacência na e da sua vontade aniquiladora. Mas não se está a tratar o ódio de uma forma prosopopeica?

Sim. E a prosopopeia não é sem fundamento, é, aliás, fundamental, pois *o ódio mais não é do que um nome para designar o acto de quem odeia e que, nesse acto, se confunde com o mesmo ódio. O acto do ódio é a mesma pessoa que odeia em acto de odiar*. O ódio é o acto de vontade de destruição do ser de algo, acto incarnado numa pessoa.

Assim como a pessoa⁷⁷ é o amor, e só na pessoa o amor tem existência real, precisamente como acto, assim *apenas como acto na e da pessoa pode o ódio ter realidade*. Não é possível qualquer outro modo de possibilidade para o ódio. Logo, quando se ama e quando se odeia, não há propriamente diferença ontológica entre o acto da pessoa e o acto de amar ou de odiar: nesse acto, a pessoa é o acto que é. Se ama, confunde-se com o amor; se odeia, confunde-se com o ódio. Daqui deriva, ontologicamente, quer o poder tremendo do acto de amor quer o poder tremendo do acto de ódio.

Assim, quanto mais poderosa é a pessoa que ama, mais poderoso o seu acto de amor, sempre em dialéctica de entre-enriquecimento, positivo, neste

⁷⁷ Em sua mesma positividade ontológica própria: é, em acto, o amor que actualiza, o mais é nada ou é passivo, portanto, propriamente não seu.



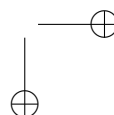
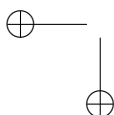
caso; mas o mesmo se pode dizer de quem odeia e de seu acto de ódio, fonte, neste caso, de um cada vez maior emprobrecimento ontológico. Como o maior acto de ódio é o do tirano – por definição, é o que quer eliminar os actos dos outros em benefício do seu –, *o tirano é o mais pobre ontologicamente*. Não admira, pois, que viva sempre numa espiral crescente de tentativa de procurar fora de si o ser de que necessita para poder continuar a ser, sendo que, no limite, qual obra máxima de um Rei Midas, toda a humanidade será eliminada, pois a sua fome ontológica é insaciável, só terminando quando já não houver entidade humana que parasitar, por causa da sua mesma consequente extinção.

A temática nazi do *Lebensraum* tem aqui a sua razão única e fundamental: não económica, no sentido comum, material do termo, mas no sentido ontológico da necessidade de *cada vez mais ser que parasitar*, pois a dinâmica do ódio assim o exige.

O contraditório do *Lebensraum* nazi é a *Cidade de Deus* agostiniana, reino do amor, onde, em cada acto e por cada acto, mais bem penetra no *espaço* (*Raum*), enriquecendo-o, enriquecendo todos os que nele *vivem*: é este, o *espaço do bem-comum*, o único verdadeiro espaço vital para a humanidade. O espaço nazi tipifica o paradigma da maior degeneração possível para a cidade dos homens, isto é, para a cidade em que o amor não triunfou, antes a dinâmica parasitária da tirania, o verdadeiro modelo hobbesiano do homem lobo do homem.

O modelo ontológico e político nazi, mais do que uma forma exacerbada de darwinismo político e biológico, é uma forma *logicamente consequente* de extensão de mecanismos puramente biológicos à esfera propriamente humana. Trata-se da promoção de um ambiente tendencialmente simbiótico para os eleitos nazis, em que todos os eleitos devem cooperar para o bem de todos os eleitos, sem defecções, em que os eleitos podem e devem usar de formas de comensalismo para si benéficas com aqueles que, não sendo os excluídos, são não-eleitos (por exemplo, os franceses ou, sonho irrealizado de Hitler, os britânicos, talvez elegíveis, se cooperantes...), podendo e devendo usar de formas de parasitismo para si benéficas com todas as outras formas não eleitas e não elegíveis, como os escravos, os judeus, os ciganos, os homossexuais, etc.

O nazismo limita-se a seguir estas formas biológicas de relacionamento entre espécies e indivíduos, dando-lhe pleno direito de cidadania política dentro do espaço e do tempo nazis, isto é, tendencialmente alargando-as a todo o mundo. Assim, passado algum tempo, após todas as vitórias necessárias para



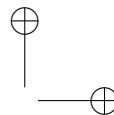
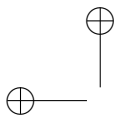
o efeito, o mundo humano seria reduzido a um mundo meramente biológico, em que todas as formas de relacionamento entre os seres seriam paradigmaticamente apenas segundo aqueles três modos biológicos de relação.⁷⁸

Obviamente, o ódio é a forma humana, por excelência, da forma biológica do parasitismo. Assim, para todos os que fossem não eleitos e não elegíveis como cidadãos nazis, era reservado o tratamento parasitário na forma do ódio. Como também é óbvio, não há lugar para o amor neste esquema ontológico-relacional nazi. Tudo se resume a um relacionamento que visa apenas o bem da verdadeira nova espécie biológica (por transmutação ontológica, ética e política dos antigos seres humanos, verdadeiramente humanos, mas ainda não revelados como tais) que é a nazi.

Dentro desta nova espécie, cada indivíduo, como acontece em qualquer outra espécie biológica, mais não é do que um elo substancialmente anônimo de uma cadeia que permite a sobrevivência e enriquecimento como tal da espécie como um todo uno, válido apenas enquanto um todo uno. Tal explica cabalmente a razão pela qual Herr Hitler, ao ver a perdição eminente de uma Alemanha já quase exangue e animicamente esvaída, quis morrer – que importância tinha um mero indivíduo, mesmo que com a sua relevância política? – e quis que, com ele, morresse a própria Alemanha, incapaz de, como espécie biológica, se impor contra as outras espécies, nomeadamente os eslavos e os americanos, controlados por essa outra espécie, a dos judeus-universais.

Assim sendo, e neste pano de fundo ontológico, não surpreende que um

⁷⁸Independentemente da incapacidade da Biologia dita evolucionista – não confundir com um estudo sério e rigoroso da evolução real da natureza, nomeadamente da biológica – em explicar o pormenor real, em seu total detalhe, que é o que deve importar em ciência, da mesma evolução, para além da sua mania de negar qualquer finalidade às estruturas biológicas, caindo, por falta de sentido de finalidade, em proposições mágicas, que anedotizam o sentido da evolução, há que fazer notar que o principal vício de uma certa Biologia contemporânea consiste em reduzir, de qualquer modo, tudo o que é especificamente humano a modos infra-humanos, no que segue a principal característica “científica” nazi. A realidade específica, própria do ser humano mais não é do que uma combinação mágica de características de primatas superiores, não-humanos, com tudo aquilo a que se possa deitar a mão e que já se encontre presente em entidades ainda mais remotas. O ser humano não é mais do que um constructo frankensteineano, unido por um mágico raio energético qualquer, substituto da velha alma. Para alguns, sem que se expliquem os mecanismos – pois não há senão realidades mecânicas – de mediação, o ser humano mais não é do que um produto comportamental de seus mesmos genes, genes que, na sua nova onnipotência, substituem o próprio Deus. Não haverá uma qualquer estrada real directa entre Darwin, Hitler e Dawkins?



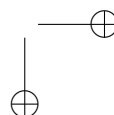
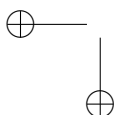
elemento tão excelente de uma tão excelente espécie biológica como a nazi, mate prisioneiros apenas porque quer matá-los. Tal possibilidade faz parte não apenas de uma estratégia de terror para os que ainda sobrevivem, mas, sobretudo, da estratégia de os *usar parasitariamente para todos os fins úteis à espécie que os parasita*: se é do meu interesse, ainda que por um motivo de outro modo considerado fútil, matar aquela mulher, mato-a. Faz parte do destino das espécies parasitadas serem os seus indivíduos aniquilados pelos parasitantes. Biologicamente está tudo certo.

Mesmo o cuidado a ter com a não eliminação da espécie parasitada, por receio de que prejudique o parasitante, foi acautelado, pois, depois da matança dos não elegíveis, que ainda eram muitos no auge do nazismo, haveria a sua substituição por máquinas, não advindo, nessa altura, já qualquer mal aos parasitantes que, assim, atingiriam um novo nível específico como única espécie que já não necessitava de parasitar qualquer outra, pois teria criado para si própria um mundo de auxiliares mecânicos não biológicos, para com os quais a questão do parasitismo já não se levantava, no que seria um grande avanço civilizacional e moral...

3.3 Stern, o Bem Eficiente

3.3.1 Stern, o capataz

Itzhak Stern é um disciplinado e proficiente contabilista, a quem inicialmente Schindler pede para proceder como seu intermediário na aproximação com o mundo financeiro judaico do gueto de Cracóvia. Durante muito tempo a relação entre ambos vai permanecer tensa, tempo que corresponde sensivelmente ao período em que Schindler ainda é o hedonista nazi que busca enriquecer à custa do trabalho escravo dos judeus. Competentíssimo, é nele que Schindler delega a administração básica e pragmática da fábrica, reservando para si a bem mais agradável parte da gestão de topo, estratégica, política, cujo permanente *marketing* lhe permitia uma vida de prazer e de contactos com os poderosos nazis do sítio, a quem sabia exemplarmente seduzir, e de quem conseguia, mediante esta sedução consubstanciada em inconfessáveis favores, os vantajosos contratos para a usina. Schindler vivia no prazenteiro céu dos conquistadores nazis, Stern no trabalhoso purgatório da luta pela sobrevivência, minuto a minuto.



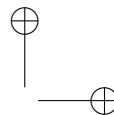
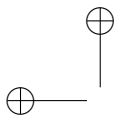
Mas Stern era um exímio organizador e estrategista de subterrâneos saberes: conseguiu, enganando Schindler, os judeus colaboracionistas e os nazis, salvar da morte muita gente classificada como inútil, reclassificando-a ilegalmente como trabalhadores metalúrgicos, imprescindíveis para o esforço de guerra. Era esta imprescindibilidade mecânica que autorizava mais uns tempos de vida a quem dela usufruísse.

O conhecimento que Stern possuía da ciência e técnica da contabilidade e da gestão corrente permitiu a Schindler uma capacidade efectiva de resposta às encomendas de material de cozinha de campanha para as forças militares nazis, como também um conhecimento por antecipação de todas as necessidades e vícios de seus interlocutores, prontamente satisfeitos, deixando-os, assim, muito favoráveis aos pedidos e aos interesses industriais de Schindler. Para Schindler, Stern funcionava como autêntico demiurgo, a quem bastava expor as necessidades e fornecer alguns dos meios: logo ele fazia surgir o bem reclamado.

No filme, dada a existência de Stern, bem como a necessidade que Schindler dele tem para o bom governo logístico dos seus negócios, ocorre a consequente necessária proximidade física presencial mútua que tal implica, o que permite e fornece a Schindler uma série de ocasiões verdadeiramente propícias a um crescimento interior *no sentido da inteligência do bem objectivo insito aos seres humanos*, mesmo na forma de um mero objectualizado judeu: a dignidade deste pequeno homem, forçado a viver num mundo de constante risco de vida, em permanente angústia relativamente ao futuro imediato e mediato seu e dos seus, a sua imperturbável eficiência administrativa, a que se junta um indestrutível cuidado com o bem de terceiros, que empreende salvar, ainda que seja por breves instantes, marcam Schindler com um ferro em brasa ético e político que desmente todos os discursos fabricados pelos ideólogos do regime nazi, provando a sua inanidade.

Afinal, na pessoa de Stern, objecto não estético para Schindler, estava a demonstração indesmentível de que, pelo menos em um judeu, havia humanidade, em algumas instâncias superior à de Schindler, supostamente *Herr* de uma raça sempre e em tudo superior. A falsa superioridade de Schindler necessitava ironicamente da falsa inferioridade de Stern para poder afirmar-se como verdadeiramente superior, enriquecendo.

Muito mais do que uma qualquer “dialéctica senhor-escravo”, nesta relação entre Schindler e Stern, revela-se uma outra dialéctica, esta de real no-

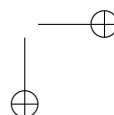
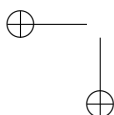


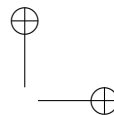
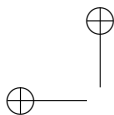
breza humana, a que existe sempre entre dois entes humanos, que co-existem não numa dinâmica de mero poder político parasitário, mas de político reconhecimento de uma mesma base ontológica real, a partir da qual, por meio da realização dialéctica – que pode ser dialógica, e a relação entre os dois para aí se encaminha inexoravelmente – das diferenças que a ambos erguem como reais pessoas de uma mesma espécie.

O convívio estreito com Stern, independentemente das circunstâncias ambientais que o promoveram, permitiu a Schindler encontrar ou reencontrar a humanidade essencial e substancialmente presente em todos os homens. Esta mesma descoberta é sucessivamente reforçada e reconfirmada nos sucessivos encontros que vai tendo com outros “sub-humanos” judeus, nomeadamente Helen Hirsch, Poldek, e todos os que para si trabalharam. Apenas este reconhecimento de uma mesma humanidade fundamental nestes judeus pode logicamente explicar o empenho posto em os salvar: um Schindler que ainda perfilhasse a doutrina oficial acerca dos judeus não se teria dado a tal trabalho, pois para ele não haveria logicamente qualquer razão, uma vez explorado o fião de sua parasitação económica como escravos e escravos votados à morte, depois de terem deixado de ser economicamente úteis.

A cena do embarque de Stern para um campo de concentração é, na sua riqueza de pormenores, reveladora quer ainda da atitude egoísta de Schindler, magnificamente dada na expressão final em que Schindler instrumentaliza a presença de Stern aos seus interesses próprios, quer, já, do início da metamorfose da relação de inteligência que com ele tem, pois são exercidos todos os esforços, mesmo recorrendo a meios intimidatórios – sempre arriscados quando usados contra pessoal das diferentes forças repressivas, militarizadas ou não – com a finalidade da sua libertação e recuperação para o serviço. Ora, judeus era coisa que por ali não faltava. Mas, a Schindler, não interessava um judeu qualquer, mas aquele preciso e *pessoalíssimo judeu*.

Como na relação com, por exemplo, um cão de estimação, não nos contentamos com um qualquer que substitua aquele a quem queremos bem, na relação com esta outra entidade, diferente de um cão, mas ainda dubitavelmente humana, para um nazi, não se contenta Schindler com uma mera substituição mecânica de um judeu por outro. Há qualidades inerentes a esta entidade que não são substituíveis por quaisquer outras de quaisquer outras entidades: *Schindler começa a perceber o que faz com que algo com figura humana seja mesmo um ser humano*. Este algo não é já confundível com aparências exte-





riores,⁷⁹ mas com a mesma profundidade interior de isso que parece humano, mas a que se nega a mesma dignidade humana.

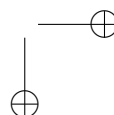
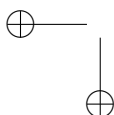
Só a diferença própria de cada ente, seja ele qual for, o ergue como ente individual que é e permite que, nisso e por isso, seja amado ou diversamente querido por si, pelo que é. Não é possível um real querer indiferenciado, muito menos um amor indiferenciado. É a diferença propriamente humana que Schindler começa a descobrir em Stern e que faz com que queira este e não um qualquer substituto. Não é, ainda, a descoberta fundamental e radical da mesma humanidade plena potencial em Stern como em si, mas há já um necessário começo, um auroral primeiro passo, a que muitos outros se seguirão.

Quando se situa perante Helen ou quando tenta influenciar Amon, no sentido de não matar caprichosamente aquelas “coisas”, já Schindler está plenamente ciente desta mesma comum humanidade transcorrente. Humanidade, realmente negada, mas a partir de uma necessariamente mesma comum humanidade, presente também nos “senhores”.

3.3.2 Stern: contabilista perito e esperto

Stern é, pois, um contabilista perito e muito inteligente, detentor de inegáveis capacidades administrativas, sem as quais não teria sido possível sobreviver ou criar o pequeno império industrial e comercial de Schindler. Mas o que mais sobressai das habilidades políticas de Stern, no filme, é a sua capacidade de improvisação e de criação de meios de vencer por dentro o pérfido sistema político nazi. Tendo, obviamente, de escolher pessoas capazes de trabalhar para Schindler, mas querendo também salvar aquelas pessoas a quem estava mais ligado ética e politicamente, foi capaz de fazer uma selecção engenhosa, que acomodou quer as necessidades produtivas reais da fábrica de esmaltaria quer as de sobrevivência de muitas pessoas que, sem a sua escolha, teriam, mais cedo ou mais tarde, integrado não a final “lista de Schindler”, mas uma qualquer lista de extermínio.

⁷⁹Todas as teorias que tratam o ser humano como algo de meramente exterior, isto é, sem interioridade, ou sem interioridade que mereça importância real são intrinsecamente perversas, pois anulam ou reduzem precisamente isso que é propriamente específico do ser humano, a sua mesma realidade espiritual. Certas teorias psicológicas integram-se neste paradigma.



Assim, a origem básica, formal e material, económica da lista de Schindler deve-se à capacidade de Stern. Este não se limitou a dactilografá-la ou a fornecer formas de memória para a sua composição, *criou as condições ontológico-políticas fundamentais para que pudesse haver aquela lista*. Estas condições operacionais foram por ele criadas, não por Schindler. Deste modo, a “lista de Schindler” é também, mas também fundamentalmente, a *lista de Stern*.

Schindler criou, ainda que inicialmente sem nisso pensar e sem o querer, as condições financeiras para que, mais tarde, após a sua conversão, a lista pudesse existir: sem a sua gulosa iniciativa, nada desta história teria sido possível, mas, *sem a inteligência de Stern, na forma como soube manobrar a administração da fábrica (e, posteriormente, do campo de concentração), aquelas pessoas, naquele número e qualidade, não teriam podido estar na lista*.

A lista seria, pelo menos, mais curta, pois não haveria tantos trabalhadores “essenciais” a comprar: dado absoluto; algumas pessoas seriam outras: dado relativo. *Estas pessoas, nesta lista, devem a Stern, mais do que a Schindler a sua salvação*. Foi, na sua grande maioria, Stern quem as escolheu, as indicou a Schindler, as administrou no sentido do seu bem e salvação, as defendeu, as escalou na lista. Excelsa contabilidade.

Mais uma vez, esta história verídica – não desmentida pela história real – narrada neste filme nos põe perante um certo aparente paradoxo: parece que não é humanamente aceitável uma “contabilidade de pessoas”. Como no caso da sua compra por Schindler, temos de responder: depende da *finalidade*⁸⁰ a que essa contabilidade se destina.

No quase sempre trágico drama da relação dos nazis com os indesejados, encontramos também uma espantosamente bem organizada – como apenas a cega burocracia prussico-germânica era capaz de fazer – contabilidade destas pessoas, forma mecânico-administrativa de providenciar o seu destino final, utilizando-os o mais rentavelmente possível para o esforço de guerra nazi e

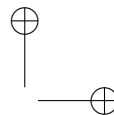
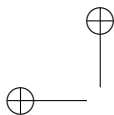
⁸⁰ Apenas o sentido onto-agatológico de uma finalidade de bem, isto é, de pura actualidade ontológica de algo, como realização do melhor objectivo de sua mesma possibilidade, pode fundar uma qualquer ética e uma qualquer política que possam servir o desígnio de bem-comum próprio, único próprio, da humanidade. Tudo o mais não passa de néscia tentativa de justificar o injustificável, de que todas as contemporâneas formas deontológicas várias são triste exemplo, todas não mais fazendo do que servir interesses oligárquicos ou tirânicos.

o bem geral e particular de seus senhores-donos. Tal era o papel de homens como o famigerado Eichmann, funcionário público exemplar, paradigma de virtudes SS. Tudo estava contabilizado: nomes, proveniências, destinos vários e sucessivos, bens, destino dos bens roubados, ao nível dos mais mesquinhos pormenores.⁸¹

3.3.3 A cena do brinde

Na cena do primeiro brinde, melhor, primeira proposta de brinde por Schindler a Stern, independentemente das razões que possam assistir a Stern para não querer brindar com Schindler, é este último que insiste em partilhar com o escravo a alegria que o habita. Tal acto apenas faz sentido se houver já a assunção de um sentido de humanidade presente no outro: o brindar é um acto de tal modo humano que só entre humanos faz sentido, pelo que a insistência em que Stern brinde não pode ser já interpretada como um mero exercício de violenta força política do senhor sobre o escravo, mas como, precisamente,

⁸¹Sobre esta sinistra figura, é de interesse a seguinte citação, retirada de ROBERTS Andrew, *The storm of war. A new history of the second world war*, London, Penguin, 2009, pp. 244-245: “A deportação dos judeus da Hungria para Auschwitz começou em Março de 1940. Obersturmbannführer (Tenente-Coronel) Adolf Eichmann chefiou a força especial que para lá deportou 43000 desses judeus, num período de duas semanas. Mais tarde gabou-se a um amigo íntimo de que “havia de saltar a rir-se para dentro da sua campã” por causa do papel que desempenhou na morte de quatro milhões de judeus. Numa entrada de diário, datada de 1961, após a sua condenação, em Israel, por genocídio, Eichmann escreveu: “Eu vi a realidade arrepiante da maquinaria da morte; roda de engrenagem girando com roda de engrenagem, como os mecanismos de um relógio. E eu vi aqueles que mantinham a maquinaria, que faziam com que funcionasse. Via-os, enquanto davam corda ao mecanismo; e vi o ponteiro enquanto se precipitava pelos segundos fora; correndo como vidas para a morte. A maior e mais monumental dança da morte de todos os tempos; isso eu vi.”” A citação prossegue, instrutivamente: “No entanto, o julgamento e subsequente execução de Eichmann foi fundamentalmente a excepção. O número dos guardas de campo SS (*Lagerschützen*) em Auschwitz variou: muito aproximadamente, em 1944, havia apenas 3.500 a guardar os 110.000 prisioneiros. [...] Dos 000 homens e 200 mulheres que se estima terem prestado serviço em Auschwitz durante a guerra, apenas 800 foram submetidos a inquérito judicial. Os restantes simplesmente desapareceram na vida privada, tendo muitos conseguido escapar com valores roubados aos prisioneiros.” Como observação final, lembramos que a Europa de hoje foi construída também por estas pessoas, tendo estas pessoas deixado a sua marca na construção da Europa em que vivemos: vivemos numa Europa marcada pela presença de assassinos nazis impenitentes. Ora, não há obra que não tenha definitivamente em si e para sempre a marca do artista que a fez. De que mais precisará a Europa para se libertar desta tradição de bestialidade?



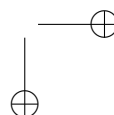
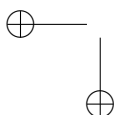
numa dinâmica realmente contraditória, a necessidade de que o escravo lhe dê a oportunidade de lhe manifestar, ao brindar com ele, que reconhece nele, neste e por este brinde, a mesma humanidade. *Este brinde é verdadeiramente um brinde à humanidade.*

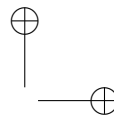
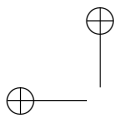
Esta alegria participativa é fundamental na figura de Schindler quer o do filme quer o real, pois manifesta politicamente o melhor de sua parte ética: o supremo gozo da vida vivida nos limites. E sabemos que só houve um Schindler grandioso quando a oportunidade ambiental lhe proporcionou condições-limite de vida. Depois, restaurado o erroneamente chamado tempo de paz, Schindler definha e torna-se na mesma medíocre entidade que fora antes da guerra. É esta alegria que o ajuda a conquistar, pelo trabalho de sedução que através dela monta, os oficiais nazis, que lhe permitem as encomendas de que necessita para enriquecer e que, numa maravilhosa poesia da pura dinâmica do real, lhe permite ter escravos a trabalhar, escravos que vai transformar em pessoas salvas.

É a alegria que o leva a transgredir os regulamentos e a beijar a moça judia, que lhe oferece uma prenda pelos anos, acto que o leva à prisão. A alegria que lhe permite montar a encenação patética em que alivia o sofrimento dos presos confinados em exíguos espaços em carruagens industriais para gado, enganando tudo e todos, parecendo que se estava a divertir, quando estava a proporcionar o único bem que era capaz de ofertar àquela gente. A sua contagiante alegria desarmou mesmo os mais cínicos, pondo toda a gente a gozar estultamente, mas realizando, assim e apesar de tudo, o bem que queria.

É uma alegria seminal e germinal, que tem como coroamento a alegria daqueles que liberta. A alegria de uma possibilidade de vida dada por um homem cujo melhor consistia precisamente em olhar para a possibilidade da vida como meio de mais alegria. Um homem que poderia ser apenas mais uma besta hedonista, à maneira dos camaradas de partido, mas que, precisamente por ser um homem de alegria e não apenas de prazer, foi capaz de realizar aquilo que é próprio da alegria, isto é, irradiar e contagiar positivamente o ambiente circundante. Em Schindler e com Schindler, este contágio foi, muito mais do que apenas político, foi ontológico, pois abriu efectivamente as portas à possibilidade de continuidade dos seres daqueles escravos, abrindo-lhes a possibilidade de retoma da sua mesma pessoalidade própria.

Esta alegria manifesta-se duplamente na cena do fim, cena do contraponto do valor dos objectos de ouro com a vida das pessoas que esse ouro teria po-





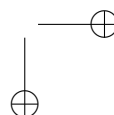
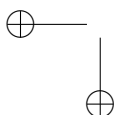
dido comprar. No seio da alegria que proviera de ter sido possível salvar toda aquela gente, o sentido angustiante de, apesar de se ter salvo tanta gente, muita mais ter ficado por salvar, muita mais talvez pudesse ter sido salva, desde que houvesse meios e desde que houvesse iniciativa. O ouro restante representa o meio possível não utilizado, as pessoas não salvas. Alegria, assim, incompleta.

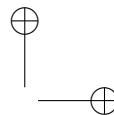
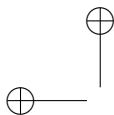
Mas uma alegria completa relativa a todo este processo de salvação é a dos salvos: a sua preocupação com o casal Schindler, o salvo-conduto, os disfarces, o posterior cuidado com Schindler, ajudando-o a ajudar-se, já depois da guerra, sobretudo quando os seus compatriotas o escorraçavam, a morada definitiva que deram aos seus restos-mortais, tudo são manifestações de uma alegria, de raiz ontológica, *de alguém que se sente ontologicamente devedor de outrem como se de um deus criador se tratasse*, não andando, nisso, muito longe da verdade, pois, quem salva, como que recria o salvado, uma vez que, *pela mesma salvação, realmente cria a possibilidade de continuação do ser*, num acto de finita providência. A providência infinita é precisamente a ideia de algo que sustenta esta possibilidade não finitamente, infinitamente, portanto.

3.4 A Menina Vestida de Vermelho

Ontologicamente, com todas as necessárias decorrências éticas e políticas, uma das grandes ideias fundamentais do hitlerismo, bem como de todas as tiranias e de grande parte das ideologias modernas, é a da igualdade entre quaisquer seres, obviamente de isso que mereça o nome de “ser”. Todo o tirano necessita de igualizar aqueles a quem tiraniza, de modo a poder facilmente manifestar a sua, então, diferença no sentido da superioridade. A modernidade necessita da ideia de igualdade como forma de eliminar do horizonte ontológico tudo o que seja diferente daquilo que é possível às oligarquias que substituem os antigos tiranos e, em última análise, o próprio Deus.

Fraternidade e liberdade são logicamente impossíveis num regime ontológico e político de igualdade, pois implicam ontológica e eticamente uma necessária diferencialidade possível e uma necessária diferença em acto, dado que não é simplesmente possível ser livre sem diferença própria possível e não faz qualquer sentido uma fraternidade que seja do mesmo ao mesmo. Tal





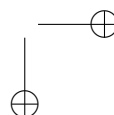
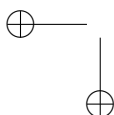
fraternidade é mera auto-latria, pois apenas o mesmo é igual a si próprio, mantendo toda a alteridade possível.

A igualdade elimina, à partida, a possibilidade quer da fraternidade – não há isso de que se ser fraterno – quer da liberdade, pois não faz sentido falar de liberdade quando há apenas uma entidade que possa ser livre: livre em relação com o quê? Quando se diz de Deus que é livre, pressupõe-se a sua relação com o criado por ele. Sem as criaturas, não é livre nem deixa de ser, a questão da liberdade não faz qualquer sentido. Assim, também apenas na relação política com Deus e com os outros seres faz sentido falar de liberdade do ser humano, como muito bem percebeu quem pensou o mito do Rei Midas, que não acaba propriamente livre, não havendo qualquer termo adequado para a sua novíssima situação, uma vez que o termo “solidão” aplicado a este caso, como ao caso de Deus, diz muito pouco do *absoluto irrelacional* em que se encontram. A solidão é ainda muito relativa... O solitário ainda se define por diminuição de algo. A situação dos irrelacionados – quase totais, como Midas; totais como Deus⁸² sem a criação – é de um outro âmbito de actualidade ao qual nenhum de nós teve alguma vez acesso, pelo que não podemos dele falar.

Herr Hitler limitou-se a ser o mais moderno dos modernos, em termos de igualitarismo, pois assumiu a sua necessidade sem mentir, isto é, eliminando, logo à partida, a liberdade e a fraternidade, substituídas pela irracional fidelidade ao Führer e ao partido e pela camaradagem segundo esta mesma fidelidade, respectivamente.⁸³ O fito era uma total e universal uniformidade quer daqueles, conformes à vontade de Herr Hitler, quer dos outros, estes negativamente, por meio de uma primeira humilhação igualitarista, de índole

⁸² O sentido trinitário do Deus cristão é excepção a esta solidão total, aparecendo o próprio Deus como o acto infinito de uma infinita relação interior a si própria, de que o pensamento humano é um reflexo finito, mais bem expresso na forma do “diálogo interior”, de Platão.

⁸³ De tal modo esta acção nivelante, sob o chefe supremo, foi pensada que Hitler obrigou todos os elementos das forças armadas alemãs – não apenas das forças dos filiados no partido – a jurar fidelidade pessoal ao Führer, assim comprometendo toda a sua existência neste juramento, levado a sério em todas as suas consequências pela grande maioria dos que assim juraram, muitos milhões. Não sabemos até que ponto a exigência de uma rendição incondicional da Alemanha por parte dos Aliados teve em consideração este facto, mas, conscientemente ou não, os estrategos Aliados exigiram algo que estava de acordo com este juramento, pois o inimigo a quem exigiam rendição incondicional estava determinado a morrer sob as ordens, *quaisquer fossem*, do homem a quem tinham jurado fidelidade até à morte. É este um exemplo extremo do triunfo da irracionalidade, transvestida de racionalidade formal.



política, exemplificada e paradigmaticada no uso de distintivos próprios para cada classe de indesejados, de que o mais conhecido é a estrela de David amarela para os judeus, depois seguida da grande uniformização e igualização da morte.

Neste ambiente de verdadeira *irrelevância ontológica* e de consequente morte do que é ontologicamente irrelevante,⁸⁴ a menina de vermelho surge como o *único* elemento *diferente*, num grito desesperado, de uma ontologia que se sente condenada, de manifestação do que é, *na sua mesma diferença própria*, na sua relevância de algo ontologicamente irredutível a um mero item de uma anónima iteração mecânica de carne para abate.

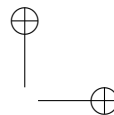
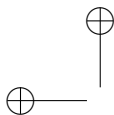
A menina representa o absoluto ontológico e político da diferença e é o seu mesmo símbolo visual, permanecendo o vermelho ainda vivo mesmo depois de a menina ser morta, integrada num montão de politicamente indiscerníveis cadáveres, igualizados pela morte e pelas condições indiferenciadas, anónimas, de sua inumação, marca possível da culpa de seus carrascos, de que estes têm de se livrar, mas que, enquanto está, assinala indelevelmente quer o todo do ser de que faz inalienável parte quer a consciência de Schindler.

A menina de vermelho é isso que nunca deveria ser morto, sacrificado a qualquer tirano ou ideia, isso que faz com que a vida humana tenha e possa ter sentido; mas isso mesmo que os nazis mataram, *matando, com tal morte, a sua mesma possibilidade de humana redenção*.⁸⁵ Quem tal faz precisa mesmo de um Deus que o salve, pois apenas uma eventual infinita misericórdia pode perdoar tal crime. Lembremos que, nesta nossa condição de finitos humanos, o único perdão verdadeiramente válido e eficaz, precisamente o das vítimas mortas, é simplesmente impossível, fora do âmbito de uma certa poesia, por demais perigosa, por amenizadora.

Schindler é o que vê a menina na sua diferença, em seu absoluto diferenciador e onto-erector. Simbolicamente, este acto de inteligência da bondade

⁸⁴ Irrelevantes porque são "*lebenunwertes Leben*", literalmente, "vidas que não merecem viver".

⁸⁵ A redenção segundo Deus, para quem acredita em Deus, não é, de todo, humano assunto, por falta absoluta de dados, transcendendo qualquer humana possibilidade de compreensão. Tudo o que humanamente se disser sobre tal assunto é asneira. O que há são aproximações, em linguagem propriamente humana, é isso a revelação, as revelações, acerca do que possa ser essa redenção. Humanamente, dispomos de uma humana capacidade de fazer o bem e o mal, humana, mesmo quando norteadas, a do bem, pela revelação divina, directa ou indirecta. Mas ninguém possui o saber ou o discernimento de Deus.



ontológica própria deste ser, que nada pode substituir, é o acto que permite a conversão ontológica de Schindler: *é cairoticamente* o momento em que se *percebe o absoluto de bem que cada ser é*, mormente o humano, ainda mais o humano inocente, sem outra “culpa” que a de ser. *Schindler percebe o direito a ser dos inocentes* (e provavelmente a necessidade de combater activamente a existência de quem os quer matar, o que explicaria nem sequer ter respondido ao pedido de Amon em seu favor, quando da captura deste último).

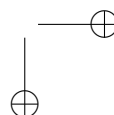
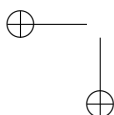
Talvez o sentido da urgência do trabalho de resgate dos escravos se tenha tornado mais agudo quando reencontra o casaco vermelho com o cadáver da menina lá dentro, manifestando sem margem para dúvidas qual o destino necessário de tais seres, apesar de sua inocência. Cada acto no sentido do resgate de mais um escravo seria menos uma qualquer pessoa condenada a uma morte imerecida. Este contacto com a evidência da realização do mal, simbolizado no encontro com o cadáver da menina, pode bem explicar o clima de obsessão salvífica em que Schindler vive, na última parte do filme.

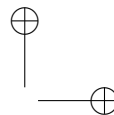
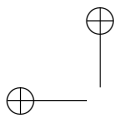
3.5 Lisiek, a banheira e a inútil inocência

Lisiek representa simbolicamente a razão pela qual Amon nunca foi capaz de converter o seu olhar sobre o ser, de um olhar de posse tirânica, a um olhar de cândida contemplação, olhar paradoxal em Schindler, mas real neste mesmo paradoxo, basta ver o modo embevecido com que olha as mulheres e tudo o que lhe dá substancial prazer. *O prazer que Amon retira da vida é meramente político, superficial*, provém de uma necessidade de conquista animalesca do ser que lhe falta e que ele substitui pela sensação de poder, e de poder de vida e de morte, sobre aqueles que dele totalmente dependem.

Lisiek era mais um de seus milhares escravos sub-humanos. Mais nada. O direito do escravo à vida dependia apenas da sua utilidade ou do capricho de seu senhor. Lisiek, para mais, comportava-se como escravo: tinha medo e demonstrava que o tinha. Aos olhos de Amon consubstanciava concretamente a mesma concepção do *Untermensch*, tal como padronizado pela doutrinação nazi: Lisiek era uma ratazana com aspecto humano, mas mera ratazana sob o humano aspecto. Amon tinha por ele o respeito que normalmente o comum dos mortais tem por uma ratazana.

Schindler sabia perfeitamente que era exactamente esta a atitude de Amon





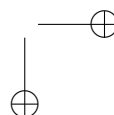
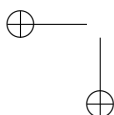
para com os seus escravos, com excepção de Helen Hirsch. Sendo esta a atitude geral do tirano, nada, do ponto de vista da objectividade ontológica própria dos escravos, o poderia levar a alterar o tratamento que lhes dava. De nada serviria, pois, tentar fazer com que percebesse que, de facto, não eram propriamente ratazanas, mas seres humanos, semelhantes ao mesmo Amon.

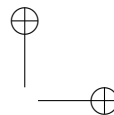
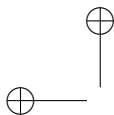
Apenas o trabalho do lado subjectivo da questão poderia levar Amon a mudar de visão do modo de relacionamento com o seu rancho de ratazanas a explorar e abater. Daqui surge o diálogo – a todos os títulos notável – entre Schindler e Amon, ambos perdidos de ébrios, sobre a essência ontológica do poder. Mas a bebedeira, como sempre, não retirou a intuitiva lucidez de Schindler, nesta fase já uma lucidez ontológica. Por feliz coincidência, a extrema alcoolização daquele momento em Amon fê-lo estar mais propício a ideias inovadoras.

Discute-se, então, a essência real do verdadeiro poder, defendendo obviamente Amon a tese de que o verdadeiro poder reside na possibilidade de, em última análise, destruir. Schindler tenta fazê-lo entender que o verdadeiro poder reside na capacidade de perdoar – variante perceptível por Amon de uma teoria da criação e do amor... O actor que dá corpo a Goeth desempenha perfeitamente o papel de um alguém estúpido e alcoolizado que tenta apreender o sentido profundo de um enunciado que supostamente ensaia transmitir-lhe uma mensagem radicalmente nova acerca de velhas e sedimentadas verdades. Parece, no meio de um estupor alcoólico-noético, ter penetrado em Amon algo da mensagem de Schindler.

Durante uns tempos, Amon procura desempenhar e saborear o desempenho de um novo senhor, que governa não já por meio do puro e absoluto terror, mas através da gratuidade do dom do perdão, dom que é criador, pois permite a possibilidade do horizonte ontológico de possibilidade próprio de cada homem, dado que, se não o promove activamente, pelo menos não o diminui ou anula.

Mas o sabor da criação e do perdão não é suficientemente forte para o paladar de Amon, pelo que este retoma as suas actividades de deus menor, que se impõe por meio da morte e destruição. Não conseguindo ver nos outros os outros que neles há para ver, não conseguindo encontrar pessoas no meio de seus escravos, não achando qualquer vantagem em lhes perdoar, mata de novo e Lisiek é transformado em mais um literal alvo de sua maldade e anseio de poder: Lisiek é morto a tiro.





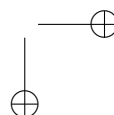
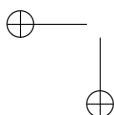
3.6 Os guardas judeus

Uma das grandes habilidades dos nazis no que disse respeito ao governo e controlo dos prisioneiros judeus consistiu em não utilizar, de forma geral, quadros nazis senão nos postos mais importantes e de maior responsabilidade quer político-ideológica quer económica, em que o pessoal nazi, especialmente os SS, tinham sempre a última palavra, quando não mesmo o encargo directo do serviço.

Assim, foram utilizados, para tarefas consideradas menores, como, por exemplo, a guarda directa dos barracões de detenção e das brigadas de trabalho, o policiamento interno dos campos e dos guetos, a organização de listas de pessoas, etc., os próprios prisioneiros, não apenas judeus, no caso das populações judaicas, mas de todos os tipos de indesejados, desde que considerados capazes de desempenhar essas funções. O recurso a prisioneiros de delito-comum, especialmente com cadastro por motivos de violência, mesmo de tipo ariano, foi corrente, assegurando, assim, por via do redobrado interesse no “bom” serviço de parte do criminoso, o cumprimento das tarefas e das regras a elas associadas. Muitas vezes, estes criminosos-encarregados eram dotados de poderes tirânicos, que chegavam ao extremo da decisão de vida ou morte.

Para estes últimos, como para todos os outros, judeus incluídos, tal serviço ao serviço dos senhores nazis constituía, antes de tudo mais, uma especial possibilidade de sobrevivência a mais longo prazo ou mesmo de sobrevivência, sem mais. Era como que um privilégio, privilégio de que os outros estavam excluídos; privilégio que tinha o preço da boa execução da tarefa tirânica imposta. Para muitos, foi mesmo a única possibilidade que tiveram de sobreviver, possibilidade que agarraram, uns desempenhando as tarefas com alguma residual humanidade no tratamento dos outros prisioneiros, tarefa que outros aproveitaram para exercer um poder com que nunca poderiam ter sequer sonhado em condições normais, dando rédea-solta aos seus mais animalescos impulsos.⁸⁶

⁸⁶ Alguns excertos das memórias de cativo de Primo Levi são esclarecedores: “Mordo os lábios com força; todos sabemos que provocar uma pequena dor estranha serve de estímulo para mobilizar as reservas extremas de energia. Também os *Kapos* o sabem: alguns batem-nos por mera malvadez e violência, mas outros há que o fazem quando estamos debaixo da carga, quase com amabilidade, acompanhando as pancadas com exortações e encorajamentos, como

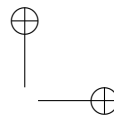
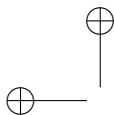


No filme, vemos vários judeus que aderiram à polícia do gueto, na esperança de conseguir uma vida menos má, o que, durante algum tempo era possível e realizável. Mas, com a sentença de aniquilação do gueto e transporte para aniquilação última dos que lá viviam, qualquer especial condição foi anulada e todos passaram, de novo, a estar numa mesma condição de condenados a uma morte certa, apenas mais ou menos próxima no tempo. Também os colaboradores dos nazis iriam precisar da ajuda de Schindler para poderem sobreviver, pois de seus antigos senhores nazis nada mais poderiam esperar do que uma viagem até um campo de morte, um banho de gás venenoso e uma final dispersão atmosférica na forma de cinzas incandescentes.⁸⁷

A colaboração com os tiranos é uma perene tentação por parte de pessoas de fracos princípios éticos e orto-políticos, excepção feita àquelas que, fingindo colaborar, se servem das suas posições para minar o poder dos tiranos e aliviar o fardo dos tiranizados. Mas de colaboradores autênticos está a história

os carroceiros com os cavalos zelosos.” p. 69; “O nosso *Blockältester* conhece o seu ofício. Certificou-se de que todos tinham recolhido, mandou fechar a porta à chave, distribuiu a cada um a ficha com a matrícula, o nome, a profissão, a idade e a nacionalidade, e deu ordem para que cada um se despirse completamente, mantendo só os sapatos. [...] O *Blockältester* e os seus ajudantes, com socos e gritos, a partir do fundo do dormitório, enfrentam a turba de seres nus e atemorizados, e obrigam-nos a amontoar-se para dentro do *Tagesraum*, que é a Direcção-Armazém.” p. 131; “O *Kapo* agarra num tijolo e atira-o contra o grupo: eles desviam-se com dificuldade, mas não aceleram o passo. Tornou-se quase um hábito, repete-se todas as manhãs, e nem sempre pressupõe no *Kapo* uma intenção deliberada de magoar.” p. 140, LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, tradução portuguesa, *Se isto é um homem*, de Simonetta Cabrita Neto, Lisboa, Teorema, 2001. Note-se, por detrás do ar de normalidade, que Levi assume como coisa própria dos campos de concentração e que transmite no que escreve, toda a sistemática perversidade do que é relatado. Mas atente-se no facto de a existência de tais acontecimentos ser a prova provada de tal perversa nova normalidade ou outra qualquer analogável ser possível, desde que haja quem o permita. Este “quem” refere-se a mim e um qualquer “ti”.

⁸⁷ “[...] daqui não se sai senão pela Chaminé (o que é que isto significa? Iremos aprendê-lo bem mais tarde)”, LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, tradução portuguesa, *Se isto é um homem*, de Simonetta Cabrita Neto, Lisboa, Teorema, 2001, p. 28. Um pouco mais adiante, nesta mesma página, a propósito de um episódio trivial, na sua falta de racionalidade, inquirindo Levi a razão pela qual o seu inter-agente tinha feito o que fizera, recebeu como resposta, literalmente: “Hier ist kein warum”, aqui não há porquê. É sobre esta premissa axiológica fundamental que toda a tirania se baseia; é apenas sobre ela que qualquer tirania se pode basear. É contra ela que todo o ser humano decente deve lutar, se necessário até à morte física, pois o que o espera, se o tirano triunfar, é uma morte muito pior, a sua morte como ser humano. Não admira, assim, que, num mundo dominado por formas subtis de tirania, haja tanta celebração dos mortos-vivos: é a humanidade vencida que se vai celebrando a si própria.



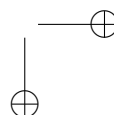
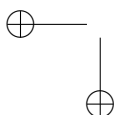
do mundo cheia. A Segunda Guerra Mundial é, também nisto, um modelo: da famosamente infame colaboração em França, e noutros países ocupados, à colaboração dentro dos guetos e campos de concentração e extermínio, às tentativas de colaboracionismo nos Estados Unidos da América, passando por várias formas de colaboracionismo no extremo oriente, o mapa do colaboracionismo sobrepõe-se ao mapa do mundo em guerra.

Mas o pior de tudo está em que muitos dos perversos frutos destas acções acabaram por permanecer nas mãos de quem assim os plantou e colheu, não tendo sido feita a necessária correcção de tão grande mal, correcção absolutamente necessária para que as pessoas de bem pudessem continuar a *acreditar na possibilidade de um mundo em que*, muito mais do que uma qualquer justiça de etiologia humana, *o bem seja possível*.

Não foi esta a lição ética e política da Segunda Grande Guerra: pelo contrário, por causa de arranjos que nada respeitam a qualquer sentido do bem-comum, o resultado de tal guerra acabou por ser a vitória parcial dos que tinham tentado forçar um mundo em que a tirania trinfasse. Assim, a lição que ficou para a posteridade foi a da vitória, ainda que parcial, *mas real* nessa parcialidade, do mal ético e político, *deixando abertas as portas a todos os que se sentem abrangidos pessoalmente pelo paradigma antropológico padronizado na pessoa e acção de Herr Hitler e seus cúmplices*.

Não só os tiranos não foram todos exemplarmente tratados, de modo a deixar claro qual o destino que a humanidade deveria reservar a todos os candidatos a tirano, como os frutos, a todos os níveis, dos actos tirânicos foram deixados permanecer nas mãos daqueles que negaram a humanidade dos outros seres humanos, a fim de se apossarem de seus bens. Tal constitui uma herança ética e política que não pode deixar de infectar as gerações subseqüentes, mostrando que, no fim de contas, *vale a pena ser tirano ou associado de tirano*, pois *a humanidade consente na e com a tirania, permite-a, acolhe-a, nutre-a*, talvez esperando cada um dos que assim procede, vir a ser, um dia, também tirano.

Desde mitos muito antigos e muito humanos, que sabemos que a possibilidade da tirania faz parte do poder de acção do ser humano: quando Caim mata Abel, mais não faz do que dar exterioridade e realidade à mesma herança genética de possibilidade assumida do mal que recebeu de seus pais. Já o pai Adão tinha pensado aumentar seu poder e, com ele, seu ser, por meio de um acto de desrespeito ontológico.

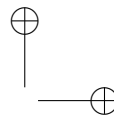
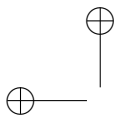


O pecado, racionalmente, não reside na não obediência a uma ordem qualquer de um Deus qualquer, mas na *desobediência a uma ordem legítima de um Deus bom*: é uma questão ontológica, pois interfere com o ser de algo com que não deveria interferir, matriciando na mesma ontologia toda a pecabilidade e toda a impecabilidade. Ser-se bom não é cumprir ordens quaisquer de um Deus qualquer, mas *cumprir o ordenamento segundo o bem de um Deus bom*. A questão posta em *Job* é a da *relação de grandeza segundo a bondade ontológica entre Deus e o homem*: *se Deus não fosse capaz de superar Job em termos de grandeza ontológica, logo, de bondade, Job ter-se-ia mostrado superior e seria ele o novo deus*. Ora, o que Adão quer é precisamente esta possibilidade de ser o novo deus. Mas esta vontade, prisioneira de uma dimensão ontológica não-infinita em acto, só consegue actos menores, menorizando a grandeza de Adão, grandeza humana apenas restaurada por Job.

Job é o paradigma do anti-tirano, precisamente porque nunca tentou sê-lo e porque, desde as alturas da mais profunda angústia e mais atroz sofrimento, foi capaz de, sendo fiel à memória ontológica de Deus em si, como que obrigar o próprio Deus a revelar-se como sumamente bom e precisamente como não-tirano. *Paradigmaticamente, Job mata Adão*. Mas fá-lo apenas simbolicamente.

A morte do Adão conquistador do poder próprio de Deus, do Adão tirano, reside, como possibilidade, em cada ser humano, renovando, a cada novo nascimento de um ser humano, toda a possibilidade da tragédia segundo o bem e o mal.

Todos os que estiveram submetidos às garras políticas da Segunda Guerra Mundial estiveram especialmente postos perante esta mesma possibilidade: os assassinos de inocentes escolheram o prémio fácil da ilusão do poder divino, os seus colaboradores partilharam dessa escolha e de seus frutos, os que, como Schindler, foram capazes de evoluir da fácil colheita do já pronto fruto da árvore do poder e preferiram o fruto custoso da sementeira do bem, esses, os ditos justos, mas que são muito mais do que isso, pois a vida possibilitada está muito para além de qualquer justiça, acabaram por ser, nisso que fizeram, *bons como Deus é bom*, na bondade da criação ontológica permitida e possibilitada: vejam como é boa a vida dos inocentes não sacrificados, esta, sim, neste puro momento de possibilitação de seu mesmo bem de ser, para além de todo o mundano bem e mal, nesse reino do instante em que a possibilidade rebenta em acto, único bem.



4 Quarto Capítulo

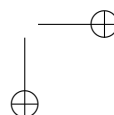
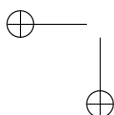
Relações Entre Pessoas

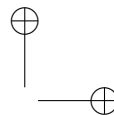
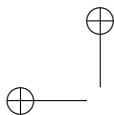
4.1 O relacionamento de Schindler com a mão-de-obra

Para Schindler, contraditoriamente – não apenas contrariamente – a Amon, a mão-de-obra não se resume meramente a uma utensilagem sub-humana, ainda que com aparente aspecto humano, boa apenas para lhe proporcionar as maiores riquezas possíveis. No entanto, era este enriquecimento amoral e imoral que constituía o seu fito inicial, disso não há dúvida no filme. Esta inicial cupidez levou necessariamente a que Schindler tivesse de procurar os meios também necessários à efectivação de tal enriquecimento. Para tal, necessário foi recrutar pessoal, que tanto mais riqueza líquida proporcionava quanto mais baixo fosse o seu salário e mais alto o estímulo para que trabalhassem, estímulo fornecido, por exemplo, pela necessidade de permanecerem vivos, o que era permitido apenas enquanto estivessem capazes de ser úteis e produtivos. Quer isto dizer que, inicialmente, tudo o que era imoral, nesta guerra tão propícia, se conjugava no sentido de favorecer o amoral e imoral desejo de enriquecimento de Schindler. A situação não poderia ser melhor.

Mas, espantosamente, foi esta mesma complexa condição inicial, necessária sob todos os pontos de vista, desencadeada pelo desejo egoísta de Schindler, que permitiu que se criassem as condições para que o desenvolvimento contraditório se desse. Assim, o número de funcionários era directamente proporcional à cupidez de Schindler, tanto económica quanto erótica. Mas foi esta mesma cupidez e sua necessária consequência sobre o número de pessoas contratadas que proporcionou precisamente um número maior de pessoas

O fascínio do bem. A dimensão agato-ontológica da acção, 155-260





salvas no fim. Vencida a perversidade ética e política, os meios explorados por essa mesma perversidade transformaram-se nos fins de uma nova virtude ético-política voltada para a salvação desses mesmos entes.

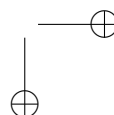
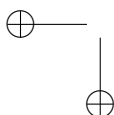
A uma menor ganância e a um menor eros, teria correspondido um número muito inferior de pessoas a salvar e o bem conseguido no fim teria sido menor. Há, assim, uma relativização dos meios em favor dos fins e o mesmo fim perverso inicial, mudada a inteligência de Schindler, é precisamente o que permite a expansão do bem final. Longe de residir na mera intenção irrealizada ou em qualquer carácter instrumental, o mal reside no acto que aniquila a possibilidade positiva de ser e o bem no acto que permite essa mesma possibilidade, assim, a realizando: *o mal é sempre a paradoxal presença real de uma possibilidade aniquilada.*

4.2 Judeus e judeus

Quando se fala no sacrifício dos judeus – e das outras demais pessoas –, tem de se ter em consideração que nem todos os seus elementos podem ser postos num mesmo conjunto de completamente inocentes vítimas: pelas mais diferentes razões, algumas delas irrazoavelmente razoáveis para defesa de alguns deles, alguns judeus não estavam isentos de colaboração com os seus carrascos. Desde o caso de homens como Stern, que encontraram forma aparente de colaboração quando, de facto, resistiam por meio das formas mais eficazes possíveis, ao caso daqueles a quem foi retirada qualquer dignidade humana e transformados em co-carrascos quase mecânicos de seus semelhantes, até ao caso daqueles que voluntariamente se aliaram aos carrascos a fim de poderem obter vantagens pessoais que transcendiam a mera melhoria das hipóteses de sobrevivência: gente que, se fosse não judaica, provavelmente faria aos de si diferentes o que os nazis lhes fizeram.

4.3 Judenrat

Os nazis puseram, contradizendo toda uma vasta experiência de certíssima burocracia administrativa pública prussico-germânica, em acção um plano de conquista de *Lebensraum*, espaço vital, com tudo o que esse espaço continha, coisas e pessoas, para o qual efectivamente não estavam preparados. No



início da guerra, as suas forças armadas tinham em agressividade, doutrina, estratégia, tática e capacidade de comando o que lhes faltava em material e dimensão necessários para um tal empreendimento.⁸⁸ Poucos acreditariam, mesmo na própria Alemanha, que fosse possível obter tão grandes e bons resultados militares, estratégicos e geopolíticos, de tamanha grandeza e em tão pouco tempo. O factor principal não foi quer na primeira campanha contra a Polónia quer nas que se seguiram o valor único das forças armadas germânicas, antes a fraqueza estrutural doutrinal, com todas as consequências anímicas necessárias, dos inimigos por si eleitos.

Se bem que algumas unidades e alguns soldados particulares do lado dos agredidos pelos nazis mostrassem uma extraordinária capacidade de luta e de resistência, lutando até ao fim logístico ou físico próprio, mesmo até à morte, exemplos reconhecidos pelo próprio Rommel, nas suas memórias relativas à campanha da primavera de 1940 contra a França,⁸⁹ o grosso das unidades foi incapaz de responder eficazmente à doutrina de guerra implementada pelo generalato encarregue por Hitler da condução de um novo tipo de guerra, a famosa *Blitzkrieg*, guerra-relâmpago, em que o esforço atacante era posto em massas concentradas de forças blindadas de ruptura, capazes de exercer uma pressão irresistível a quem estivesse condicionado por uma doutrina e decorrente estratégia e tática de operações militares meramente posicionais ou de evolução muito lenta, como tinha sido o grande paradigma da Grande Guerra de 1914-1918.⁹⁰

⁸⁸A este propósito, é recomendável a leitura do capítulo “Military parameters”, da obra de DAVIES Norman, *Europe at war, 1939-1945. No simple victory*, London, Pan Macmillan, 2006, pp. 20-42.

⁸⁹*The Rommel papers. Edited by B. H. Liddell-Hart (With the assistance of Lucie-Maria Rommel, Manfred Rommel and General Fritz Bayerlein*, tradução do alemão para o inglês de Paul Findlay, New York, 1953, reimpressão da 15ª edição: 1982, pp. 3-28.

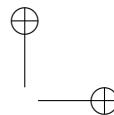
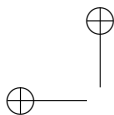
⁹⁰Esta nova doutrina, que tinha sido inicialmente produzida na Grã-Bretanha ainda durante a Grande Guerra de 1914-1918, na sequência da invenção, também britânica, do tanque de guerra, consistia na utilização de forças mecanizadas, especialmente tanques, artilharia móvel e tropas transportadas por meios mecânicos, em grandes concentrações, em espaços relativamente pequenos, de modo a esmagar qualquer oposição local, abrindo, assim, rapidamente e sem possibilidade de resposta capaz atempada, brechas nas linhas de defesa inimigas, que permitissem a penetração do maior número possível de forças de tipo mais convencional, cuja finalidade consistia em apoiar a acção das primeiras e consolidar o espaço ocupado, fornecer a logística necessária, etc., de modo a que as forças mecanizadas de ruptura pudessem concentrar-se apenas na sua missão de rápida penetração e exploração dos resultados, maxi-

Assim, o sucesso conseguido em todas as frentes, mesmo no norte de África nos primeiros tempos, antes de El Alamein, mesmo na União Soviética, antes de Estalinegrado, Leninegrado, Kursk, etc., foi obtido não graças a um uso maciço, esmagadoramente superior em termos numéricos, de homens e material, de que os alemães não dispunham, mas ao uso de eficazes princípios estratégicos e táticos. Ora, a quantidade dos territórios ocupados era tal, a complexidade da sua administração tamanha e os objectivos da sua ocupação de tal modo ambiciosos que não havia nem haveria qualquer possibilidade de poderem ser governados directamente por uma nova burocracia de senhores nazis alemães, pelo que houve que recorrer, no leste como no oeste, à administração local, caso das ocupações de territórios como, por exemplo, a parte militarmente ocupada de França até 1942 e, depois, toda a França.

Os guetos não eram propriamente estados, mas eram uma versão histriónico-trágica de uma cidade, pelo que necessitavam de uma qualquer forma de administração que evitasse que se transformassem num caos totalmente ingovernável. Alguém teria de governar tais amontoados de indesejáveis, até que fosse possível deles extrair toda a energia útil que ainda possuíam, por outras palavras, até que a solução final fosse definitivamente aplicada e concluída. Tal trabalho, à semelhança do que aconteceu nos países ocupados, foi directamente entregue a administrações constituídas pelos próprios “habitantes”, neste caso judeus. Era-lhes permitido constituir um sucedâneo de assembleia ou conselho, o *Judenrat*, responsável pela administração desta falsa cidade, segundo o mando superior dos nazis.

Obtinham-se, assim, do ponto de vista dos nazis e seus específicos interesses, várias vantagens: não tinham qualquer encargo especial com a administração directa dos assuntos dos judeus quer em pessoal quer em termos logísticos; evitavam ter pessoal em contacto com os judeus, o que era bom para o moral dos funcionários nazis, sempre em risco de ser afectado por qualquer emoção de piedade para com os judeus; evitavam ter de ser eles a ficar com o odioso da tomada de decisões contra os judeus, deixando que fossem os seus “representantes” a fazê-lo, forma de os dividir ainda mais e de minar qualquer possível sentido de honorabilidade e de lealdade entre os “moradores” do gueto; podiam, sempre que quisessem, mudar a capricho os membros da

mizando estes. Tal é a estrutura básica da famosa “guerra-relâmpago”, celebrizada pela sua aplicação pelos nazis, mas de origem britânica.



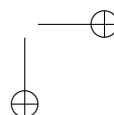
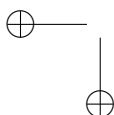
administração ou mesmo a administração na sua totalidade, bastando, para tal, por exemplo, matá-los individualmente ou matá-la toda de uma só vez, o que, para mais, tinha a vantagem de incutir um precioso terror de morte quer ao restante da população quer àqueles que os substituíssem no Conselho.

Era no seio deste *Judenrat* que eram tomadas as decisões mais importantes no que respeitava a vida das pessoas: quem podia trabalhar e quem não podia, quem seria deportado e quem ficaria, etc. Para poder impor as suas decisões, muitas delas muito impopulares, pois implicavam consequências de grande sofrimento e morte, o *Judenrat* dispunha de uma força policial própria, constituída, como não poderia não ser, por judeus, judeus alinhados, pelas mais variadas razões – uma era comum a todos: a vontade de sobrevivência, para si e para os seus –, com os sub-senhores pertencentes ao *Judenrat*.

Esta polícia, que não era uma polícia cívica propriamente dita, mas uma verdadeira guarda pretoriana, não se coibia de ser brutal contra os seus semelhantes, sempre que tal lhe era ordenado ou sempre que questões de sobrevivência pessoal própria estivessem em causa. Tal polícia, como todas as polícias transformadas em guardas pretorianas, não provocava respeito nas pessoas, mas apenas medo. Era, por isso, detestada. Aos seus membros, enquanto se comportassem de acordo com o mandato e interesse dos seus sub-senhores e, conseqüentemente, dos senhores nazis, tal pertença trazia imensos benefícios, o maior dos quais consistia no que de mais parecido poderia haver com uma garantia do direito à vida, se bem que tudo não passasse de ilusão, como se veio a verificar quando os guetos foram destruídos: cessado o interesse nazi em que existam como opressores de seu próprio povo, cessa o direito à vida, mesmo que se continue a fazer no campo de concentração o que se fazia no gueto, pela simples razão de que nos campos ninguém tinha qualquer direito próprio à vida.

4.4 Mercado negro

O mercado negro mais não é do que uma forma alternativa de mercado e, assim, ainda, uma forma de mercado. Forma que surge precisamente porque há que cumprir de um modo ou de outro a função de colmatação das necessidades das pessoas. É para tal que qualquer mercado serve, é para tal que existe, é para tal que a economia necessariamente existe. Não há ou pode

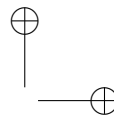
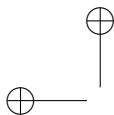


haver qualquer comunidade política sem economia e mercado, como está cientificamente estabelecido, desde a *Politeia* de Platão.

Tendo a estratégia de eliminação dos indesejados pelos nazis imposto um modo de vida em que os recursos necessários eram propositadamente escassos, de modo a proporcionar uma selecção de tipo darwiniano, com aparência natural, mas, na realidade, artificial, pois era induzida, não havia qualquer outra alternativa a uma lenta agonia de fome e outras formas de privação de bens essenciais que não fosse recorrer a meios económicos também alternativos, criativos, todos eles tornados *humanamente legítimos*, a partir do momento em que foram criadas as condições de degradação, humilhação e privação desumanas. A partir destas condições, as pessoas tinham apenas uma opção possível: ou deixarem-se morrer lenta, mas seguramente não fazendo coisa alguma ou lutar por todos os meios para sobreviver. Estava instalada uma estratégia de pura sobrevivência, de facto, de tipo darwiniano, tanto do gosto dos nazis.

Quer isto dizer que todas as regras de suposta civilização e humanidade, regras que, aliás, nada fizeram para eliminar os nazis enquanto era tempo, mais, regras de um mundo que produziu os mesmos nazis, quer tal evidência pareça simpática ou não, foram pura e simplesmente abolidas, *permanecendo apenas a grande regra biológica da sobrevivência a todo o custo*, por todos os meios. Assim, o mercado negro constitui apenas uma parte, ainda que de grande dimensão e da maior importância, de todo *um novo sistema humano baseado na pura necessidade e obrigatoriedade de sobrevivência a todo o custo*. É sabido que todos os que não entraram neste novo sistema – uns de forma mais decente do que outros – acabaram por ser eliminados, pois o sistema não tolerava os que não lutassem pela sobrevivência, segundo as desumanas regras de Darwin, boas para bestas, terríveis para seres, supostamente, pelo menos, racionais.⁹¹

⁹¹Independentemente do valor científico das especulações darwinianas acerca da evolução – sentido neutro – da natureza e das espécies e indivíduos nelas, há que salientar a autocomplacência do darwinismo para com mecanismos, verdadeiros ou não, de selecção, que, na sua fundamental estupidez operacional, dado que não é admissível qualquer finalismo – embora o próprio darwinismo não consiga escapar-lhe –, são profundamente irracionais, embora, por “acaso” literalmente criadores de racionalidade. Tais mecanismos, quando aplicados não a bestas irracionais, mas a pessoas, são obviamente de uma extrema desumanidade. No entanto, foi o que os nazis fizeram. Mas não apenas os nazis, todo o neo-liberalismo é matricialmente uma doutrina darwiniana, com toda a irracionalidade e desumanidade que tal implica: “qual



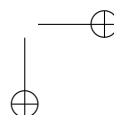
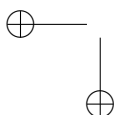
Não só nos campos de concentração e extermínio, como nos campos de prisioneiros de guerra, como no conjunto das zonas em guerra, como também em todo o mundo afectado pela guerra, ainda que distante, o mercado negro teve um importantíssimo papel na possibilitação do melhoramento das condições de existência das pessoas. Sem ele, muitas mais pessoas teriam morrido, muitas menos se teriam conseguido evadir, muitas mais teriam ficado com problemas de saúde permanentes, etc..

O mercado negro foi, deste modo, mais do que um mal necessário, um bem, pois permitiu aquilo que mais nada poderia permitir, salvar pessoas inocentes, melhorar a vida de pessoas que não tiveram culpa alguma no desencadeamento da guerra. Nem se pode acusar de algo as pessoas que participaram nele, pois, mesmo os meros especuladores económicos nada mais fizeram do que adaptar possibilidades comuns a circunstâncias excepcionais, circunstâncias que a esmagadora maioria não criou ou ajudou a criar, salvo raríssimas excepções.

Se alguém há que responsabilizar e culpar também pelo mercado negro, essas pessoas têm de ser os nazis, que fizeram aquilo a que se propuseram, tendo-o anunciado publicamente com grande antecedência, e, sobretudo, aqueles que, no ocidente, tendo a obrigação de ter percebido o nível de realidade possível de tais intenções e de tal anúncio – como excepcionalmente Churchill, que não era propriamente Deus, mas apenas um semelhante homem, fez –, não o fizeram, por radical estupidez, em que nos recusamos a acreditar, ou por mesquinhos interesses ou por cobardia, razões bem mais prováveis.

São estes os grandes responsáveis pela segunda guerra, pelos horrores que nela existiram, pela perda de sentido humano de que o ocidente ainda não recuperou e de que não recuperará, enquanto as pessoas que o conduziram não forem de estirpe diferente dos Daladiers e Chamberlains da década de 1930. Foram estes e, com eles, todos os que com eles colaboraram, que foram os responsáveis pela disrupção económica de guerra que levou uns largos milhões de seres humanos a ter de entrar em formas mais ou menos abjectas de convívio político, a fim de simplesmente poderem sobreviver.

Não esqueçamos que, neste mercado negro, tudo, mas mesmo tudo – a melhor e mais eficaz besta? – passou a ser a sua grande interrogação, na vez de “qual o melhor ser humano?”. As consequências são óbvias, para quem possuir a necessária e suficiente inteligência para tal perceber.



deria servir de moeda de troca, tendo-se vulgarizado a prestação de favores sexuais em troca dos mais básicos bens de sobrevivência,⁹² chegando a ser pedido às mães que entregassem seus filhos com menos de onze anos para deportação e extermínio aos nazis, como forma de se conseguir mais um tempo para os que ficassem, tal passou-se no Gueto de Lodz, em 1942, a mando do seu Capo judeu, Mordechai Rumkowski.⁹³

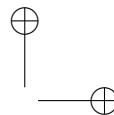
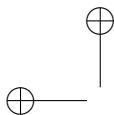
4.5 Ghetto⁹⁴

A deposição das pessoas em guetos não é obviamente triste exclusivo dos nazis. Encontramos “guetos” multiformes muito antes do gueto veneziano inicial: sempre que uma parte da humanidade excluiu de seu seio uma outra qualquer parte, quaisquer fossem as razões, criou um gueto. Como é também óbvio, na base da constituição de qualquer gueto está sempre presente uma

⁹² O caso da juvenzinha de dezassete anos, Lucille Eichengreen, do gueto de Lodz, é revelador: “Mas o sexo, no gueto era um bem muito valioso – era comercializado como se comercializava qualquer outra coisa”. Umhas linhas atrás, na mesma página, podemos perceber, em relato de e na primeira pessoa da própria, o que certos senhores com poder entendiam por este novo “conceito” de comércio: “Ele falava e eu ouvia, e ele molestava-me. Pegava na minha mão e punha-a sobre o seu pénis e dizia “Fá-lo funcionar” ... eu continuava a afastar-me e ele continuava a aproximar-se, e era uma relação pavorosa – para mim, era chocante. Ele queria que eu me mudasse para um apartamento privado, a que ele apenas teria acesso, e eu comecei a chorar – eu não queria mudar-me. Não conseguia perceber por que é que alguém poderia querer fazer isso...”, REES Laurence, *Auschwitz, The nazis and the ‘final solution’*, London, BBC Books, 2005, p. 130. De notar que este nobre cavalheiro amante, para quem não havia almoços grátis, não era um alemão-nazi, mas um judeu, efémero ditador do gueto de Lodz, pequeno sabujo nas mãos dos nazis, de nome Mordechai Chaim Rumkowski.

⁹³ REES Laurence, *Auschwitz, The nazis and the ‘final solution’*, London, BBC Books, 2005, pp. 127-131; o relato merece ser lido na íntegra. Rumkowski e a família foram deportados para Birkenau, em 1944, aquando do encerramento do gueto, e foram gaseados. A mocinha, Lucille, como era jovem e ainda capaz, foi seleccionada para trabalhar até mais não poder, tendo resistido até ser libertada pelo avanço aliado.

⁹⁴ A origem histórica do tipo de segregação típica dos guetos vem do movimento de agregação comunitária dos próprios judeus, após a expulsão da Palestina, que se uniam deste modo dentro de cada cidade, de modo a poderem mais facilmente proteger-se e entre-ajudar-se. Foi, assim, inicialmente um movimento cultural, natural, voluntário. A guetização passou a obrigatória em certas cidades, já na Idade Média. O termo “gueto” deriva do termo veneziano “gheto”, “fundição”, bairro da cidade onde existia uma fundição e para onde os judeus foram enviados, passando a viver “no gheto”. O nazismo não inventou a guetização, aproveitou um ímpeto mais vasto anteriormente existente e deu-lhe uma expressão esmagadora.



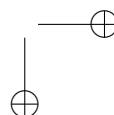
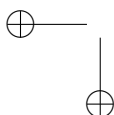
qualquer forma de etnocentrismo – este é sempre de etiologia ontológica, pois diferencia ontologicamente os que são humanos dos que o não são – ou, nos casos de perigo sanitário, puro medo.

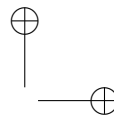
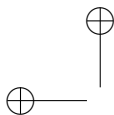
Tendo em conta o tirano como pobre ontológico, que rapina a ontologia alheia em seu benefício próprio, podemos perceber melhor como o gueto é uma forma de tirania ou uma forma de exercício de poder tirânico por parte de uma oligarquia. Neste filme, os oligarcas que viviam à sombra de Herr Hitler e em seu nome exerciam domínio utilizaram a forma política do gueto precisamente como instrumento para serviço de seus intentos quer ao nível da melhor utilização da mão-de-obra escrava como meio de enriquecimento pessoal e do *Reich* quer como meio de cumprir o desígnio de uma “solução final para o problema judaico”, forma eufemista de designar a sua final total aniquilação.

Simbólica, mas também pragmaticamente, o gueto significa a exclusão do mundo comum das pessoas que para lá são mandadas, a sua posição num outro mundo. Ora, se o mundo comum é o mundo dos seres humanos, um qualquer outro mundo não pode ser o mesmo mundo dos humanos, é uma outra coisa qualquer. O gueto funciona, assim, como o coroamento da política iniciada com as infames “leis de Nuremberga”, leis que abriram o necessário caminho para a segregação como não humanos de judeus e outros indesejados.

O gueto era o inferno na terra para onde o deus Hitler e os seus negros anjos despejavam os condenados. A grande ilusão de muitos de seus habitantes foi pensar que tal instalação não correspondia ao impiedoso e terminal inferno do mito cristão, mas ao medial purgatório, acreditando ser possível que fosse apenas um local transitório, de “purificação”, versão nazi do purgatório para judeus e outros, mas com a possibilidade de retorno ao mundo normal, uma vez feita a purga.

Rotundo engano, que não obteve remissão senão nos poucos sítios em que os pobres purgantes pegaram em armas para pelo menos poderem morrer com dignidade humana semelhante aos que, no mundo exterior dos homens morriam, como seres humanos, com humana dignidade, lutando contra a tirania. Aqui deixamos a nossa homenagem aos revoltosos do gueto de Varsóvia, mártires da condição humana, heróis quixotescos, mas eficazes a muitos níveis, de uma humanidade, de outro modo desmerecedora de ser. O gueto de Varsóvia não morreu como Sodoma e Gomorra: em Varsóvia muitos manifestaram ao mundo e a Deus que não eram perversos ou pervertidos, que não se tinham





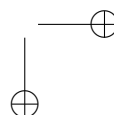
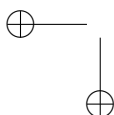
deixado amesquinhar ao ponto de terem perdido a dignidade humana. Morreram, na sua esmagadora maioria, mas não morreram como os de Sodoma e Gomorra. Morreram como testemunhas do bem.

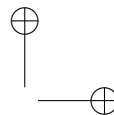
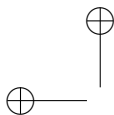
4.6 O comércio

O comércio é uma forma relacional política fundamental, constituindo o único meio possível de servir comunitariamente as necessidades de e a que todos os seres humanos são sujeitos e para as quais não estão pessoalmente habilitados para a satisfação, senão em algumas funções, sempre poucas e geralmente insuficientes. A base da economia reside na existência de carências humanas e na não auto-suficiência de cada ser humano, o que gera uma necessária dialética entre carência e capacidade de supressão dessa mesma carência, no que é o modelo político, isto é, inter-pessoal, de toda a economia possível. A economia é, assim, parte constituinte fundamental da política, algo sem o que a política existiria para logo deixar de existir por falta absoluta de sujeitos políticos (é necessário que estejam, pelo menos, vivos, para poderem inter-agir politicamente).

Assim, esta dialética, na qual se funda o mercado, isto é, o domínio próprio do comércio, relação humana fundamental para que possa haver qualquer comunidade, é transcendental a qualquer comunidade humana. Não importa o tipo, a dimensão, o lugar, o tempo, etc.: *só pode haver uma qualquer comunidade humana se houver uma qualquer forma de comércio*, forma única de possibilitar que aquilo que falta a algum membro da comunidade lhe possa chegar. Nada disto diz respeito a qualquer meio de pagamento, questão superficial, mas apenas à própria *relacionalidade necessária* à comunidade política, relacionalidade que, numa comunidade de seres humanos, não de anjos, tem o seu estrato mais fundamental e básico na função política sustentadora constituída pela economia. Neste sentido, mercado e economia têm o mesmo significado.

Não pode sequer haver qualquer possibilidade de outras formas de “comércio”, “comércio espiritual”, por exemplo, sem a existência deste fundamental comércio que assegure a possibilidade de simples existência em vida das pessoas. Podemos, pois, dizer que este comércio, este mercado, esta economia são realidades naturais, não no sentido de uma física bruta, por oposi-





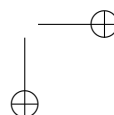
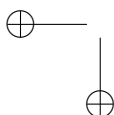
ção ao ser humano, também espiritual, mas no sentido em que fazem parte da dinâmica natureza de isso que resulta da associação de quaisquer dois ou mais seres humanos.

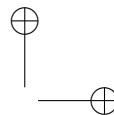
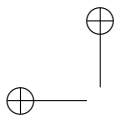
Mas, sendo a sua finalidade primeira a sobrevivência da pessoa, sobrevivência que tem uma dimensão biológica fundamental, podemos também dizer que o mercado nasce na sequência imediata da natureza biológica da pessoa, pois serve precisamente para dotar cada pessoa com aquilo com que a sua biologia própria a não dotou, ausência que é fonte de todas as carências possíveis, carências às quais a biologia própria de cada pessoa não pode responder, mas que podem ser respondidas exactamente pela inter-relacionalidade entre pessoas, âmbito da política, inter-relacionalidade cujo grau mais básico constitui precisamente o mercado.

Nada em política, na sua vertente económica, faz qualquer sentido sem a referência a um possível mercado, a começar pela própria actividade produtora. Se um produtor qualquer isolado produzir algo apenas para si próprio, a menos que seja esquizóide, não pode constituir, apenas por ter produzido algo, qualquer mercado. Para que haja mercado tem de haver pelo menos duas pessoas. Mas para que qualquer dessas pessoas produza algo mais do que aquilo de que estritamente necessita para uso pessoal, tem de haver perspectiva de possível troca, isto é, tem de haver uma outra pessoa que eventualmente necessite do excesso. Este excesso, qualquer, só faz sentido económico se houver um possível qualquer utilizador.

Só há, pois, economia, no sentido político do termo, quando há pelo menos duas pessoas em possível relação. Caso contrário, não há economia, apenas uma relação da pessoa com as suas necessidades próprias, individualmente satisfeitas. Sem outra caracterização, que a adjective diferentemente, temos a descrição do que é, em termos biológicos, uma relação de parasitismo: o ser humano retira da natureza aquilo de que necessita, ficando por aqui a relação, no que é apenas a retirada de um bem à natureza e da natureza, ficando esta sem ele e o ser humano com ele. A natureza nada ganha, apenas perde o que lhe foi retirado. Parasitismo.

Note-se que esta relação quer com a natureza quer com outros seres humanos é uma permanente tentação, a que muitos não resistem e não querem sequer resistir. O nazismo e todas as formas que paradigmatisa são uma forma política de parasitismo e *todo o sofrimento dos indesejados provém precisamente de uma concepção parasitista das relações entre pessoas*, em que, para





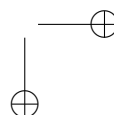
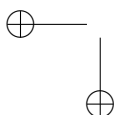
o bem exclusivo de umas, outras são roubadas do que lhes é próprio, especialmente da sua própria vida.

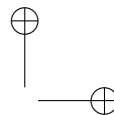
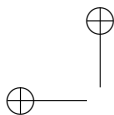
4.7 Solidão

É fácil perceber-se nos personagens do filme o retrato fiel de formas de profunda solidão. Esta solidão sobressai devido à gravidade das situações em que se encontram e esta gravidade deriva do especial momento que vivem, época de guerra levada ao seu extremo, ou, na classificação oficial nazi: “guerra total”. A guerra, em última instância, dado que visa a eliminação do outro, tem como finalidade a anulação de todas as relações humanas. Para quem duvida de tal, basta tentar imaginar o que aconteceria se se deixasse a dinâmica própria da guerra prosseguir indefinidamente, melhor, até se cumprir definitivamente, quando já não houvesse senão um ser humano vivo. Então, compreender-se-ia, isto é, esse ser poderia facilmente compreender o que significava a solidão provocada pela guerra. Solidão política total e absoluta. Mas também solidão ética total e total solidão ontológica. Todos estes três tipos de solidão estão inter-relacionados e todos derivam de um mesmo tipo ou dele são formas diferenciadas.

4.1 Solidão ontológica

Cada ser é o que é, enquanto é, e, nisso que é, na diferença própria que o ergue precisamente como diferente, é incomunicável com os restantes ou seria a eles redutível. Se tal se pode dizer de qualquer ente, pode dizer-se com maior força da pessoa. Ontologicamente, no que constitui a diferença própria sua, cada pessoa é necessariamente incomunicável. Qualquer possível outra forma de comunicação, a ser possível, há-de ser sempre alicerçada nesta incomunicabilidade ontológica. É contra esta incomunicabilidade ontológica da pessoa que se erguem os tiranos, tentando, por todos os meios, reduzir o ontologicamente próprio de cada pessoa a uma mera função da sua tirânica vontade. Mas a incomunicabilidade ontológica da pessoa é de tal modo poderosa que nunca tirano algum a conseguiu vencer: o que se consegue é anular de algum modo a pessoa, não reduzi-la a algo que não é e nunca pode ser, precisamente sob pena de aniquilação. Mas aniquilar uma pessoa não é o mesmo que reduzir





a sua ontologia própria a algo de diferente do que é. Mas os tiranos só o são porque são fundamentalmente estúpidos...

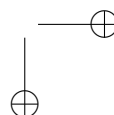
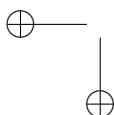
4.2 Solidão ética e solidão política

A solidão ética da pessoa decorre necessariamente da solidão ontológica e confunde-se com ela no que à principalidade própria da acção pessoal diz respeito. Assim como, do ponto de vista do ser próprio de cada pessoa, o acto que me constitui é absolutamente único e com nada confundível, por nada substituível e a nada redutível, do ponto de vista da acção própria de cada pessoa, cada acto seu e o conjunto total integrado de seus actos é o que é e é único, inconfundível, insubstituível, irredutível. Quer do ponto de vista ontológico puro, que inclui a parte propriamente ética do acto de cada pessoa, quer do ponto de vista deste último, a solidão é total, não havendo qualquer comunicação real, não sendo possível qualquer comunicação real.

Quer do ponto de vista ontológico quer do ponto de vista ético, nascemos sós, sós vivemos, sós morremos. O único modo de vencer esta solidão é através da transcensão política, único meio de comunicação entre pessoas. *Daqui, a importância ontológica e ética da política, único modo de possível comunicação entre pessoas.*

É quando cada acto de uma pessoa transcende o foro puramente interior – ético – da pessoa, onde tem totalmente a sua origem própria, e é lançado no *forum* possível comum para o encontro de todos os actos políticos possíveis que há comunicação humana. Sem esta transcensão política, não é possível qualquer comunicação humana. Tal evidência não é contraditável, senão por meios mágicos, epistemologicamente aberrantes. Assim, há sempre uma necessária dependência da política relativamente à ética, de onde totalmente promana. *A ética é o fundamento ontológico da política*, não uma forma nescia de a adjectivar, como quando se diz “uma política ética”, querendo dizer “uma política que realiza o bem”. A política é toda ética quanto à sua origem ontológica, mas, como a ética de onde parte, pode ser dirigida para o bem ou não. Não deixa por isso de ser política, não deixa, por isso, de ser ética.

Apenas segundo o modo político pode o ser humano vencer a solidão ontológica própria da sua condição de pessoa, isto é, de entidade incomunicável enquanto tal, quer dizer, precisamente enquanto entidade que é e que é o que é, forma absolutamente única de ser. Assim, o âmbito da política não é o âm-

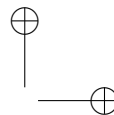
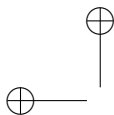


bito mesquinho do poder sobre os outros homens ou sobre a natureza, ou o âmbito, ainda mais mesquinho, dos jogos com que esse poder é administrado, mas o único modo possível, para o ente humano, de poder contactar outros entes, humanos ou não. Sem este âmbito relacional fundamental, o ser humano permaneceria para sempre como uma entidade absolutamente isolada, constituindo como que um mundo à parte, mundo que, como sabemos, pelo menos desde Platão, sem o contacto político, seria indiscernível do mundo das bestas, pois, como também sabemos, sem o contacto, *desde tenríssimas idades*, com este mundo político, o possível ser humano permanece mesmo uma besta.

É o âmbito da política, como meio único possível para a comunicação entre as pessoas, que permite a possível existência de algo como uma “cidade de Deus”, impossível sem o âmbito político. Sem magias, pois a tal “cidade de Deus” não cai do céu, antes implica uma acção universal no sentido do bem, sem qualquer possibilidade de falha, notável descoberta agostiniana, que Kant laicizou na forma do seu “imperativo categórico”. Forma que, em termos evangélicos, é dada pela sentença “amai-vos uns aos outros como eu vos ameí”, em que a única fórmula do universal bem-comum, alicerçado num amor universal, universalmente particularizado, tem de necessariamente imperar, sem o que não há “reino” ou “cidade de Deus” algum, antes a terrível “cidade dos homens”, em que a besta humana impera, em que o amor vegeta, moribundo.

É precisamente neste pano de fundo que a acção de Schindler – e, com ele, de todos os que, independentemente de tempo e espaço, como ele laboraram – se impõe como fundamentalmente boa. De uma dinâmica e cinética de puro egoísmo ético, com terríveis consequências políticas se assim continuasse, Schindler chega a um estado em que aparentemente já só o amor conta, em que a relação política com o bem possível para o outro é o motor fundamental de toda a sua acção, não contando já qualquer dos motivos egoístas iniciais. Tal pode ser percebido não só pelo progresso da sua acção ao longo do filme, mas, sobretudo, pelos momentos finais, em que percebe o bem que poderia ter feito e não fez, salvando mais pessoas, mesmo quando lhe fazem ver que o que tinha feito já era muito.

Para ele, sabendo, agora, o peso ontológico de cada pessoa salva, cada pessoa não salva pesa todo um mundo morto sobre ele, tornando-se difícil de aceitar cada não-salvamento possível, mas não realizado. Residirá aqui a



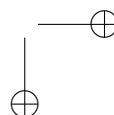
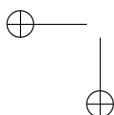
causa da incapacidade de Schindler viver no pós-guerra como o grande homem que foi, tendo-se deixado lentamente apagar, como que esmagado não pelo peso da glória do que fez, mas pelo peso do opróbrio ético – pessoal, íntimo – do que não fez?

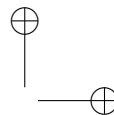
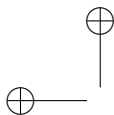
Mas assim se compreende também muito melhor o que se quer dizer quando se cita a sentença “quem salva uma pessoa salva o mundo inteiro”: é que cada pessoa é a possibilidade de um mundo, mundo que não é fundamentalmente o seu, mas, fundamentalmente, o mundo da possibilidade de todos os mundos possíveis, possíveis precisamente na forma da relação política. O mundo humano é o mundo da possibilidade e da realidade da relação inter-pessoal, isto é, da relação política. Eliminar cada um destes mundos, cada uma destas universais possibilidades, é eliminar a possibilidade de um mundo que é exactamente um universo possível de mundos em relação, ou seja, um universo de universos em relação. À parte a realidade teórica possível de Deus, esta é a realidade ontologicamente mais rica que a humanidade conhece, de que a humanidade é capaz, infinitamente mais rica do que a falsa infinitude do universo físico, mera parte infinitesimal deste universo político e semântico que é o da possibilidade e da realidade da relação entre as pessoas.

4.8 Festa

A festa tem um papel importantíssimo na vida política, pois é pela e na festa que é possível celebrar a razão profunda que une os elementos constituintes da comunidade política, razão que, precisamente, faz deste conjunto de pessoas uma comunidade e não um simples agregado de indivíduos humanos. A festa é, assim, um dos momentos mais humanamente densos da vida ética e política dos seres humanos. Mesmo quando esta festa se perverte e mais não faz do que servir de meio de escape psicológico para frustrações várias, para uma anti-celebração da grandeza humana, precisamente na forma degradada da sua mesma pequenez, mas pequenez que muito se agita, como que tentando crescer... As celebrações dissolutivas mais não são do que este fogo pré-extinto, que insiste em brilhar, como agónica recordação final da grandeza de um fogo que em breve morrerá.

Assim, da festa que celebra a positividade absoluta do ser, à festa que mais não celebra do que o penacho enlameado do tirano, estes momentos de





celebração relevam da mesma grandeza humana actual e presente e revelam ao mundo essa mesma grandeza.

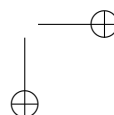
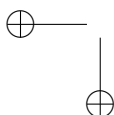
Schindler era um homem de festa; de várias festas: das festas dissipativas perversas, como forma de conquista de influência – festas de *potlatch* –, às festas concelebrativas com seus camaradas nazis, em que jogava politicamente na manutenção da sua imagem de bom camarada de partido e de negócios, à festa orgíaca dos sentidos em dimensão sexual, à festa da celebração da vitória sobre os mecanismos de morte, Schindler imperou.

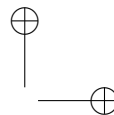
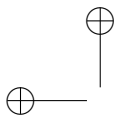
Mas este império da festa é mesmo o que parece ser: o império do sentido positivo da e para a vida, sentido que sempre habitou Schindler, sentido que permitiu, em sua mesma positividade ontológica intuída, a conversão de Schindler, impossível sem este sentido de positividade ontológica, positividade necessariamente festiva, pois a grande festa é ser, em absoluto.

4.9 O valor da vida e o absoluto da vida

A vida não tem propriamente um qualquer valor que seja humanamente atribuível: é esta precisamente a razão pela qual crentes e não crentes numa qualquer forma de Deus criador têm de saber respeitar a vida humana, pois a sua grandeza transcende sempre toda a possibilidade de avaliação e de juízo humanos.

A imensidade da possível grandeza humana deveria impor sempre um amor que lhe fosse devidamente proporcional, imenso, portanto, ou, na incapacidade deste amor, um respeito compatível – o respeito de tipo kantiano serve perfeitamente. Em cada ser humano reflecte-se, ao modo das mónadas de Leibniz, toda a relacionabilidade possível entre todos os seres humanos e entre cada um deles e a natureza e mesmo eventuais “formas” transnaturais. Tudo isto – e tudo isto é todo o humanamente possível – reside como possibilidade na mais incoativamente pensável forma de humanidade real: cortar esta possibilidade é aniquilar tudo isto. Mas não se aniquila isto apenas no ente singular ou entes singulares em que tal aniquilação teve efeito, mas em todo o universo de possíveis relações. Assim, “quando se mata um homem, mata-se toda a humanidade” e “quando se salva um homem, salva-se toda a humanidade”, resumindo provavelmente numa breve frase todo o grande tema do filme e da vida não politicamente inútil de Schindler.





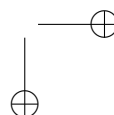
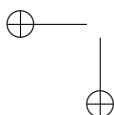
Foi precisamente este não valor, mas *sentido do absoluto de cada vida humana* (paradigmatizado no absoluto da diferença da cor da menina de vermelho, anónima, mas não na sua patente essência humana), que Schindler percebeu e que o levou a agir como agiu, precisamente depois de o ter percebido.

Schindler parece perceber o absoluto da vida aquando da cena da eliminação do gueto de Cracóvia, na pessoa da menina com o casaco vermelho, cujo cadáver, aliás, surge mais à frente, aquando da destruição dos mais de dez mil cadáveres enterrados, prova incontrovertível dos crimes contra a humanidade cometidos pelos nazis, prova que tinha necessariamente de ser destruída, numa altura em que soavam já os sinos da derrota e havia que limpar as evidências do mal cometido.⁹⁵

Simbolicamente, aquela figura marca o *absoluto da diferença*, isso que faz com que cada ser humano seja precisamente uma pessoa, isto é, algo de único e insubstituível, algo que não deve, de modo algum, ser instrumentalizado, como, na sequência da grande tradição clássica, o próprio Kant bem percebeu, quando afirmou que a pessoa é sempre um fim em si mesma e nunca pode ser reduzida a um meio.

O que os nazis, e, com eles, todos os que reduzem as pessoas a simples meios, fizeram foi destruir a possibilidade de estas pessoas serem fins para si próprias e para as outras, isto é, impossibilitaram-nas de ser amadas e de amar, pois apenas o amor pode eleger a pessoa como fim e não como meio, dado que *apenas o amor, isto é, o acto de quem ama e quem ama nesse acto*

⁹⁵ Tal eliminação sistemática de provas, que não foi operada apenas em Cracóvia, mas um pouco por toda a parte, onde houve tempo para tal executar – lembremos o caso fundamental de Treblinka, um dos dois maiores campos de extermínio, juntamente com Auschwitz –, é indesmentível prova de que os nazis sabiam perfeitamente a qualificação moral e política do que tinham andado a fazer, pois, se assim não fosse, se acreditassem piamente na bondade da matança efectuada, para quê destruir as provas de algo tão “bom”? Deveriam todos ter um enorme orgulho no que andaram a fazer e manifestá-lo, não tentando apagar as provas respectivas, como cobardes criminosos. Assim se confessaram, ao eliminar as provas do que fizeram, como qualquer objecto criminoso, apenas forte perante a fraqueza natural ou fabricada das suas vítimas indefesas, mas cobarde perante a força de um possível julgador mais potente do que ele. Basta esta evidência teórica para justificar a existência e a operação dos tribunais de Nuremberga, Tóquio e de todos os outros sobre estes matriciados. Bastaria também, como grande dissuasor, para justificar a sua manutenção, sob forma adaptada, o que não foi possível, devido à soberana cobardia e estupidez dos herdeiros dos que venceram a Segunda Grande Guerra Mundial.



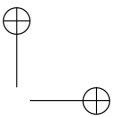
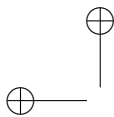
quer o bem de isso que ama pelo bem de isso que ama, sem qualquer outra razão. É, ainda, o que de fundamental está em causa na ética de Kant, quer isso seja ou não perceptível, mesmo pelo próprio.

O que a pessoa daquela menina possibilitou a Schindler foi, através da intuição da sua absoluta singularidade, na semelhança com os demais judeus com quem vivia e convivia – e que tentavam, naquele momento, apenas sobreviver –, perceber a importância da vida de cada pessoa, pois cada pessoa era, no que era, semelhante à menina e tinha, tal como ela, todo o direito a viver no e como o que era. Schindler percebeu algo que muito poucos percebem: o *direito do ser a ser*, independentemente do ser que é. O absoluto de ser, de acto, que cada ser é e que a ninguém pertence senão a ele mesmo, que é o próprio de si mesmo. Para um crente, a única ligação ontológica vital a este nível dá-se com Deus: para além de Deus, nada ou ninguém mais deve poder ter poder de vida ou de morte sobre o ser de cada coisa, mormente sobre o ser de cada pessoa.

É por isso que todos os sistemas éticos e políticos que rebaixam esta relação ao plano mundano são necessariamente ateus, mesmo que se reclamem não-ateus: *a outorga do poder de vida ou de morte ao ser humano nega o poder soberano de Deus*, entregando-o ao ser humano, agora imediatamente feito tirano. *Toda a tirania assenta nesta degradação humana do poder de vida ou de morte*. Todo o ser humano que o reclama para si, como direito, não como acidente, é um potencial tirano, um concorrente humano ao império divino. E é este o verdadeiro Fausto ou o verdadeiro Prometeu, não os da literatura, por mais interessantes que sejam. Estes últimos são apenas concretizações individuais do paradigma que é aquele.

A vida humana passa, pois, a não ter propriamente valor para Schindler, o que é precisamente a intuição mais apropriada, pois, de facto, não é possível atribuir ontológica e objectivamente qualquer valor à vida humana. Por outro lado, dizer que é infinito, é proferir uma proposição sem sentido possível, pois ninguém pode saber o que seja um “valor infinito”. Para os crentes, apenas Deus o poderia fazer. A grande descoberta acerca da vida humana é, pois, que *não é da ordem do valor* – sempre judicativo e assertivo, demasiado humano, na expressão de Nietzsche –, *mas da pura ordem do ser e do acto que o ergue*.

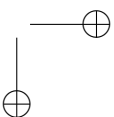
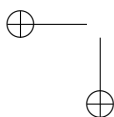
A menina de vermelho é o símbolo vivo do acto único que ergue cada ser humano, acto que, uma vez destruído, é impassível de humana reconstrução. Acto que não tem valor, porque não tem com que ser comparado, pois é único.

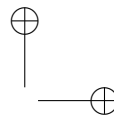
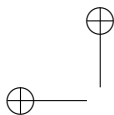


Unicidade que toda a tirania tem de necessariamente negar, sem o que não poderia ser uma tirania, pois o reconhecimento da unicidade de cada acto humano implica imediatamente o seu respeito como tal, respeito incompatível com qualquer forma de tirania. O tirano só pode ser tirano funcionalizando os que domina. Esta funcionalização faz com que isso que seria o bem próprio de cada um deles – bem amável e que deveria ser amado – seja negado em função do bem próprio exclusivo do tirano. Tal só é possível se se anular a possibilidade de cada ser humano ser um bem único próprio. Passam todos a ser um bem único, *mas impróprio*, literalmente: o bem do tirano a quem servem. Esta relativização do bem próprio ao bem impróprio do tirano faz com que sejam todos tornados iguais, segundo este mesmo bem impróprio, pelo que *a tirania só é possível num âmbito político de igualdade*, em que o próprio ontológico de cada pessoa é escamoteado e reduzido a uma função alienante do bem próprio do tirano, impróprio do e para o tiranizado.

O tirano é, pois, a impossibilidade real do amor como relação política fundamental, geradora do bem-comum. O único amor permitido pelo tirano é o seu amor por si próprio, amor centrípeto de um Moloch insaciável. Neste ambiente político, a vida humana pessoal tem apenas o valor funcional do interesse próprio do tirano. Mais nada. Não admira, pois, que os internados nos campos de concentração e todos os indesejados fossem reduzidos a meras funções dos interesses do grande tirano, Herr Hitler, e de todos os oligarcas tiranetes que sobre ele se cunharam. O próprio Schindler começou assim. A grande diferença sua residiu no facto de ter sido capaz de perceber – daqui a importância da figurinha da menina de vermelho – que há mais riqueza ontológica num qualquer escravo, por mais degradado que esteja, para além do seu mero interesse económico, sexual ou outro.

Porquê esta diferença? Talvez porque Schindler era o sorvedouro de vida que era, mas não no sentido de a eliminar, antes no sentido, ainda que inicialmente bastante perverso, de a gozar o mais possível. Mas este gozo, que não podia ter sido meramente boçal, permitiu-lhe perceber a grandeza da mesma vida de que gozava e que explorava, abrindo as portas à compreensão das outras dimensões ontológicas que a vida carregava, dimensões que compreendeu ser obrigação sua proteger e salvar, pois, como Deus, no mito genesíaco da criação, viu que era bom. Há, em Schindler, uma forma estranha de adoração do bem, por via do belo, que permitiu um trabalho de resgate do bem, impossível de outro modo. A pura lógica do bem é capaz de subverter todos





os esquemas consabidos e ressequidos, visando sempre um bem maior, assim haja quem, com as suas mãos, faça o que a magia dos fracos impotentes não consegue: operar o bem.

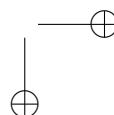
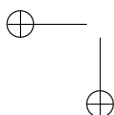
4.10 O médico que mata antes dos carrascos

Se há momento neste filme em que se patenteia a radical diferença entre os habituais tempos de paz e o tempo de guerra, este momento é o da cena em que, durante a aniquilação do gueto de Cracóvia, os SS se dirigem à enfermaria do hospital para executar os pacientes que lá estão. Parece ser um momento em que o pessoal de saúde presente, obrigado a defender a vida dos pacientes até às últimas consequências, trai a sua vocação e missão, matando os doentes por envenenamento. Sabendo que iriam ser mortos pelos SS, não era preferível não se macularem com esta marca, marca que é indelével, deixando o inevitável ser, simplesmente? Para quê substituir ao mal inevitável dos assassinos um mal evitável?

Mas a grande lição deste filme reside precisamente na mostraçãõ de que *não há mal inevitável*, pois todo ele depende de uma acção e de uma escolha do ser humano.

Se há movimentos na natureza que são prejudiciais ao ser humano e que erradamente, de forma comum, se designam como “males”, introduzindo uma equivocidade que arruína definitivamente a especificidade própria ética e política da acção humana, analogando, de forma arbitrária e irracional, o fruto da acção humana impeditiva do bem com os resultados de forças e movimentos naturais que em nada dizem respeito ao ser humano, em tudo o transcendendo, há, também, movimentos que se devem exclusivamente ao ser humano: uns são capazes de ajudar a plenificar a realidade de um bem possível, outros mais não fazem do que aniquilar tal possibilidade: estes últimos são os que produzem o mal, por meio da impossibilitação de um qualquer bem. A realidade, que poderia ser enriquecida com um determinado bem possível, mas não necessário, não o é e não o é porque alguém quis que não fosse. Aqui está toda a possibilidade e toda a realidade do mal.

Qualquer mal só existe se for fruto de um acto de uma pessoa que impede que o bem correspondente seja. Assim, não há males necessários, o mal é sempre contingente e depende do acto de cada ser humano. Há, pois, no



que diz respeito à capacidade de acção humana, sempre uma escala de bem possível, com a correspondente escala de mal possível. Assim, por cada acto de introdução de positividade ontológica na realidade, há um possível acto de não introdução dessa mesma positividade ontológica.⁹⁶ Naquele reside todo o bem possível de etiologia humana, neste todo o mal possível de etiologia humana.

É claro que, na cena invocada, o pessoal de saúde poderia sempre ter análogo aquela situação a uma situação puramente natural, como, por exemplo, a queda de um meteorito, contra a qual, nada sabendo a tempo, nada poderiam fazer. O meteorito cairia em cima da enfermaria e mataria os doentes. O “mal” seria “natural” e não haveria qualquer responsabilidade humana possível. É o que o vulgo denomina de “acaso”.

Mas nada há de casual nesta cena: os SS não são forças da natureza, são seres humanos, entidades éticas e políticas, que obedecem a ordens exteriores, mas interiorizadas e cumpridas por e como seres humanos que são, não são redutíveis (como eles próprios fizeram) a coisas ou a bichos. O pessoal de saúde sabia muito bem o que motivava tais actos dos SS: não se tratava de um acto de “boa-morte”, um acto de “piedosa” eutanásia nazi – lembremos que foram os nazis quem iniciou institucionalmente a eutanásia –, mas de um acto político cuja finalidade consistia em cumprir a morte ignominiosa daquelas entidades a quem recusavam a mesma humanidade: *matá-los-iam como se matam ratazanas ou vermes, retirando triunfalmente àqueles seres humanos a sua condição humana: às mãos dos nazis, morreriam não como pessoas, mas como bichos*. Todos o sabiam, assassinos, vítimas, pessoal médico.

Numa comum situação de paz,⁹⁷ o envenenamento daqueles pacientes se-

⁹⁶ Esta evidência, incontrovertível, anula toda a possibilidade do néscio maniqueísmo ético.

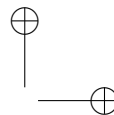
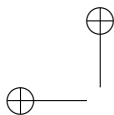
⁹⁷ É interessante notar a habitual hipocrisia ética, política e filosófica com que se encaram os tempos de entre guerras, no sentido comum do termo: parece que, quando não há uma guerra oficial em progresso, se vive mesmo em paz. Ora, *a paz não é a ausência de guerra*, antes um estado em que apenas o bem impera e, deste modo, imperando o bem, ninguém atenta contra o bem do outro, assim impedindo a guerra. Ora, bem sabemos que tal império nunca existiu, pelo que a paz, com excepção da paz ética, exclusivamente interior, de algumas santas pessoas, nunca existiu. Infelizmente, têm razão os que pensam que a vida de sempre da humanidade nunca foi mais do que um permanente estado de guerra. Mas não se confunda esta constatação com a intuição de alguma necessidade no processo e no estado: *a guerra não é necessária*, ainda que a tensão – aí Heraclito tem razão – o seja, mas tensão não é sinónimo de guerra. Por outro lado, a humana concretização do humano desejo de paz apenas depende da

ria considerado e seria mesmo um crime, pois, em tal situação, *nada o justificaria*. Mas, naquele momento, *aquele acto era o único capaz de furtar aquelas possíveis vítimas àqueles certíssimos algozes*. Ao fazê-lo, o pessoal médico *impedia os nazis de obter a sua vitória política sobre “aqueles indesejados”*, mesmo que os nazis o não percebessem. Tal seria, já, uma grande vitória moral e política sobre um inimigo tão desmesuradamente poderoso. Mas, para os pacientes que ainda pudessem ter consciência do acto que, assim, os eximia ao triunfo dos algozes e, num mesmo acto, lhes permitia morrer com dignidade humana, seria o último conforto e consolo, depois de tão grande provação e angústia, *poderem morrer não como vermes ou ratazanas, mas como pessoas*.

É claro que morrer é morrer, mas o modo como se morre não é indiferente. *O momento da morte é o momento supremo de afirmação possível de uma dignidade humana que se possui ou que se anseia possuir*. Os tiranos sabem-no bem e sempre encontram modos de, precisamente neste supremo momento, rebaixar aqueles que querem matar, matando, neles, não apenas a sua parte física, mas toda a sua parte humana e politicamente simbólica. As vítimas dos tiranos também o sabem, pelo que, sempre que podem, e, muitas vezes, com custos terríveis em termos de sofrimento acrescido, tentam mostrar precisamente que possuem dignidade humana, contrariando a tese do carrasco, procurando simbolicamente afirmar que o carrasco é quem não tem razão quanto à sua ontologia própria: eu sou pessoa, não sou bicho; se morro como pessoa, ganho eu a parada e não tu, tirano.

É precisamente o que acontece nesta cena: sabe-se que estes pacientes iriam, de qualquer modo, ser mortos, ser mortos às mãos de outros seres humanos, mas que diferença espantosa ser morto por um inimigo, que nos recusa a nossa dignidade humana, ou ser morto por quem nos ama e que nos mata precisamente porque quer preservar a nossa mesma dignidade humana até ao fim, mesmo que a custo de nos ter morto. Assim se compreende o ar amoroso que alguns doentes lançam àqueles que sabem que os estão a matar, mas a matar por amor, para que morram pessoas e não bichos. Que diferença para o

humana vontade de a realizar. Não se trata de uma utopia, mas de uma possibilidade realíssima, remotíssima, mas realíssima. O seu carácter remoto não serve de desculpa para a sua não efectivação. A paz não advirá de qualquer milagre ou acaso, mas apenas da harmónica acção dos seres humanos, nessa harmonia verdadeiras pessoas. A responsabilidade é nossa, só nossa.



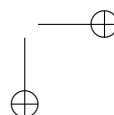
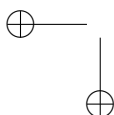
cinismo da eutanásia, quer da eutanásia nazi, quer da eutanásia – será sempre marcada pelos seus brilhantes começos hitlerianos – contemporânea.

Não se trata, no filme, de poupar dinheiro ou recursos, de satisfazer caprichos ou de acelerar heranças, de suprir coragens em falta, etc., mas de fazer algo que é o único que impede os carrascos de vencer. Tal não tem paralelo, senão, ainda em condições de guerra, nos casos de ferimentos sem possibilidade de cura ou alívio e que levam, em certas situações de combate, a que os camaradas decidam matar aqueles que assim ficaram. Quer num caso quer no outro, o bem e o mal introduzidos na realidade, de sempre difícil mensuração, mas, nestes casos, de mensuração impossível, ficam com quem os recebeu e com quem os praticou, não sendo, dadas as excepcionais circunstâncias de anomia, de tendência caótica, possível qualquer juízo moral ou político. *O único remédio cabal para tais situações é nunca terem existido.* O único bem possível para qualquer guerra é nunca ter sido. O mais é cobarde hipocrisia.

4.11 O compromisso com a tirania como acto de tirania

São muitas as razões e são sobretudo muitas as desculpas avançadas para justificar actos de colaboração com os tiranos ou as oligarquias, cujos actos em tudo são indiscerníveis dos de um tirano. Mas há algo que, apesar de eventuais causas ou desculpas, é inegável: *a participação qualquer num acto de tirania é também ela um acto de tirania.* Seja por causa do mais insignificante e mesquinho interesse egoísta seja pela tentativa de manutenção da própria vida seja por mera cobardia, o ser humano que colabora com um acto de tirania é também, na medida da sua participação, um tirano.

Tal participação ocorreu ao longo de toda a história da humanidade e grande parte desta história mais não é do que o acumular de uma imensidade destes actos. A única alternativa, precisamente aquela que se encontra no âmago mais profundo do modo nazi de relacionamento com os não-nazis, consiste em que já não haja humanidade alguma nos colaboradores. É o que parece verificar-se, para satisfação e orgulho dos nazis (e de quem os imita), com aqueles que, nos campos de concentração formais e nos campos de concentração em que o nazismo transformou a Alemanha e os Países ocupados, prescindindo de quase toda a sua humanidade, se transformaram em carrascos



de seu semelhante por participação nos actos de tirania dos tiranos e oligarcas nazis.

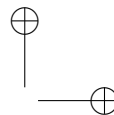
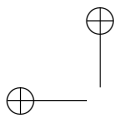
Tal manifesta-se na colaboração de pessoas judias na repressão de seus semelhantes. *As razões*, todas elas éticas, interiores e, portanto, realmente não escrutináveis, *objectivamente não interessam*: para a criança ou o adulto ou o velho seleccionado para a matança tanto monta que o seu semelhante judeu que o seleccionou o tenha feito porque é um nazi falhado ou porque tem medo de morrer ou porque quer enriquecer às custas do saque que a sua posição lhe permite. Não fica, por isso, menos morto.

Os casos mais abjectos conhecidos de crueldade para com os prisioneiros nos campos de concentração não pertencem aos arianos, de quem tudo se esperaria, dado que começaram por desclassificar como inumanas as suas vítimas, mas aos próprios semelhantes-prisioneiros, a quem a semelhança, assim negada e traída, confere um grau de humana abjecção impossível de ultrapassar, pois, com os seus actos, o que fazem é negar a última hipótese de reconhecimento de uma mesma humanidade comum: estas bestas humanas são quem mais próximo está de negar em absoluto toda a ontológica dignidade humana.

O filme poderia todo ele ser lido como um relato de actos de colaboração, pois, é relato romanceado muito fiel daquilo que normalmente se passava nestes lugares.⁹⁸ Mas há que fazer uma distinção fundamental quanto à acção destas pessoas neste ambiente ético e político: enquanto os colaboradores agiam muito para além do que a sua simples sobrevivência necessariamente exigia, os não-colaboradores agiam apenas no sentido da sua sobrevivência, não realizando qualquer acto que pusesse indevidamente o bem dos outros em causa. Assim, e como exemplo paradigmático, ninguém pode ser acusado de comer o seu magro e único pedaço de pão, sem o qual garantidamente não sobreviveria muito mais tempo. Tal independentemente de tudo o mais. Mas já é muito diferente a atitude de quem comia o seu pão e roubava o pão de outro. Como é evidente, quem, mesmo nestas circunstâncias, fosse capaz do acto de abnegação de partilhar do pouquíssimo que tinha atingia níveis de grandeza humana comumente inacessíveis e, por tal, não mandatários.

Comer o pão próprio do outro não é apenas um acto abjecto do ponto de vista ético e político, sem mais, mas constitui um acto de colaboração,

⁹⁸ De entre a vasta literatura disponível, de salientar como texto paradigmático neste âmbito, a obra, já referida, de Primo Levi *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, 1958.



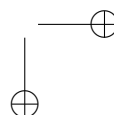
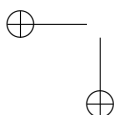
pois, ao fazê-lo, estou a abreviar a existência daquele a quem roubei, ajudando substancialmente ao esforço do tirano, cujo objectivo último é precisamente a aniquilação de todos estes pobres comedores de pão. De nada serve dizer que se poderia estar a prejudicar a capacidade produtiva da organização do tirano, pois o tirano montou a organização fundamentalmente não para obter resultados económicos, mas para eliminar os escravos de uma forma que ainda pudesse ser para si lucrativa. *A escolha era, pois, muito clara: ou colaborar com o tirano ou não colaborar com o tirano. Quem colaborou, colaborou e tem nessa mesma colaboração com o tirano a sua eterna recompensa. Quem não colaborou, não colaborou e nessa sua não-colaboração tem a sua mesma eterna recompensa.*

Esta situação é, como muitas na nossa existência, mesmo naquela a que erradamente pensamos ser uma “existência comum”, de tipo agónico-trágico, em que nunca há uma “boa” saída, isto é, uma resolução que possa ser retoricamente resumida num “e viveram felizes para sempre”. A felicidade, pelo menos humanamente entendida, não cabe neste esquema: como pode alguma vez ser feliz quem tenha colaborado com as bestas ou quem tenha sido delas vítima? Não estamos obviamente a falar de qualquer psicológica sensação de contentamento, mas de um acto de intelectual satisfação na contemplação de seu próprio acto total acedível: à parte uma desumana estupidez essencial, como pode alguém minimamente inteligente encontrar satisfação intelectual na bestialidade realizada ou sofrida? Satisfação no mal?

Outra, muito diferente, é a questão da dignidade humana. Que dignidade humana tem quem participou em tais actos tirânicos, seja o próprio tirano motor sejam os seus tiranetes movidos? A posição de Platão perante tais seres será uma boa resposta.⁹⁹ Mas a dignidade humana obtida por aqueles que se recusaram a participar é algo que constitui verdadeiramente um património não apenas glorioso, mas salvífico, no sentido em que o texto sagrado acerca de Sodoma e Gomorra põe o problema: se a humanidade enquanto tal merece ainda existir é porque há, ainda, uma “boa meia-dúzia” de pessoas boas,¹⁰⁰ meia-dúzia que permite que a humanidade não desminta absolutamente a sua mesma bondade e, com ela, o seu direito a existir.

⁹⁹Na obra *Fedro*, Platão classifica o tirano como o mais baixo dos seres humanos, entidade de nono grau, o mais afastado da possibilidade de salvação: 248c-249b.

¹⁰⁰Pode acontecer que, como com Job, ser apenas uma única pessoa boa a fazer merecer a sobrevivência da espécie.



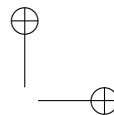
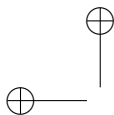
De facto, e apesar de não possuir inteligência suficiente para o poder perceber, o desafio que Herr Hitler lançou à humanidade foi e é mesmo o *desafio supremo*: *há ou não gente que mereça, como tal, viver?* Como é óbvio, do alto de sua estulta maldade, Herr Hitler pôs-se no lugar de Deus. Mas situemo-nos teoricamente não no lugar que Herr Hitler roubou a Deus, mas no lugar do Deus criador do ser humano para o bem, *que fazer a uma humanidade que não desmentisse Herr Hitler*, manifestando-se, assim, pior do que a pobre humanidade de Sodoma e Gomorra? Cada um que encontre a sua própria resposta, mas com as devidas racionais razões.

Esta questão da colaboração com os tiranos e este questionamento acerca do *merecimento da humanidade ao ser* não é fútil e não diz respeito apenas ao ambiente da Segunda Grande Guerra, mas é vital, sobretudo em termos não religiosos, pois a religião tem meios semânticos próprios para combater grandes ausências de sentido global, e diz respeito à humanidade de sempre, humanidade de que só existe o que existe na forma das pessoas presentes, propriamente nós.

Assim, mesmo não vivendo em manifestos guetos ou campos de concentração, a questão da participação-colaboração em actos de tirania não deixa de nos afectar, sendo mesmo uma presença constante, se pensarmos que tirano não é apenas um qualquer Herr Hitler formal, mas todo o ser humano que intenta reduzir as possibilidades ontológicas de um outro ser humano. Tal intento, sempre ético, só pode ter a sua manifestação na esfera política, esfera única em que é possível a interessoalidade. Tais actos políticos que visam cercar a possibilidade ontológica de terceiros ocorrem aos milhões todos os dias em todo o mundo. Estão constantemente à nossa volta, quando não estão frontalmente em nosso mesmo próprio interior ético. *Possivelmente, transcendentemente, o tirano sou eu*. E, comigo, todos os outros “eus” que, comigo, constituem o universo político, universo sempre global, quer disso se tenha consciência quer não.

Concretizando, desde o padrão que não remunera devidamente o trabalho de seus empregados, impossibilitando-os, assim, da possibilidade de dispor de meios adequados para investir em seu próprio bem,¹⁰¹ ao marido ou à mulher

¹⁰¹De nada serve o argumento segundo o qual melhor pagamento pode proporcionar mais riqueza para investir no mal, pois o que está em causa é precisamente a possibilidade, possibilidade de bem, que nunca pode andar sem o acompanhamento da possibilidade do mal, questão trágica do livre-arbítrio. Mas, sem esta possibilidade de bem e de mal, não há simplesmente



que maltrata de algum modo o conjugue, ao colega que prejudica o colega, ao militar que mata ou fere o que não deve, todos praticam, nestes actos, actos de tirania, pois, nestes actos, todos exercem a violência de sonegar possibilidades ontológicas a um qualquer terceiro. O mal da tirania encontra-se, assim, muito mais expandido do que faz crer a habitual definição de tirania.

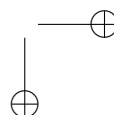
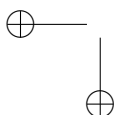
Um dos grandes méritos desta obra cinematográfica consiste na mostração a um grande público da evolução de um ser humano, aparentemente não especialmente dotado de qualquer santidade, desde um estado de acção tirânica a um estado de acção amorosa, amorosamente soteriológica, mostrando, assim, não só que a tirania é um perigo e uma realidade difundidos, mas que existe também a possibilidade de alguém ainda não totalmente pervertido pela tirania se livrar dela e passar a agir não no sentido do seu exclusivo bem próprio às custas do possível bem alheio, mas no sentido do bem-comum. Tal o caso de Schindler.

4.12 Rumores dos campos de extermínio junto dos judeus

Esta cena, em que se especula acerca da existência destes campos, que reflecte possíveis milhentas cenas reais que aconteceram por todos os campos de concentração fora, é exemplificativa de como a comum racionalidade não imperava no mundo criado pelos senhores nazis: quando confrontadas com rumores acerca do destino final de pessoas que iam para campos especiais, precisamente os campos de extermínio – e não eram muito distantes de Cracóvia –, algumas das escravas tentavam raciocinar no sentido da mostração teórica do que seria a insensatez nazi se, em vez de continuarem a explorá-las economicamente, retirando-lhes toda a riqueza de trabalho possível que ainda poderiam fornecer, as matassem. Se bem que fosse humanamente impossível nestas circunstâncias acreditarem na veracidade do lema “Arbeit macht frei”, ainda acreditavam que a sua condição de escravas económicas as protegeria de um destino extremo, aceleradamente próximo.

Não percebiam que não eram meras escravas económicas, mas escravas políticas, no sentido pleno do termo, de que a economia mais não é do que

peessoa. Aniquilar a pessoa era, lembremos, o fito dos nazis, bem como de qualquer tirano merecedor do nome: pode ser qualquer um de nós, convém não esquecer.

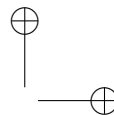
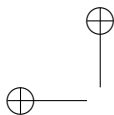


um subconjunto basal. A sua condição não era equivalente à dos cerca de seis milhões de trabalhadores escravos de várias nacionalidades que os nazis transportaram para a Alemanha,¹⁰² a fim de os explorar ao serviço do seu esforço económico de guerra: estes sim, eram para ser explorados até ao extremo das suas possibilidades bio-económicas, mas não eram destituídos de todos os direitos, pois não eram sub-humanos como os judeus, ciganos, etc.

Para estes últimos, o destino final não era económico apenas: ser abandonado depois de deixar de ser útil, mas sem ser exterminado; era mesmo ser exterminado como fim político último e único, sendo que a exploração económica mais não era do que um meio ancilar para um fim, mas não o fim em si.

A sua exploração económica servia duplamente os fins nazis: por um lado, os maus tratos enquanto trabalhavam aceleravam o processo de morte, podendo mesmo evitar o aborrecimento de ter de os matar expressamente, o que era mais económico e menos constrangedor, pois tratava-se, no fundo, de uma morte “natural”, “naturalmente” decorrendo dos princípios necessários para a solução final; era, ainda, uma prova, quase científica, da bondade dos princípios darwinianos extremos em que os princípios, destes decorrentes, relativos à “solução final” se baseavam, o que deveria dar um certo conforto teórico aos senhores nazis: no fim de contas, eram mesmo os mais baixos dos seres que eram assim naturalmente eliminados, eles que não tiveram sequer a coragem de lutar pelo seu direito à sobrevivência, como era obrigação de qualquer espécie saudável e que quisesse viver e impor-se. Compreende-se,

¹⁰²São estes os números apresentados pelo historiador Norman Davies: Soviéticos – 406.895; Polacos – 1.440.254; Franceses – 95.966; Italianos – 486.326; Checos – 17.679; Belgas – 17.451; Holandeses – 174.358; total – 58.929 (*Europe at war 1939-1945. No simple victory*, London, Macmillan, 2006, p. 322). A própria ordem de grandeza dos números fala por si. Não é muito difícil imaginar, mesmo para quem nunca passou por tal experiência, o sofrimento causado a estes milhões de pessoas, que, mesmo que tenham sobrevivido, e muitas não sobreviveram, ficaram marcadas para toda a vida por uma decisão caprichosa tomada por uma besta desumana, besta que nunca deveria ter sido autorizada a prosseguir os planos que anunciou em alta voz ao mundo e que o mundo, na maior exibição de cobardia da história da humanidade, resolveu não escutar inteligentemente. Mas não foram apenas nem sobretudo os que poderiam ter actuado e não actuaram que pagaram o preço de tal estupidez, mas milhões de pessoas impotentes para a acção, impotentes porque precisamente tinham delegado esse poder em quem os traiu, ao não agir. Como Platão estava certo!: o poder não deve estar nas mãos de bestas ignaras, mas de pessoas sábias: o preço de tal acontecer é sempre pago em sofrimento e vidas de gente inocente.



assim, muito melhor o desprezo que os nazis votavam a tais seres, incapazes sequer de se defender, de defender as suas vidas, merecendo, assim, morrer. Tudo de acordo com a lógica sinistra posta pelo seu divino mestre, Herr Hitler, em *Mein Kampf*.

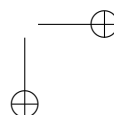
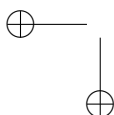
Mas havia, ainda, o benefício económico da exploração económica dos indesejados, pois, para além de contribuir para a aceleração das suas mortes, o processo económico ainda fazia com que objectivamente se produzisse riqueza utilizável quer no processo geral da guerra quer pessoalmente, pois a honestidade não imperava, como se vê abundantemente no filme.

Mas há, ainda, uma terceira vantagem, esta totalmente simbólica em sua perversidade: é que os escravos estavam a produzir os meios civis e militares usados também para a sua repressão e para a repressão de seus semelhantes e daqueles que, não sendo tipificáveis como indesejados, por eles também combatiam e morriam, e que eram mortos e feridos com o material que produziam. Foi certamente a consciência deste facto que levou Schindler a não querer produzir coisa alguma que funcionasse, quando montou a fábrica em Brinnlitz.

Ora, todas estas vantagens eram, para os nazis, apenas um expediente útil, sem qualquer outra valia que não fosse a sua contribuição dupla para os fins que se tinham proposto. O fim último para todos os judeus a que pudessem deitar a mão era a liquidação física, histórica, memorial, ontológica, tanto quanto tal fosse possível ao ser humano realizar: *o ideal seria que fosse possível fazer com que nunca tivessem existido*. É este o ponto fundamental da ideia que suporta o discurso de Amon quando fala às suas tropas antes da acção de eliminação do gueto de Cracóvia.

A racionalização de tipo freudiano que as mulheres fazem da mensagem transmitida pelos rumores e que a sua experiência de sofrimento e de morte deveria validar como não apenas possivelmente, mas provavelmente verdadeira, é inexplicável precisamente de um ponto de vista racional e só se explica como forma de fuga impotente perante a provável evidência de um perigo contra o qual não estavam espiritualmente preparadas para agir. Impreparação que está na base de toda a indignidade comportamental dos escravos de sempre.

Indignidade tópica e historicamente desculpável, claro está, mas humanamente indesculpável, pois, diante de uma morte provavelmente certa, que direito tem o ser humano de agir como se não fosse humano, dando, assim, razão aos que o acusam precisamente de não ser humano, de ser humanamente



indigno? Que direito tem uma pessoa de, perante um carrasco confirmado e impedernido, esperar dele uma qualquer forma de compaixão? Um milagre? E quantos desses “milagres” há por aí, sem que as pessoas *façam* alguns deles? Que direito tenho eu de me deixar matar, deixando viver o carrasco que poderia ter morto, e que *vai continuar a matar outros precisamente porque eu o deixei viver?*: passa o sangue deles a não estar apenas nas mãos do carrasco – o que é normal para um carrasco –, mas também e fundamentalmente nas minhas, o que é blasfemo, de um ponto de vista ético e político humano, isto é, por parte de quem não pode mudar o mundo com a voz de um qualquer “fiat”.

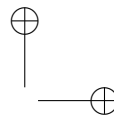
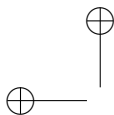
Todas as suas posteriores vítimas são minhas vítimas, sobretudo minhas vítimas, pois foi o meu acto cobarde – por vezes disfarçado de grande santidade,¹⁰³ mas não há santos cobardes – que permitiu que esse carrasco continuasse a ser carrasco.

Mas, pode objectar-se, não basta eliminar um carrasco, pois há outros e há quem os substitua. Certíssimo, mas pode haver quem a eles se oponha, se oponha a que continuem. Basta que cada carrasco encontre a sua *nemesis*. Mas matar um carrasco destes não é descer ao seu mesmo nível? Confessamos que esta é a nossa objecção preferida. Quem tal objecção profere põe ao mesmo nível ético, político e ontológico o carrasco e as suas vítimas inocentes. Que razão levará a que tal faça? Será por extremo de inocência? Mas um inocente poderá alguma vez querer a morte de um inocente? Posto perante a escolha de decidir entre a existência do carrasco ou as daqueles inocentes de quem vai ser carrasco, quem escolhe? E, note-se, que não há a exclusivamente divina hipótese de poder escolher todos.

Quem escolhe quem tem de escolher? Seja quem for, já tem a sua recompensa. Assim se compreende a ausência de Schindler no julgamento de Amon. Schindler escolhera. Não fizera de Deus onnipotente, escolhera como homem finito e imperfeito. Escolhera o lado dos inocentes, não o dos carrascos. E nós, quem escolhemos nós?¹⁰⁴

¹⁰³ Ou de um certo “taoismo” ignaro, indisfarçavelmente cobarde.

¹⁰⁴ Por absurdo, é fácil perceber o que está em causa: tenho de defender uma inocente criança qualquer; há um tirano qualquer que a quer matar, posso defender a vida da criança de qualquer modo, que faço? Que faço, mesmo que a única hipótese seja matar o tirano? E se forem dois tiranos?; e três?; e infinitos? Ora, a inocente criança vale bem esses infinitos tiranos... Mas, *se a humanidade escolhe sacrificar a criança, deixa de merecer existir*. A razão é óbvia. Mas



4.13 “Appelplatz”

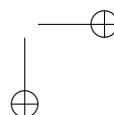
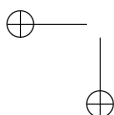
A praça de uma povoação é suposto ser o seu “centro cívico”, não importando a forma que a praça assuma. O que importa é a essência de centro político da comunidade política da povoação, com toda a carga simbólica que tal acarreta, muitas vezes materializada em formas monumentais apropriadas. Na praça, o que menos interessa é a sua materialidade, o que mais interessa é a sua dimensão espiritual-política de lugar da união, da identidade, da comum perenidade.

O campo de concentração, antítese de toda a comunidade, mas forçada pseudo-comunidade agónica, isto é, auto-contraditória e, assim, moribunda, também possuía a sua “praça”. Mas esta praça não era o lugar da união, união que os nazis temiam quer simbolicamente quer pragmática e logisticamente, pois, dado o volume de “habitantes”, qualquer união seria o fim do campo enquanto tal, mesmo que sob pena de combates e eliminação total imediata de guarnição e prisioneiros: este lugar era a máquina da desunião, por via da exposição sistemática e metódica das fraquezas individuais de cada pessoa, sobretudo em momentos de selecção, isto é, e as pessoas sabiam-no de uma forma ou de outra, de momentos em que os deuses nazis decidiam quem ficava e podia sobreviver mais um tempo e quem não podia ficar e tinha de ir para um campo de extermínio ou ser alternativamente morto, algures.

A exposição pública perante a iminência da morte é uma forma ao mesmo tempo simbólica e política de morte: no fundo, na praça, já só há mortos, quando muito “cadáveres politicamente adiados”, o que se torna manifesto pela e na quase ausência de movimentos de resistência nos campos de concentração, ao contrário do que se passava nos campos de prisioneiros de guerra militares, em que a resistência, em formas variadas, e as tentativas de fuga, mesmo sob possível pena de morte, se recapturados os fugitivos, eram moeda corrente.¹⁰⁵

que se vê na realidade, quem nos habituámos a sacrificar, com as mais subtis desculpas auto-justificadoras? E queremos, assim, que o nosso *Reich* dure também mil anos?! Vale mesmo tudo para evitar morrer uns dias mais cedo?!

¹⁰⁵De notar que nos campos de prisioneiros orientais, sobretudo soviéticos e seus aliados, existia o mesmo tipo de tratamento que existia para os judeus e outros “sub-humanos”, precisamente porque os eslavos eram também considerados sub-humanos, habitantes indesejados das vastas extensões territoriais que Herr Hitler queria ocupar, a fim de lá criar novas gerações de arianos, isto é, de verdadeiras pessoas. Sintomaticamente, Auschwitz começou como



4.14 Selecção – Terrível humilhação

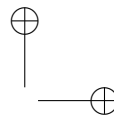
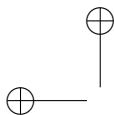
Uma das marcas especiais do processo evolutivo que conduziu à crescente industrialização do sistema de matança de judeus e outros indesejados consistia na selecção inicial entre as pessoas capazes ainda de fornecer alguma utilidade aos nazis, na forma de potência operadora humana, para os mais diferentes fins, que iam desde o trabalho em minas, fábricas, construção de estradas e fortificações, serviço em messes e cantinas, serviços sexuais masculinos ou femininos aos nazis e seus colaboradores. Tal processo *sistemático* de selecção foi paradigmaticamente introduzido pela primeira vez nesse que foi o laboratório criativo por excelência dos processos mais expeditos de matança que foi Auschwitz, a quatro de Julho de 1942, com prisioneiros eslovacos.¹⁰⁶

Tal processo, feito de forma pseudo-científica, por pessoal de saúde ou com a sua supervisão, significava que todos os que fossem considerados como incapazes de utilidade produtiva seriam imediatamente mortos, em Auschwitz por meio de gás, método que foi sendo exportado para outros campos, devido quer à sua eficiência quer à sua “humanidade”, não obviamente para os gaseados, mas para o pessoal que os gaseava e para o que depois se via livre dos cadáveres. Os gritos das pessoas enquanto asfixiavam por acção do *Zyklon B* eram abafados pelas paredes das câmaras de gás e suas portas blindadas. Sempre se ouvia algo, mas nada de comparável com os gritos a céu aberto de mães que queriam proteger seus filhos, etc., num caos de dor dificilmente imaginável por quem não tenha passado por tal ou semelhante experiência.

Quanto ao período de remoção dos cadáveres (lembramos que em Auschwitz algumas câmaras industriais tinham capacidade para cerca de duas mil e quinhentas pessoas cada, pessoas que se amontovam umas sobre as outras tentando respirar o pouco ar que vinha das entradas superiores para o veneno), a acção era executada por prisioneiros, futuras vítimas, brevemente a incluir no rol dos sacrificados, isto é, tudo o que fizessem não contava em termos de sofrimento pois eram não mais do que ratazanas ou insectos e este bichos

campo de concentração para prisioneiros de guerra soviéticos e as primeiras experiências de assassinato em massa foram executadas não sobre judeus, mas sobre “russos” e polacos, também eles “ratazanas piolhosas”, boas apenas para matar o mais depressa, eficaz e economicamente possível.

¹⁰⁶REES Laurence, *Auschwitz. The nazis and the final solution*, London, BBC Books, 2005, p. 142.



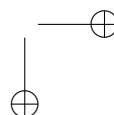
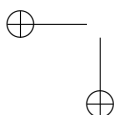
não têm sentimentos. Pese embora tudo isto, o destino final que lhes estava guardado rapidamente acabava com tudo, mesmo com as suas “memórias de ratazana”.

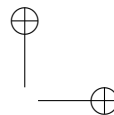
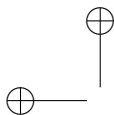
A selecção tinha, portanto, duas finalidades fundamentais: a primeira consistia na imediata eliminação de todos os que não pudessem ser explorados economicamente, poupando recursos ao campo, eliminando a necessidade de os abrigar e sustentar, eliminando os eventuais perigos da presença de entes queridos como filhos ou parentes idosos; a esta finalidade negativa acresce ainda a finalidade positiva de se lhes ficar com todos os pertences, pertences que não só serviam para pilhagem individual, mas para uma forma muito mais vil de pilhagem, pilhagem estadual, em que os materiais recolhidos eram tratados para serem distribuídos entre a população civil ariana e entre as tropas alemãs, chegando os cabelos a ser utilizados como forma de isolamento contra o frio para certos tipos especiais de uniformes de combate.

A segunda finalidade fundamental consistia na constituição de uma força laboral relativamente capaz ainda, utilizável em grande variedade de projectos (os judeus de Schindler inserem-se neste tipo de seleccionados): esta mão-de-obra não só era pouco dispendiosa, pois não apenas não recebia coisa alguma como mal comia, sendo muito abundante e sempre em renovação, pois, de cada vez que alguém se revelasse incapaz de continuar era simplesmente abatido, salvo alguns casos excepcionais postos em enfermarias, locais que não passavam de mais do que uma outra forma de lugar de extermínio, dado que não serviam propriamente para a cura de coisa alguma. De qualquer modo, o acesso às enfermarias só era permitido ou como favor a alguém especialmente protegido ou na esperança de ainda poder retirar um pouco mais de força de trabalho da pessoa, antes de esta estar completamente esgotada, momento em que era fatalmente abatida ou deixada a morrer.¹⁰⁷

De notar que este processo de selecção se insere na mentalidade nazi acerca da luta pela vida, mentalidade inspirada na teoria darwiniana, sendo que esta selecção constituía como que uma ajuda artificial ao processo de selecção natural que tão mal tinha funcionado com os judeus e outros semelhantemente inferiores e, portanto, indignos de existir, pois, sendo estes ontologicamente inferiores, já a natureza os deveria ter eliminado há muito tempo.

¹⁰⁷ Sobre este tipo de experiência, vivida na primeiríssima pessoa, é de toda a utilidade a leitura, de preferência integral, da obra de Primo Levi *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, 1958.





Nos campos de concentração e de extermínio, os nazis limitaram-se a usar do método antiquíssimo de selecção artificial, método cultural ao qual se deve a selecção das melhores estirpes de cereais, de animais de trabalho, etc.. Herr Hitler e os seus obedientes colaboradores limitaram-se a corrigir as imperfeições de um sistema natural de selecção que, no caso dos sub-humanos, tinha falhado, ao não os eliminar definitiva e naturalmente há já muito tempo.

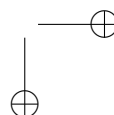
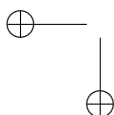
Mas é esta atitude e esta finalidade que serve que permitem explicar a total falta de humana decência dos nazis, pois tudo o que impedisse este acto de correcção artificial de uma falha natural, cosmológica, deveria ser também eliminado. Por tal, havia que eliminar todos os que sentissem compaixão ou tivessem actos de amor para com aqueles a eliminar. Ora, como o grande responsável pela sobrevivência dos sub-humanos tinha sido o cristianismo (o do *Evangelho*, não o cultural, de que os nazis também emergiram), havia que eliminar da vida política e das mentes das pessoas tudo o que dissesse respeito à tradição de amor para com o semelhante, categoricamente ordenada pelo fundador do cristianismo.

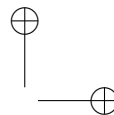
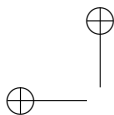
4.15 Seres humanos que fazem de Deus e decidem o destino de terceiras pessoas

Nunca nos convenceram as razões de tipo biológico, económico, psicológico, sociológico no que diz respeito à justificação do mal exercido por seres humanos contra seres humanos: a necessária universalidade humanamente transcendental de tais âmbitos implica necessariamente que todos os indivíduos abrangidos – e é necessariamente toda a espécie em qualquer dos casos – funcionem de um mesmo modo, modo necessitado pela universalidade transcendental de tais âmbitos.

Assim, se o fundamento para o mal se encontrar, por exemplo, no âmbito do biológico-humano, então, toda a humanidade tem de funcionar segundo esse mesmo fundamento, sem excepção, assim como não há excepção para, por exemplo, a ventilação ou a alimentação: não é voluntária, muito menos caprichosa: se se é humano, tem de se praticar a ventilação, sem o que, passados alguns minutos, necessária e inexoravelmente se morre.

O mesmo, com as devidas adaptações, pode e deve ser dito de e para todos os outros âmbitos aqui em causa. O fundamento do mal não reside neles.



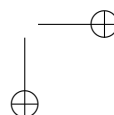
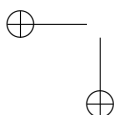


Todos são âmbitos meramente suporte-funcionais, meramente instrumentais, tão ética e politicamente relevantes quanto qualquer outro instrumento. *Todos permitem que se pratique uma boa acção ou uma má acção, mas nenhum necessita uma ou a outra prática.* Assim, não posso praticar o bem ou o mal sem me situar no âmbito biológico, etc., mas não é por me situar nele ou em outro qualquer que tenho necessariamente de praticar o bem ou o mal. Tal evidência é racionalmente indesmentível.

Bem e mal nunca dependem ou se situam nos *topoi* instrumentais ou ambientais, mas no resultado ontológico da acção praticada, independentemente dos instrumentos utilizados e dos ambientes habitados: *aumentar a riqueza ontológica do universo ou diminuí-la, eis o bem e o mal, respectivamente, que não dependem de mais do que do acto de que resultam. Bem e mal são exclusiva e totalmente objectivos e apenas objectivos.* Tudo o mais é espúrio e mesmo ontologicamente ofensivo, ontologicamente blasfemo. É mesmo a única justificação para algo como o pecado ou a blasfémia: a mesma complacência para com a diminuição ontológica, diminuição de bem e do bem. Em termos religiosos, mas também filosóficos, é como se se retirasse um pedaço de Deus, como se se matasse Deus no bem desfeito ou impedido.

A esta luz, toda a acção segundo o mal e para o mal ganha nova importância negativa, verdadeiramente inamissível e irresgatável, toda a acção segundo o bem e para o bem ganha nova importância positiva, verdadeiramente inamissível, também, mas verdadeiramente eterna, no sentido de que o bem feito corresponde à realização de uma possibilidade, de outro modo morta, sem precisamente o acto de bem que a pôs. Note-se que, de um ponto de vista puramente metafísico, isto é, de pura possibilidade, todo o bem e todo o mal são possíveis, competindo ao ser humano a sua realização, no caso do bem, a sua não realização, no caso do mal. Assim se compreende melhor a razão pela qual o mal é uma ausência de bem, sempre de um bem realizável, a partir de um bem possível, mas não realizado.

O mal é sempre a medida objectiva entre o maior bem possível – isto é, exactamente, o bem para isso que está em causa – e o bem realizado. Se não houver qualquer diferença objectiva, não há, por definição, mal algum e a acção humana terá uma perfeição autenticamente divina. É a esta perfeição ontológica, na relação entre o maior bem possível e o bem realizado, a que Leibniz se refere quando diz que este nosso mundo é o possível melhor dos



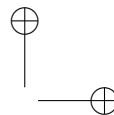
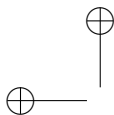
mundos (não o melhor dos mundos possíveis: desse, só Deus sabe..., não um qualquer Leibniz...).

Assim, em cada acto possível, há sempre um maior bem possível realizável, que há que procurar realizar o melhor possível, independentemente de qualquer condicionalismo instrumental: biológico, económico, psicológico, sociológico. O cerne é puramente ético e diz respeito apenas ao íntimo centro pessoal em que decidimos escolher esta ou aquela possível acção. A mesma biologia, a mesma economia, a mesma psicologia, a mesma sociologia: mas acções não necessariamente iguais; aliás, dado que a igualdade material é impossível, necessariamente não iguais. Mesmos âmbitos, mesmos instrumentos ambientais, pessoas diferentes, acções diferentes.

Assim, o fundamento de todo o mal é puramente humano e pessoal, sendo que *todo o mal é introduzido no mundo por meio e na acção humana*, sempre que se realiza um bem menor relativamente ao um bem maior possivelmente realizável. Desde este ponto de vista estrito e extremamente exigente, a acção absolutamente boa, essa que realiza o pleno bem de uma plenitude de bem realizável, é extremamente rara. Mas exactamente por tal, é extremamente preciosa e exemplar. Mas, e também necessariamente, quanto mais a acção se aproxima da realização cabal do bem possível, tanto mais se aproxima da realização perfeita como acção, pelo que, *pelo menos tendencialmente, toda a acção humana é perfectível*, tendo como limite realizável o mesmo bem total totalmente realizável, que deixa de ser apenas um bem metafisicamente possível para passar a ser um bem ontologicamente realizado. É precisamente a uma acção universal assim perfeita que Santo Agostinho se refere na realidade possível da sua *Cidade de Deus*.¹⁰⁸

Deste modo, ganha toda uma nova importância toda a acção que, dentro das possibilidades humanas e tendo em consideração o ambiente instrumental, realiza o maior bem possível, procurando realizar todo o bem possível. O interesse de figuras como Schindler ou do Português Aristides de Sousa Mendes reside em se tornarem figuras paradigmáticas de acção segundo este princípio, pessoas capazes de se elevar acima dos condicionamentos instrumentais, de assumir a humana tarefa de negar qualquer desculpa instrumentalista, afirmando a humana capacidade de sempre fazer o bem, independentemente de

¹⁰⁸ É também para aqui que aponta o imperativo categórico de Kant, que não é uma utopia ou uma filosofia moral para anjos, mas a forma racional de uma acção possível segundo o bem universal. Não se destina a anjos, mas a pessoas possivelmente perfeitas.



tudo o que não diga respeito à intuição de bem que, a partir de certo momento, norteia a sua acção e a sua vida.

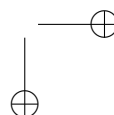
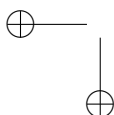
Ao contrário dos que, como na cena da selecção na *Appellplatz*, escolhem participar num acto em que o bem possível daqueles a escolher vai ser, por causa da sua mesma escolha, reduzido, para alguns mesmo anulado,¹⁰⁹ a escolha de Schindler permite aumentar o bem realizado para aqueles a quem protege. É por isso que a lista, melhor, o que a lista representa é um bem absoluto. É que todo o bem é um bem absoluto no que que é. Absolutamente impõe-se ontologicamente ao seu contraditório possível que seria precisamente não ser o bem que é.

Cada acto de bem opõe-se absolutamente ao mal que seria não ser o acto de bem que é. Cada acto de bem é ontologicamente tão denso no que é como o acto divino é no que é, cada um como é. Por isso, pode Stern dizer que em redor da lista há um vazio. Vazio que não é espacial, mas ontológico. É como se o acto que consubstancia fosse o mesmo acto de criação divina a partir do nada, nada que envolve isso que foi criado, mas que contra ele nada pode, pois a divina Providência assim o permite.

Mas ética e politicamente, há mesmo um vazio em torno da lista, pois trata-se de um acto isolado. Não se quer dizer com “isolado” um acto ímpar ou sem semelhança. Houve muitos actos destes, que muita gente salvaram, cumprindo o mesmo desígnio do maior bem possível realizado. Mas quer dizer que não houve continuidade política nesta tomada de posição ética e política, foram todos actos isolados, actos politicamente não contínuos, numa idade em que a política se fazia fundamentalmente de cobardia. Tal cobardia conduziu à Segunda Guerra, tal cobardia manteve muitas pessoas passivas perante o óbvio mal, tal cobardia levou pessoas como os moderados colegas empresários de Schindler a não darem o passo de criar uma lista própria, podendo, assim, salvar mais alguns prisioneiros de um destino que se sabia ser provavelmente trágico.

Mas o que mais importante há que realçar a partir da cena da chamada para selecção na *Appellplatz* diz respeito ao poder exercido, mais precisamente ao nível e tipo de poder exercido: trata-se do exercício do poder mais alto a que

¹⁰⁹ Não são racionalmente aceitáveis afirmações do género “passaram para um mundo melhor” ou “estão com Deus”, pois, independentemente no seu valor absoluto de verdade – isto é, não apenas de um valor de verdade ao estilo do empiricismo/positivismo –, tais afirmações podem servir e servem muitas vezes como justificação dos mais execráveis actos de maldade.



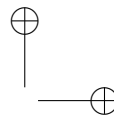
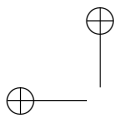
um ser humano pode aspirar, o poder de vida ou de morte sobre um outro ser humano, mesmo que no seio de um mito em que os seres humanos sujeitos já foram teoricamente desvalorizados.¹¹⁰

Talvez resida aqui o tão grande apelo que o nazismo instilou e ainda instila quer nas massas quer em certas auto-proclamadas elites: o dar a possibilidade a cada pessoa, por mais insignificante politicamente que seja e que se sinta, de se tornar num autêntico “pequeno Deus”.

Podemos dizer que *o nazismo democratizou a divindade como dadora de vida e de morte*. Pôs ao alcance de qualquer ser humano a possibilidade de decisão sobre a vida e a morte de outros seres humanos, com todo o poder que tal implica, poder que necessariamente inebria o seu utilizador, a partir do momento em que o começa a usar: posso mesmo matar e matar sem que seja punido por isso. Que maior poder há no mundo? Que mais pode um qualquer medíocre desejar do que o exercício deste poder?¹¹¹

¹¹⁰ Apesar de termos exposto a mítica recosmização nazi do mundo, com as novas classificações ontológicas humanas, como se de um verdadeiro mito se tratasse, isto é, algo em que as pessoas que com ele convivem acreditam profundamente, de tal modo que a sua vida é padronizada pelo mesmo mito, não acreditamos facilmente que assim fosse realmente e que os nazis, pelo menos os menos boçais, acreditassem mesmo nas prescrições do mito. Assim, é difícil racionalmente pensar, a menos que se seja um antropo-etnólogo muito ingénuo, que os guardas dos campos de concentração e de extermínio, sobretudo os mais graduados e, por maioria de razão, o pessoal médico, acreditavam que os escravos que dominavam e seleccionavam para viver ou morrer não fossem mesmo humanos. Objectivamente, em que é que um médico poderia fundamentar a sua rejeição da humanidade de um judeu, de um eslavo ou de um cigano, por exemplo, em que característica biológica objectiva? As tolices de um Gobineau não são objectivas, antes tentavam encontrar justificação objectiva, que nunca encontraram. Mas estas tolices, que procuram determinar a essência propriamente humana a partir de características exteriores, por exemplo, biométricas, não são sem paralelo em teorias vulgares como as de Pavlov ou de Watson, que prescindem de qualquer interioridade fundamental humana e perspectivam a pessoa apenas como um ponto ignoto de conjugação de paixões externas, começando pelas de seu próprio corpo.

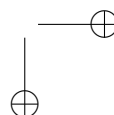
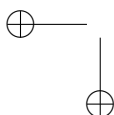
¹¹¹ Não se caia na ingenuidade de pensar que, com o nazismo, desapareceu tal privilégio: ele continua a existir por esse mundo fora, em muitas formas, algumas evidentes, algumas ainda recentemente reactualizadas na velha Europa – que continua com a mesma tendência cobarde dos anos trinta do século XX –, mas também em algumas formas não tão evidentes, estas muito mais comuns: no comum da relação entre as pessoas, todos os actos que procuram minimizar o bem dos outros são actos que, tendencialmente, procuram a sua morte, morte que é obtida de muitos modos, frequentemente com a complacência de leis feitas por herdeiros da possibilidade de determinar, agora subtilmente, da vida ou não-vida de outros. Não admira, pois, que o legislador humano, para poder agir como se de Deus se tratasse, tivesse de apar

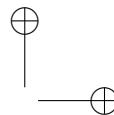
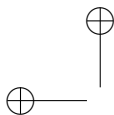


Assim sendo, não surpreende que o poder de vida e de morte estivesse distribuído a pessoas como Amon, um simples Tenente das SS, ou mesmo a pessoas sem qualquer graduação de tipo militar, como os guardas dos campos e, sobretudo, os chefes de barracão, autênticos deuses onnipotentes no âmbito das suas funções. Nenhum outro regime político propiciou aos seus mais baixos integrantes tanto poder e nenhum o poderá superar na *atribuição democrática deste privilégio*, pelo que *o nazismo será sempre uma atracção para todos os que ambicionem formas extremas de exercício de poder*, formas que não estão disponíveis em qualquer outra modalidade política de maneira tão óbvia e fácil como na própria estrutura do nazismo, em que cada membro tem de actuar como elemento purificador permanente, podendo, para tal, matar como se de um Deus se tratasse.

O nazismo, sem esta possibilidade, que realizou, seria apenas mais uma vulgar ideologia estranha, mesmo algo absurda, mas inócua. Foi por não terem percebido que, na sua essência mais profunda, o nazismo era, mais do que uma néscia teoria da acção, uma necessária acção contínua de contínua auto-manutenção, segundo os mesmos princípios teóricos que anunciava, que os políticos que poderiam e deveriam ter agido no sentido da sua precoce eliminação são culpados: culpados de uma estupidez essencial, que não é compatível com o exercício de tais cargos, como muito bem Platão percebeu, o que o faz detestado por tantos. Mas foi também por ter percebido isso mesmo e por ter agido, dentro do que era possível, montando redes de informação e de influência política na expectativa do que se iria necessariamente seguir, que Churchill é de louvar, ele que demonstrou que nem todos os homens estão condenados à praga de uma estupidez que, muitas vezes, parece endémica.

este dos *fora* políticos, ficando, assim, com todo o político espaço para pôr e dispor acerca do bem e do mal, da vida e da morte. *A morte política de Deus*, transcendendo os mais delirantes sonhos de Nietzsche, *permitiu o nascimento do tirano absoluto, apenas possível com Deus morto*. Note-se que, nos orientes – Palestina excluída –, este Deus nunca esteve politicamente vivo, pelo que não nos admiraremos com a sua precoce modernidade quanto à existência lá de tiranos absolutos.





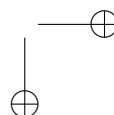
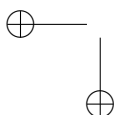
4.16 O sentido de dignidade das mulheres e a vontade de sobreviver: Do pouco sangue, a vital cor

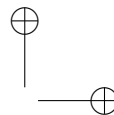
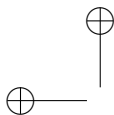
Todos sabemos, melhor ou pior, a importância vital e simbólica que o sangue possui. Assim sendo, assume um simbolismo humano fundamental o gesto das mulheres que, mesmo submetidas a um nível de sub-nutrição que já de si lhes punha a vida em risco, não dispondo, deste modo, de grandes reservas de energia ou mesmo de sangue nas melhores condições, retiram a si próprias um pouco de sangue e com ele tentam avivar a cor das faces, de modo a que, ficando um pouco mais rosadas, lhes conferissem um aspecto mais saudável, na esperança de que tal aspecto lhes permitisse, aquando da humilhante e fatídica selecção dos “doentes”, ainda permanecer na incerta segurança deste campo, já conhecido, ainda mais algum tempo, tempo, que, apesar de tudo, é algum tempo de vida.

“Vida” é propriamente o termo fundamental neste momento de reflexão, pois este símbolo manifesta não só tudo o que lhe é classicamente associado, mas também a dialéctica entre a esperança e o desespero, o sangue mantido e o sangue derramado, o sangue derramado para manter sangue por derramar. Mas o sangue que estas mulheres usam, a fim de salvar as suas vidas, não é um sangue derramado directamente pela tirania, antes um sangue derramado pela luta, própria sua, contra a tirania, *pois o único modo de vencer a tirania é através da vida*, da manutenção da vida dos que não são tiranos.

Viver, para quem o conseguiu, *foi o grande acto de vitória sobre os tiranos*. Vitória para todos, mesmo para aqueles que foram concomitantemente vítimas de uns e tiranos de outros, para os que derramaram não o seu sangue, mas o sangue dos outros. Mas, para aqueles cujo único sangue derramado foi o seu, como é o caso das mulheres desta cena, a vitória é coroada por uma auréola de santidade.

Prova-se, assim, que, mesmo em casos extremos como este, há formas inteligentes, incruentas para com outras vítimas da tirania, de lutar contra os tiranos. Há quem prefira derramar o seu sangue ou parte dele para a sua própria salvação, sem derramar sangue alheio, sem se tornar tirano. Mas esta cena lembra ainda que, humanamente, *só eu sou senhor de meu sangue*, que este a mais ninguém pertence senão a mim e àqueles a quem eu eventualmente o possa querer dar. *Nenhum ser humano tem o direito de dispor do sangue de*





qualquer outro ser humano. Quer isto dizer que nenhum ser humano tem o direito sobre a vida de qualquer outro ser humano. Meu sangue, minha face, meu direito à vida.

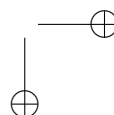
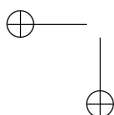
Para as mulheres que se salvaram, que divina importância passou o sangue a ter. Como exagerar a sua importância como fonte e meio de vida, como vida mesma, não apenas simbólica ou biologicamente, mas espiritualmente?

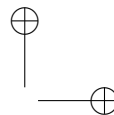
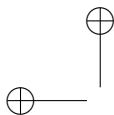
4.17 Em tal situação, não é melhor tentar algo?

Não só a cena do início do transporte das crianças para o matadouro nos camiões é revoltante, como é, talvez principalmente, incompreensível, se atentarmos à reacção das mães e restantes familiares. Como, perante a evidente certeza do destino trágico de tais inocentes, não se revoltarem e agirem de algum modo, mesmo que provavelmente de modo ineficaz? Como foi possível uma redução da humanidade a uma tal impotência ética e política? Que teria sido de toda a humanidade se não tivesse havido alguém que lutasse contra esta impotência tendencialmente universal verificada não apenas nestes campos e guetos já durante a guerra, mas causadora maior da própria guerra, por meio da inactiva acção dos políticos que poderiam ter travado atempadamente Herr Hitler?

Felizmente, houve quem, antes e no início da guerra não se rendesse ao encanto desta inacção, desta impotência ética e política, movimento de que o ápice e monumento é Churchill.¹¹² Felizmente, houve quem, já no decurso da guerra e pertencente ao mundo dos escravizados, mas ainda não rendido à escravidão, tenha lutado, até à morte, se necessário, contra os escravizadores,

¹¹² Mesmo que a humanidade nada mais ficasse a dever a Churchill, este sentido de não rendição perante o mal da tirania seria sempre uma dívida inestimável, como é também um perene motivo e estandarte da liberdade contra a tirania, pelos séculos dos séculos. Atentemos nas palavras de Churchill: “embora muitas partes da Europa e muitos velhos e famosos Estados tenham caído ou venham a cair nas garras da Gestapo e na totalidade do aparato do governo nazi, não vacilaremos, não falharemos. Continuaremos até ao fim. Lutaremos em França, lutaremos nos mares e nos oceanos, lutaremos com crescente confiança e crescente força no ar, defenderemos a nossa Ilha, quaisquer que sejam os custos. Lutaremos nas praias, lutaremos nos lugares de aterragem, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas colinas; nunca nos renderemos; [...]. CHURCHILL Winston Spencer, *The second world war*, London, Penguin, 1989, p. 274 (tradução nossa).





nunca se rendendo a uma qualquer, fácil ou difícil, impotência: destes, os apicais representantes são os judeus revoltosos do gueto de Varsóvia.

4.18 Na fossa

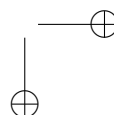
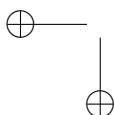
Quando se pensa em salvação, parece sensato dever pensar-se em algo de prazenteiro, de “bom”, num sentido muito próximo de uma visão hedonista ou “celestial” da realidade. Pensar-se numa fossa de dejectos humanos em fermentação, com tudo aquilo a que tal pensamento se reporta, não será a primeira imagem que virá à inteligência. Mas, como acontece com relativa abundância nesta obra, a realidade está cheia de paradoxais ironias, que nos fazem pensar um pouco menos superficialmente acerca de realidades como a possibilidade da salvação, ainda que apenas em ambiente totalmente humano e não transcendente. Mas o que possa ser descoberto relativamente ao campo da pura imanência humana talvez nos possa ajudar a lançar alguma luz sobre um possível campo de possível transcendência.

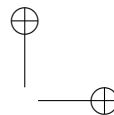
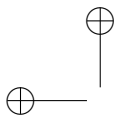
Há ou não um qualquer bem supremo para o ser humano? Se há, qual é? E em que circunstâncias? É sempre o mesmo ou varia circunstancialmente? Que acontece quando esse fim é visto ou entrevisto? Como resulta a relativização do restante quando esse fim toma foros de absoluto?

Estas perguntas resumem, na forma interrogativa, algumas das questões mais fundamentais em jogo quer no filme quer em todo o mundo dos campos de concentração em geral quer mesmo em toda a dinâmica humana da guerra (de toda a guerra, não apenas da Segunda Guerra Mundial).

O que esta cena da fossa e da busca de refúgio nela por parte de várias crianças manifesta é um extremar limite do questionamento acerca do valor ontológico da própria existência humana, na forma da vida humana, única forma que a existência humana pode assumir. Assim, o recurso extremo a este local, talvez o último que qualquer comum burguês escolhesse para se retirar, mostra, em aparente paradoxo, que se atingira não uma degradação humana total, mas a intuição de um valor ontológico tão grande próprio da vida que, comparado com ele, todo o sacrifício se torna imediatamente relativo.

Na existência humana, basicamente, o mais importante, porque é condição de tudo o mais, é a manutenção da própria vida: esta é o grande absoluto. Questões como a dignidade, a honra, a nobreza, a santidade dependem





da existência de uma vida que as sustente, as promova, lhes possa dar sentido, mesmo que, no limite, subsistindo até poder ser suficientemente digna, por exemplo, a vida possa, então e só então, renunciar-se e escolher a morte. Mas foi necessário um qualquer tempo suficiente de vida; sem este necessário tempo de vida, não há dignidade possível. Este refúgio na fossa representa, pois, a tentativa de conquista do tempo mínimo necessário para que se possa, em absoluto, ser. E, sendo-se, para que se possa ser algo qualificado. Mas para se ser algo qualificado, é necessário ser-se e ser-se na forma, única, da vida e vida humana.

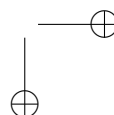
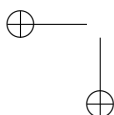
4.19 As cinzas em Cracóvia: 10.000 cadáveres nas piras

Como paradigmaticamente aconteceu também em Auschwitz, onde muitos milhares de pessoas tinham já sido assassinadas ainda antes da fase industrial da produção de cadáveres, associada a instalações industriais de queima dos mesmos, os infames fornos crematórios, em Plazow houve que eliminar os muitos milhares de cadáveres apressadamente enterrados, em processo de putrefacção, testemunhos indesmentíveis, por sua mesma gritante materialidade, dos actos de maldade dos responsáveis pelos campos.

A solução, no campo paradigma, Auschwitz (aliás, bem próximo geograficamente), e no campo da nossa história consistiu em recorrer à queima a céu aberto, em enormes piras funerárias, feitas de cadáveres e materiais capazes de acelerar a combustão, do maior número possível de restos mortais, o mais rapidamente possível.

Assim, não só se eliminava o perigo sanitário de tantas toneladas de restos humanos em decomposição, perigo relevante apenas para os arianos e seus protegidos, realce-se, como também se eliminavam as provas reais mais comprometedoras do massacre, pois, não fossem os registos meticulosos da matança, feitos à boa maneira da preciosista burocracia estatal prussico-germânica, tudo o que é comumente humanamente referenciável relativo àquelas pessoas teria desaparecido para sempre.

Lembre-se que não fazia parte dos propósitos da tirania nazi deixar que sobrevivesse qualquer testemunha que não fosse nazi ou com os nazis alinhada. Trata-se de um trabalho de autêntica des-criação aniquiladora, como se cada nazi participante desta auto-destinada trágico-cósmica tarefa se sen-



tisse como um perfeito anti-deus, impotente para criar algo que não fosse segundo o modo da destruição. Tocamos, aqui, no que há de mais profundo na perversão nazi, perversão de que nunca se saberão as verdadeiras razões, dado que, como paradigma, morreram com o tirano Hitler.

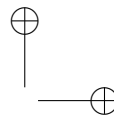
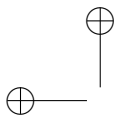
Mas todo este trabalho de destruição diz muito mais respeito a uma profunda impotência criadora do que a quaisquer influências mítico-culturais de um qualquer fundo mítico-nórdico, a menos que, nestes mitos, se queira ver também uma expressão exuberante de uma acção profundamente ressentida de povos que verdadeiramente são incapazes de criar senão a destruição dos outros. *Povos essencialmente parasitas, como todos os povos essencialmente guerreiros são*, incapazes sequer de subsistir sem roubar o pão que os outros criam. Tal impotência relativa a uma capacidade verdadeiramente criadora pode ajudar a explicar as pilhagens em que se converteu grande parte do movimento de conquista, pilhagens que foram exercidas por gente de todos os níveis, desde o mais ignaro soldado raso, à segunda figura do *Reich*, precisamente o Marechal do *Reich* Hermann Göring, famoso pelas suas pilhagens.

A este propósito, é muito interessante o testemunho de uma sobrevivente de Auschwitz, judia eslovaca, Silvia Veselá: “Embora os alemães nos odiassem tanto, não hesitavam em ficar com as nossas roupas, sapatos e jóias. Expliquem-me isto”, exige Silvia Veselá. “Sempre tive esta questão – por que é que não sentiam aversão para com os nossos pertences?”¹¹³

A queima dos cadáveres não serve apenas finalidades pragmáticas de tipo logístico-material, mas tem ainda uma outra função, talvez ainda mais importante: a função simbólica de assinalar o cumprimento da tarefa, a si mesmos imposta, pelos nazis, de eliminação radical e total dos judeus e outros indesejados. Símbolo máximo do bom sucesso parcial da solução final geral, as fogueiras e a respectiva cinza resultante encorajam os obreiros de tão importante tarefa a prosseguir nos seus esforços, esforços que efectivamente foram sendo acelerados à medida que o sucesso das medidas tomadas previamente ia demonstrando que tão excelentes executantes estavam no bom caminho.

Assim, estas tenebrosas fogueiras foram não apenas o meio para aperfeiçoar definitivamente os resultados de metodologias de matança humana que ainda não estavam devidamente pensadas e executadas, como também ser-

¹¹³ REES Laurence, *Auschwitz. The nazis and the final solution*, London, BBC Books, 2005, p. 141.



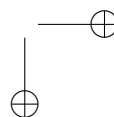
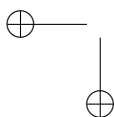
viram como celebração festiva da nazi-bondade dos actos e de seus autores. Não fora o incómodo do cheiro, e tudo seria uma épica maravilha, segundo o modo perverso nazi. Liturgia diabólica de uma diabólica religião política, com o poder egoísta como deus e bestas sedentas de poder como sacerdotes e acólitos. Tal tipologia de pessoas não desapareceu, apenas adquiriu novas faces.

Mas é precisamente nesta cena-clímax da chacina que o realizador introduz um outro símbolo, o símbolo do absoluto do bem destruído por tais actos: aparece o cadáver de isso que fora a menina de vermelho. Mas já não há qualquer menina de vermelho. Está morta, mesmo morta. Já ali não há qualquer pessoa, apenas um bocado de matéria inerte, em que está ainda presente, no mais exterior dessa mesma matéria, e é precisamente por isso que a podemos ver, por estar o mais de fora possível, a cor vermelha, desencarnada.

O bem da humana carne, da carne habitada pelo espírito ou da carne que é espírito ou do espírito que se faz carne em cada ser humano, é reduzido por estes actos de pura maldade a nada mais do que uma coisa material, humanamente indistinta de qualquer outra coisa material. *É esta redução do propriamente humano a algo de não-humano, absolutamente não-humano, que faz do paradigma nazi tão potentemente maléfico.*

Este paradigma não se restringe ao movimento histórico nazi, mas *encontra-se presente em todos os actos praticados por seres humanos em que se põe em causa a mesma humanidade do homem*, enquanto tal, negando a qualquer pessoa a possibilidade de acto próprio apenas por causa de um qualquer capricho, esteja este travestido de que pseudo-causalidade ou racionalidade estiver. Tal é a definição própria do acto de tirania. *E qualquer acto perpretado por qualquer pessoa é sempre um acto de tirania quando atenta contra o bem de um inocente*: se, relativamente a um não inocente, ainda se pode pôr a questão – e, depois de posta, há que lhe responder –, relativamente a um inocente, não há como questionar do bem de um qualquer acto que ponha em causa o seu bem, em qualquer forma.

A menina de vermelho simboliza, assim, este absoluto do bem que ninguém, nem o próprio Deus, tem o direito de pôr em causa, absoluto que define não apenas o que cada ente humano é eticamente no melhor de si mesmo enquanto possibilidade de realidade, define politicamente o que cada outro ser humano é na relação com ele, mas define também, está aí a história de Job para o provar, a razão de ser do próprio divino, pois, *se o próprio Deus falhasse o*



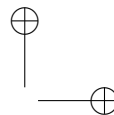
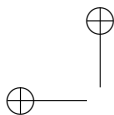
teste que impôs a Job deixaria de ter direito de se chamar Deus, não passando verdadeiramente de mais uma qualquer fabricação da pequenez histriónica do homem que se arma em criador de deuses e dono de outros homens.

Mas esta cena apresenta ainda uma outra questão, questão cuja resposta define o que o ser humano é: se uma besta próxima da e redutível à mera matéria, se uma pessoa, irredutível à matéria e próxima de Deus: *entre a menina e a cinza do cadáver do que foi a menina, que escolhemos?* O mundo em que vivemos adora, numa forma de cobarde auto-latria de inconfessáveis impotências éticas e políticas, respostas do tipo: “escolhemos a menina na forma das suas cinzas.” Mas não há já menina nas cinzas, nem na memória, mesmo na memória do Schindler que assiste enojado ao processo da queima e vê os restos mortais do que fora a menina.

O que a menina era, *o que a menina foi desapareceu absolutamente do universo de possibilidades encarnadas do ser humano*. Não há mais e nunca haverá mais aquela menina. Como tudo o mais, aquela menina é insubstituível, mas diferentemente de tudo o mais que não é humano, aquela menina foi, ao modo de Schindler e dos nazis que a mataram, uma entidade de sentido, algo com uma interioridade ética em que todo o universo e talvez mais do que isso se apresentava, se manifestava. Tudo isso, incluindo todo esse universo de que era capaz, como eu ou tu, desapareceu, quando a mataram.

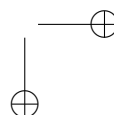
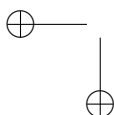
Mas o que se diz da menina diz-se de todas as meninas e meninos e de todas as pessoas que foram assassinadas, sem que tivessem qualquer culpa própria merecedora de tal. Não se tratou de uma qualquer forma de justiça ou mesmo de um castigo injusto, pois, para se poder ser castigado tem de se ter feito algo que possibilite esse castigo. Mas o único mal destes indesejados, indesejados desde que foram eleitos como indesejados, foi existirem. Assim, mais uma vez, se percebe qual a radicalidade do mal transportado e aplicado pelo nazismo: *a condenação de alguém apenas pelo facto de esse alguém ser*. Estamos, deste modo, nos antípodas ontológicos do acto de um criador, que cria para que seja bom o criado, contemplando mesmo esse bem no e pelo bem que é. *O nazismo ofende radicalmente o bem criado, elegendo-se como julgador do mérito da criação em cada criatura*. E, com ele, todos os demais que assim procederam e procedem.

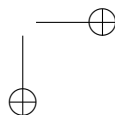
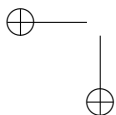
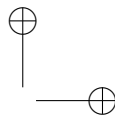
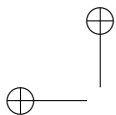
O preceito dado pelo próprio Cristo de “não julgar” implica uma *aceitação do bem que é no que é*, sem interferência ontológica seja de quem for sobre o bem que não criou e que dele não deve em circunstância alguma depender.

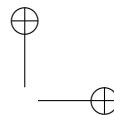
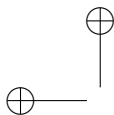


O fogo dos fornos crematórios é, assim, não apenas a forma de eliminar perigos sanitários e perigos jurídicos, mas fundamentalmente a forma de afirmar o poder aniquilador do regime nazi e de seus constituintes humanos sobre tudo o que elegerem como inimigo ou indesejado. Não é sequer necessário que alguém se lhes oponha, basta que a sua presença seja incómoda ou que se queira torná-la numa qualquer fonte de prazer. É o poder de morte de Amon, triunfante durante muito tempo, mesmo contra o próprio Amon – irónica justiça poética –, poder que atinge o seu máximo possível na aniquilação, assim como o poder divino atinge o seu máximo na criação. Deus, do nada de tudo menos de si próprio, faz tudo o resto, os nazis, de tudo o que Deus criou, fazem nada, sonhando destruir o próprio Deus, supremo indesejável e supremo travão para a sua sede de infinito poder aniquilador.

A menina, não no destino que teve, mas no que provocou no seio ético de Schindler, é a marca de isso que não se consegue aniquilar completamente, a menos que se aniquile todo o ser humano e, com ele, toda a hipótese de divina bondade nele presente. É, ainda, a lição soberana de Job.







5 Quinto Capítulo

Algumas Questões Fundamentais

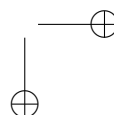
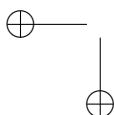
5.1 As lages do cemitério

A negação da humanidade própria de judeus e outros indesejados atinge o paroxismo simbólico quando se utiliza como material de pavimentação para uma estrada conducente ao campo de concentração as lápides de túmulos de judeus. O ódio contra os judeus assume a forma de uma vontade de destruição não apenas da sua *substância histórica*, mas, também e principalmente, da sua *essência*, o que implica eliminar, matar não apenas a sua presença física, que elimina a sua realidade concreta histórica, mas também a sua *memória*: que melhor para o fazer do que arrancar as lápides tumulares de onde foram postas como *monumento memorial* e submetê-las ao lento processo, para mais de uma violentíssima humilhação, de desaparecimento, por desgaste de passagem, das inscrições que fazem daquelas pedras precisamente *memória de algo*?

Quando as pedras tiverem sido totalmente apagadas, *já não haverá judeus vivos e simbolicamente já não haverá memória monumental deles. Basta apenas universalizar o procedimento, estendendo-o a todas as formas de memória*.¹¹⁴ Como disse Amon aos seus subordinados, ninguém se lembrará dos judeus. Será a tão almejada realização completa da “solução final” querida por Herr Hitler e pelos seus mais directos e imediatos sequazes.

Mas há neste gesto, como em muitos outros, para os quais a análise será

¹¹⁴É o processo matriciante de manipulação da monumentalidade e memorialidade, que George Orwell tão magnificamente narra no seu 1984.

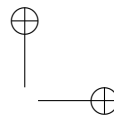
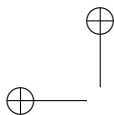


adaptável, um indisfarçável toque de medo, talvez mesmo de pânico perante a simples hipótese de sobrevivência da memória dos judeus e de todos os que se queria eliminar. Tão poderoso é o poder do inimigo a abater que há que fazer com que nenhum possa sobreviver e possa germinar e permitir assim uma qualquer futura vingança. Todo o movimento nazi emana um odor a baixa religiosidade e a magia e esta sanha contra os judeus e tudo o que é diferente do padrão dito ariano manifesta um terror de tipo baixo-religioso perante a mesma diferença, diferença com a qual não se sabe lidar e que, por tal, mete medo, pelo que há que solucionar o problema da existência deste mesmo medo eliminando a sua causa objectiva, a própria diferença.

Esta atitude não é exclusiva do nazismo e encontra-se difundida universalmente ao longo da história da humanidade, abundando os exemplos. O seu fundamento reside na *incapacidade de a inteligência humana se cumprir no que é*, ou seja, na *assunção* sob sua mesma forma, forma de sentido, forma espiritual por essência, *do novo*. É neste sentido que o mal se funda sempre num real acto de estupidez, ou, melhor, num não-acto de inteligência: tal é patentíssimo na cena em que Schindler explica o próprio do poder supremo como força de perdoar em absoluta liberdade causal, seguida pela cena em que Amon manifesta não compreender o que está em causa ao matar o seu jovem escravo Lisiek. Como já vimos, o trabalho mimético de Fiennes é requintadíssimo na profunda e ignaríssima estupidez que patenteia.

Mas a profunda estupidez não é desculpa para quem assim é: é o próprio modo próprio de ser de quem assim é. Não se trata de uma doença tóxica de alguém que, no resto, é saudável. As pessoas não são, sob pena de se estar precisamente no mesmo ambiente cultural redutor fundador do nazismo, segmentáveis: são o que são na sua inteireza actual. Um Amon não é um doente, *é alguém que é mau*, que usa a sua inteligência para fazer o seu próprio bem, mas o mal para outros. *Ninguém humano é naturalmente tão estúpido que não saiba reconhecer naturalmente um ser humano seu semelhante*. A questão da influência cultural também não é suficiente desculpa, a menos que tenha havido um condicionamento total desde o primeiro momento, o que faria de algo potencialmente humano exactamente algo de realmente não humano, estabelecendo-se precisamente o tal âmbito reducionista que proporciona a ferramenta universal para a operação de todos os Amons.

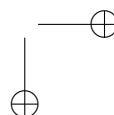
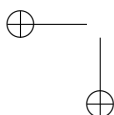
Não é humanamente aceitável que alguém com o passado de Amon – e Amon é aqui o paradigma de milhões de alemães (outro caso típico conhecido

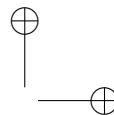
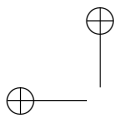


é do comandante de Auschwitz, Hoess) para os quais estas observações são totalmente válidas e inválidas todas as propostas de desculpabilização, sempre com amargo travo a auto-justificação – *não seja capaz de discernir a humanidade de outro humano que se lhe depare e com quem convive* – até o matar ou mandar matar – durante algum tempo, mesmo muito tempo, como é o caso de Helen Hirsch. Os diálogos de Amon com Helen são prova de que há uma conveniente duplicidade no modo como se relaciona com a escrava: humanamente, quando lhe convém vê-la como mulher perfeita que é, bestialmente, quando lhe convém tratá-la já não como mulher, mas como objecto, coisa, mera posse material.

Sem tolas magias psicologistas, não é possível afirmar que não é o mesmo Amon: *é a mesma unidade funcional humana* que ali está e que age de acordo com os seus interesses, para os quais tem inteligência bastante e bastante boa operacionalmente. A defesa desculpabilizante dos tiranos é uma forma auxiliar de tirania e tirania, portanto. Por mais santas que sejam as máscaras que afivalem os defensores dos tiranos, não vencem a santa sanidade do Job que lutou contra todas as formas de tirania humana e mesmo contra o falso rosto divino, tendo sido, pelo mesmo Deus não tirano, devidamente recompensado, Deus que também recompensou merecidamente os que defenderam, contra Job, a tirania, mesmo aquela que estava mascarada de Deus: então não sabiam, homens que eram, que Deus não é tirano?! Ou não eram homens? Mas eram homens, então tinham de ser castigados...

Todas as formas de pensamento que inocentam a tirania, qualquer que seja a sua forma, mais não fazem do que eliminar a humanidade das vítimas em benefício da desumanidade empolada dos tiranos. Deste ponto de vista, todas essas posições estão ao mesmo nível de desumanidade do nazismo. Num mundo em que tais formas de pensamento abundam, não é, pois, de surpreender que haja um recrudescimento de manifestações de índole nazi, manifestações que, entre outras coisas, consistem na estratégica profanação de campos judaicas. É um momento profético que dará os seus nefastos frutos se não for entendido e combatido. Mas, se nos anos trinta houve um insistente Churchill que denunciou o perigo incarnado em Herr Hitler, sem que tenha sido ouvido, com as consequências sabidas, como será agora, num tempo em que a mediocridade da oligarquia reinante não permite a existência de um único Churchill, sequer de uma sua pálida sombra? Tempos horríveis nos esperam.





5.2 A indústria da morte

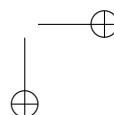
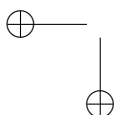
Com o nazismo, atinge-se algo que será para sempre insuperável no que diz respeito ao mal: *a industrialização da morte humana*, como meio racional de eliminação dos seres humanos que não se quer que possam existir. Não se trata do tristemente vulgar massacre, em que, por diferentes motivos, um ser humano ou um conjunto de seres humanos mata um conjunto de seres humanos, num acontecimento único ou num conjunto reduzido de acontecimentos, mas da montagem de uma indústria cuja finalidade era atingir a “solução final” para um determinado pseudo-problema, problema inventado, o problema judaico.

Nem sequer pelos judeus se ficou a industrialização da morte, pois todos os seres humanos que fossem considerados indesejados seriam e foram sistematicamente submetidos a tal processo de erradicação. Nada mais simbólico, aliás, desta vontade de extermínio sistemático e total do que o gás que irá ser finalmente utilizado no processo já mesmo verdadeiramente industrial de eliminação destas pessoas: o *Zyklon B*, cianeto de potássio.

Tal gás foi muito útil precisamente como erradicador de pragas de animais que infestavam, por exemplo, locais de armazenamento de bens perecíveis, como silos. O *Zyklon B* tem a característica de sublimar quando em contacto com a atmosfera normal, pelo que pode ser utilizado de uma forma muito simples e eficiente pela máquina industrial de matança, sobretudo nos grandes campos de extermínio, como Auschwitz, onde o método foi inicialmente pensado e testado, Auschwitz-Birkenau, Treblinka e outros.

Esta simplicidade metódica, que permitia uma quantidade enorme de mortes consideradas limpas – isto é, que não produziam, de facto, grande quantidade de detritos como sangue ou fezes, mas que também não implicavam com o “moral” dos assassinos, como os métodos anteriores, especialmente os fuzilamentos em massa – e um processamento rápido dos cadáveres resultantes, bastando, para tal, carregar os restos mortais para os fornos de cremação, instalados muito perto. Todo o processo, aliás, menos a sua supervisão e a introdução do veneno nas estruturas apropriadas, poderia ser e foi assegurado por outros presos, também eles condenados, mais cedo ou mais tarde, a fazer parte objectual do processo de morte. Mas, enquanto colaborassem na morte de seus semelhantes, era-lhes permitido viver.

Será possível, no futuro, construir indústrias em tudo semelhantes a esta,



mesmo do ponto de vista da perfídia ética e política, mas não será possível ultrapassar tais níveis de perfídia. Com este processo industrial de morte, a humanidade atingiu a maior profundidade de perversidade e de maldade de que é capaz. De ora em diante, está condenada a apenas iterar tal tipo de mal, se o quiser; não o pode ultrapassar. O mal nazi assume proporções, mais do que épicas, autenticamente bíblicas, no sentido em que muitas das histórias que surgem na Bíblia são paradigmáticas de máximos e mínimos possíveis para o ser humano, todo ele um possível Job.

Com os nazis, matar deixou de ser um infeliz acto humano, para passar a ser um mero acto mecânico, impessoal, imemorial. Não se trata da vitória de Caim sobre Abel, ainda muito pessoal, mas da *vitória total de um impessoalíssimo nada humano sobre a humanidade presente em cada humana vítima assim vitimizada*. É a humanidade que morre. É o ser humano, que assim age sem humanidade, que desmerece ser.

Mas estas considerações éticas de nada importavam para os senhores da morte nazis, para esses que, quaisquer fossem as causas, mais ou menos complexas, mais ou menos partilhadas e de responsabilidade voluntariamente repartida ou elidida, se é que alguma vez tais causas chegaram a existir, como se pode perceber pela actuação variada de Goeth, símbolo dramático e real de todo o colaborador nesta matança, matança que se tornou num facto burocrático, institucionalizado, parametrizado liturgicamente, tudo segundo uma maturidade de funcionamento já verdadeiramente industrializada nos finais de 1942: “À medida que 1942 chegava ao fim, os SS tinham criado para si próprios um ambiente estabilizado em Auschwitz. Tinham os seus servos e tinham os seus empregos, e tinham, na maioria dos casos, encontrado um modo bem sucedido de se distanciarem da matança [isto é, de assistir à matança, não de nela participarem de algum modo (nota nossa)]. E não foi apenas em Auschwitz que este processo de transformar assassínios em massa numa profissão ordenada estava a ocorrer; Treblinka foi transformada durante o mesmo período”.¹¹⁵

Todos estes campos de extermínio, com Belzec e Sobibor, entre outros de menor importância e tecnicamente não considerados de extermínio, localizavam-se na Polónia, não muito longe de Plazow e de Cracóvia. À industrializa-

¹¹⁵ REES Laurence, *Auschwitz. The nazis and the final solution*, London, BBC Books, 2005, p. 213.

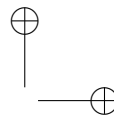
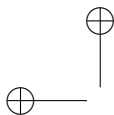
ção da mão-de-obra escrava, ao serviço do esforço de guerra nazi bem como do esforço de prosseguimento da “solução final”, retirando toda a energia e valor económico possível dos judeus antes de os matar, juntou-se a industrialização do próprio processo de realização da “solução final”.

Antes deste processo de industrialização, a rapidez de “processamento” do material indesejado, isto é, dos judeus, mas também de outras formas perniciosas de não-humanos, era desesperantemente insuficiente. A aplicação das reconhecidamente excelentes qualidades racionais de organização de qualquer coisa, em que os alemães eram exímios, permitiu a aceleração do processo, evitando desperdícios de recursos e de tempo, de tal modo que campos como Treblinka, tendo terminado o seu “trabalho” decisivo para o bom sucesso da “solução final”, foram rapidamente desmantelados, não deixando grandes vestígios, pelo menos sem que se proceda a minucioso trabalho científico de busca monumental, numa nova forma de arqueologia sobre passado recente, passado feito de pura maldade humana, maldade fiel à sua essência de actividade anti-espiritual, isto é, espiritual pela negativa, quer dizer, praticamente imaterial.

Assim se explica a razão principal pela qual não é possível indicar “razões” definitivas para esta matança, no âmbito da mera materialidade historicista: o mal, origem de todos estes actos, não é uma realidade histórica, no sentido materialista do termo, pelo que não é possível prová-lo materialmente. Os nazis bem o sabiam, pelo que, sempre que puderam, apagaram o mais perfeitamente possível os resíduos materiais das suas acções. Acções cujo princípio fundamental nunca poderá ser provado, pois é de índole espiritual e ao espírito, bom ou perverso, ninguém o agarra materialmente.

Tal evidência implica uma consequência terrível: na falta de provas materiais, em certos casos, apenas a memória testemunhal das vítimas e carrascos pode servir de realidade material substantiva para um possível acesso ao passado histórico. Se os assassinos se recusarem a falar, nada haverá a reportar de seu lado, o que é muito mais grave do que se mentissem, pois, na mentira, há sempre ou pelo menos pode haver sempre um fundo de realidade, pelo menos o reconhecimento de que houve algo, mesmo que esse algo seja apenas o pretexto para a mentira sobre o que tenha sido.

Por outro lado, tudo o que as vítimas sobreviventes possam dizer, mesmo que seja absolutamente verdade, pode ser posto em causa, pois não há modo monumental de o confirmar. Compreende-se, então, melhor a inteligência da



ordem de Eisenhower quando mandou recolher imediatamente o maior número de evidências documentais possível.

5.3 A rendição (Anunciada por Churchill)

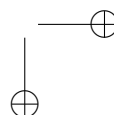
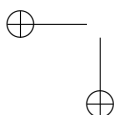
É merecida homenagem ao homem que demonstrou antes da guerra ser o mais lúcido na relação com Herr Hitler, ter Spielberg posto no filme o anúncio oficial do fim da guerra no original da locução de Churchill, locução que foi a culminante de uma longa série de emissões via rádio para toda a Europa e o mundo, onde quer que pudesse ser ouvida, levando uma esperança que, inicialmente, apenas em Churchill parecia não ser desesperada.

Passa-se, assim, e bem, sobre as estultas controvérsias acerca da inacção aliada relativa aos campos, de que se sabia a existência. O facto é que a posição dos aliados ocidentais foi durante quase toda a guerra na Europa muito frágil, ao contrário do que vulgarmente se pensa, tendo apenas as tropas a ocidente aguentado a resistência alemã devido ao peso esmagador do avanço das tropas soviéticas, em volume e qualidade incomparáveis quer com as suas congéneres ocidentais quer com as suas inimigas alemãs.

Se tivesse sido permitido a Hitler dispor de um número muito mais substancial de tropas a oeste, o triunfo dos aliados ocidentais teria sido, senão impossível, pelo menos muito mais custoso e demorado. Na Europa, o grande esforço militar ocorreu a leste, embora tal seja pouco referido. Os soviéticos encontravam-se detentores, desde 1944, de uma capacidade material e humana esmagadora, servida por uma doutrina absolutamente inflexível, que não recuava perante coisa alguma, como demonstrado já, anteriormente, em Estalinegrado. A este poder físico-militar, acrescia um perfeitamente justificado, em seu parecer e devido às circunstâncias, desejo de absoluta vingança contra o povo que tanto mal tinha causado às gentes eslavas. Tudo isto obrigou a Alemanha a concentrar o seu maior esforço defensivo a leste, assim libertando os ocidentais de um maior sacrifício.

Os meios existentes, melhor, inexistentes a ocidente tornavam impossível qualquer acção contra os campos que fosse mais do que simbólica e, do ponto de vista táctico, qualquer acção tinha de ser muito bem planeada, de modo a não causar ela própria as mortes que deveria impedir.¹¹⁶ Quanto ao lado orien-

¹¹⁶Operações muito limitadas e de pequeno alcance logístico, como a do bombardeamento da

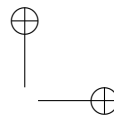
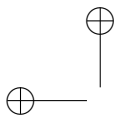


tal da aliança, daí pouco se poderia esperar, pois, no caso da sublevação final de Varsóvia, os soviéticos não só não ajudaram, como ainda prejudicaram.

A grande responsabilidade do ocidente reside não já num tempo em que sofria as necessárias consequências de sua cobardia ante-conflito – apesar dos avisos detalhados de Churchill – na forma de impotência militar e logística, mas precisamente na cobardia com que lidou com o espertíssimo – sabedor dessa mesma cobardia (a única figura do ocidente de quem Herr Hitler gostava era, paradoxalmente, Churchill, com quem quis negociar uma paz separada) – tirano austro-alemão. Deixado Herr Hitler livre de criar o estado militar que criou, com os meios que lhe deixaram produzir, não se poderia esperar algo de diferente, senão no pormenor, daquilo que efectivamente veio a acontecer.

Ora, Churchill tinha andado esforçadamente durante muitos anos a anunciar com suficiente justificação racional isto mesmo. E fê-lo não apenas para um grupo de iniciados, mas na Assembleia do povo britânico, sob o escrutínio de todo o mundo. Com todas as limitações impostas pela guerra e pelas condições em que teve de ser combatida, Churchill foi quem mais lutou, a tempo, contra o mal que se anunciou e que viria, entre outras coisas, a fazer o que fez nos campos de concentração e extermínio. Esta homenagem de Spielberg é, pois, merecidíssima.

prisão francesa de Amiens, “Operação Jericho”, onde havia que libertar pessoal militar aliado que sabia dos preparativos para o Dia D – ou matá-lo, ao tentar, o que produziria o mesmo resultado em termos de ocultação das informações de que eram portadores –, apesar de muito bem planeadas e de serem executadas pelos melhores homens e com a utilização do melhor equipamento disponível, produziam resultados trágicos: nesta operação, para cada dois prisioneiros salvos, houve um prisioneiro morto, o que foi considerado, dadas as circunstâncias, um tremendo sucesso... E não há verdadeiramente danos que possam ser disfarçados em sua mesma grandeza humana como “colaterais”: danos são danos, independentemente dos nomes beatíficos que lhes possam ser atribuídos. Estas operações tiveram algum valor estratégico, mas foram fundamentalmente de importância simbólica. O bombardeamento de alguns campos de concentração poderia ter assumido este mesmo papel simbólico de não abandono de seus reclusos por parte de quem sabia que lá estavam e que o seu destino não era propriamente o melhor. Mas foi decidido contrariamente, não se podendo saber o que teria acontecido caso fosse decidido, pelo menos, experimentar... Poderia bem acontecer que se obtivesse um tal sucesso que obrigasse a desviar meios fundamentais do bombardeamento estratégico da Alemanha e talvez tenha sido esta consideração antecipada que impediu os decisores de darem luz verde à acção. De qualquer modo, a grande acção teria sido impedir que Herr Hitler chegasse a provocar a guerra e, nessa altura, o “bombardeamento” teria sido bem pequeno. É o preço terrível da humana estupidez.



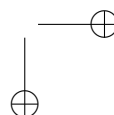
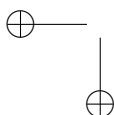
5.4 Meios e fins

Uma das questões fundamentais que esta obra levanta é a da relação dos meios com os fins e a sua relativa bondade, tendo em conta o absoluto de bondade dos fins. Que valor de verdade tem a velha sentença, de paternidade maquiavélica, segundo a qual os fins justificam os meios? Há ou não uma fundamental teleologia agatónica na acção humana? Há ou não meios bons ou não bons em si mesmos ou a sua bondade deriva apenas dos fins que servem?

Comecemos pelo mais fácil, que é precisamente a resposta a esta última questão. Os meios, sejam eles de que tipo forem, são sempre e apenas instrumentais, pelo que não são eticamente ou politicamente qualificáveis: seja um objecto físico seja uma palavra seja um qualquer outro meio político de pôr em relação dois entes humanos, nenhum desses meios é, de modo algum, sujeito ético ou político, pelo que é ética ou politicamente inqualificável. O sentido ético ou político nunca pode estar, pois, nos meios utilizados, o que faz com que estes nunca sejam detentores em si mesmos de qualquer valência propriamente ética ou política. Deste ponto de vista: não há boas ou más palavras em si, assim como não há boas ou más armas em si (aliás, nada é *apenas* “arma”, como nada pode escapar a ser *também* “arma”).

Assim sendo, os meios recebem sempre a sua metafórica bondade ou maldade do fim para que foram usados. Este fim, no entanto, não é confundível com um estado terminal, antes *inclui a acção que motiva*, o que não é, por sua vez, confundível com os meios utilizados: *uma acção não é um mero meio*, que é sempre algo de puramente material, no sentido de passivo, de objectual e de usável. Uma acção nunca é passiva, objectual e usada: é um acto, é de um sujeito, é usante, é o sujeito como acto ético e político. É esta acção, que faz parte da finalidade, como trajecto activo até ela, e não como meio passivo, que participa activamente da qualificação ética e política do fim, como acto que realiza este. Não qualquer meio.

O acto de usar uma pistola não é um mero meio para um fim, mas *esse mesmo fim em acto de realização*. É que o fim não é um *telos* para lá do acto que o realiza, mas a perfeição realizada desse mesmo acto. O fim não transcende o acto, culmina e cumula-o, integra-o como seu acabamento, faz dele parte. Um fim qualquer sem um acto de finalização seu mais não é do que uma vã ideia, irreal para além de sua imaginária idealidade. É uma ideia



de uma imagem. Se não for capaz de prever o acto de sua realização será totalmente inqualificável ética e politicamente.

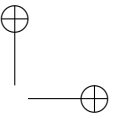
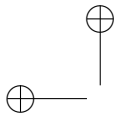
Ora, a realização em acto dos fins, o caminho para o fim do acto, é toda ela iminentemente e eminentemente qualificável ética e politicamente. A pistola que uso, a palavra que uso são meros meios, mas *o seu uso*, que inclui o modo como os uso, *é um acto e um acto da pessoa que o actualiza*, logo, ética e politicamente qualificável. Daqui decorre o que, por vezes, parece ser o carácter paradoxal da relação entre os meios usados nos actos e os resultados obtidos: neste caso, e por exemplo, como é possível ser bom comprar pessoas a fim de as salvar? Não é sempre mau comprar pessoas?

Não. Se for para as salvar, não é mau. Se for para algo que implique uma sua diminuição ontológica, como fazer delas escravas, sim. O acto de comprar seja o que for, por si só, não é bom ou mau: é o fim de bem que serve que o qualifica como bom ou mau. Assim, na história em apreço como na vida real, resulta extremamente irónico o facto de o dinheiro ganho a explorar aquelas pessoas – acto mau – ser usado para as salvar – acto bom.

Mas o sentido de uma boa poeticidade de justiça ressalta ainda mais quando percebemos que, nestas precisas circunstâncias, se Schindler não tivesse ganho aquele dinheiro daquela maneira – e Schindler não saberia ganhá-lo de outra qualquer maneira –, não teria dinheiro para salvar aquela gente. Chamava a isto o povo “escrever Deus direito por linhas tortas”. A grande verdade aqui presente é a de haver sempre possibilidade de bom uso de um qualquer bem quando se percebe um bem final a que aportar, actuando, depois, no sentido desse bem. Não se trata apenas de um mal menor, mas do bem possível, o que é muito diferente.

Destruir um qualquer bem nunca pode ser um acto bom, pelo que qualquer acto de destruição é sempre um mal que se auto-contém: daqui a tentativa de chamada de atenção para o real poder do perdão sobre o exercício do poder destruidor, feita por Schindler a Goeth e que este não percebeu, continuando a destruir: a finalidade de Goeth não era outra senão a de destruir, não destruía *para*, destruía apenas. Tinha a destruição como fim. E a destruição como fim implica sempre a destruição como acto e o uso dos meios para a destruição.

Tal continua a não qualificar os meros meios senão como meros instrumentos: veja-se o caso em que, querendo assassinar o Rabi Levartov, as pistolas não dispararam, deixando Goeth furioso e os seus subordinados perplexos. As armas continuaram a ser meras máquinas sem tino ou escolha, que meca-



nicamente falharam: todo o bem e todo o mal se encontravam do lado dos SS, não do lado daquelas coisas metálicas que aqueles quiseram usar para matar.

Mas podemos ir mais longe: *de onde surgem os instrumentos de morte senão da finalidade de matar?* Alguma espada ou pistola ou míssil se criou a si próprio? Alguém cria um instrumento destes por “acaso”? Mesmo o mal que se faz por meio do uso de entidades naturais não é um uso perverso do que são, como naturais bens, para o mal? *A pedra com que mato o meu semelhante “nasceu” arma de morte?* Alguma pedra, antes de o homem a usar como arma de morte, matou alguém como um homem mata alguém? Alguma pedra deliberou matar alguém? A pedra ou qualquer outro meio usado integra-se no acto cuja finalidade é o bem ou o mal e é deste fim e neste acto e em ambos concomitante e necessariamente que recebe o seu valor moral e político, que é nenhum. Mais nada. *A responsabilidade é sempre e apenas humana.* Em tudo e para sempre.¹¹⁷

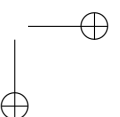
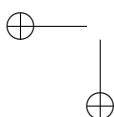
5.5 Culpabilidade: De quem é?

Há ou não uma culpabilidade e uma culpa na morte e sofrimento destas pessoas e, a haver, de quem é? Antes de respondermos a esta questão particular, temos de responder à questão acerca de uma culpabilidade possível: é ou não possível pensar a culpabilidade, mesmo que não seja possível encontrar o seu sujeito? Que relação há entre o sujeito da acção e a acção que realiza?

A questão fundamental, de que a questão da culpabilidade é um mero elemento, é esta última. Do ponto de vista ontológico, na sua necessária ligação antropológica, isto é, na sua necessária relação ontológica humana, não há distinção possível entre o acto do homem, entendido quer na sua totalidade quer em cada uma de suas abstractamente consideráveis partes, e o que o homem é: *o homem é o acto do homem e o acto do homem é o homem.*¹¹⁸

¹¹⁷Como Platão bem percebe quando, no fim do seu esforço racional de patenteação do que é a essência da *Polis*, no Livro X da *Politeia*, no famoso “mito de Er, o Panfílio”, diz acerca do acto fundamental da escolha, em seu sentido mais fortemente paradigmático, que “A responsabilidade é de quem escolhe. Deus é *anaitios*”, sem responsabilidade (617e).

¹¹⁸Da distinção, possível, entre acto do homem e acto humano, retemos a diferença que faz com que o acto humano seja um acto de um ser humano (não é de um cão, por exemplo) que obedece a princípios de bondade dignos da mesma humanidade. Toda a outra acção, que a tais princípios não obedeça, será indigna da humanidade e, assim, não humana.



O homem não é uma coisa separada (ou uma entidade ou uma essência ou uma substância) à qual se *adicionem* actos, que permanecem apenas como entidades alheias, a ele exteriores e acidentais: o homem é, para além da dotação ontológica com que surge em acto e que dele obviamente não depende, o acto que de si faz. E, se bem que nem todos os seus actos lhe possam ser atribuídos com o mesmo grau de responsabilidade para o bem ou para o mal, e, assim, também de culpabilidade no que ao mal diz respeito, não pode necessariamente haver acto algum que passe por algo que ainda mereça a designação de ser humano que lhe não seja, de algum modo, imputável.

A total inimputabilidade de um qualquer acto a um qualquer ser humano é impossível, dado que, se for esse o caso, já não há propriamente ser humano, apenas ou um cadáver – que não é um homem – ou uma entidade qualquer não humana ainda viva, impensável: ter-se-ia destruído o próprio homem, acção consonante com a finalidade do tratamento dado pelos nazis a certos tipos de humanidade a reduzir. Tal redução produz uma entidade viva, no sentido biológico do termo, mas a que já foi retirada toda a dignidade propriamente humana,¹¹⁹ sendo, para estes fins, indistinguível de um cadáver, mesmo que possa ainda, mais tarde, eventualmente, recuperar a sua humanidade; aí, torna a ser *activamente humano*, ao passo que, anteriormente, só o era *potencialmente*. Mas que fique claro, não faz qualquer sentido pedir responsabilidade por um acto a algo que não seja activa e actualmente humano;¹²⁰ o caso para-

¹¹⁹Não é exclusivo de nazis ou outros semelhantes este procedimento: todas as iniciativas que visam retirar a responsabilidade ao autor de actos humanos diminui, na proporção directa da diminuição implicada pela retirada da responsabilidade, a sua mesma humanidade. Estes procedimentos redutores da humanidade praticam-se a nível de certas teorias psicológicas, sociológicas, jurídicas e políticas, todas elas contribuindo para que o propriamente humano do ser humano vá sendo eliminado. No limite, reduzindo progressivamente toda a responsabilização própria pessoal de todos os seres humanos, não restará já humanidade alguma, mas apenas um conjunto de bestas biológicas, cidadãos de algum paraíso trans-humano, mas por eliminação da mesma humanidade. Quando reparamos bem no que se vai passando em nosso político redor, perguntamo-nos se não é mesmo isso que está aceleradamente a acontecer...

¹²⁰Por mais “inovador” e “moderno” e “revolucionário” que seja um qualquer possível regime jurídico, será interessante ver como proporá algo como uma “responsabilidade” canina ou porcina, por exemplo. Mas, num mundo cada vez mais infantil do ponto de vista intelectual e em que as grandes instituições científicas estão nas mãos de mercenários a soldo das oligarquias reinantes, já é corrente falar-se na “responsabilidade do tsunami” ou na “responsabilidade do abalo sísmico”, expressões que epistemologicamente têm valor semelhante a outras do mesmo género científico, como, por exemplo (vulgaríssimo), “a escolha da espécie”... Num ambiente

digmático de um doente em coma é suficiente e universalmente esclarecedor quanto ao alcance desta afirmação. Todo o subsequente debate de pormenor é meramente técnico.

Assim sendo, não pode haver acto humano (aqui, passamos ao lado da distinção entre actos humanos e actos do homem, pelas razões acima expostas) que não implique imediata e necessariamente uma responsabilidade humana pela sua realização ou eventual não realização, que é mais exactamente uma realização negativa, isto é, uma acção que passa por não agir, mas que não deixa de ser um acto humano, se bem que por omissão.¹²¹

Quando o homem age, é totalmente responsável pelo que de si dependeu na acção que executou, seja isso aferível ou não em termos políticos, isto é, por parte de terceiros humanos. Quer isto dizer que, *do ponto de vista estritamente ético, há uma relação ontológica necessária entre o acto e quem o praticou*, sendo que *o ser do acto praticado mais não é do que uma extensão ontológica do ser de quem o praticou*, uma vez que, não fora essa mesma prática, a ontologia própria de tal acto nunca teria sido: *ela nasce totalmente do acto do praticante*.

Se não houver transição para a exterioridade ontológica transcendente ao praticante, temos um acto puramente ético, que é ontologicamente indiscernível, mesmo em termos de efeito, do praticante. Este caso é um simples limite teórico, nunca se dando na realidade. Se houver uma qualquer transição ontológica, por mínima que seja, estamos perante um acto que se desdobra em ético e político, implicando necessariamente a ontologia própria de seres ter-

deprimentemente medíocre, do ponto de vista científico, como este, não é de admirar que se confunda tudo e que os seres humanos sejam desumanizados, bestializados, por comparação reductiva com as bestas – como fazem, aparentemente deliciando-se no processo, certas biológicas –, e que as bestas sejam humanizadas, num verdadeiro caos científico e político, cujas consequências antropológicas, políticas e ecológicas serão necessariamente catastróficas.

¹²¹O que invalida como perfeitamente néscias as tentativas de proposição de filosofias de não acção, que são filosofias de proposta de uma *acção por inactividade*, mentindo na designação avançada. Se, por vezes, a deliberada não acção corresponde a uma forma superior e nobre de acção, permitindo que certas formas de bondade possam surgir, exactamente porque houve prudência suficiente para não interferir positivamente com a sua adveniência, numa, então, positividade prática que redundaria numa negatividade ontológica, muitas outras vezes, a proposta de não acção não passa de uma manifestação da mais abjecta cobardia, causadora de evitáveis dramas e tragédias, a que faz crescer o cinismo de um falso amor pela liberdade ou pela paz, por exemplo.

ceiros: este tipo constitui a generalidade possivelmente universal dos actos humanos.

A questão da responsabilidade põe-se em ambos os casos, mas é fundamental no segundo, dado que *implica o acto próprio de seres que transcendem a pura interioridade do agente e sobre os quais este não deve poder ter capacidade ontológica determinante no sentido do mal*.

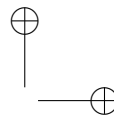
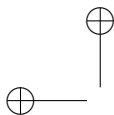
No entanto, efectivamente tem. Esta tremenda ambivalência adverte imediatamente para a questão da *importância ontológica fundamental da questão da responsabilidade política*, dado que por ela passa a *capacidade de interferência ontológica em actos terceiros*, com o perigo político-ontológico que tal possibilidade comporta. Note-se que, no entanto, se apenas utilizada no sentido do bem, esta capacidade de interferência onto-política remeteria apenas para uma responsabilidade pelo bem, o que seria indiscernível do próprio prémio pela construção de uma cidade do bem, de uma “cidade de Deus”. Deste modo, a questão da responsabilidade não tem qualquer relevância do ponto de vista da responsabilidade pelo bem, mas apenas da responsabilidade pelo mal.

A responsabilidade pelo bem coincide com o mesmo bem praticado. A responsabilidade pelo mal coincide com o mal praticado. No caso do bem, o mesmo absoluto do bem é a recompensa pelo bem praticado. A responsabilidade dilui-se no mesmo bem e nada mais é do que uma espécie de glória ontológica de quem praticou o bem, que já tem a sua recompensa.

Mas, no caso do mal praticado, não há glória possível, pois o mal é sempre uma ausência de plenitude; ora, é esta plenitude realizada pelo acto de bem que constitui a sua mesma glória. O acto de mal elimina para sempre uma qualquer possibilidade de bem, de positividade ontológica, pelo que, para sempre, o autor do mal é responsável pelo bem que impediu. A anti-glória do mal consiste na *eterna impossibilidade de o que poderia ter sido poder ser*.

A recompensa ética de quem faz o mal é o mesmo resultado ético do mal feito, isto é, o seu próprio empobrecimento ontológico, pois, podendo resplandecer com o bem feito, des-resplandece com o bem impedido. Mas tal mais não é do que uma divina forma de justiça poética, em que o mal feito é imediatamente a mesma sentença, que sentencia quem o fez a ser eternamente o autor do mal feito, sem possibilidade de remissão, não a nível ontológico, no que também já tem a sua recompensa.

O que importa no mal é mesmo a sua dimensão política, segundo a qual o mal que faço transita, de mim que o faço, para um qualquer terceiro que vai



ser impossibilitado de um qualquer bem por causa da minha acção. Este bem que eu impossibilito nele, não só me marca como mau para todo o sempre – recompensa poética justíssima para quem é autor do mal –, mas mata eternamente aquela mesma possibilidade ontológica. Ora, que direito – direito ontológico, de que todos os outros derivam –, tenho eu de aniquilar assim a possibilidade ontológica dos outros? Obviamente, nenhum, seja qual for o pretexto ou a pretextuada “razão”.

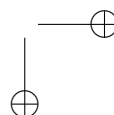
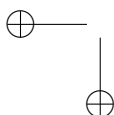
Como é evidente, cada um destes actos de mal, porque atenta contra a possibilidade ontológica de um terceiro qualquer, corresponde, por definição essencial, ao acto de tirania. Então, como não pensar que todo o tirano desmerece ser? Como não pensar que o melhor seria nunca ter havido qualquer tirano? E, no entanto, há. E, no entanto, a possibilidade da tirania está inscrita na mesma matriz humana, no seu mais profundo íntimo ontológico de entidade capaz de poder escolher entre bem e mal.

A tirania é o extremo oposto e contrário e contraditório à santidade: *todos os seres humanos existem apenas algures entre o santo e o tirano*, ou, na linguagem de Pascal, entre o anjo e a besta. O santo é o “anjo” de carne que sempre lutou por não se transformar em besta e é paradigmaticamente universalmente pela figura de Job.

Também não é aceitável a extensão semântica equívoca da classificação de mal a actualidades que não dependam da acção dos homens, por mais prejuízo, dor e sofrimento que possam causar, o que absurdamente levaria à necessária formulação de afirmações como estas: a) “Hitler foi um homem mau” e b) “O tremor de terra foi mau”, que atribuem a sujeitos incomparáveis o mesmo predicado fundamental, do ponto de vista de uma caracterização ontológica não accidental, eliminando a possibilidade de real significado para ambas. Aqui, a analogia é perversa, pelo que não deve ser utilizada.

Reservamos o termo “mal” para a qualificação de acções humanas que eliminaram a possibilidade de introdução de plenitude de bens no conjunto total do ser. O mal, neste sentido, é, pois, algo de humano e apenas de humano, sendo que há que procurar uma denominação conveniente para isso que é designado pelas perversas analogias que com ele tradicionalmente se estabelecem.

Depois destas considerações, não é difícil perceber que há responsabilidade humana e estritamente humana por estas vítimas: *é a responsabilidade precisa e exacta de todos os seres humanos implicados no seu sofrimento e*

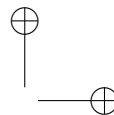
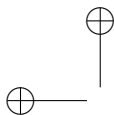


na sua morte. Por mais difícil ou mesmo por impossível que seja perceber no detalhe próprio qual seja a responsabilidade de cada um, esta existe e não pode ser anulada apenas por incapacidade da finitude humana em medir com rigor qual seja essa responsabilidade. Há uma óbvia responsabilidade política pessoal e política transpessoal e interpessoal por estes actos.

A responsabilidade ética é sempre e apenas pessoal, mesmo aquando da sua transcensão política, dado que toda a responsabilidade política pelos actos políticos nasce da responsabilidade ética primeira, interior ao sujeito da acção, exactamente pelo desencadear da acção e este é sempre ético, nasce sempre na e da interioridade ética de cada sujeito que o é como tal. Só se não houver homens em acto, de qualquer forma e em qualquer modo de relação, no acto em apreço, é que não pode haver responsabilidade humana nesse mesmo acto. Ora, nestes actos, a presença humana é inegável, logo, há uma responsabilidade humana e, sendo actos de mal, há uma culpabilidade humana indiscutível. O reconhecimento efectivo dessa culpabilidade pelos próprios ou por terceiros, para o caso, é irrelevante: os actos foram realizados, foram realizados por homens e estes são por eles responsáveis na exacta e precisa ontológica medida da sua mesma contribuição para eles. Tal é válido para sempre, por toda eternidade ontológica da memória ontológica do que foi, de que a possível memória histórica é apenas uma ténue e infinitamente incompleta imagem.

Não podendo nós penetrar na actualidade ontológica ética própria de Schindler, não podemos saber o drama que lá se viveu, mas podemos perguntar especulativamente se não terá sido precisamente esta consciência da actualidade ontológica de bem e mal do ponto de vista político, mas sobretudo ético, isto é, da indiscernibilidade do bem e do mal feitos relativamente ao acto próprio de quem os faz, que terá levado Schindler a agir como agiu, isto é, de modo a que os seus actos não poluíssem de forma calamitosa o seu mesmo ser?

Lembre-mos de que não estamos a falar de um menino de coro, mas de um homem habituado a uma vida dissoluta, mas que foi capaz de perceber a diferença abissal, do ponto de vista ontológico, entre os pecadilhos anteriores e os crimes hediondos com os quais poderia ter de colaborar: é toda a diferença ontológica entre males sofríveis e males insofríveis porque absolutamente irremediáveis e humanamente inexpiáveis. Schindler teve a intuição do bem, que normalmente falta ao comum da humanidade: a de que nenhum



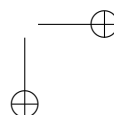
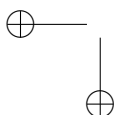
crime se compara ontologicamente à destruição de uma vida inocente; quem não percebe isto está imediatamente em risco de poder sacrificar uma vida inocente a qualquer momento, por uma qualquer trivial razão.

5.6 A questão do poder

Toda esta obra pode também ser perspectivada como um ensaio acerca do poder, das suas virtudes, positivamente entendidas, e dos seus defeitos, mais propriamente dos seus vícios e perversidades. Não há dúvida alguma de que o nazismo é a exacerbação de uma ânsia profundíssima de poder, de *Macht*, não no sentido nietzscheano,¹²² mas num sentido que transcende fundamentalmente o mero comum sentido político: o poder que nazis e muitos que a eles se aliaram buscaram e que diz respeito à capacidade ontológica de ser, de ser como entidade propriamente autónoma e propriamente autónoma porque precisamente capaz de gerar a partir de sua mesma riqueza ontológica potencial própria seu mesmo próprio acto.

O nazismo, bem como todos os movimentos éticos e políticos que paradigmaticamente tipifica, nada mais é fundamentalmente do que *um modo ritualizado de obter sucedaneamente o poder ontológico que não se possui de forma natural*: de facto, não se trata de um conjunto de *Herren*, de senhores, perfeitos e, por isso, *senhores*, que escraviza os demais em benefício de sua mesma grandeza senhorial, mas, na realidade, e de acordo com a terminologia que cunharam, de *Untermenschen*, de pessoas que se sabem inferiores e que necessitam da escravização dos outros para poderem crescer segundo o sentido de sua grandeza, aproximando-se do tal estatuto senhorial ambicionado.

¹²²A *Wille zu Macht* de Nietzsche não se refere fundamentalmente à dimensão política do poder, entendida esta em sentido comum, mas ao *absoluto do poder*, na acepção de absoluto ontológico da possibilidade (numa estranha aproximação a Platão), que constitui ontologicamente cada acto em acto. Assim, desde a intuição inicial, aquando do estudo da tragédia grega e da sua relação com o espírito da música, que situava este poder absoluto em algo de prévio a toda a possível formulação e que detinha toda a potência, actual, real, de tudo produzir, a que chamou de “dionisíaco”, até à formulação tardia da *Wille zu Macht* (expressão cuja tradução para português não aconselhamos, dada a inexistência de termo próprio para este sentido de *Macht* – o inglês dispõe de “might”, no sentido que se usa em, por exemplo, “almighty God”, precisamente no sentido que aqui está em causa: o Deus que morre é o que é substituído pela *Wille zu Macht*), o poder é sempre o *absoluto do poder ser*. O âmbito do poder político é apenas uma reduzida parte do possível poder absoluto em causa. Nada mais.



É esta mesma realidade de inferioridade ontológica que leva os nazis (e demais) a ser tão cruéis para com os outros, pois sabem que *a mínima compaixão os pode deixar à mercê de alguém cuja inferioridade é meramente fruto retórico da necessidade de se fortalecerem por meio do mesmo enfraquecimento dos outros*. Nietzscheanamente, estamos perante o mecanismo dos escravos que se impõem minando a grandeza ontológica de quem lhes é superior ou, pelo menos, não inferior: ao verdadeiramente inferior, não é necessário inferiorizar, como é óbvio, e todas as formas de inferiorização ética e política advêm necessariamente do receio de se ser inferiorizado pelos outros, antes de sermos nós a inferiorizá-los.

Como é obviamente patente, após vários milhares de anos de evolução da humanidade no sentido de uma maior espiritualização, por afastamento relativamente à actualidade bestial que se compartilha com, precisamente, as bestas, este modo de ver a realidade das relações políticas, isto é, inter-humanas, representa *um retrocesso terrível na direcção da bestialidade*. Tal retrocesso não morreu com a Alemanha nazi, co-existiu em muitos outros lugares e ganha presentemente foros de grande vivacidade, nomeadamente através de certas interpretações neo-darwinianas, perceptíveis, por exemplo, nas doutrinas que promovem a agressividade humana, agressividade que é propriamente coisa própria de bestas.

Assim, apesar de uma colagem do nazismo a Nietzsche, para a filosofia deste, os nazis nada mais seriam do que uns pobres escravos, pateticamente fracos, perfeitamente conscientes da sua fraqueza, macaqueando forças de que não dispunham, enchendo o peito de ar e pisando com botas cardadas os outros, antes que estes tivessem tempo para lhes fazer algo de semelhante.

De facto, a verdadeira grandeza nunca reside na acção segundo o mais fácil, mas sempre segundo o mais adequado ontologicamente, mesmo que seja o menos fácil. Ora, a opção do nazismo foi sempre pelo mais fácil, mesmo quando travestido de grande dificuldade. Os próprios campos de extermínio, o mais arrumadinhos possível, só aconteceram porque todos os outros meios alternativos de extermínio se revelaram demasiado difíceis quer económica quer sobretudo moralmente: a economia do *Reich* não aguentava os custos e os grandes heróis nacional-socialistas, nomeados anjos de morte, não aguentavam o esforço moral implicado em matar clara e nitidamente pessoas, de manhã até ao fim do dia útil.

Cedo se descobriu que os SS não eram como os deuses nórdicos, acima

de bem e de mal, mas apenas mais um conjunto de homens, incapazes de aceitar a nova realidade de que os tinham incumbido. Mesmo que o esforço ético de chacinar milhares de pessoas num só dia não cobrasse o óbvio imposto, mesmo que matar aquela gente não pesasse em consciências tornadas de aço,¹²³ divino wagneriano aço, que valor, valor guerreiro, atribuir a actos de mera chacina de gente indefesa? Que valor absoluto? Que valor relativo, quando comparados com Alexandres e Césares? Ser superior, ao modo de um mero carniceiro de matadouro municipal? Nem as maiores bestas humanas podem tomar tal superioridade a sério. E não aceitamos que se considerem os nazis como não-humanos, super ou infra-humanos: são humanos, como os demais, são humanos e devem ser tratados como tais, a favor e contra eles.

De facto, pondo de parte toda a neo-mítica pós-meinkampfiana, o que se encontrou, salvo raras excepções, muitas delas por oposição a Herr Hitler e ao seu projecto de nação, foi um imenso conjunto de burocratas e outros que se aproveitaram da situação – como foi o caso do Schindler do início de filme – para enriquecer quer do ponto de vista económico quer de outros pontos de vista, que vão desde os roubos de arte de Goering, à colecção de prisioneiras violadas de muita soldadesca SS. Tais foram os “actos nobres” dos novos senhores do mundo. Tais os actos que um Nietzsche teria considerado actos dignos de escravos de escravos, duplamente iludidos. Claro que, segundo esta mesma lógica, estes duplos escravos tiveram a sorte que duplos escravos merecem.

A humana besta nazi não percebeu – e nisso é acompanhada por grande parte da humanidade – que *a grandeza do acto do ser humano está em cons-*

¹²³De que o exemplo literalmente paradigmático é Reinhard Heydrich, a quem Hitler chamava “o homem com coração de ferro”: ROBERTS Andrew, *The storm of war. A new history of the second world war*, London, Penguin, 2009, p. 241. Nesta mesma obra (p. 242), podemos recolher mais alguns dados interessantes sobre este homem com coração de ferro: “tendo ganho a alcunha de O Carrasco, Heydrich usou os serviços de tenentes como Adolf Eichmann e Odilo Globocnik para matar o máximo número de judeus e, em 31 de Julho de 1941, recebeu instruções escritas de Göring para realizar a Solução Final. Esta era a sua ocasião privilegiada para provar ao Führer que ele e não Himmler – a quem privadamente desprezava por causa da sua fraqueza – seria o principal arquitecto do programa de genocídio. Em Setembro de 1941, Hitler nomeou Heydrich Protector em nome do Reich da Boémia e da Morávia, isto é, ditador dos territórios checos ocupados. É claro que, em vez de ‘proteger’ aí quem quer que fosse, governou a região através de tortura e terror, enviando centenas de milhar para os campos de concentração, que estava atarefadamente a converter em centros de extermínio. Cedo ganhou o cognome de O Carniceiro de Praga” (tradução nossa).

truir, não em destruir, que o grande termo a pronunciar não é “não”, mas “sim”. Que não há grandeza em rebaixar-se, mas também não a há em rebaixar o outro. Que a grandeza própria se demonstra e se cria acrescentando acto ao acto, positivamente, mesmo que isso contribua para acrescentar acto ao acto dos outros, cuja relação de poder connosco depende apenas da nossa grandeza positiva e não da sua pequenez.

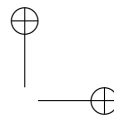
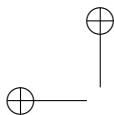
O acto constrói-se sempre pela positiva e a destruição só faz sentido como forma ancilar de grandeza, nunca em si, segundo a mesma lógica própria do herói-guerreiro: nunca mato o meu inimigo apenas para o matar, mas apenas como acto final de uma luta em que ele me teria podido fazer o mesmo – não o reduzo antes de o matar, pois essa redução sua é uma redução minha, pois acabei por vencer alguém já previamente vencido.¹²⁴

Era esta a lógica da antiga agonia e a lógica que preside ao sentido agónico e trágico da filosofia de Nietzsche: nada mais longínquo da teoria e da prática nazis, prática de cobardes, que matavam apenas por matar, sem honra e sem glória.

Mas há um ponto em que os antigos primavam: a grande manifestação de poder, na agonia, na luta de morte, era *poder* não matar o outro, precisamente no momento em que se *podia* matar o outro. A outorga da vida, de cujo poder se dispunha, era a forma mais alta de nobreza e o acto mais extraordinariamente humano, acto que era tão altamente humano que era considerado quasi ou mesmo já divino: era preciso um divino homem para tal fazer.¹²⁵ Ironicamente, o “homem” que assim melhor procedeu foi Antígona,

¹²⁴ Aquiles, cuja cólera de ressonâncias cósmicas motivou o canto de Homero, teve sempre razão, menos quando, deixando-se transportar por uma *hybris* própria de bestas e não de homens, logicamente vencido pela dor da perda do Amigo Pátroclo, também ele imprudente, não se contentou com matar Heitor, em combate leal de que foi o merecedor vencedor, mas profanou o seu cadáver, de uma forma que abalava terra e céus, ameaçando reinstalar o temido *Khaos*. Teve a sorte que as bestas merecem, pois desmereceu o nome e a dignidade ontológica próprios do maior guerreiro de entre os homens. A válvula de descompressão deixada aquando da sua vinda ao mundo, vinda de um guerreiro demasiado forte se demasiado imprudente, foi accionada e, pelo vulnerável calcanhar, se abriu a possibilidade e realidade da morte de um homem que virara besta, sendo, assim, enviado para próximo do *Khaos*, de que fora tão tonto paladino, ao deixar-se dominar pela bestialidade. O guerreiro é um poço cósmico de forças, mas de forças que só são humanamente úteis se forem precisamente cósmicas: a humanidade não tem o que dar que fazer a bestas caóticas, pelo que grande parte da sua história se resume ao imenso esforço de as mandar o mais rapidamente possível para o Hades.

¹²⁵ Assim se percebe o papel final do imperador romano nos jogos de circo.



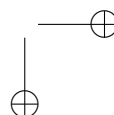
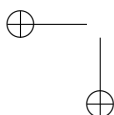
ao recusar-se condenar a alma do irmão agressor de Tebas a uma pena eterna, sepultando-o, na conclusão transcendente de uma plurímota agonia¹²⁶ para sempre marcante na história da humanidade.

Mas esta intuição-tradição helénica recebe confirmação na mensagem e prática de Cristo, com o selo definitivo da bondade extrema do acto de divino perdão. Acto absolutamente ímpar, pois absolutamente gratuito. *O que condena humanamente o nazismo* – e, com ele, todas as práticas semelhantes – *é esta ausência de gratuidade no sentido do bem*: o mesmo comandante de Auschwitz, que supervisionava a morte industrial de milhares de pessoas durante as suas horas de expediente, ia, no fim do trabalho, para casa brincar com os seus filhos, sem a grandeza de permitir aos que matava semelhante possibilidade. Não foi Job e os que Job representa que ficaram fora da graça de Deus, mas os homens como o *Herr Kommandant Hoess*, de Auschwitz. Homens para os quais a mera dimensão humana do perdão não tem resposta,¹²⁷ homens que necessitam da dimensão divina do perdão, dimensão que precisamente viveram para aniquilar.

Toca-se, aqui, de facto, em pontos abissais da condição humana e da relação do ser humano com Deus, mas não no que diz respeito quer à natureza do ser humano quer à chamada presença de Deus, antes quanto à actualização das possibilidades ínsitas à natureza humana e à presença do ser humano junto

¹²⁶ A agonia da Família dos Labdácidas, de que o mais famoso membro é Édipo, começou com um crime de Zeus, precisamente o também famoso rapto da jovem Europa. A posteridade ontológica que este acto híbrido de Zeus desencadeia, mostrando as ‘divinas’ fragilidades ontológicas, éticas e políticas de toda uma humanidade de sempre, constitui uma sucessão de crimes, geneticamente incontornáveis, ao longo de várias gerações, só tendo fim último real com a morte de Antígona e da restante semente da família. Mas a recusa de Antígona em profanar com consequências eternas a morte de seu irmão inimigo, mas amado, quebra a hereditariedade da mácula da estupidez do tonto ‘deus dos deuses’, inaugurando, como coroamento da morte de seu pai, Édipo, já redimido pelo sofrimento e acolhido pelo Elísio, uma nova era de *logos* do acto quer do acto cósmico quer, sobretudo, do acto humano e da sua relação com o *kosmos*.

¹²⁷ Perguntamo-nos, muitas vezes, se a exigência de um perdão humano para certos actos não é desumana, pois tal é a dimensão de mal neles contida que parece transcender toda a humana possibilidade de perdão: é coisa para Deus. Em termos cristãos, esse perdão pode existir, *mas não como coisa humana*, no sentido de meramente humana, mas como perdão de Cristo via mim ou meu com e em Cristo. Mas, assim, o perdão vem de Deus e eu sou mero simples instrumento. Sobre a grandeza do perdão, nomeadamente sobre a sua grandeza ontológica, aconselhamos que se leia o texto do Professor Manuel Barbosa da Costa Freitas “Perdão”, in *O ser e os seres*, Lisboa, Verbo, 2004, vol. II, pp. 216-2

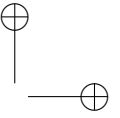
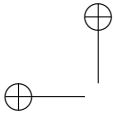


do ser humano. Como se pode facilmente perceber a partir do *Livro de Job*, a possibilidade ontológica do ser humano é o que lhe permite ser o que é, para o bem e para o mal, mas a sua possibilidade está para alguém de bem e mal, ética e politicamente entendidos. O que cada ser humano pode, apenas como possibilidade, não é ainda ética e politicamente classificável, como é óbvio. O papel de Deus não pode consistir em ser um titereiro que anule o poder próprio com que dotou os seus actores.

A condição de solidão de cada ser humano e da humanidade não é um mal, é a condição ontológica que lhes permite serem propriamente humanos. Qualquer interferência será desautorizadora e o grande milagre reside precisamente em que haja, de facto, *um* homem bom, como no prólogo de *Job* é assinalado. Como Agostinho descobriu, a realíssima presença de Deus encontra-se não na acção comum da humana história, mas no mais fundo do núcleo do que sou: se este núcleo está poluído, então não admira que não haja lá grande coisa que encontrar e Deus esteja muito longe; ou não, apenas à distância da espessura da poluição que lá foi posta, posta por mim.

O que ressalta de muitas das leituras de relatos de prisioneiros deste tipo de campos é uma presença “de Deus”, tão maior e mais próxima quanto melhor a acção própria de cada pessoa, quanto maior a nobreza posta na acção. Um ateu dirá, e terá razão desde o seu ponto de vista, que tal não é a presença de Deus, mas apenas a presença do bem próprio do ser humano a si próprio, no momento e pelo acto de bem que pratica. Como a diferença das leituras depende apenas de um acto de fé, não são contraditórias, apenas se situam em *topoi* ontológicos/antropológicos diferentes. Mas ambas as leituras estão correctas, pois *é apenas quando o ser humano pratica o bem que pode realmente encontrar o melhor de si em acto*, a partir de um bem possível, creia ou não na radicação divina desse mesmo bem.

Mas a presença do divino, no crente, não depende senão desse mesmo acto de bem. Sem ele, Deus está e estará sempre absolutamente ausente. Pode procurá-lo onde quiser, que não O encontrará. Para o ateu, será o bem humano que não será encontrado. Para ambos, o deserto humano e humanamente semântico será total e descobrirão a verdadeira morte ainda em vida. É esta a grande terrível experiência dos campos de extermínio, aquela que ontologicamente não se pode apagar ou remir.



5.7 A gratuidade do mal

Em seu sentido mais universal e profundo, o bem não tem razão outra que não si mesmo; diz-se, assim, que o bem é gratuito. Verdadeiramente, para que algo seja absolutamente bom tem de ser absolutamente gratuito, uma vez que tudo o que gratuito não seja mercantiliza o bem, trocando isso que não é gratuito pela razão transcendente de não gratuidade: é o velho tema da redução ontológica do absoluto do ente qualquer a qualquer outro algo que não ele mesmo, no que é. A imagem platónica do bem, irradiando infinitamente de si mesmo, é a melhor forma de nos aproximarmos humanamente do que esta gratuidade possa ser. Como o sol irradia inocente e gratuitamente os seus raios, o bem irradia inocente e gratuitamente o ser e o ser é o bem irradiado e “visto”.

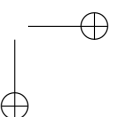
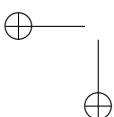
Esta gratuidade coincide, em cada ser, absolutamente com o que esse ser é como tal, na sua absoluta irredutibilidade enquanto tal a qualquer outra coisa. Esta *graça ontológica* corresponde exactamente ao que é a absoluta positividade do que é, independentemente do modo como é. É o que *está em cada ente absolutamente*, “em vez” do nada dele mesmo. Não há qualquer substituto ou intermédio ou mistura possível.

O mal é tudo o que não permite que a possibilidade ontológica positiva máxima para cada ente possa ser. Neste sentido, o mal é também gratuito, só que a sua gratuidade é puramente negativa. Ao passo que o acto de bem cria e, se cria, no que cria, é absolutamente generoso e grácil, fazendo com que a criação seja sempre um acto de graça, grátis, o acto de mal impede a criação, sendo, assim, também gratuito, pois o preço do nada é nenhum e o nada da possibilidade ontológica aniquilada também não é redutível seja ao que for.

Entende-se melhor, agora, o profundo contraste entre a gratuidade dos actos de amor de Schindler e a gratuidade dos actos caprichosos de Amon: no primeiro, *é a graça da criação que se mostra*; no segundo, a graça desgraçada da pior das destruições, a destruição da possibilidade.

5.8 O “valor” das coisas: o relativo e o absoluto

Para os nazis, é indubitável que as coisas possuem valor: todo o nazismo, o de seu pai, Herr Hitler, como o de seus filhos, isto é, de todos os alemães e



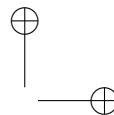
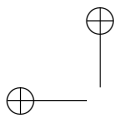
outros que o praticam, pode ser explicado como uma teoria do valor. O nazi não olha para a realidade como um conjunto integrado de seres, mas como um conjunto integrado de valores, precisamente o resultado da avaliação que desses seres faz: *todo o universo nada mais é do que uma função de sua capacidade de avaliação* e a realidade dessa avaliação. O modelo paradigmático absoluto de avaliação é a “bíblia” nazi, o *Mein Kampf*.¹²⁸

Assim, e imediatamente, o nazismo passa a ser algo mais do que uma mera ideologia ou teoria política, para passar a ser uma verdadeira *religião*, não fundamentalmente no sentido sociológico ou psicológico do termo, mas no seu sentido mais profundo, no *sentido ontológico* (o que ajuda a explicar a sua dimensão e força): *o nazismo nasce de uma intuição de um absoluto*. Este absoluto é o poder avaliador-revelador de Herr Hitler.

Assim como só há uma religião qualquer, no sentido tradicional do termo, quando está verdadeiramente em causa o absoluto – o absoluto dos absolutos, para que não haja dúvidas quanto ao que está ontologicamente em causa –, no nazismo é precisamente esta realidade o que podemos encontrar. Para além das referências de Herr Hitler a “Deus”, à “Providência”, o divino nazi consubstancia-se na figura e na palavra do mesmo Herr Hitler. Faz, pois, todo o sentido a acumulação, na sua pessoa, de poder máximo, a todos os níveis, que foi acontecendo ao longo da sua presença como chefe máximo do estado alemão, como faz também todo o sentido que, quando a Alemanha nazi estava já definitivamente derrotada e o seu *Reich* de mil anos imediatamente impossibilitado, tenha querido morrer, arrastando a própria Alemanha para a morte, Alemanha que, porque tinha sido derrotada, já não merecia existir. Trata-se de uma prerrogativa típica de certas divindades primitivas.

O ser “das coisas” vale o que este deus entender que vale, se entender

¹²⁸O nazismo, na sua paradigmaticidade neo-ontológica obtida por meio de uma reavaliação recosmicizadora, é mesmo o corolário da atitude valorativa. Enquanto o ser é correlato de um acto intuitivo qualquer (o que Hume e sua linhagem anterior e posterior parecem não ter percebido ou não ter querido perceber), o valor é sempre necessariamente fruto de um juízo, pelo que imediatamente sujeita a realidade a isso que formula tais juízos. No limite, e seguindo um Nietzsche ainda não convertido ao seu mesmo intuitivo *Kind*, posso reconstruir tudo revalorizando e fazendo-o a capricho, o que ainda é uma forma apolínea (menor, portanto) de atraí-lo ao actual fundo dionisíaco do mundo e da vida, que são o que são, em absoluta espontaneidade. Uma axiologia ontológica judicativa é a porta aberta à tirania: veja-se a exemplificação paradigmática dada por Platão no mito de Gíges, da *Politeia*, retrabalhado imaginariamente e com grande pormenor, de forma soberba, por Tolkien, em *O senhor dos anéis*.



que já não vale coisa alguma, pode perfeitamente eliminar o que resta de tal ser. A história das religiões encontra-se recheada destes episódios. Mas esta abundância não isenta de responsabilidades ontológicas o nazismo, antes as estende a todo o sistema de pensamento que se baseie não num sentido contemplativo do real, mas num sentido judicativo, quer dizer, praticamente todos os sistemas, desde sempre, da história da humanidade.

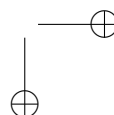
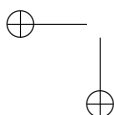
O “não julgar” crístico talvez seja o mandamento mais blasfemo em termos de uma humanidade que não quer viver em harmonia com um mundo que não lhe pertence, mas de que quer ser dona. O nazismo e Herr Hitler, seu pai, não são nisto originais, limitam-se a levar ao extremo ontológico, a todos os níveis, um mal profundamente humano, que consiste em julgar em vez de contemplar, em querer possuir e escravizar em vez de amar.

Este mal humano, verdadeiro mal radical, pois diz respeito a uma possibilidade de não fazer o bem devido, está definitivamente padronizado no mito pós-criação do *Génesis* dedicado ao par Adão e Eva. Este casal é o protótipo de muita coisa, mas é talvez fundamentalmente o protótipo da possibilidade e da realidade de *não amar o que deve ser amado* e deve ser amado não só para o seu objectivo bem, mas para o bem próprio do amante.

A recusa em amar o ser e a fuga para o âmbito da judicação é o que lança o ser humano para fora “do paraíso”. Este não é um lugar mítico, imagético, mas *a mesma possibilidade realíssima da vida humana e cósmica segundo o amor.* Esta possibilidade é eliminada quando o ser humano, em vez de amar, se põe a julgar. O poder passa de uma possibilidade de ser infinitamente *com as coisas*, numa harmonia infinita de bem, a ser um império externo e ilusório *sobre* o ser de terceiros.

Radica aqui toda a possibilidade da tirania. Adão, ao passar do poder puro da inteligência contemplativa ao poder perverso da judicação, lançou simbolicamente o ser humano para fora da comunhão com Deus e com os outros homens: pouco depois, um de seus rebentos carnaís mata o outro, numa simbólica profecia material do que iria ser a vida do ser humano que não quer viver segundo o puro bem, a pura inteligência contemplativa, a Cidade de Deus, o amor infinito pelo infinito bem posto ao seu dispor para amar, não para escravizar.

O nazismo é a forma mais perfeita desta perversa imperfeição humana: retira definitivamente a conclusão máxima, em termos de doutrina e de efeitos do mal e da mesma maldade que o instala sobre a humanidade e o cosmos.



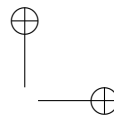
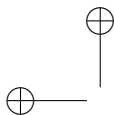
Qualitativamente, não é possível, nunca será possível fazer pior do que o nazismo fez. Quantitativamente, é claro que é possível, é, aliás, provável, dado que pouco se fez e faz para erradicar do mundo a maldade de tipo paradigmaticamente nazi.

Assim, sempre que o ser humano prefere viver não segundo a dinâmica do amor, dinâmica que implica uma relação contemplativa com o absoluto revelado de cada ente e, desde essa contemplação, uma atitude activa de labor no sentido do bem próprio desse mesmo ente, mas numa dinâmica de posse e de império sobre esse ser, é o *bem próprio de tudo o que não somos e não nos serve que fica posto em causa*, relativizado ao nosso egoísmo ontológico. Toda a sociedade humana que funciona segundo uma dinâmica de posse e de império sobre o ser de terceiros relativiza estes e acaba por pôr em causa todo o ser cujo valor imposto por mim não me sirva. Começo por anular o valor do ser e, depois, que há que me impeça de lhe anular o próprio ser? Nada. Assim procederam os nazis com os que julgaram indesejados, nomeadamente os judeus, através, por exemplo, das infames “Leis de Nuremberga”.

A própria Lei, que deveria servir sempre e apenas para cuidar do bem-comum, é utilizada como forma de judicação e classificação de seres e de seres humanos, rebaixando, não apenas o seu valor político de cidadãos, mas o seu valor ontológico de pessoas. Tal processo paradigmaticizou, para sempre, a qualidade ontológica própria da lei, *definitivamente impedindo que se possa invocar a lei como garante da qualidade ontológica política seja do que for*: a frase “é de lei” passou a não valer coisa alguma, pois, de que lei estamos a falar? De uma “lei de nuremberga”?

Depois das “leis” de Nuremberga, invocar a lei não quer dizer coisa alguma, a menos que se seja desonesto – como os nazis – ou tonto e se acredite em propriedades mágicas de algo que já as não pode ter racionalmente, por culpa de quem definitivamente as perverteu. Assim, cada lei tem de ser devidamente escrutinada, de modo a que se perceba se defende ou não o bem-comum e, mesmo, o bem, sem mais. De nada serve dizer que foi aprovada pelo colégio X ou pelo colégio Y, pois, após esta Nuremberga,¹²⁹ nenhum co-

¹²⁹Mesmo a Nuremberga pós-guerra que julgou a Nuremberga pré-guerra já acontece num mundo em que a primeira Nuremberga anulou a possibilidade de qualquer outra Nuremberga verdadeiramente crível. *Paradigmaticamente, as “leis” de Nuremberga significam o suicídio da Lei.*



légio passa a ter qualquer legitimidade nominal para produzir “Lei”, apenas papéis escritos, em que se expressa uma vontade de alguém.

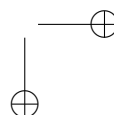
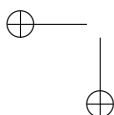
A lei só é lei se servir o bem-comum, pelo que a única forma de legitimação é o seu contraste racional o mais humanamente perfeito possível com o serviço do bem-comum. Só tal serviço faz de uma qualquer peça jurídica uma verdadeira lei. Pense-se, agora, em quantas verdadeiras leis andam por esse mundo. As que não forem assim, são apenas outras “leis de Nuremberga”, porque não servem o bem-comum.

Nada nestas considerações é fundamentalmente abstracto, antes fundamentalmente concreto, pois não há abstracção alguma na vida das pessoas: o carácter abstracto da reflexão sobre ela não se deve confundir com a essência e sobretudo com a substância do que está em causa. Se o nazismo fosse apenas mais uma abstracção nefelibática e bizantina nenhum mal teria vindo ao mundo. Não o foi, não foi contraditado como deveria ter sido, por precoce erradicação, e o mal adveio.

Quando um nazi, devidamente adestrado na palavra divina de seu deus Hitler, olhava para um judeu – como se vê na relação entre Amon e Helen Hirsch – não olhava para ele contemplativamente, procurando *entender o seu ser manifesto*, mas olhava para ele *imediatamente julgando-o*, incumprindo o tal mandamento fundamental de não julgar, imediatamente se impedindo de ver o que esse ser manifesto era em sua mesma manifestação, vendo apenas o que o seu imperial juízo nele projectava: uma ratazana, um verme, um inimigo da grandeza do estado nazi, inimigo que, logicamente, tinha de ser eliminado.

Esta vontade de eliminação não nascia, pois, do nada ou de uma tara psicológica ou de uma mera influência política, mas de uma conversão total do espírito do ser humano a um sentido judicativo e judicativo pré-programado. Tal pré-programação é logicamente necessária, pois, para julgar, necessito de um qualquer padrão que sirva de *modelo absoluto* com que tudo seja comparável e de onde tudo retire, por comparação judicativa, o seu valor, valor que passa a ocupar o lugar ontológico próprio de seu ser. O ser, correlato necessário de um acto de pura inteligência, de um acto contemplativo, não judicativo, é substituído pelo valor. No valor, já não está dado o ser, mas apenas o que o meu império padronizante no seu lugar pôs. Um mundo construído assim é um mundo em que já não há realmente seres, apenas aberrantes reduções ontológicas do ser a uma projecção comparativista.

O mundo desaparece, substituído por uma construção judicativa de que



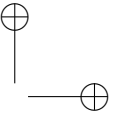
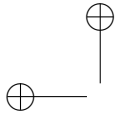
sou o autor. *Tal mundo tem-me como seu criador: sou o seu “Deus”*. É este modo de pensar que constrói um Amon Goeth, que, assim construído, se comporta como um “Deus”. Lembremo-nos de que Goeth é um oficial nazi das SS de baixíssima patente. Podemos imaginar como se sentiria um equivalente a General, por exemplo, ou o generalíssimo das SS, Herr Himmler.¹³⁰

5.9 O bem

Como muito bem percebeu Platão, o bem, humanamente entrevisto, não pode ser senão fruto de uma intuição intelectual, isto é, a presença, ao humano espírito, imediata e directamente, do que há de *absoluta positividade ontológica* em cada coisa e em tudo. É isto, este absoluto, que faz com que haja ser e não nada. O bem,¹³¹ este mesmo absoluto de positividade ontoló-

¹³⁰Relativamente ao caso de Himmler, a citação que se segue é esclarecedora quanto ao poder “divino”, negativamente divino, com que estava constituído e instituído, legalmente, aliás: “Por alturas da Primavera de 1943, era óbvio para homens como Himmler que a única instalação no império nazi capaz de unir satisfatoriamente ambos os fins de trabalho e assassinato era Auschwitz. Deste modo, as câmaras de gás/crematórios de Birkenau iriam tornar-se no fulcro de um imenso complexo semi-industrial. Aqui, judeus seleccionados poderiam, primeiro, ser mandados trabalhar num dos muitos sub-campos próximos, e, depois, quando fossem considerados como já não capazes de trabalhar, após meses de terrível abuso, poderiam ser transportados, ao longo de umas poucas de milhas, até às instalações de extermínio de Auschwitz-Birkenau. Quer ideológica quer praticamente, Auschwitz enquadrava-se perfeitamente nos planos de Himmler”, REES L., *Auschwitz. The nazis and the ‘Final solution’*, London, BBC Books, 2005, pp. 221-222 (tradução nossa). Um exemplo esclarecedor de vida, precisamente nestas mesmas, exactas condições, porque esteve em Auschwitz, é o narrado por Primo Levi na sua obra *Se questo è un uomo*, Torino, Einaudi, 1989.

¹³¹Perdido o sentido deste bem absolutamente objectivo, que marca isso que é o acto que faz com que haja algo e não o nada, independentemente do nome que se lhe atribui ou da forma cultural que reveste, cai-se precisamente num relativismo metafísico e ontológico e, depois, ético e político que, não podendo recorrer a qualquer absoluto objectivo, depõe nas mãos do primeiro que aparecer a definição paradigmática do que é isso em torno de que tudo se vai organizar, se se quiser ter uma qualquer forma de *kosmos*. Ora, não havendo um absoluto objectivo, qualquer sucedâneo tético humano serve, pelo que *passa a valer como absoluto aquilo que um qualquer tirano ou uma qualquer oligarquia quiser*. É esta a situação moderna do mundo, após o evento cultural chamado, a propósito, “morte de Deus”. Herr Hitler é apenas um produto desta nova cultura, o seu produto exemplar paradigmático, definidor de seus mesmos limites próprios: quem quiser fazer de Deus e instaurar o seu absoluto cosmicizador já sabe qual o modelo a seguir. O sonho dos mata-Deus honestos, mas ingénuos, consistia em substituir Deus pelo melhor que há no homem, mas o resultado pragmático tem sido a substitui-



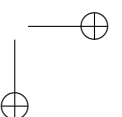
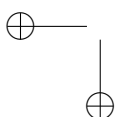
gica presente em cada coisa, nunca é, portanto, fruto de um qualquer juízo ou de um qualquer raciocínio – encadeamento, bem ou mal ordenado, de juízos –, mas sempre, objectivamente, *a mesma pura presença do acto que ergue as coisas*, contra o nada relativo delas mesmas e absoluto de tudo, subjectivamente, o mesmo sentido – *logos* – que a própria inteligência humana, seu mesmo espírito em acto, dela apreende.

O bem ou é isto, e “isto” é toda a realidade possível e humanamente referenciável, ou não é coisa alguma. *O bem não é, pois, fundamentalmente algo de moral*, mas fundamentalissimamente *algo de ontológico*: é a mesma ontologia infinita em acto, de que tudo o mais que é, a seu modo, em acto, participa. Assim sendo, o bem está e é tudo o que tem em si o mínimo dos mínimos de actualidade, pois esta mesma actualidade, no acto que é, independentemente do modo, é o mesmo bem, enquanto absoluto do acto nisso presente e que faz com que isso seja algo e não nada. Esta intuição é muito clara e simples e definitiva, para quem a quiser literalmente compreender.

O bem, deste modo, nunca pode ser reduzido a uma qualquer forma de valor, pois o valor é sempre produto de um qualquer juízo, sem o que a própria designação “valor” deixa de fazer qualquer sentido. O ser nunca é um valor, é o valor que é uma forma de ser, precisamente segundo a forma do juízo, forma sempre segunda. O ser também não “tem” valor, este é apenas dado no juízo, mas qualquer juízo sobre qualquer ente pode ser também qualquer, pelo que não há relação necessária alguma entre o ser e o valor.¹³² Toda a relação entre ambos se resume ao juízo que impõe uma valoração qualquer ao ser. Sublinha-se: qualquer.

O ser é o que é e o que é só pode ser dado na forma de uma contemplação
ção de Deus por um variegado grupo de bestas. *Estas detestam todas as formas de agatologia de tipo platónico e adoram-se a si próprias como forma agatológica única, constituindo-se no novo telos da humanidade.*

¹³²A posição de Scheler é magista, na sequência da também magista metafísica, supostamente não-metafísica de Kant, baseada na tentativa de contrariar a “metafísica” sensista de Hume: é tudo redutível a uma posição mágica, pois, se não há mesmo possibilidade alguma de pensamento que não seja sensivelmente redutível, não é possível afirmar tudo o que Hume afirma, tudo o que Kant afirma e tudo o que Scheler afirma, dado que teriam, todos, de produzir apenas afirmações de referência apenas sensível. E como é que isso se faz, sem recair no espaço lógico-ontológico abrangido pela “proposição sete” do *Tratado* de Wittgenstein? Há toda uma questão de honestidade intelectual a resolver por parte de certas filosofias, que se limitam a brincar perversamente com termos e suas supostas referências.



o mais pura possível, isto é, sem quaisquer juízos ou pré-juízos. O bem, o absoluto ontológico de cada acto que ergue cada coisa é, neste sentido, sempre objectivo e compete ao ser humano deixar-se penetrar por ele, isto é, que a sua inteligência, de algum modo, modo que ninguém sabe como é, se transforme semanticamente nisso que o ser é. É a verdadeira “tábua rasa”, mas não sensível, puramente espiritual.

Ora, para que cada ser humano seja esta pura capacidade de entender o que as coisas são, não na forma onto-tirânica do juízo, mas na forma perfeitamente livre do acto de se deixar transformar interiormente no sentido próprio das coisas que se lhe manifestam – e elas apenas se lhe manifestam quando já são na forma de seu sentido próprio interior – tem de, precisamente, se livrar da mania judicialista, prejudicialista, aquando do acto de intuição.¹³³

Assim, quanto menor for o condicionamento restritivo da inteligência, maior será a capacidade de inteligência do que se manifesta, sem restrições ou imposições. A educação deve, assim, ser feita no sentido de uma purificação da inteligência, no sentido de uma virginal possibilidade de aceitação da ontologia própria das coisas. Não é, obviamente, este o caminho que, desde sempre e salvo raras e não totalmente eficazes excepções, tem vindo a ser seguido.

A razão fundamental é política e, dentro do âmbito da política, perversa: trata-se de conformar o comum dos mortais às necessidades próprias de tiranos e oligarcas, cuja existência é impossível num mundo em que as pessoas sejam entes contemplativos, isto é, que saibam o que as coisas são, não apenas o que parecem ou aquilo para que as condicionam. Quem vê o “polícia como Deus o vê”,¹³⁴ nas palavras de Pessoa/Bernardo Soares? Quem vê sem jul-

¹³³ Prestamos homenagem ao Heidegger de *Vom Wesen der Wahrheit*, que tão bem o percebeu, percebendo algo de fundamental no próprio Platão.

¹³⁴ “Quem me dera, neste momento o sinto, ser alguém que pudesse ver isto como se não tivesse com ele mais relação que o vel-o – contemplar tudo como se fôra o viajante adulto chegado hoje á superfície da vida! Não ter aprendido, da nascença em diante, a dar sentidos dados a estas coisas todas, poder vel-as na expressão que teem separadamente da expressão que lhes foi imposta. Poder conhecer na varina a sua realidade humana independentemente de se lhe chamar varina, e de se saber que existe e que vende. Vêr o polícia como Deus o vê. Reparar em tudo pela primeira vez, não apocalypticamente, como revelações do Mysterio, mas directamente como florações da Realidade.”, PESSOA Fernando, *Livro do desassossego I*, Lisboa, Ática, 1982, p. 92 (mantivemos a grafia original).

gar ou, pior ainda, pois não deixa mesmo emergir a realidade própria de cada coisa, sem pré-julgar?

Todos os regimes políticos historicamente conhecidos se baseiam neste condicionamento da inteligência das pessoas no sentido não de inteligirem o que se lhes manifesta na sua maior pureza, que deles exige também uma maior pureza possível – tendencialmente infinita, se possível –, mas de pensarem, mesmo de inteligirem, perversa, porque condicionadamente, o que interessa a quem detém o poder.¹³⁵

As grandes tiranias do século XX todas se basearam neste tipo de mecanismos de controlo “das mentes” para poderem nascer e, assim o quiseram e durante algum tempo assim o conseguiram, prosperar e, se possível, universalizar-se. O nazismo levou tal programa ao extremo, tendo conseguido grandes proveitos, mantendo a esmagadora maioria de um povo, que se pensava culto, numa forma de inteligibilidade condicionada, que impediu muita gente de ver o que realmente se passava em seu redor, chegando estas pessoas a justificar sinceramente o injustificável.¹³⁶

Exemplo terrivelmente notável disto é o das declarações de um antigo Cabo (Rottenführer) das SS, que aceitou, algo de extremamente raro, prestar extensas declarações durante a investigação de Laurence Rees acerca da história do nascimento, desenvolvimento e queda do campo de concentraçã-

¹³⁵Tal não é exclusivo das tiranias, mas informa todo o sistema que procura o poder não pelo serviço do bem-comum, mas para benefício de uma qualquer minoria. Ora, *o mundo nunca conheceu senão estas duas formas de poder: tirania e oligarquia*; todas as outras formas teoricamente possíveis nunca passaram de isto mesmo, da possibilidade teórica. Hodiernamente, se observarmos as diferentes estratégias de marketing, apoiadas principalmente nas psicologias de Pavlov e de Watson, veremos formas de condicionamento não apenas cognitivo, mas mesmo ontológico da antropologia humana, transformando perversamente os seres humanos em autênticos indivíduos padronizáveis pelo símbolo da casa editora EMI, em que um cachorro ouve a voz do dono, a partir do altifalante de um gramofone, e reconhece a voz do dono e, com a voz do dono, o que a voz do dono significa na relação com isso de que é dono, o cachorro. Parece que, afinal, Herr Hitler e Herr Goebbels, o propagandista, triunfaram e que, apesar de todo o sangue, suor e lágrimas, a humanidade é governada por “his master’s voice”...

¹³⁶Há um testemunho gravado, na série da Thames, *The world at war*, de Frau Bonhoffer, em que esta senhora explica aos historiadores o modo como as pessoas comuns reagiam às notícias que lhes dava acerca de eventuais massacres de vítimas inocentes: as pessoas negavam peremptoriamente e avisavam-na para se calar, para deixar de repetir tais mentiras anti-germânicas (*The world at war*, realização de Jeremy Isaacs, consultor histórico Noble Frankland DFC, narrador Sir Laurence Olivier, música Carl Davies, Thames, 1973).

extermínio de Auschwitz: “Se me perguntar – era um choque [chegar a Auschwitz e saber da matança que lá decorria (inciso nosso)], que não se pode assimilar no primeiro momento. Mas não deve esquecer-se de que não apenas desde 1933 [aquisição do poder por Hitler (inciso nosso)], mas mesmo antes disso, a propaganda na imprensa com que eu, enquanto rapaz, estive em contacto, os meios de comunicação social, a sociedade em geral em que vivi faziam-nos despertar para a consciência de que os Judeus tinham sido a causa da Primeira Guerra Mundial e que tinham, também, ‘apunhalado a Alemanha nas costas’, no fim. E que os Judeus eram, de facto, a causa da miséria em que a Alemanha se encontrava. Estávamos convencidos, pela nossa visão do mundo, de que havia uma grande conspiração da Judaicidade contra nós e esse pensamento estava expresso em Auschwitz – tinha de se evitar, o que aconteceu na Primeira Guerra Mundial, quer dizer, que os Judeus nos conduzissem à miséria. Os inimigos que existiam no seio na Alemanha estavam a ser mortos – exterminados, se necessário. E entre estas duas lutas, abertamente, na linha da frente e também na frente doméstica, não há absolutamente diferença alguma – assim, não exterminávamos senão inimigos”.¹³⁷

Excelente justificação para quem estava a fazer o que estas pessoas estavam a fazer. Para mais, uma justificação perfeitamente lógica, pois, de facto, a definição de inimigo implica necessariamente a inclusão da noção de morte: inimigo é aquele que me quer matar ou que eu quero matar, *independentemente de qualquer razão*.

É esta última afirmação que realmente conta, pois *posso eleger como inimigo qualquer pessoa*, independentemente de qualquer razão supostamente objectiva: apenas por capricho, por exemplo.

A inimizade não tem de nascer de qualquer razão objectivamente válida, como, por exemplo, uma real ameaça externa, pessoal ou colectiva; pode perfeitamente nascer de uma mera brincadeira, como no caso de Amon Goeth. Trata-se, todavia, mais uma vez, de um caso de redução antropológica e ontológica, em que reduz a dimensão onto-antropológica total de uma qualquer pessoa a um aspecto por mim eleito, neste caso, o facto de o considerar inimigo, facto bastante para que o seja.¹³⁸

¹³⁷ REES Laurence, *Auschwitz. The nazis and the 'final solution'*, p. 17

¹³⁸ Ao contrário da amizade, em que tem de haver uma relação biunívoca de grande semelhança entre dois amantes, que querem o bem um do outro, na inimizade, basta que um eleja o outro como inimigo para que o eleito, mesmo contra sua vontade, passe a fazer parte da

Podemos falar, nestes contextos, de uma doença axiológica, não no sentido de que haja um qualquer mal com os valores agora propostos, mas no sentido, muito mais profundo, de que *a valoração ontológica é sempre perversa*, doentia, substituindo ao contacto com a realidade própria das coisas a mesma sua valoração, forma de morte do que é, substituído por um “deve ser” demasiadamente humano, relativo. Lembremos que nenhuma destas valorações é propriamente de comprovada origem divina...

Não admira, pois, que pessoas como o “nosso cabo” Groening pudessem olhar para crianças, que não podiam ser senão inocentes, como *inimigos* da Alemanha, a abater, tendo, para tal modificação da inteligência, também uma desculpa muito “razoável”, mas *perigosamente lógica*, segundo o paradigma valorativo nazi: eram os inimigos do futuro, estava-lhes no sangue a mesma maldade, que fazia de seus pais inimigos da Alemanha, pelo que era melhor matá-los já, que não constituíam grande ameaça, do que mais tarde, quando obrigariam a um muito mais dispendioso processo, podendo mesmo já ter feito algumas “malfeitorias”.

Vejamos as palavras do próprio: “Quando pressionado para dizer qual a razão pela qual as crianças eram assassinadas, Groening responde: “As crianças não são o inimigo, de momento. O inimigo é o sangue que há nelas. O inimigo é elas crescerem até se tornarem num Judeu que pode ser perigoso. E por causa disso as crianças também foram afectadas.””¹³⁹

relação, relação que é já necessariamente biunívoca, mesmo que uma das partes permaneça passiva: não será esta passividade que a vai poupar ao destino próprio do objecto da inimizade, a morte. Muitos dos prisioneiros cometeram este erro, *pensando que uma passividade mansa iria provocar uma qualquer forma de compaixão* ou, então, de desinteresse por parte dos inimigos. *Mas quem elege o outro como inimigo necessita da inimizade para poder ter poder e, assim, muito difícil e raramente terá compaixão ou se desinteressará de seu eleito, até que o mate e, com essa morte, consume o objectivo da eleição.* Esta estrutura relacional ética e política aplica-se a todos os casos de actos de guerra, mesmo àqueles que não são abrangidos pelas teorias clássicas, estatistas, cobrindo, por exemplo, os casos dos assassinos em série, que não são doentes mentais, mas perversos éticos e políticos, que necessitam do acto de guerra para poderem continuar a existir com sentido. Não é uma doença, é uma *forma de vida alternativa*, predadora e incompatível com o sentido político do bem-comum.

¹³⁹REES Laurence, *Auschwitz. The nazis and the ‘final solution’*, p. 1 Perguntamo-nos como é que, com esta explicação, alguém pode voltar a olhar para uma criança qualquer, não sabendo se é judia ou não, sem imediatamente a matar pelo perigo que o seu “sangue” representa? O valor humano e de perigosidade de uma qualquer criança que, segundo esta lógica, não é oficialmente ariana, é sempre o mesmo, pelo que todas as que não forem arianas comprovadamente

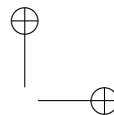
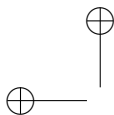
Esta doença axiológica não é, no entanto, exclusivo de pessoas como Groening e seus camaradas, é, antes, literalmente endêmica à espécie humana, levando a *confundir o bem do que é com o bem do que quero que seja*. Assim, fazem todo o sentido as palavras de comentário de Rees sobre a adaptação ética e política de Groening, palavras que se aplicam não apenas a ele e aos nazis sobreviventes, mas a todos os que preferem julgar a realidade em vez de a contemplar e amar: “Ao longo de toda a sua vida, acredita que fez o que pensava estar “certo”; o que se passa é que o que então estava “certo”, acontece não estar “certo” hoje”.¹⁴⁰

Temos, aqui, o “fundamento teórico” necessário para justificar toda e qualquer acção, *seguindo apenas uma consideração valorativa do que é o bem*. Pode parecer tão perigoso que é quase anedótico, ou seria anedótico, não fora a tragédia nazi. Mas a tragédia nazi não esgota o potencial nefasto de tal “fundamento”, pois *toda a modernidade e contemporaneidade se têm vindo a orientar, mais ou menos claramente, por este mesmo “fundamento”*. O nazismo limitou-se a retirar plenamente as consequências éticas e políticas de tal “fundamento”.

O mesmo fizeram todos os tiranos, paradigmaticamente, segundo precisamente este paradigma da mutação do valor – leia-se, valor que interessa ao tirano (lei do interesse do “mais forte”) –, na figura do Trasímaco da *Politeia* de Platão. E não é propriamente por acaso que surge logo no primeiro Livro, onde se lançam as bases para a discussão do que é a justiça, discussão que vai depender exactamente da possibilidade de se *saber da realidade de um bem*

devem ser mortas... terrível lógica esta. Também nos perguntamos como é que se pode voltar a olhar para uma qualquer criança depois de se ter “trabalhado” na matança de outras, necessariamente tão parecidas externamente, num campo de extermínio? Mas há mesmo quem sobreviva a tudo, para o bem e para o mal. O que se pergunta é se a sobrevivência de quem vive segundo esta lógica prolonga, não um qualquer “sangue”, mas uma cultura e uma incivilização de caprichosa, ainda que aparentemente lógica, vontade de morte alheia? E a grande questão que se põe não é “onde está Deus?”, mas “onde estou eu?”, “que faço para impedir esta perversidade?”, “será que não colaboro com ela, por acção ou omissão?”. É claro que, hoje como ontem, a invocação da ausência – que só pode ser física, o que é estranho, no mínimo – de Deus é ótima desculpa para a realidade da minha ausência, da ausência do meu acto acríbico finalizado para o bem-comum. Job só tem o direito de clamar pela presença física de Deus porque ele está presente com todo o seu ser. E é por assim estar que é atendido. Para o crente, a presença de Deus está sempre em si e nunca estará fora de si. A ausência ética e política de Deus significa apenas a minha ausência ética e política e com ela a ausência de Deus em mim.

¹⁴⁰ REES Laurence, *Auschwitz. The nazis and the ‘final solution’*, p. 178.



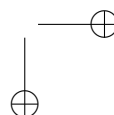
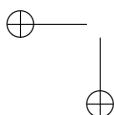
absoluto, isto é, *independente de qualquer avaliação*. A relativização do sentido do bem implica sempre a abertura de caminho para a possível vitória do tirano. Platão percebeu perfeitamente que, *sem a intuição de um bem objectivo absoluto*, a humanidade estaria sempre nas mãos de um qualquer tirano que afirmasse subjectivamente e impusesse aos restantes seres humanos o que esse bem era: ora, esse bem subjectivo é sempre um bem tirânico, mesmo quando não há tiranos oficiais.

5.10 O mal

Todos conhecemos a cómoda posição do Adão do mito bíblico da criação, quando, interrogado acerca do que fez, atirou com a responsabilidade para cima de Eva, que, na sua ingénua e ignorante inocência, mais não foi do que uma vítima nas mãos da serpente. É esta forma antropologicamente alienante que se encontra em todas as teorias que insistem em formas análogas de bem e mal, formas que introduzem equivocidade precisamente onde a equivocidade é mais perigosa e ruína. Confundindo o único mal da nossa experiência, merecedor de tal designação, o mesmo *mal do bem que impeço ou não faço*, com dimensões accidentais da existência cosmológica, como a doença ou os acontecimentos naturais prejudiciais, ou necessários, como a morte, tais formas de pensamento mais não fazem do que pessoalizar o que nunca pode ser pessoal ou despessoalizar o que sempre é pessoal.

Assim, a doença não é boa ou má, como a morte, porque não são sujeitos éticos. Como é óbvio, todas as consequências nefastas de doença e morte, por exemplo, não deixam de afectar negativamente, neste caso em consideração, as pessoas. Mas nem por isso são boas ou más. *Nem toda a negatividade ontológica se pode identificar com o mal. É o mal que é uma parte especial da negatividade ontológica, exactamente aquela que é imposta pelo ser humano*. É apenas quando um ser humano reduz o bem real ou possível que se pode falar não apenas numa qualquer negatividade ontológica, mas em mal.

Morrer não é bom ou mau, é ontologicamente negativo, de certo ponto de vista, mas não é mais do que isso. Não é um mal, é a cessação de todo o bem cósmico possível, mas isso não é mal. Mal é quando essa negatividade advém por meio de um acto humano: aí, sim, a morte é um mal porque foi produzida por uma entidade – humana, neste caso – capaz de ser sujeito moral.



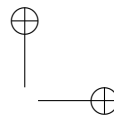
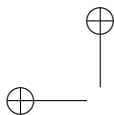
Quando, em termos paradigmaticamente platónicos, se fala de “bem” como matriz metafísica de toda a realidade, não se está a projectar sobre um qualquer “Deus” inventado as características do melhor, quer do melhor humano (Feuerbach, Marx, na sequência da crítica mais abrangente de Xenófanes de Cólofon) quer do melhor em termos gerais da humana experiência, mas, sim, a *intuir o absolutamente precioso de cada acto que é não apenas relativamente, isto é, relativamente aos outros actos de seu mesmo tipo, mas absolutamente contra o nada.*

Isso, sem nome próprio de humano conhecimento, que, em cada acto, se opõe absolutamente ao nada e o impede, isso é o mais precioso, o mais forte de tudo, o verdadeiramente divino, mesmo se nada mais dele se saiba. Ora, que melhor nome para o designar senão o neutro *agathon*: bem, mas não o bem definido ou definível, macho ou fêmea, mas o neutro universal, anterior a macho e fêmea?

Confundir este sentido ontológico absoluto do bem com o bem moral ou político é uma perigosíssima tolice, tolice intelectual, que tem vindo a alimentar muita da especulação filosófica e teológica do mundo, não apenas do ocidental. Uma possível analogia qualquer, a haver, partirá sempre do bem ontológico para o bem moral e político, como restrições daquele, precisamente a parte produzida – ou criada – do bem, ontologicamente entendido, que foi da responsabilidade do ser humano. É apenas segundo esta restrição ontológica que podemos falar de bem e mal fora do registo ontológico matriciado por Platão.

Mas, então, percebe-se melhor a equivocidade a que se aludiu acima, que confunde o que deve ser exclusivamente ético e político com o que de ético e político nada tem e nada pode alguma vez ter. Nada há de propriamente ético ou político num tremor de terra ou numa gripe, em si mesmos. As suas consequências podem criar enquadramentos ambientais que impliquem reenquadramentos éticos e políticos. Sem dúvida, mas, então, o nível ontológico já não é o mesmo e não se pode confundir o enquadramento ambiente, seja ele qual for, com os seres humanos que nele se encontram. As pessoas nunca são redutíveis a quadros exteriores e, *se o tiverem sido, já não são pessoas*, precisamente o intuito paradigmático no nazismo.

Ora, é precisamente o que acontece quer teórica – ideológica – quer prática e pragmaticamente com o nazismo, que tentou e, em parte, realizou uma redução humana deste tipo. Mas é também por causa de movimentos como

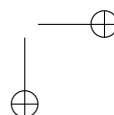
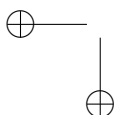


o do nazismo – e todos os que paradigmatisa – que as analogias entre o mal propriamente dito e os movimentos naturais humanamente prejudiciais são antropológicamente perigosas. Se o mesmo termo se aplica, mesmo que analogicamente, a algo como um ciclone (“o ciclone que passou sobre Auschwitz foi muito mau”) e a algo como um acto humano (“o homem que produziu a ordem de matar os prisioneiros do bloco X em Auschwitz foi, nisto, mau”), estamos a situar num mesmo plano fundamental, em que se confunde ontologia, ética e política, o ciclone, que nunca pode ser sujeito moral, e a decisão e ordem de matar os prisioneiros do bloco X, tomada por alguém, que só é precisamente um alguém porque é um sujeito moral.¹⁴¹

Assim, a analogia equívoca do mal moral e político com outras formas de negatividade ontológica mais não faz do que, confundindo o que deve ser inconfundível, exonerar de responsabilidade ontológica pelo mal cometido os que cometem o mal. Mas a degradação e o mal não se ficam por aqui, pois, ao não assumir, à maneira do Adão covarde do *Génese*, a responsabilidade pelo mal, o ser humano degrada-se ainda mais, pois *nega algo que é uma parte de seu mesmo acto havido*, envia para o nada algo que foi e que é absolutamente como tendo sido. Ao assumir esta fuga para a irrealidade, o ser humano mata-se, pois mata uma parte de si. Mas, realmente, não mata ou elimina coisa alguma, pois a memória histórica e psicológica, mesmo a erradamente chamada memória física – ao nível de um possível armazenamento material de dados significativos no encéfalo – não substitui a *memória ontológica do absoluto do que foi*, num acto eterno que não conhece ou pode conhecer qualquer forma de reversão segundo a matemática do tempo físico. O mal permanece e constitui, como o bem, o estofo mesmo de que o ser que foi esse que o praticou se fez a si próprio. *Nada apaga o bem e o mal feito. Nada. Nenhum Deus, nenhum tirano, nenhuma forma de amnésia ou necedade, nenhuma magia.*

Ao céu interior de um Agostinho, feito cidade de Deus em si próprio e

¹⁴¹ O ridículo intelectual instala-se verdadeiramente quando, por exemplo, numa análise jurídica alguém muito “subtil” se questionar se o “mal” referido à ordem não será um mal “formal”, no sentido de que a ordem tinha sido “má” como ordem, isto é, que não tinha sequer dignidade formal de ordem, pelo que nem ordem era, exonerando quem a tivesse dado de qualquer responsabilidade jurídica e penal. Muita da injustiça que grassa por esse mundo fora obedece ao poder de tais “subtilezas”, e a injustiça, Platão bem o viu, é sempre um acto de tirania, veja-se a construção do personagem Trasímaco, na *República*, as suas definições de justiça e o que significam como tentativas sempre renovadas de justificar o poder do tirano ou de tiranos falhados, associados em oligarquia.



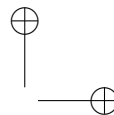
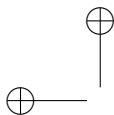
contemplando-se eternamente como tal, mesmo com o mal que fez, à luz da absoluta distinção da glória de Deus, imperfeita, mas significativa imagem do céu, contrapõe-se o inferno interior de um Hitler, contemplando a cidade interior que para si mesmo construiu, também à luz da mesma distintiva glória: quem quer saber-se, na radicalidade de sua maldade, Hitler pela eternidade fora? Inferno terrível, pois mesmo junto da glória de Deus, nada pode apagar o mal feito... *e o bem e o mal feitos são a eterna recompensa para quem os fez, isto é, para quem os é.* Compreende-se, pois, a necessidade de uma infinita bondade redentora e não aniquiladora. A versão ateia desta prosa é fácil de construir, pelo que nos dispensamos de a escrever. Fica ao encargo dos eventuais leitores ateus.

5.11 Mentira, santa mentira

As situações extremas relativizam, precisamente porque são extremas, todas as noções acerca dos modos normais do exercício da acção humana. Num mundo aparentemente regrado, em que tudo parece funcionar de acordo com normas antrópicas, as tábuas das leis revelam-se como verdades incontrovertíveis, quando, muitas vezes, mais não são do que apontamentos de humana memória acerca de certas modas comportamentais ou outras quaisquer formas de índole estatística. Mesmo em âmbito religioso, em que as verdades são sempre de carácter revelacional, quantas vezes as mais divinas das verdades são obnubiladas pelas mais humanas das mentiras, transvestidas de divinas verdades?

A única verdade humana não pode deixar de ser a verdade segundo o bem-comum, bem de todos, mas também concomitante bem de cada um. E uma “verdade divina” que não tenha o bem-comum como fim não pode racionalmente ser verdade ou divina. Assim sendo, *todas as tábuas de verdade não podem ter outro fim que não o bem-comum.* Se não for este o seu bem, não passarão de tábuas de humana mentira, qualquer seja.

Neste superior sentido do bem-comum, a “má” mentira, segundo critérios humanos que não se rejam pelo sentido do bem-comum, pode bem ser uma outra forma de também superior verdade: por exemplo, a verdade da vida, em contradição com a verdade da morte, que, quando é morte tiranicamente induzida, é sempre uma forma de não-verdade, pois impede a actualização de uma



possibilidade, possibilidade esta que é ontológica, e fundamento metafísico de toda a verdade, porque de toda a ontologia. Só há uma verdade do ser; não há uma verdade do nada.

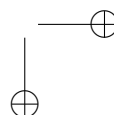
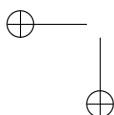
Assim sendo, cada mentira de Schindler – este paradigmaticamente assumido – no sentido de salvar uma vida é uma *superior forma de verdade* como possibilitadora do acto do ser de esse a quem se salva. Aqui, *mentir é criar* e a mentira assume foros de uma actividade realmente criadora, logo, divina. Este *Malin Génie*, segundo Schindler, *é o divino possibilitador de um mínimo de vida, mínimo que é infinitamente mais rico ontologicamente do que a alternativa, o nada.*

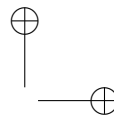
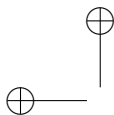
Contra o nada, o mais mentiroso dos deuses é de uma infinita bondade relativa. No seio de todos os defeitos conhecidos de seus deuses, os antigos gregos bem percebiam isto, preferindo fracos deuses, mas deuses vivos e de vida, logo, de ser, a coisa nenhuma, absolutamente. Compreende-se, então, facilmente, o sentido de um único acto de amor valer infinitamente, do ponto de vista ontológico, mais do que infinitas mentiras, por exemplo, podendo ser o mais mentiroso dos homens o mais santo, porque o que mais ama... *A única verdadeira verdade é a da criação ontológica* e esta é, para o homem, apenas acessível através do acto de amor. Em comparação com este, nada vale coisa alguma. Só este é absoluto; todos os outros são relativos uns aos outros, mas nunca ao acto de amor, irrelativo a tudo, absoluto no que é.

5.12 Amizade

A amizade, perfeitamente definida em sua mesma essência e substância por Aristóteles, como recíproco acto de semelhante amor entre dois seres racionais,¹⁴² é o acto de amor por excelência, pois é o único que implica reciprocidade homodinâmica, na heterogeneidade pessoal dos seres que se amam: à grandeza criadora do acto de amor (que Aristóteles parece não entender, pelo

¹⁴² A teorização que Aristóteles faz da amizade, sobretudo da amizade propriamente dita, a pura, por amor, sem outra qualquer condição, na *Ética a Nicómaco*, permanece imbatível, numa prova do que é o grande papel da filosofia, não caprichosamente inventar teorias, para ser diferente e original, mas *ver* a realidade o melhor possível e dizer isso, que da realidade se vê, ao mundo, assim o tornando melhor: é o desígnio da filosofia como salvadora do fenómeno, literalmente entendido. Sem esta função, melhor será que a filosofia desapareça, inútil e vaidosa que será.





menos na sua total magnitude), junta-se, na amizade, essa outra grandeza superlativa de um acto de amor recíproco.

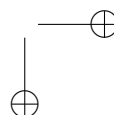
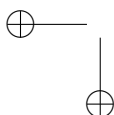
Na amizade, quem ama tem como foco objectivo – mas não objectivado – de sua amorosa atenção não o seu mesmo ser, mas o ser de quem ama. Havendo necessariamente correspondência por parte do amado, temos um par em que *a relação se dá na forma de uma dupla oblação hetero-ôntica*, hetero-ontológica, cada ser se construindo pessoalmente do e pelo amor que dá ao outro, cada um crescendo no e pelo outro. Mas nada disto é relação de poder: não se trata de uma invasão do ser do outro, a fim de o parasitar ontologicamente, mas de, sem invasão ontológica – aliás, realmente impossível –, *promover o ser e o bem do outro*, num acto de suprema liberdade, pois nada move o amante para além do mesmo bem do amado. Há um total desinteresse pessoal no amor; duplo e recíproco no amor de amizade.

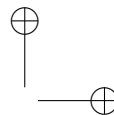
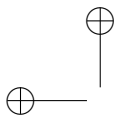
Este filme está repleto de relações de amizade, qual delas a mais grandiosa: Schindler e Emilie, sua mulher; Schindler e Stern; Schindler e Helen Hirsch; as relações de Schindler com qualquer dos nazis nunca assumem o estatuto de amizade propriamente dita, ficando-se pelos níveis mais baixos da teorização aristotélica, sobretudo pelo mais baixo, o da “amizade” interesseira ou de carácter utilitário.

5.13 Pecado/virtude

Por suas mesmas definições, não pode haver virtude no actual pecado. Mas Schindler, o do filme e o da realidade histórica comum, é a prova de que o vício do pecado e a virtude se ligam a um fundo ético, de cuja grandeza potencial e actual um e a outra derivam. Ora, manifestamente, *de um fundo ético pobre não pode provir grande vício ou grande virtude*. Subjaz à grandeza agatológica de Schindler um necessário fundo de potencialidade ética de grande “dimensão”, digamos assim, na falta de melhor classificação. Ontologicamente grande e poderoso, este fundo ético revelou-se potentemente capaz do pior e do melhor, algo de impossível num e com um fundo ético medíocre. Schindler apenas se revela medíocre relativamente aos momentos não liminares da existência, em que a sua potencialidade para bem e mal parece abafada pela vulgaridade dos actos que lhe são exigidos.

Mas não é esta precisamente a medida comum dos homens? Não é o

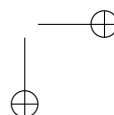
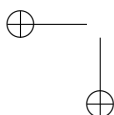


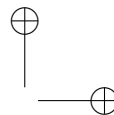
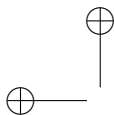


mesmo homem talhado para grandes coisas? Não estiola sempre o homem quando se tenta reduzi-lo a uma entidade medíocre, reduzida ao cumprimento de protocolos heterónomos, sem grandeza outra que não a de um mero escravo das circunstâncias ou de um qualquer “Deus” ou tirano? Não é a própria vida habitual, tornada irrelevante por uma moda política qualquer, a mesma negação da vida potencialmente humana, como forma de auto-construção sem limites outros que não os de um infinito em acto, inatingível?

Pensamos que *o grande pecado da humanidade reside na impossibilitação do desabrochar das potencialidades de bondade que cada ser humano em si transporta, desde o momento em que a sua humana filiação e pertença se constitui*. Todas as formas de diminuição da potencialidade para o bem exercidas sobre os seres humanos impedem definitivamente a expressão de um qualquer bem, precisamente esse que promanaria da actividade dessa potencialidade, se não tivesse sido eliminada. Assim, a finalidade de cada ser humano e do conjunto, em cada instante real, de todos os seres humanos em interacção consiste na forma única que a mesma humanidade possui de constituir o melhor possível de si própria. A realização de tal possibilidade constituiria imediatamente algo merecedor do nome de “cidade de Deus”, verdadeira cidade dos homens, pois seria aquela em que os seres humanos seriam verdadeiramente pessoas, isto é, seres racionais numa relação racional de entrepossibilitação do bem de cada um, na harmonia do bem-comum.

Tal não constitui qualquer utopia, mas a inteligência teórica da melhor possibilidade para o ser humano incarnado. Não há qualquer alternativa possível para o melhor possível para cada pessoa e para o conjunto total das pessoas presentes em cada momento histórico. A história só é o palco de incontáveis desgraças políticas humanas porque os seres humanos, não todos, mas os suficientes para que assim seja, decidem e actuam no sentido de que assim seja. Uma actuação segundo o bem-comum eliminaria esta aparente condenação ao mal. A única razão suficientemente forte para que assim seja que conseguimos vislumbrar é o facto de o bem, neste sentido, ser extremamente trabalhoso e a sua contrapartida única, o mal, ser muito mais fácil de realizar. Como exemplo paradigmático desta evidência serve o seguinte: vinte anos de perfeito amor de uma mãe a criar e educar um perfeito filho são anulados, numa fracção de segundo, com a eliminação caprichosa desse seu filho, sem mais. O exemplo não precisa de explicação e a sua paradigmaticidade é óbvia. No entanto, o





fascínio do mal tem forte tendência para obnubilar a evidência, tornando o óbvio em não óbvio.

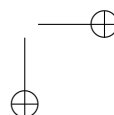
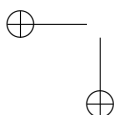
5.14 A tirania

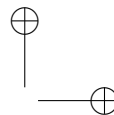
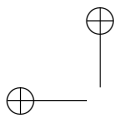
Uma definição de tirania ao modo clássico ou que apenas se aplique a governantes perde o sentido fundamental que a tirania implica e de onde retira o seu significado: o atentado, qualquer, contra a possibilidade de ser de alguém. *Acto de tirania é todo aquele que impede, activa ou passivamente, a possibilidade de ser de alguém, isto é, que atenta contra a sua possibilidade de bem, remetendo definitivamente para o nada essa mesma possibilidade. Neste sentido, é por via do acto de tirania que o mal entra na realidade.* Se todo o acto de mal nada mais é do que um acto que atenta contra a possibilidade de bem de alguém (ou de algo), o acto de tirania é indiscernível do acto de mal.

Não se trata, aqui, como é óbvio, de qualquer posição de tipo psicológico ou semelhante, mas da posição ontológica que percebe que todo o atentado contra a possibilidade de bem de alguém ou algo é um ontologicamente irre-mível acto de aniquilação desse ser na sua forma mais profunda, *a forma de sua mesma possibilidade*: matar a possibilidade de algo, eis o crime capital, pois não se deixa sequer que a possibilidade de bem própria de algo venha a ser realidade alguma.

Ora, a profundidade do mal de todo o acto de tirania reside precisamente nesta *eliminação da possibilidade*, que conduz necessariamente a um empobrecimento do acto real da pessoa ou de qualquer outra entidade. Não é honestamente aceitável a afirmação de que, morta uma possibilidade, outra virá em sua substituição: tal néscia afirmação não respeita o carácter único de cada possibilidade e a sua insubstituível capacidade de se integrar no todo da realidade a que pertence como possibilidade, e, nela se integrando, o poder de modificação de toda a realidade, que é uma sem ela e outra diferente com ela. Esta diferença fará parte (ou não) do acto, por exemplo, da pessoa, modificando-o, modificando-a. Perdida esta possibilidade, tudo será, no todo integrado, diferente.

Ora, esta possibilidade de constituição da diferença possível própria deve pertencer apenas à própria pessoa, não a qualquer entidade diferente, que, sempre que o faz, se substitui à pessoa, assim a tiranizando. Fora do âmbito





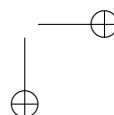
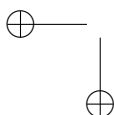
da objectualidade tirânica pessoal, todo o acto que funcione deste modo constitui um atentado contra a natural autonomia da natureza, no que também é um acto de tirania. Lembremos que grande parte da nossa cultura e civilização se constrói sobre tais actos de tirania, pelo que não surpreende qualquer pessoa minimamente inteligente o triste panorama da chamada história da humanidade, na sua relação com a natureza.

Deste ponto de vista, o nazismo – e, com ele, todas as formas tirânicas de organização e administração do poder – nada mais é do que o clímax que coroa quase toda a história humana. A sua importância deve-se não à sua particularidade de tirania, mas, dentro de uma comum tirania, ao modo como exemplarmente é tirânico, assumindo a maldade como acto de denegação da possibilidade de ser a certas formas caprichosamente eleitas de outros seres humanos. O truque político fundamental do nazismo, mas dele não exclusivo – aliás, já presente em todas as formas de etnocentrismo – consistia, portanto, na degradação ontológica e consequentemente política das pessoas.

Mas não se pense que tal truque foi utilizado apenas contra judeus e outros indesejados, foi usado contra a elite do exército alemão que conspirou, sob o inspirado comando de Claus von Stauffenberg, quando, após o malogro do atentado de 20 de Julho de 1944, Herr Hitler mandou a um “tribunal de honra” expulsar tais militares do exército, degradando-os ontológica e politicamente, a fim de os poder tratar, também a cada um deles, como *Untermensch*, agredir e vilipendiar segundo este novo estatuto, mandar matar como se de gado se tratasse. Claro acto paradigmático do que é o acto tirânico, acto praticado precisamente por quem é um dos maiores paradigmas de tirania da história da humanidade ou, talvez seja preferível dizer realisticamente “da desumanidade”.

A forma como estes conspiradores foram executados assemelhou-se à forma como se trata gado no matadero. Tal foi propositado. A sala onde tais actos foram cometidos ainda hoje existe¹⁴³ e é tratada como memorial a esses homens. Mas esta degradação ontológica que a tirania implica não é exclusiva de um qualquer Hitler, não ocorre apenas em circunstâncias especiais, como uma guerra, especialmente uma guerra total, não necessita de campos de concentração e de morte especialmente construídos, existe em todo o sítio

¹⁴³No entanto, os principais cabecilhas executivos foram imediatamente executados, no pátio do edifício, pois o General Fromm, cuja atitude fora ambígua, temia possíveis declarações que pudessem prestar em posterior inquérito oficial.

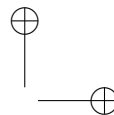
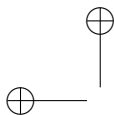


e constitui a essência ética e política de todo o acto em que, em vez de amar o outro, proporcionando-lhe todo o bem que possa servir o seu bem “melhor possível”, segundo ele, segundo o seu ser, não segundo o meu, *aniquilo a sua possibilidade*. Deste ponto de vista, todos somos possíveis tiranos, o que é óbvio, e provavelmente todos já realizámos os nossos actos de tirania. Por outro lado, será difícil encontrar alguém que não conheça alguém que, em vez de fazer a sua boa acção diária, faz o seu acto de tirania diário; outras – e são essas que melhor se conformam ao padrão conceptual corrente acerca da tirania e do tirano – parece que passam o dia a fazer actos de tirania, parece que é esse o seu “pão nosso de cada dia”, pão de maldade, pão de alguém que aparentemente só consegue subsistir parasitando a possibilidade de bem alheia.

Pensamos que a tirania descende imediatamente não de qualquer âmbito psicológico ou político, mas da mesma pobreza ontológica daqueles que são tiranos: a vida dos santos, mesmo quando de grandes santos por conversão (Agostinho é um precioso e paradigmático exemplo), é indiscutível demonstração do que é uma acção no sentido do bem, do bem do próximo, do bem-comum, de que necessariamente faz também parte a própria vida do santo, mas contextualmente. O santo sabe que apenas a acção no sentido do bem-comum pode instalar o reino da possibilidade de cada ser humano atingir o melhor realizável de si, a partir do melhor possível de si, mas no respeito e amor exactamente pelo mesmo próprio de todos os outros seres humanos que com ele existem. É precisamente a ideia não utópica da “cidade de Deus” de Agostinho, ideia incompreensível por alguém que tenha estofo de tirano. Ideia aparentemente inconcretizável porque todos temos, mais ou menos, estofo de tiranos. Mas ideia que alguns se vão esforçando por realizar.

Ora, aquilo que o santo, o bom ente humano, possui e que faz dele o anti-tirano por excelência é precisamente uma abundância ontológica que o leva a não necessitar de parasitar o bem alheio para colmatar as carências ontológicas próprias. Mas tal não se deve apenas ao dote ontológico com que veio ao mundo, antes ao seu esforço por fazer o bem. *Quanto mais bem se faz, mais rico ontologicamente se fica*, pois o princípio motor da acção não transita,¹⁴⁴ para o bem e para o mal, acumulando bem ou mal no agente, ou seja, maior

¹⁴⁴ Tem razão Aristóteles quando percebe que isso que é o princípio ético motor da acção não transita do agente para o *topos* político da relação com o outro, qualquer seja.



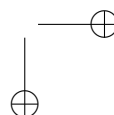
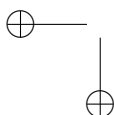
ou menor riqueza ontológica. O bem preenche ontologicamente, e tão melhor sou ontologicamente quanto mais bem faço. O mal mata a interioridade ética do ser humano, deixando-a ontologicamente mais pobre e, assim, necessito de ir roubar bem algures, alhures, a fim de ilusoriamente prover a necessidade de bem que tenho.

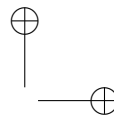
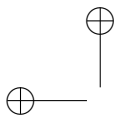
Ilusoriamente, este roubo formaliza-se como exercício de um império de mal sobre outras pessoas. O grande substituto – ilusório, dado que o ser não tem mesmo contraditório real – do bem ontológico em falta é o poder, crato-politicamente entendido. Nunca é, pois, o poder que corrompe, mas a besta tirânica que corrompe a excelente possibilidade de construir o bem-comum que é o poder político.

O poder nunca faz de um ser humano um tirano. É o tirano, que já é tirano, mesmo antes de chegar ao poder, que corrompe o poder. Como é óbvio, não foi o poder que corrompeu Herr Hitler ou o camarada Stalin, mas eles que corromperam o poder. Não só o poder não é um sujeito moral e político – o que faz de qualquer acusação contra ele absolutamente néscia – como o acesso a ele se limita a pôr à disposição do tirano meios apropriados ou meios para criar meios apropriados para o serviço da sua tirania.

Assim, Herr Hitler e seus semelhantes não são tão especiais quanto se possa pensar: apenas tiveram a ocasião de juntar à sua estrutural tirania meios apropriados para o seu serviço. Mas provavelmente todos conhecemos – eu conheço várias – pessoas que, com os meios de Herr Hitler não fariam muito diferente, talvez apenas no estilo... Mas, nas palavras de um famoso judeu: “já têm a sua recompensa”; são o que são, como todos nós somos o que somos e o que somos, pessoalmente, é o nosso grande acto, conformado eternamente a partir de todos os nossos actos, bons ou maus. Um santo é um santo, uma besta é uma besta, recompensadamente.

A acção de Schindler no sentido da salvação dos seus judeus terá promanado de um acto de profunda consciência desta coincidência entre o que se faz e o que se é: as bestas humanas que via diariamente torturar e eliminar os judeus, bestas humanas a que estava de muitos modos associado, devem ter começado a surgir a seus olhos como as bestas humanas que realmente eram: seres humanos transformados em carnicheiros de seres humanos, sem qualquer razão suficiente real. Tal realidade humana pervertida deve ter sobressaído ainda mais no contraste com a candura e a beleza inocente da menina de vermelho, de Helen Hirsch, de todas as pessoas que padronizavam.





Que Schindler queria Schindler ser: o Schindler conformado à bestialidade inumana nazi ou o Schindler rendido à beleza e inocência humana simbolizada na e pela menina de vermelho? Um tirano entre os mais ou um salvador, na impossibilidade de ser um santo? Obviamente, Schindler escolheu a segunda hipótese, com as consequências sabidas. A esta escolha se dedicou com infatigável trabalho e indefectível entrega, sem vacilar ou arrepender, sem voltar a ter qualquer tentação de trocar o bem das pessoas por dinheiro.¹⁴⁵

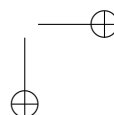
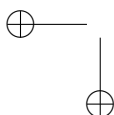
5.15 Sempre o pavio

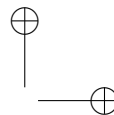
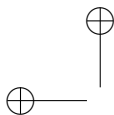
O pavio da vela que surge no início do filme é símbolo quer do absoluto da presença da chama, quando aceso, quer da fragilidade dessa mesma chama. *O pavio é precisamente a possibilidade do ser*: inteiro e ainda não aceso é a plenitude ontológica da possibilidade própria da luz que pode ser sua; ardendo, é o suporte do foco de luz e sustenta isso que faz o seu absoluto próprio; apagado e fumegante, é símbolo da morte, de uma possibilidade aniquilada: aquela chama, outrora possível, e, depois, actual, desapareceu para sempre. O fumo que exala o pavio apagado é símbolo fantasmático de algo como a alma da chama morta, ascendendo ao céu dos fogos extintos, das extintas vidas.

A chama extinta nunca mais retornará, ficando dela apenas o fumo em dispersão pelo espaço, simbólica tendência dispersiva para um qualquer nada de todo o ser. Àquele pavio correspondia aquela chama e a esta aquele pavio, exclusivamente. *Nada pode substituir tal chama, na relação com tal pavio*. A fragilidade da chama manifesta a periclitância da mesma vida, mas manifesta, também, o absoluto de sua frágil realidade. Absoluto que é o próprio de haver chama, frágil ou não. Absoluto que só deve depender da relação da chama com seu pavio e vela. Absoluto a que mais nada deve poder aceder.

Naturalmente – não é necessário ser muito inteligente para tal intuir –, a chama deveria poder durar tanto quanto a relação própria com pavio e vela permitissem, permissão, que é ontológica, que é também um outro absoluto. Para a chama, vela e pavio são um dado, uma graça. Inexplicáveis em seu mesmo absoluto. Mas, dada a chama, em seu mesmo absoluto de chama ac-

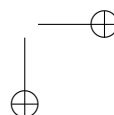
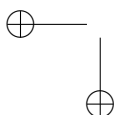
¹⁴⁵ Já na vida real, Schindler, de quem Goeth esperava testemunho abonatório aquando de seu julgamento, marcou bem a sua distância das bestas tirânicas ao não satisfazer esta vontade.

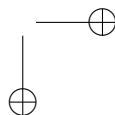
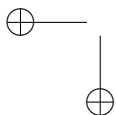
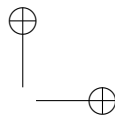
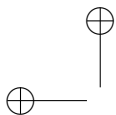


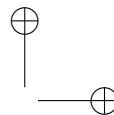
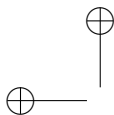


tual, o que é que tem o direito, senão a mesma vela e o mesmo pavio, de a condicionar ou de a terminar? Mas a vela e o pavio só fazem, só podem fazer sentido se houver uma qualquer chama sua, mas chama que se cumpra, isto é, que se extinga apenas quando naturalmente consumir vela e pavio.

Nesta imagem está, assim, dada a total grandeza metafórica da vida humana, dom inexplicável redutoramente, acto que tem todo o direito, direito ontológico, não redutível a qualquer outro, sempre inferior em dignidade, de se cumprir segundo a mesma possibilidade ontológica que lhe é natural. E a sua única natureza é mesmo esta, que lhe advém desta possibilidade que lhe é dada. Tudo o que interfira politicamente com este direito ontológico é espúrio, blasfemo e *deve ser, como tal, combatido, com o máximo de força possível*. Foi isso que muitos *não fizeram* e não fazem, numa demonstração de suprema estupidez ou cobardia, foi isso que *Schindler fez*.







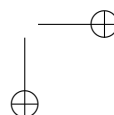
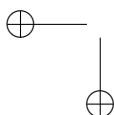
Conclusão

Junto à Campa Rasa de Schindler

A dimensão memorial do ser humano, embora, como Agostinho bem provou definitivamente há mais de mil e quinhentos anos, mais não sendo do que uma forma de acto de inteligência presente no absoluto do presente que cada um de nós é, é fundamental precisamente como parte fundadora desta mesma presença: sem a presença do acto inteligente da memória, não haveria qualquer possibilidade de haver pessoa alguma, haveria apenas um acto de inteligência instantâneo, talvez eterno, mas sem auto-referência possível, pois esta auto-referência apenas pode ser dada por um padrão memorial, como se cada um de nós possuísse ou mesmo fosse fundamentalmente um protocolo actual de auto-identificação, em acto de auto-identificação constante, em que cada acto intuitivo é um acto intuitivo matriciado por aquele protocolo de auto-identificação. Perdido este protocolo e o seu acto de relação com aquela intuição que dá o presente, não há qualquer possibilidade de haver pessoa alguma.

Este protocolo é o acto de memória que me identifica ontologicamente. Sem este acto de memória, não há eu pessoal algum. O que ficou dito para o microcosmos pessoal pode ser dito, mudando o necessário, para o macrocosmos das comunidades humanas. Uma comunidade humana sem este acto de memória pessoal, mas em parte partilhado, não pode simplesmente existir, pois nada há nela que relacione entre si os entes humanos. Em termos extremos, não haveria mesmo a possibilidade de haver entes propriamente humanos, pois *não pode haver humanidade sem uma memória humana que a ajude a erguer-se como humana*: daqui a importância absoluta ética e política da pedagogia, algo que os tiranos e oligarcas sabem melhor do que ninguém;

O fascínio do bem. A dimensão agato-ontológica da acção, 251-260



algo que Platão, arqui-inimigo de tiranos e oligarcas, também sabia muito bem.

Assim, para tiranos e oligarcas,¹⁴⁶ é fundamental o domínio da memória quer da memória externa colectivizada que é a historiografia quer, se possível, da memória interior do acto próprio de cada ser humano. A actividade de manipulação da memória, tão bem paradigmaticamente fixada por George Orwell no seu *1984*, é, assim, uma das tarefas fundamentais de tiranos e oligarcas. Ao modificar a memória, modifica-se e, assim, controla-se o sentido não apenas da história, mas da realidade como um todo, sobretudo na relação com um possível futuro, cuja realidade se tenta dominar, pervertendo a memória da linhagem ontológica a que esse possível futuro pertence.

Assim, se um qualquer aspirante a novo tirano de tipo hitleriano quiser aplanar o seu caminho para a realização de tal aspiração, nada melhor do que manipular a memória existente acerca do nazismo e de seus “feitos”, não reescrevendo a história, que está, de facto, sempre a ser reescrita, questão historiográfica apenas, mas *mudando a substância memorial relativa à pretérita realidade do passado*, realidade já definitivamente defunta a não ser na forma espiritual da memória. Se se eliminar esta memória ou se se a alterar de acordo com os nossos interesses, então, não só o presente ganha uma outra forma, pois a presença da memória é outra – pervertida –, como também tudo o que emergirá deste presente – e é o futuro, todo o futuro – será diferente, segundo os meus interesses.

Não admira, pois, que numa Europa onde o esforço de desnazificação não foi levado às suas últimas consequências de necessária erradicação, num mundo onde estranhos, perversos interesses permitiram a integração de nazis nos aparelhos não apenas de governo, mas a muitos outros níveis, nomeadamente científico¹⁴⁷ – lembremo-nos de von Braun, por exemplo – do pós-

¹⁴⁶Um oligarca, enquanto tal, não faz sentido se não for alguém que ambiciona o poder. Mas não se pode realmente ambicionar o poder sem se ambicionar o poder todo, pois a partilha do poder não é verdadeiramente poder, dado que implica sempre não poder o poder que se partilha com o outro. Assim, o oligarca é sempre um tirano falhado; pode ser falhado na expectativa de ascender à posição de tirano ou pode ser falhado impotente, resignado com as migalhas que obtém à mesa oligárquica. Note-se que, desde sempre, salvo raríssimas excepções, a humanidade só conheceu e conhece até hoje formas tirânicas ou oligárquicas de governo.

¹⁴⁷Que se pode esperar do desempenho ético e político de pessoas que não tiveram qualquer pejo em usar mão-de-obra escrava e destinada a morrer? Que importância teve a presença destas pessoas na acção científica do pós-guerra, por exemplo, no desenvolvimento de certos

guerra, tenha recrudescido o movimento nazi. A melhor forma de criar as necessárias condições para que tal movimento possa expressar-se e eventualmente vir a triunfar é, inegavelmente, a manipulação, perversão ou mesmo aniquilação da memória relativa a tudo o que de mau aquele movimento significou nos anos de entre as duas Grandes Guerras e durante a Segunda Guerra.

Memória fundamental a apagar é, pois, toda a que se refira ao que de mais perverso e malévolo o regime nazi fez, isto é, tudo o que diz respeito às suas acções baseadas na *denegação da qualidade ontológica humana a certos grupos de pessoas*, não apenas aos judeus, mas a todos os que Herr Hitler considerava caprichosamente como não-humanos.

Deste modo, a cena final, terminada a parte romanceada e já como parte documental, monumental, em que os judeus sobreviventes, conjuntamente com a mulher de Schindler, visitam a campa deste, tem um papel importantíssimo, pois, mostra *a realidade daqueles que testemunharam o mal nazi e lhe sobreviveram*, graças aos actos de Schindler, de quem testemunharam o bem. São pessoas que podem dizer: “eu estive lá, se me quiseres desmentir, vais ter de me matar, mas eu agora não te vou facilitar a vida, Schindler deu-me a possibilidade de lutar pela vida, possibilidade que os teus defuntos camaradas me retiraram. Nunca mais a vou perder e, comigo, todas as pessoas que têm o bem como fim”.

Cumprindo a profética ordem do General Eisenhower, quando mandou registar tudo o que dissesse respeito aos actos de maldade realizados pelos nazis nos campos de concentração, pois, um dia mais tarde haveria alguém que tentaria negá-la, Steven Spielberg fundou uma instituição dedicada à preservação da memória do Holocausto, que rapidamente recolheu os testemunhos directos de muitos milhares de sobreviventes dos campos. Esta instituição dedica-se também à investigação no âmbito dos temas relativos ao Holocausto. Sinal seguro do perigo dos movimentos neonazis será quando esta instituição for atacada por qualquer meio, dado que o património que guarda é o maior obstáculo humano a uma possível nova vitória daqueles.

Apenas uma vigilância política semelhante à exercida pelo ignorado Chur-

complexos militares-industriais tão pouco claros na sua acção pacificadora, que outra não deveriam ter? Qual a importância destas pessoas na definição de ambientes científicos cada vez mais alheados da ética e do bem-comum, cada vez mais dominados por burocratas ao serviço das oligarquias que lhes dão dinheiro e poder? Eis um bom tema de investigação epistemológica séria.

chill dos anos trinta do século passado pode permitir detectar e combater eficazmente tais movimentos; esta eficácia, agora como então, depende da rapidez da acção. Então falhou, com as terríveis consequências universalmente conhecidas. Nada agora garante ou pode garantir que semelhante conjuntura não venha a ocorrer. *A mesma necessidade de alto nível institucional político, associada a semelhante cobardia e impotência estão de novo no comando da coisa pública na Europa*, sem que haja um outro qualquer Churchill para chamar a atenção para a boa terra dos factos evidentes.

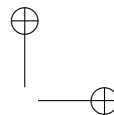
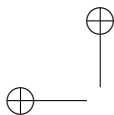
Estão, pois, criadas todas as condições para que um qualquer medíocre cabo catalize em seu favor quaisquer factos negativos que deixem as pessoas necessitadas de algo que lhes permita descortinar um qualquer sentido, por mais irracional que seja, sobretudo numa sociedade em que propositadamente se tem vindo a diminuir a racionalidade comum, substituída por inumeráveis formas de irracionalidade, todas elas perigosíssimas do ponto de vista do serviço ao bem-comum.

Apesar de a visão presente neste estudo ser, ainda, dada a riqueza do tema, muito incompleta, podemos formular algumas conclusões finais acerca de alguns temas abordados no filme.

Em primeiro lugar, que é sempre possível a qualquer homem, assim o queira, o exercício do bem, sendo, para tal, necessário que consiga discernir o absoluto do bem presente em cada entidade e, concomitantemente, o absoluto de não bem que uma acção deficitária necessariamente implica. Schindler é não apenas o paradigma imaginal teórico do que pode ser o pecador convertido ao bem, mas é a realidade histórica desse mesmo modelo.

O livro de Thomas Keneally e o filme de Spielberg permitem a publicação da existência de uma tal forma real de homem, demonstrando que o tipo atribuído a um Santo Agostinho não é exclusivo de um *in illo tempore* remoto e quase mítico, mas, se bem que difícil em sua concretização, está ao alcance de qualquer homem, por mais pecador que seja, desde que não tenha consentido plenamente e autocomplacentemente nesse seu mesmo pecado e desde que não existam motivos realmente objectivos de desqualificação de possibilidade onto-ético-antropológica, como, por exemplo, uma doença, efectivamente incapacitante para a questão em causa, ou acção de terceiros, identicamente incapacitante.

Em segundo lugar, e na sequência lógico-discursiva do que acabámos de reflectir, podemos concluir que há formas de incapacitação real da ontologia

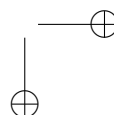
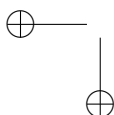


propriamente humana que diminuem ou mesmo eliminam tudo o que há de humano num ser humano, reduzindo-o a algo que mais não é do que uma pura humana virtualidade. E isto acontece quer do lado dos escravizados quer do lado dos escravizadores. Do lado destes últimos, a educação a que foram submetidos em conjunto com as predisposições ético-ontológicas próprias criam entidades que já pouco possuem de realmente humano, tal o nível de desumanidade que praticam, com a sua própria consequente e necessária desumanização, que é real, no mal realmente praticado, não confundível, pois, com uma qualquer aceitação consciente de responsabilidades.

Do lado dos escravizados, a desumanização passa por esta mesma acção dos escravizadores que ou imediatamente, por meio de actos que transformam os homens em autênticos vegetais, ou mediamente, por meio de actos que lentamente lhes retiram o sentido de dignidade humana, fazendo com que, no fim, pouco mais reste do que uma figura física humana, muitas vezes biologicamente irrecuperável para a humanidade ou, quando recuperável, irrecuperável antropológicamente para uma humanidade plena, tal o nível de degradação antropológica a que foram submetidos, atingindo camadas inquestionavelmente ontológicas, matando partes da ontologia própria destas pessoas. O nazismo pode ser definido, na sua essência de manipulador da ontologia humana, como, usando uma expressão do poeta Pessoa, fazedor de “cadáveres adiados”.

Em terceiro lugar, manifesta-se a relatividade dos meios segundo os fins, recebendo aqueles sempre a sua qualificação destes, sendo que um bom fim não pode essencialmente englobar em si meios que sejam em si mesmos maus. A relação não é, pois, accidental, mas depende da qualidade do fim, entendido como absoluto global do acto e não apenas como seu mero ponto culminante, terminante, em que o acto como que morre: o fim de um acto não é o seu cadáver prospectivo, antes a realização total do que o seu máximo de possibilidade ontologicamente encerra, isto é, o todo de seu bem possível. Como é óbvio, deste bem não pode fazer parte qualquer mal, pelo que não faz qualquer sentido falar de meios maus ao serviço de bons fins: se há meios maus em jogo, não pode essencialmente haver bons fins; deve haver, algures, uma qualquer equivocidade. Assim sendo, todos os meios usados por Schindler para salvar as possíveis vítimas são bons, dado que, em si mesmos, não eram possuidores de qualquer maldade intrínseca.

Esta conclusão só é válida para o período em que Schindler esteve empe-

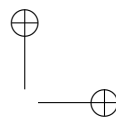
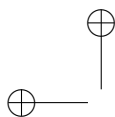


nhado na salvação dos “seus judeus”, anteriormente, usou de meios intrinsecamente maus, por exemplo, uso de mão de obra escrava para enriquecimento próprio. Mas esta maldade morreu com os actos que foram os próprios seus, não contaminou tudo o resto, tendo os seus efeitos primeiros sido passíveis de uma boa utilização posterior, quando o fim já não era enriquecer às custas de outros, mas usar todos os bens disponíveis – e são sempre bens – para salvar esses mesmos escravos.

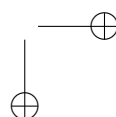
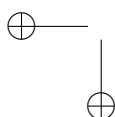
Schindler foi, na acção por si empreendida para salvar os escravos à sua responsabilidade, um homem bom. Para o caso, de nada interessa a sua menor bondade pessoal de antes e de depois deste continuado acto: a salvação que proporcionou é, de facto, como diz Stern, um bem absoluto, não porque tenham sido judeus os salvos ou porque tenha sido Stern a dizê-lo, mas porque o bem é sempre absoluto, é precisamente o absoluto ontológico positivamente presente em cada coisa. Ora, foi precisamente a inteligência deste absoluto, deste bem que operou a conversão de Schindler, que o fascinou, e o fez imediatamente transformar-se em instrumento de um bem cujo desejo fundamentalmente ontológico o possuiu e cujos resultados práticos se traduziram num aumento de bem presente no seio do bem possível e realizado pelos homens naquele período, bem contemporâneo de tanto mal devido à inacção para o bem de tantos outros.

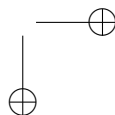
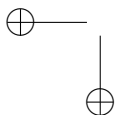
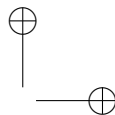
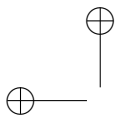
De um ponto de vista fundamental porque ontológico, Schindler salvou não apenas a humanidade dos escravos a quem permitiu a sobrevivência, como também *a humanidade essencialmente definidora da espécie humana como humanidade mesma*, como contribuiu para a salvação da humanidade como um todo quer física quer moral e politicamente, como salvou a sua própria humanidade, conseguindo um tempo ainda longo de elevação do que ele próprio era a alturas de sublime grandeza humana, em que tudo jogou pelo bem, em que tudo de material perdeu e em que poderia ter perdido a vida, mas em que ganhou não apenas a satisfação interior de ter salvo mais de mil pessoas, mas *exactamente o ter salvo mais de mil pessoas*.

Em Schindler e com Schindler, mais de mil vidas passaram a poder sobreviver, a poder viver e a vida de Schindler passou a ser a vida de Schindler mais mil e tal. Esta nova figura do cristóforo, talvez esmagado pelo peso de tanta gente carregada às costas, talvez incapaz de lidar com tanta carga ou talvez esmagado pela eventual carga que não conseguiu carregar, faz-nos lembrar todos os que ajudam a carregar a humanidade, em actos de amor, que



são genericamente ignorados, mas que constituem o que há de mais precioso no todo do tesouro ontológico próprio do ser humano. São estes os poucos, poucos que salvam Sodoma e Gomorra.





Bibliografia

BAIGENT Michael, LEIGH Richard, *Secret Germany. Stauffenberg and the mystical crusade against Hitler*, London, 2006, XXIX + 450 pp.

CHURCHILL Winston S., *The Second World War*, vol. II, Boston, Houghton Mifflin Company, s. d., XXIII + 684 pp.

CHURCHILL Winston Spencer, *Blood, sweat and tears*, prefácio e notas por Randolph S. Churchill, Safety Harbour, Simon Publications, 2001, X + 462 pp.

CHURCHILL Winston Spencer, *The second world war*, London, Penguin-Books, 1989, 1011 pp.

COSTA FREITAS Manuel Barbosa da, “Perdão”, in *O ser e os seres*, Lisboa, Verbo, 2004, vol. II, pp. 216-21

DAVIES Norman, *Europe at war, 1939-1945. No simple victory*, London, Pan Macmillan, 2006, XV + 544 pp.

GISEVIUS Hans Bernd, *Bis zum bittern Ende*, tradução inglesa de Richard e Clara Winston: *Valkyrie, An insider's account of the plot to kill Hitler*, Prefácio de Allen W. Dulles, Introdução de Peter Hoffmann, Cambridge, MA, Da Capo Press, 2009, XV + 256 pp.

HEISENBERG Werner, *Der Teil und das Ganze. Gespräche im Umkreis der Atomphysik*, Munique, R. Piper u. Co. Verlag, 1969, tradução francesa de Paul Kessler, *La partie et le tout. Le monde de la physique atomique.*, Paris, Flammarion, [1990], 338 pp.

O fascínio do bem. A dimensão agato-ontológica da acção, 259-260

- HERNÁNDEZ Jesus, *Operación Valkiria*, tradução portuguesa de Henrique Tavares e Castro: *Operação Valquíria*, revisão de Luís Milheiro, Matosinhos, Lisboa, Quidnovi, 2009, 271 pp.
- JUNGE Traudl, *Until the final hour. Hitler's last secretary*, edição de Melissa Müller, London, Weidenfeld and Nicolson, 2003, 261 pp.
- KENEALLY Thomas, *Schindler's list*, 1982, tradução portuguesa de Artur Lopes Cardoso: *A lista de Schindler*, Porto, Público Comunicação Social SA, 2003, 447 pp.
- LEVI Primo, *Se questo è un uomo*, tradução portuguesa de Simonetta Cabrita Neto, Lisboa, Editorial Teorema, 2001, 176 pp.
- PESSOA Fernando, *Livro do desassossego I*, Lisboa, Ática, 1982.
- PESSOA Fernando, *Mensagem*, poema “D. Sebastião. Rei de Portugal”, Lisboa, Ática, 1979, p. 42.
- PLATÃO, *Fedro*, 248c-249b.
- PLATÃO, *Politeia*, tradução portuguesa de M.A. da Rocha Pereira, Lisboa, FCG.
- REES Laurence, *Auschwitz, The nazis and the 'final solution'*, London, BBC Books, 2005, 400 pp.
- REES, Laurence, *The nazis. A warning from history*, com “Prefácio” de Ian Kershaw, London, BBB Books, 1997, 256 pp.
- ROBERTS Andrew, *The storm of war*, London, Penguin, 2009, LVI + 711 pp.
- STEFFAHN Harald, *Stauffenberg*, Hamburg, Rowohlt, 2004, 155 pp.
- The Rommel papers. Edited by B. H. Liddell-Hart (With the assistance of Lucie-Maria Rommel, Manfred Rommel and General Fritz Bayerlein)*, tradução do alemão para o inglês de Paul Findlay, New York, 1953, reimpressão da 15ª edição: 1982, XXX + 545 pp.